



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**“ISSO É QUE MUDA: PRODUZIR SOBERANIA ALIMENTAR ESTÁ PARA ALÉM
DO PLANTAR”**

KARINA DE PAULA CARVALHO

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**“ISSO É QUE MUDA: PRODUZIR SOBERANIA ALIMENTAR ESTÁ PARA ALÉM
DO PLANTAR”**

KARINA DE PAULA CARVALHO

Sob orientação do professor

Renato Sérgio Jamil Maluf

Tese submetida como requisito parcial para
a obtenção do grau de Doutora no
Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade.

Rio de Janeiro

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331i CARVALHO, KARINA DE PAULA, 1994-
ISSO É QUE MUDA: PRODUZIR SOBERANIA ALIMENTAR ESTÁ
PARA ALÉM DO PLANTAR / KARINA DE PAULA CARVALHO. - Rio
de Janeiro, 2025.
310 f. : il.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE,
2025.

1. Soberania Alimentar. 2. Justiça Alimentar. 3.
Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada. 4.
Mulheres Negras Faveladas. I. Maluf, Renato Sérgio
Jamil, 1952-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

UN|VERS|DADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

KARINA DE PAULA CARVALHO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,

Tese aprovada em 17/12/2025,

Documento assinado digitalmente
 **RENATO SERGIO JAMIL MALUF**
Data: 18/12/2025 08:01:30-0900
verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof. Dr. RENATO SERGIO JAMIL MALUF (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA JOB SCHMITT**
Data: 18/12/2025 15:58:21-0900
verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN**
Data: 18/12/2025 11:15:44-0900
verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **RUTE RAMOS DA SILVA COSTA**
Data: 18/12/2025 09:13:39-0900
verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a RUTE RAMOS DA SILVA COSTA (UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO FIRPO DE SOUZA PORTO**
Data: 18/12/2025 18:01:39-0900
verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof. Dr. MARCELO FIRPO DE SOUZA PORTO (FIOCRUZ)

*À minha mãe Helena e às
mulheres da Terra Prometida,
germinadoras de vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha frente, ao longo dos meses em que escrevia esta tese, uma mangueira passava pelo seu paciente processo de frutificação. Enquanto eu definia a estrutura da tese, ela desenvolvia novas camadas de folhas, preparando-se para a floração. Enquanto eu elaborava a primeira seção, trazendo o anúncio da favela como bem-viver, pelas mulheres da Terra Prometida, a mangueira floria e tornava minha vista mais bonita. Os pássaros a polinizavam e distraíam minha mente, ajudando-me a desanuviar a tensão de escrever sobre vidas em campos minados e anseios por verdejar. Os novos frutos que cresciam a cada dia me davam esperança de amadurecimento e colheita de um trabalho que, assim como a mangueira, não começou há alguns meses nem há quatro anos, pois toda árvore já foi semente. Com essa analogia, quero dizer que não é possível agradecer a todas as pessoas que estiveram e colaboraram para que esta tese amadurecesse neste momento. Mas é necessário reconhecer que cada uma delas teve sua contribuição significativa ao me inspirar, acolher e aconselhar.

Dessa forma, agradeço à minha família por todo apoio na minha jornada acadêmica e pelo conforto no processo de escrita. Aos professores do CPDA, em especial ao meu orientador Renato Maluf, pela atenção e cuidado em me ajudar a direcionar as ideias. À Cláudia J. Schmidt, pelo interesse e conselhos sempre assertivos. Ao Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), onde elaborei parte dessas ideias. Agradeço às minhas amigas cepedianas Cíntia Pinheiro e Sarah Luiza. Fui abraçada por elas em cada angústia e alegria compartilhadas nesse processo.

Mais que especial, agradeço às mulheres do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM) e à comunidade Terra Prometida, que me situaram na pesquisa com o pé no chão, o estômago cheio de comida saborosa e a cabeça com novas ideias de vida e bem-viver. Estas, espero que floresçam, fecundem-se e amadureçam, para que sejam alimento e novas sementes de vida e futuros desejáveis.

Por fim, agradeço às instituições de fomento à pesquisa. À CAPES, que contribuiu com a bolsa de pesquisa. Também à Fundação Tide Setubal e ao Itaú Cultural, com o Prêmio “Ancestralidades de valorização à pesquisa 2024: meio ambiente e raça”, que reconheceu meu trabalho como uma contribuição valiosa à pesquisa em referência ao conhecimento da população negra.

CARVALHO, Karina de Paula. Isso é que muda: produzir Soberania Alimentar está para além do plantar. Tese de Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 329p. 2025.

RESUMO

Este trabalho analisou as estratégias das mulheres do Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM) na construção da soberania alimentar, em meio às injustiças étnico-raciais e de gênero vividas na favela Terra Prometida, no Complexo da Penha (RJ). Por meio da pesquisa de campo, objetivou compreender as questões e estratégias mobilizadas pelo coletivo, que aqui se lê como esforços em prol do acesso à comida de verdade e da construção da soberania como um dos instrumentos capazes de contestar as injustiças. Diante de um território minado entre o narcotráfico, milícia, mineração, violência institucional e desejos de “verdejar” pela Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada, dentre outras questões entrelaçadas, o olhar foi lançado sobre aquelas em que as noções de soberania alimentar e justiça são mobilizadas e empregadas no cotidiano das ações coletivas de mulheres negras que almejam morar, plantar e colher na favela. A pesquisa acompanhou-as apropriando-se desses elementos como princípios inseparáveis que nomeiam as injustiças e capacitam suas ações no território e fora dele. Discute-se como as experiências populares de abastecimento solidário, no caso do CEM, podem ser compreendidas como expressões concretas de promoção de justiça alimentar, ao reivindicarem não apenas o acesso físico e econômico à comida, mas também direitos e autonomia para além do plantar. Traduzidas aqui como “soberania alimentar além do plantar” e justiça no colher e comer. Tal concepção amplia essas noções postas em análise, pela perspectiva da justiça antirracista e antissexista, ao incorporar dimensões de emancipação política de mulheres negras faveladas. Inspirada por epistemologias das encruzilhadas e interseccionalidades nas dinâmicas comunitárias e pelo protagonismo dessas mulheres em específico, temos que essas experiências desestabilizam a racionalidade produtivista e mercantil que sustenta o sistema alimentar dominante, aproximando-se da perspectiva da redistribuição-reconhecimento para abolir ou mitigar, o mais possível, as desigualdades arbitrárias. Uma possibilidade para que diferentes grupos sociais acessem em condições equitativas a comida de verdade e possam viver com dignidade. Simultaneamente, ampliando no processo suas capacidades coletivas de decisão e ação em torno da comida. Por fim, a excepcionalidade das experiências das Mulheres em Ação do CEM traduz-se na prática a justiça em termos de práxis compartilhada, que se realiza na construção de laços comunitários e afetivos de abastecimento, na gestão autônoma dos quintais e hortas, na Cozinha Solidária e na Escola Popular de Agroecologia. Assim, não se inserem no campo agroecológico apenas como uma resposta emergencial à fome, mas como uma trincheira de resignificação do território da violência para o território do bem-viver, pela “comida livre de violência”, que desafia o crime organizado e o Estado, bem como a Agroecologia e as políticas públicas, ao nos fazer repensar as formas de garantir o direito humano à alimentação sob a ótica da justiça racial, de gênero e territorial.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Justiça Alimentar; Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada; Mulheres Negras Faveladas.

CARVALHO, Karina de Paula. *This Is What Changes Things: Producing Food Sovereignty Goes Beyond Planting*. Doctoral Thesis on Social Sciences in Development, Agriculture and Society. Institute of Human and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 329 p., 2025.

ABSTRACT

This study analyzed the strategies developed by the women of the *Centro de Integração da Serra da Misericórdia* (CEM) in constructing food sovereignty amid the ethnic-racial and gender injustices experienced in the Terra Prometida favela, located in the Complexo da Penha (Rio de Janeiro). Through field research, it aimed to understand the issues and strategies mobilized by this collective, interpreted here as efforts to ensure access to “real food” and to build sovereignty as an instrument capable of contesting multiple injustices. In a territory marked by the presence of drug trafficking, militia groups, mining activities, institutional violence, and the collective desire to “green” the area through Favela-Based Agroecological Urban Agriculture, among other intertwined challenges, the analysis focused on how notions of sovereignty and justice are mobilized and enacted in the daily practices of Black women who seek to live, plant, and harvest within the favela. The research followed these women as they appropriated such notions as inseparable principles- naming injustices and empowering their actions both within and beyond their territory. It discusses how popular experiences of solidarity-based food distribution, as in the case of CEM, can be understood as concrete expressions of food justice promotion, as they demand not only physical and economic access to food, but also rights and autonomy *beyond planting*. Here, these practices are translated as “food sovereignty beyond planting” and “justice in harvesting and eating.” This conception expands the analytical scope of these notions through an antiracist and antisexist lens of justice, incorporating the political emancipation of Black women from the favela. Inspired by intersectional and crossroads epistemologies that shape community dynamics and by the protagonism of these women in particular, these experiences are shown to destabilize the productivist and market-oriented rationality sustaining the dominant food system. They resonate with the redistribution-recognition perspective, aiming to abolish or at least mitigate arbitrary inequalities - so that different social groups may have equitable access to real food and live with dignity. Simultaneously, these practices strengthen collective capacities for decision-making and action around food. Ultimately, the exceptional experiences of the *Mulheres em Ação* collective at CEM are understood here as strategies of justice enacted through shared *práxis* - realized in the construction of community and affective food networks, autonomous management of backyards and gardens, solidarity kitchen, and the Popular School of Agroecology. Thus, their practices are not merely emergency responses to hunger but rather trenches of resistance and re-signification, transforming a territory marked by violence into one of *good living* (*bem viver*). Through the pursuit of “food free from violence,” these women challenge both organized crime and the State - as well as Agroecology itself and public policies- inviting us to rethink how the human right to food can be guaranteed through the lenses of racial, gender, and territorial justice.

Keywords: Food Sovereignty; Food Justice; Urban Agroecological Agriculture in Favelas; Black Women in Favelas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Encruzilhada socio-espacial e simbólica do CEM e da Comunidade Terra Prometida	31
Figura 2: Arte que representa o CEM.....	39
Figura 3: Entrada da Escola Popular de Agroecologia e a Biblioteca.....	42
Figura 4: Primeiro local de organização das Mulheres em Ação	43
Figura 5: Roda de Mulheres: Ginecologia Natural e oficina de garrafada	44
Figura 6: Município do Rio de Janeiro, Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas...48	
Figura 7: Município do Rio de Janeiro: imagem aérea, com destaque para os maciços montanhosos	49
Figura 8: Complexo de Favelas presentes na Serra da Misericórdia.....	51
Figura 9: Carta topográfica da Serra da Misericórdia	54
Figura 10: Localização da SM, com a delimitação do parque urbano (área amarelada) e da APARU (traço vermelho) e os bairros do entorno	55
Figura 11: Fotografia panorâmica da área de exploração das pedreiras Lafarge e Anhanguera na SM.....	58
Figura 12: Processo de ocupação da Terra Prometida, 2018.....	61
Figura 13: Casa de Apoio do CEM, Terra Prometida	63
Figura 14: Número de operações policiais por região administrativa na cidade do RJ (2006-2019) e grupos armados, com destaque para o Bairro da Penha.	83
Figura 15: Mobilização de moradores em prol de uma jovem atingida e o balanço do transtorno da Operação Torniquete.....	89
Figura 16: Roda de Mulheres no intercâmbio Festa da Primavera, no Quilombo Mulheres de Pedra.	98
Figura 17: Responsáveis pela Cozinha Solidária Mulheres em Ação	102
Figura 18: Faixa de oferta de refeições da Cozinha Solidária Comunitária Mulheres em Ação na Terra Prometida	103
Figura 19: Mercadinho e quintal de Dona Maria	106
Figura 20: Visita ao quintal agroecológico de Leildes Xavier	107
Figura 21: Mapa Racial de pontos do município do RJ, 2010	142
Figura 22: Feira livre, Rocinha 1966.....	145
Figura 23: Sistematização linha do tempo das atividades do CEM (2010-2024)	157
Figura 24: Seminário “Afluentes do Rio”, em 29 de setembro de 2023	158
Figura 25: Feira Solidária CEM no período da pandemia (2021)	244
Figura 26: Roda de Mulheres “Autocuidado, Trabalho e Solidariedade”	269
Figura 27: Roda de Mulheres “Ginecologia Natural”	275

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção da população residente total e proporção de população em favelas, por Áreas de Planejamento.	50
Gráfico 2: Insegurança Alimentar e Nutricional na Terra Prometida	66
Gráfico 3: Locais de acesso à alimentação moradores Terra Prometida	68
Gráfico 4: Interferências nas escolhas alimentares na Terra Prometida.....	69
Gráfico 5: Percepção dos moradores Terra Prometida sobre território com dignidade	71
Gráfico 6: Distribuição da violência armada, RJ e RMRJ, maio de 2025.....	85
Gráfico 7: Evolução da População Urbana e Rural ERJ (1950-2022)	126
Gráfico 8: Comparativo da urbanização entre o estado do RJ e a RMRJ (1960-2022)	127
Gráfico 9: Identidades dos envolvidos no abastecimento popular de alimentos no ERJ, 2023	137
Gráfico 10: Estimativas de SAN e dos níveis de InSAN na cidade do RJ	150
Gráfico 11: Estimativas de SAN e dos níveis de InSAN por raça/cor e gênero na cidade do RJ	151
Gráfico 12: Equipamentos de SAN por APs	153
Gráfico 13: Distribuição das feiras livres por APs município do RJ	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fala de Ana S. sobre como surge o CEM.....	40
Quadro 2: As características da fome na Terra Prometida	67
Quadro 3: Número de chacinas por bairros, RJ (2007-2021).....	84
Quadro 4: Reações às operações policiais pelas moradoras da Terra Prometida, outras favelas da Penha e integrantes do CEM.....	87
Quadro 5: Cadastro CEM, Plataforma Agroecologia em Rede.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Social por Área Administrativa	52
Tabela 2: População urbana e rural no Estado do Rio de Janeiro (1950-2022)	125
Tabela 3: População Urbana e Rural do município do Rio de Janeiro (1960 e 2010)	126
Tabela 4: Síntese de Indicadores Município do RJ	140
Tabela 5: Percentual da população no município RJ, por raça/cor, 2022	143

LISTA DE ABREVIACÕES

AARJ – Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro

ACS – Agente Comunitário e Saúde

AeR – Plataforma Agroecologia em Rede

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APARU - Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana

APAS - Agentes Populares de Alimentação e Saúde

APS – Atenção Primária em Saúde

AS-PTA- Agricultura Familiar e Agroecologia

AU – Agricultura Urbana

AUAF – Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CBJC – Centro Brasileiro de Justiça Climática

CEASA - Centrais de Abastecimento

CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia

CNAU – Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPDA – Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CTPD - Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos-Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro

CV - Comando Vermelho

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

ERJ - Estado do Rio de Janeiro

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GACC - Grupo de Articulação do Canal do Cunha

GCD - Geração Cidadã de Dados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA - Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MNU - Movimento Negro Unificado

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEEPS - Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde

NEV - Núcleo de Estudos da Violência

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PAA - Programa de Aquisição Alimentar

PBF – Programa Bolsa Família

PCC - Primeiro Comando da Capital

PCP – Primeiro Comando Puro

PMRJ – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

PNAA - Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNAAB - Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNAE - Política Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POP - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Rede PENSSAN – Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RedeCAU – Rede Carioca de Agricultura Urbana

RFS – Rede Favela Sustentável

RJ – Cidade do Rio de Janeiro

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SAD - Sistemas Alimentares Descentralizados

SINAC - Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SM - Serra da Misericórdia

SOLTEC - Núcleo de Solidariedade Técnica

SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

VBG - Violência Baseada em Género

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
Desejos de cais: trajetória e travessias na pesquisa	19
INTRODUÇÃO	23
“Isto é que muda”.....	23
A entrada no território e o processo de trabalho de campo	27
Entre encruzilhadas e interseccionalidades territoriais: junções, fricções e fluxos.....	30
Existe um vão entre o trem e a plataforma.....	32
1 – O ANÚNCIO DA FAVELA COMO BEM-VIVER E OS DESAFIOS PARA PROMOVER SOBERANIA ALIMENTAR NA SERRA DA MISERICÓRDIA	38
1.1 Quem anuncia	38
1.1.1 O Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM).....	38
1.1.2 Eixos estratégicos de ação.....	41
1.2 A Serra da Misericórdia: um espaço conquistado entre trocas de tiros, mudas e sementes ..	45
1.2.1 A sócio-espacialidade da Serra da Misericórdia	46
1.2.2 “ <i>Esta redondeza sem paz, pálida e poluída</i> ”: O movimento socioambiental por justiça e direito à cidade	52
1.2.3 “ <i>O seu verde precisa verdejar esta redondeza</i> ”: a conquista da Terra Prometida de onde se tira o alimento.....	59
1.2.4 Dados da Terra Prometida: população, moradia, solidariedade e acesso à alimentação	64
1.3 “Por entre balas e fumaças zona norte Rio”: Grupos Criminosos Armados em domínio do território	73
1.3.1 Os Comandos do Narcotráfico e a Milícia: a favela nas representações e vivências	78
1.3.2 As operações policiais, as chacinas e distribuição da violência armada no Rio de Janeiro	82
1.3.3 “A vida sob cerco” ou o viver cotidiano cerceado pela sociabilidade violenta.....	85
1.3.4 “ <i>Que Deus esteja com todas as mulheres e crianças</i> ”	86
1.3.5 O cúmulo	90
1.4 A Serra da Misericórdia: “outro lugar que não é o da violência”	100
1.4.1 “Comida Livre de Violência”: a luta cotidiana se faz erguendo trincheiras.....	100
2 – ABASTECIMENTO ALIMENTAR, DISPUTAS SOCIO-POLÍTICAS E O ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO SUBÚRBIO CARIOCA	106
2.1 Abastecimento alimentar: uma disputa social, política e histórica	109
2.1.1 A construção de um sistema público de abastecimento alimentar: entre dilemas estruturais e projetos políticos em disputa.....	111
2.1.2 Política Nacional de Abastecimento Alimentar: novos arranjos institucionais e velhos desafios	116
2.1.3 Abastecimento alimentar na ótica da descentralização e sustentabilidade dos sistemas alimentares	118
2.2 Uma contextualização histórica do abastecimento alimentar no estado fluminense: Desruralização, Desagriculturização e Deslocação	124
2.2.1 Desruralização.....	125
2.2.2 Desagriculturização: há agricultura no estado do Rio de Janeiro?.....	128

2.2.3 Deslocalização: abastecimento centralizado, dependência privada e o referencial de “alimentação pelo mercado”	129
2.3 Experiências de abastecimento popular e solidário no estado do Rio de Janeiro	134
2.3.1 Produção para o autoconsumo, redes de solidariedade e acesso às políticas públicas	136
2.4 Um Rio de desigualdades: os impactos da dinâmica de reestruturação socioespacial na capital fluminense	139
2.4.1 Acesso à alimentação na periferia carioca, com base em indicadores e estratégias adotadas no âmbito estadual e municipal	148
2.5 A experiência do CEM diante da disputa do abastecimento e do Campo Agroecológico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	155
3 - SOBERANIA ALÉM DO PLANTAR E JUSTIÇA NO COLHER E COMER: CONTESTAÇÃO DAS INJUSTIÇAS ALIMENTARES POR RAZÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO	166
3.1 A ideia de Justiça e a crítica às soluções perfeitas	168
3.2 A substância da justiça e as desigualdades interseccionais: onde estão raça e gênero na teoria da justiça?	174
3.2.1 Raça e Gênero na perspectiva crítica da justiça normativa	174
3.2.2 Por uma teoria da justiça antirracista e de gênero	179
3.2.3 Os dilemas da justiça: o reconhecimento da igualdade na diferença	186
3.3 A Agroecologia como potencial transformador mais amplo da sociedade.....	190
3.3.1 Movimentos sociais alimentares e as dimensões-chave para a justiça	192
3.3.2 Soberania Alimentar e Justiça Alimentar: categorias analíticas radicais e de ação no contexto latino-americano	200
3.3.3 A Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em diálogo com a justiça alimentar.....	207
3.3.4 Uma discussão sobre “acesso” e “acesso ao alimento de qualidade”	212
3.4 Soberania e justiça alimentar em território favelado: para além de uma proposta teórica. 216	
3.4.1 Soberania e justiça alimentar em contexto de violência e feminização da pobreza	217
3.4.2 Os pobres urbanos se apropriando da soberania e justiça alimentar	223
4 - MULHERES NEGRAS EM AÇÃO POR SOBERANIA E JUSTIÇA ALIMENTAR EMANCIPATÓRIA NAS ENCRUZILHADAS.....	228
4.1 O apagamento de epistemologias negras e a enunciação da margem.....	230
4.2.1 Entre Encruzilhadas e Confluências	230
4.2.2 Corpo-território de mulheres negras faveladas: confluências de saberes outros	235
4.3 A experiência da soberania e justiça alimentar como práxis compartilhadas.....	242
4.3.1 A atuação e a influência do CEM em relação ao acesso à alimentação na Terra Prometida	243
4.3.2 A Cozinha Solidária e a Escola Popular de Agroecologia como tradução política do cotidiano	245
4.4 Mulheres negras em ação: autogestão nas encruzilhadas	252
4.4.1 Estratégias para autogestão	254
4.4.2 “Como a gente deixa de ser dado e passa a ser protagonista dessa ação?”	259
4.4.3 Mulheres negras e o cuidado: maestria e sobrecarga	263
4.4.4 A Roda de Mulheres: uma experiência política de Agroecologia e Saúde na promoção de cuidados.	267

4.5 Agroecologia, Saúde, Soberania e Justiça alimentar: elos para a emancipação.....	276
4.5.1 As mulheres do CEM na cena carioca: projetos coletivos de bem-viver na favela.....	280
O vão.....	280
Como alcançar a plataforma?	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
Pode uma favela se alimentar?	284
REFERÊNCIAS	291

APRESENTAÇÃO

Desejos de cais: trajetória e travessias na pesquisa

As motivações para a escolha da pesquisa dessa tese advêm de um acúmulo de uma vida inteira. Digo isso porque a “comida” para além de seu significado no *stricto sensu* me atravessa desde sempre. Não tenho como dizer quando começou a me despertar curiosidades e questionamentos. Por isso, peço licença para iniciar essa escrita contando um pouco sobre as minhas origens e trajetória de vida e pesquisa. Venho de uma realidade que, a olho nu, não tem nada que ver com a realidade que, na cidade do Rio de Janeiro, me aguçou enquanto *lócus* de pesquisa. São modos de vida, clima, bioma e cultura completamente diferentes. Eu nasci e cresci no cerrado, em Chapada do Norte, uma cidade rural do Vale do Jequitinhonha, região Nordeste de Minas Gerais. Saio de uma realidade quilombola, na luta por água, pela permanência no território e seus meios de vida e sobrevivência e venho estudar uma realidade de favela, em uma cidade “altamente” urbanizada.

Em matéria de comparação, o Vale do Jequitinhonha e o Rio de Janeiro não possuem similaridades. Dessa forma, pode-se presumir que minha motivação de pesquisa se deu pelo fato de eu estar lidando com uma realidade nova. De fato, fazer pesquisa em uma grande metrópole e, sobretudo, em uma comunidade/favela é algo que me é inédito. Essa novidade permitiu desafiar-me enquanto pesquisadora da questão alimentar.

Creio que parte do meu interesse por comida pode estar associada ao fato de eu ser da primeira geração da minha família a não passar fome. No lugar de histórias de ninar, as mulheres que me criaram me contavam histórias do “tempo da fome”. O medo do espectro da fome que sempre rondou minha família e o desejo de poder contar outras histórias fizeram minha geração buscar combustível na educação e ingressar na Universidade.

No curso de Economia, da Universidade Federal de São João del-Rei, sofri um choque cultural ao me inserir em um ambiente acadêmico branco e de classe média (eu era a única menina negra da minha turma, o que veio a se repetir no mestrado e agora no doutorado). Isso me fez recorrer à ajuda de colegas estudantes negras(os) para que eu pudesse me identificar. Encontrei apoio no grupo de mulheres negras da universidade e da comunidade sãojoanense, o Dandara. Aprendi sobre teorias feministas e epistemologias subalternas. Passei por intelectuais brasileiras, como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz de Nascimento e tantas outras latino-americanas. No entanto, foi Carolina Maria de Jesus quem me deu inspiração maior para

entender os condicionantes sociais e estruturais da fome, pelo seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960)”.

Outra questão foi o fato de, por possuir uma vivência rural, estranhei quando passei a integrar uma realidade urbana. O maior deles foi a cultura alimentar e o acesso à alimentação quase exclusivamente por meio dos supermercados. Mesmo sendo assistida pela política de ações afirmativas (auxílio-alimentação e moradia), eu desenvolvi anemia. Eu havia reduzido o número de refeições e a diversidade de alimentos, como frutas e vegetais. A cada ano ficava mais elevado o preço dos alimentos, o que causou mudanças no meu cardápio alimentar.

Foi nesse processo que eu percebi que o espectro da fome me rondaria em qualquer lugar, seja nos estudos econômicos sobre pobreza, vulnerabilidade social, desigualdades, dentre outros, nos movimentos sociais e estudantis em que eu estava envolvida, na insegurança alimentar que vivia na Moradia Estudantil com outros(as) colegas, seja na trajetória da minha família. Ele sempre estava lá. Neste momento, eu decidi encará-lo de frente e me dediquei a estudar a fome no Brasil. Nos estudos da Geografia da fome de Josué de Castro (1946), eu chego ao desenvolvimento dos conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN); ao conceito de Vulnerabilidade Social; às desigualdades alimentares; à questão agrária, dentre várias discussões sobre os sistemas alimentares.

Dos percursos pessoais de dificuldades de acessar alimentos na cidade, eu passei a questionar essa vivência urbana e a insegurança alimentar, que muitas das vezes não aparece como fome. Muitas pesquisas, como os dois inquéritos da Rede PENSSAN (2020 e 2021), demonstram que a fome e a insegurança alimentar e nutricional são muito mais expressivas em áreas rurais. Além disso, possui gênero, cor e grau de escolaridade demarcados, sendo mais expressiva nos lares comandados por mulheres negras de baixa escolaridade. No entanto, eu percebi que nas cidades, as desigualdades são construídas por vários condicionantes que produzem emblemas bem particulares. A falta ou dificuldade de acesso aos alimentos, sobretudo nos grandes centros urbanos, opera sob uma lógica devido a socio-espacialidades, tais como o domínio das grandes redes supermercadistas, como demonstrou Emília Jomalinis (2022) em sua tese de doutorado e um projeto de planejamento urbano que negligencia - quando não exclui - a classe trabalhadora de uma infraestrutura urbana adequada.

O que me motivou ainda mais a pensar a alimentação nas cidades foi uma pesquisa de iniciação científica que desenvolvi junto com a população em situação de rua na cidade de São João del-Rei. Passar a compreender as dinâmicas das cidades me fez aprofundar melhor os

temas do abastecimento alimentar urbano, sobre acesso por parte da população mais empobrecida e segregada. Isso me levou aos estudos sobre direito à cidade de Henri Lefebvre (2008), o que me permitiu maior motivação para os estudos da questão alimentar nas cidades. No mestrado, entendi que os estudos urbanos sobre desigualdades alimentares abrem um leque de possibilidades para enfrentar o debate sobre a produção do espaço, sexismo, racismo estrutural e institucional e planejamento urbano no abastecimento alimentar das cidades e, por consequência, a capacidade de acesso por parte dos grupos vulnerabilizados e periféricos.

Entrei no doutorado ainda muito influenciada pelos estudos do desenvolvimento pela ótica de Amartya Sen e propus uma questão inicial que visava compreender as estruturas opressivas diversas que promovem desigualdades, inseguranças, injustiças e conflitos nos territórios e o papel do alimento e da alimentação nesses processos. O questionamento residia em torno das questões que demarcam relações de poder, conjugadas em ações públicas que conformam os espaços políticos alimentares. Neste cenário, eu buscava identificar como os fluxos, as fricções e junções de atores diversos presentes nestas questões fazem insurgir diversas iniciativas ligadas à SSAN para agenciar a justiça social com objetivos de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sobretudo de grupos étnico-raciais que historicamente estão no centro de gravidade dos custos dos sistemas alimentares dominantes.

Com o correr do curso, das aulas, da imersão na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, eu fui refinando minha questão de pesquisa. Esse aperfeiçoamento ampliou meu repertório teórico das Ciências Sociais, da Sociologia da Alimentação e da Antropologia dos estudos urbanos. Além das disciplinas e outros espaços de conhecimento que o CPDA propicia, eu tomei a liberdade de buscar cursos e espaços de debates e produções de conhecimento em outras instituições como o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); eventos e encontros promovidos por movimentos sociais agroecológicos, articulações e grupos de agricultoras, pesquisadoras, dentre outros, atuantes na cidade do Rio de Janeiro.

Como título dessa breve apresentação, faço alusão aos “desejos de cais” e travessias (como canta Milton Nascimento) sobre meu percurso na pesquisa para evidenciar meus anseios enquanto pesquisadora corporificada em minha incessante vontade de me lançar sobre realidades desconhecidas, para analisar questões que falam sobre a vida de pessoas e seus cotidianos (sem perder de vista meu cais). Uma forma de tentar retirar os calçados que confortam e protegem os pés da academia e colocá-los em contato com o chão.

Para finalizar, este trabalho de tese materializa esse meu percurso de atravessar com pés descalços as estratégias das mulheres do Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM) na construção da soberania alimentar, em meio às injustiças étnico-raciais e de gênero vividas na favela Terra Prometida, no Complexo da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. E, para além de jogar luz sobre injustiças, colocar em relevo a construção de laços comunitários e afetivos de abastecimento pautados no bem-viver e na solidariedade. Lidos aqui como ações que visam alcançar justiça às mulheres negras faveladas e sua comunidade, via transformação social ao evidenciarem o papel dos alimentos nos processos em curso no território.

Boa Leitura!

INTRODUÇÃO

“Isto é que muda”

Aqui se trata de uma experiência de Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada. Quando se fala de agricultura urbana na favela, estamos falando de um outro lugar que tem a beleza de colher, mas tem também o estar lá em cima e ter que descer correndo porque tá tendo tiro, de construir a cisterna com muita dificuldade, porque por um mês na estrada não vai poder passar nada... Isso é que muda, ter que fazer o que dá, produzir soberania alimentar está para além do plantar. Essa é a estratégia de trazer a Serra da Misericórdia para outro lugar, que não é o da violência (...) o espaço de integração é para repensar este lugar, ensinar às crianças e mães uma leitura crítica [Diário de Campo, registro da fala de Ana Santos, 22 de junho de 2023].

A noção de justiça social constitui-se presente nos três pilares que fundamentam as Ciências Sociais (sociedade, indivíduo e cultura). Com base no seu estudo ocidental, a ideia de “justiça” - e, por extensão, de “injustiça” - é tida como um senso compartilhado por todas(os) nós, embora não exista consenso em torno de seu significado (Aristóteles, 1991). Em um mundo profundamente capitalista e marcado por múltiplas formas de desigualdades e privações, as concepções clássicas associadas a aspectos distributivos e individuais (como nos contratualistas, Rawls, 2016) revelam-se insuficientes para explicar a realidade. Os pensamentos feministas, por sua vez, foram fundamentais ao evidenciar que tais injustiças estão enraizadas nas próprias estruturas sociais, que produzem e reproduzem desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe, dentre outras.

Na alimentação, o conceito de justiça alimentar, ainda que recente nas Ciências Sociais e no campo das políticas públicas, emerge como uma categoria política e ética fundamental para compreender as disputas em torno do DHAA, da soberania dos povos e das desigualdades estruturais que marcam os sistemas alimentares contemporâneos. Ele parte do reconhecimento de que a fome e a insegurança alimentar não são apenas resultados da escassez de recursos, mas consequência direta de processos históricos de exclusão, racismo e sexismo nos territórios.

Quando iniciei o Doutorado em plena pandemia de Covid-19, o Brasil estava de volta ao Mapa da Fome. Foi a confirmação de que minha pesquisa não se mostrava apenas relevante, mas necessária. Como pesquisadora militante, eu me indignava e questionava como promover soberania alimentar e justiça social em realidades tão distópicas. Nascia um esforço de questionar o conceito de “justiça alimentar” ainda incipiente no Brasil, como um reforço à noção brasileira de SSAN e às estratégias no acesso a direitos. Pretendia, com isso, deslocar o olhar sobre questões amplas de acesso a direitos em direção às esferas locais, nas lutas por

equidade de atores sociais. Para além de pensar os grupos sociais vulnerabilizados como receptáculos dos processos em curso nos territórios e das relações de dominação sobre grupos racializados, queria iluminar suas estratégias de resistências, insurgências e autonomias nas dinâmicas territoriais.

Ainda no regime remoto, sem perspectivas da possibilidade de produzir uma pesquisa de campo, eu já buscava fazer uma análise sobre o estudo da arte de lutas por justiça social para questionar como a soberania alimentar pode ser lida como propósito de equacionar questões de injustiças no acesso à alimentação. Um questionamento latente em mim era: como a soberania alimentar se torna alternativa peculiar para a transformação da realidade social, colocando aqueles que sofrem de injustiças na busca por alimentação no centro das políticas públicas?

Interessada em compreender as múltiplas dimensões da justiça - e das injustiças - no acesso à alimentação, propus-me a mergulhar na realidade das periferias urbanas, escolhendo como campo a cidade do Rio de Janeiro, devido a suas particularidades com a questão das desigualdades. Enquanto isso (eu ainda não tinha conhecimento), as mulheres do CEM, na recente ocupação da Terra Prometida, estavam promovendo autogestão como estratégia de resistência agroecológica e comunitária para enfrentar o cenário pandêmico: sem acesso à saúde, atrasos nas vacinas, dificuldade em obter o Auxílio Emergencial, o desemprego, a escassez de água, violência institucional, e, a fome que, além delas, atingia mais de 19 milhões de pessoas no Brasil (Rede PENSSAN, 2021).

Em 2022, ao chegar no Rio de Janeiro, por intermédio de professoras e colegas do CPDA, me envolvi no campo agroecológico fluminense e pude circular por diversas experiências de Agricultura Urbana (AU) em uma metrópole. Algo novo para alguém vinda do interior rural de Minas Gerais. Foi em um desses momentos que conheci Ana Santos e a existência de mulheres negras faveladas disputando o abastecimento local enquanto constroem um sonho de viver e plantar na favela Terra Prometida, que se soma a tantas outras na Serra da Misericórdia (SM), conhecida como o último suspiro da Mata Atlântica na região Norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em junho de 2023, visitei pela primeira vez a Terra Prometida, no Complexo da Penha, para conhecer a experiência de mulheres negras articuladas no Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM). Naquele momento, minha cabeça estava tomada por questionamentos. Fazer perguntas, afinal, é o ofício de quem se desafia na pesquisa - e foi ali que percebi o

potencial de desenvolver um trabalho de tese capaz de dialogar com as lutas e anseios de bem-viver de um projeto feminista negro que aponta para um futuro melhor.

Embora o cenário ainda me parecesse nebuloso, o simples ato de caminhar por ruas de terra, observar os resquícios de mata nativa, as casas erguidas com madeira improvisada e os quintais produtivos que sustentavam aquelas famílias, tornou evidente para mim que, se o objetivo era compreender soberania alimentar e os processos de contestação das injustiças, nenhum lugar poderia ser mais instigante do que acompanhar o anúncio de mulheres negras em uma favela em ascensão.

A frase *“Isto é que muda”* que serve como epígrafe desta introdução e inaugura a problemática, eu ouvi na primeira vez que estive na Terra Prometida, quando foi indagada à Ana Santos, cogerora do CEM, do que se tratava aquela organização. Essa explicação sobre o que é o CEM me despertou para um emaranhado de questões.

Mesmo depois de um tempo estudando sobre conceitos de SSAN e vivenciando experiências em territórios rurais e urbanos, ficou nítido para mim que eu estava diante de um novo conceito de “soberania alimentar”. A frase *“isso é que muda”* virou a chave necessária para me jogar num manancial de inquietações de pesquisa. Era o que eu precisava para indagar os atravessamentos que se conformam no território e buscar responder o que faz do CEM uma excepcionalidade na promoção de soberania alimentar e justiça alimentar. Por que elas precisam destacar que ali se faz “Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada”?

Quando se trata de movimentos sociais, como organizações comunitárias e de mulheres, a ideia de “mudança” associa-se à de transformação da realidade vivida. No caso do CEM não é diferente, no entanto, na fala dita por minha interlocutora: *“Isso é que muda, ter que fazer o que dá, produzir soberania alimentar está para além do plantar”*, logo em seguida de descrever as questões que vivenciam cotidianamente no trabalho do CEM, na Terra Prometida, ela ganha uma nova conotação. Neste caso não está em evidência somente uma perspectiva de mudança, mas de destacar as diferenças das pedras do caminho. Mudança é algo que se almeja para o futuro e implica ação hoje, o que na realidade do CEM envolve diversos atravessamentos, sendo alguns destes riscos iminentes de morte, por isso, “tem que fazer o que dá”.

Percebi que a particularidade no caso das mulheres negras faveladas da Terra Prometida é um viver cerceado pelas encruzilhadas e interseccionalidades territoriais. Neste sentido, este algo de particular presente nas lutas diárias das mulheres do CEM que as impedem de promover

soberania alimentar as unem no propósito de contestar as injustiças, com fundamento nos princípios antirracista, feminista e emancipatório para alcançar direitos na SM. Elas se esforçam para enfrentar as questões socio-espaciais das dinâmicas do abastecimento alimentar na cidade, que é perpassada além do controle corporativo, mas as questões particulares da favela e do campo agroecológico. Fazem isso por meio da “Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada” (AUAF), para disputar o acesso à comida de verdade.

Decorrem daí alguns questionamentos da pesquisa: Pode uma favela se alimentar? Essa questão busca superar a ideia de acesso físico ao se valer da noção de abastecimento alimentar pela perspectiva de direitos, implicada na SSAN para chegar ao acesso a alimentos de qualidade, tendo em vista a complexidade das periferias urbanas. Para além do acesso aos moradores de favelas, a pesquisa busca alcançar a realidade das mulheres negras faveladas, ao compreendermos que raça e gênero são determinantes da alimentação (Rede PENSSAN, 2022). São elas também que protagonizam os esforços para o acesso ao DHAA.

Neste sentido, como promover soberania alimentar enquanto se luta para enfrentar injustiças impostas a seus corpos e ao território? Como a soberania se torna o meio de promover justiça pela comida ao passo que se almeja a transformação dentro e por meio da favela? Nos termos da Agroecologia como ciência e prática, que se consolida em um campo de disputas, como o coletivo, desde seu território e sua particularidade de luta, se faz representado e contribuinte, tanto em termos conceituais, teóricos quanto práticos? Vamos ver que a luta por soberania e justiça também envolve disputas epistemológicas nas quais mulheres negras têm se posicionado para evidenciar o racismo e o sexismo do movimento por soberania alimentar que não está imune de promover essas opressões.

A intenção é partir da questão alimentar para analisar os elementos que envolvem o plantar, colher e comer na favela Terra Prometida: acesso a direitos fundamentais, como terra e moradia, água, saneamento básico, alimentação adequada e saudável, acesso a insumos e aos circuitos de comercialização de produtos agroecológicos, trabalho, lazer, saúde. Em meio a essas questões está também a segurança dos/as moradores/as que lidam cotidianamente com o conflito armado entre o narcotráfico e as políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, baseada na “guerra às drogas”.

Diante das ações movidas pelas mulheres do CEM na comunidade e fora dela, um cuidado central que este trabalho se propôs, como exercício epistemológico fundamental, foi trazer seu protagonismo pela ótica do anúncio, não da falta e da escassez, mas da abundância,

compreendendo-as como a materialização de um projeto coletivo em prol da vida e do bem-viver em um território historicamente anunciado como o vilão, um problema a ser combatido (Valladares, 2005). Cumpre dizer que este trabalho não tece análises homogeneizantes sobre o território das favelas e suas(seus) moradoras(es). Seu propósito foi colocar no centro da análise experiências de mulheres na disputa política para garantir a vida pela transformação social e o papel dos alimentos nessa transformação.

A entrada no território e o processo de trabalho de campo

Gostaria de insistir na natureza corporificada de toda visão e, assim, resgatar o sistema sensorial que tem sido usado para significar um salto para fora do corpo marcado e para um olhar conquistador vindo de lugar nenhum (Haraway, 1988).

Em 25 de maio de 2023 seria meu primeiro contato presencial no CEM e na comunidade Terra Prometida. A programação incluía uma visita junto à turma da Disciplina de “Cuidados e Agroecologia”, ministrada pelas professoras do CPDA, Maria José Carneiro e Rodica Weitzman. A atividade não ocorreu porque houve uma operação policial no Complexo da Penha, na tarde do dia anterior. Em retaliação à operação policial, o CEM lançou uma nota de repúdio e sinal de resistência:

“Passamos mais um dia sob operação policial, que atirou para amedrontar e matar. Sobrevoaram nosso território, atirando e fazendo pressão psicológica, instauraram a guerra na mata, passaram com o caveirão¹ por nossas ruas. Até quando teremos nossos direitos violados? Nós queremos paz para morar, plantar, seguir com nossos sonhos, cuidar das próximas gerações. A Serra da Misericórdia é lugar de vida, não de morte. Alô Governador Claudio Castro, a próxima operação pode ser do saneamento básico!” (CEM, postagem no Instagram, 24/05/23.) Disponível em <https://www.instagram.com/p/CsowjIXJRG2/>

Essa foi minha primeira frustração, um fato de que o trabalho com que eu estava tentando lidar seria arriscado e que talvez nem se desenvolvesse. No entanto, como ensina Peirano (2014), uma pesquisa etnográfica nunca se sabe ao certo quando começa e quando termina. São nesses momentos arbitrários que reside nossa real disposição de nos expormos ao imprevisível. O sentimento de frustração foi o que me trouxe elementos significativos para compreender que eu não estava diante de uma organização de mulheres agricultoras urbanas. Mas uma afronta política em defesa do direito à vida.

¹ O Caveirão é um nome popular dado ao veículo blindado utilizado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em operações realizadas em favelas. A PMERJ o denomina como “pacificador” pelo seu uso para manutenção da ordem social. O apelido surgiu devido à gravura de uma caveira com uma adaga e garruchas cruzadas, logotipo do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (Bope). O veículo é visto pela população como símbolo de uma política violenta e criminalizadora da pobreza (MENEZES, 2015).

Desde então eu passei a monitorar as operações policiais que ocorriam e afetavam a vida da comunidade e as atividades do CEM. Um mês depois, seguindo todos os protocolos de segurança informados, foi possível realizar o trabalho de campo junto com a turma do CPDA. Do caminho até a comunidade eu fui observando vários elementos que formam aquela comunidade. Os acordos e contratos entre seus habitantes, as relações de poder e cooperação. Na entrada, pela rua Ferreira Chaves, é possível notar um aspecto importante para compreender a configuração sócio-espacial daquele local: o que antes era asfalto se torna chão de terra. Ana S. caracteriza a comunidade da seguinte forma: “Quando acaba o asfalto e começa o chão de barro, as casas de madeira e pau a pique despontam: “é uma área rural no meio urbano”.

Ana S. foi nos apresentando a comunidade e mostrando seus aspectos: as áreas de produção da agrofloresta, de criação dos animais; vimos cada um dos quintais e conversamos com as mulheres; nos foram mostrados os córregos que estão sendo soterrados pela exploração de minérios. Além desses aspectos muito marcantes, também foi possível identificar as casas de madeira improvisadas entre algumas de alvenaria, com dois cômodos.

Pelas encostas de morro, há marcas da degradação ambiental da Pedreira de exploração mineral que atua há dezenas de anos na SM. Vimos amontoados de cabos de internet jogados em uma encosta e descobrimos que o tráfico estava retirando das casas e queimando para obrigar os moradores a substituir a internet da milícia pela deles. Essa era uma estratégia do tráfico naquele momento para expulsar a milícia do território. Também descobrimos que havia diferenças entre as casas de madeira e de alvenaria porque o morador só poderia construir com aval do tráfico que “cedia” o terreno. Assim, quem tinha a permissão poderia construir uma moradia mais permanente, pois havia menos riscos de perdê-la. O Auxílio Emergencial no período da pandemia de Covid-19 teve papel significativo nesse processo de melhoria das moradias.

Neste dia, pedi a permissão à Ana S., cofundadora do coletivo, para desenvolver minha pesquisa no CEM. Expliquei que meu trabalho de pesquisa tinha o intuito de compreender a soberania alimentar na favela e que eu gostaria de participar das atividades de maneira atuante. Fui bem acolhida por ela e as demais mulheres; logo foram surgindo demandas e convites para participar de atividades. Minha entrada se deu na Roda de Mulheres, um dos eixos mais ativos do coletivo, por reunir mulheres quinzenalmente em encontros dentro e fora da comunidade.

O trabalho de campo então foi moldado pela agenda da Roda de Mulheres e demais atividades articuladas. Fui integrada no grupo estratégico de planejamento da Roda:

“Agroecologia e Saúde”, juntamente com professoras e pesquisadoras de projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), também da AS-PTA, e a médica residente na Clínica da Família Ana Maria Conceição dos Santos Correia (Clínica Ana Maria) do Sistema Único de Saúde (SUS). Todas nós mulheres, nossa responsabilidade era desenvolver as temáticas-chave e promover as práticas demandadas pelas mulheres do território.

Dentro desses espaços realizamos discussões e articulações com outros movimentos e pessoas envolvidas na agroecologia. Na prática, as Rodas aconteciam sempre às terças-feiras, às 14 horas na Clínica Ana Maria e em um salão alugado pelo CEM, na Rua Aimoré, uma das entradas da comunidade. Também em momentos esporádicos, em encontros e intercâmbios fora da Terra Prometida. Com o planejamento semestral dos temas e práticas a serem desenvolvidos, o trabalho exigia mobilizar as mulheres no decorrer da semana, dado que elas possuem seus afazeres, além da questão das inconstâncias do território por conta das operações policiais.

A maioria das mulheres participantes da Roda são adultas e idosas, com baixa participação de jovens do território. Devido à parceria com a universidade, jovens meninas estudantes extensionistas também participam. O que, a meu ver, modifica a dinâmica de envolvimento das mulheres do território. Quando não há a presença de estudantes, elas participam mais em falas e debates, trazendo suas questões pessoais.

A esse respeito, algo que achei interessante é o fato de, mesmo eu sendo alguém “de fora” (da universidade), desde o princípio elas ficarem à vontade para dialogar comigo. Uma questão que ficou marcada em mim sobre esse “olhar das pesquisadas sobre a pesquisadora” foi a abertura para me acolher como alguém que poderia contribuir no trabalho, porque ele se daria no cotidiano. Digo isso porque elas já reclamaram em diferentes momentos sobre a forma como a universidade desenvolve projetos nas comunidades e as ansiedades que geram ao exigir retornos e respostas, quando, no momento, elas estão lidando com uma infinidade de questões.

Não obstante, esse acolhimento veio seguido de cobranças também, no sentido de demandar minha presença em atividades, na construção e desenvolvimento de temáticas de maneira acessível, como, por exemplo, a questão do racismo ambiental, da geração de renda e autonomia, dos cuidados, da saúde da mulher negra e da justiça alimentar. Temas que aqui corporificam a problemática à luz de suas experiências e que surgiram das atividades desenvolvidas em conjunto com elas.

Também houve muito cuidado para com minha segurança e a das demais pessoas de fora. Como ficará mais evidente no decorrer da discussão, o processo de campo se deu por engajamentos e interrupções, ponderados pela instabilidade da segurança no território. Talvez por mera coincidência, as recorrentes operações policiais aconteciam em sua maioria às terças-feiras.

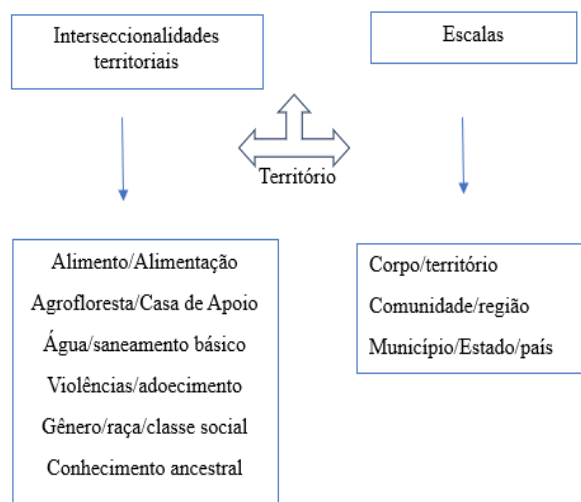
Entre encruzilhadas e interseccionalidades territoriais: junções, fricções e fluxos

As ações e estratégias das mulheres do CEM são analisadas aqui pela ótica das perspectivas das encruzilhadas e interseccionalidades territoriais. Este é um subsídio teórico que recorri às pensadoras do feminismo negro: Sueli Carneiro (2011), Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzales (1984) e Carla Akotirene, (2023) para estudar os entrelaçamentos entre racismo, sexismo, território e acesso à alimentação de mulheres negras faveladas em disputa do abastecimento alimentar de sua comunidade. Nos aspectos de justiça social, a lente analítica é a ideia de justiça desenvolvida por Amartya Sen (2009) e de reconhecimento da igualdade na diferença por Fraser (2001, 2006), bem como o campo da justiça alimentar, dos movimentos alimentares antirracistas e feministas.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma etnografia situada, nos termos de Haraway (1988), comprometida com a compreensão das práticas, sentidos e estratégias construídas no cotidiano das mulheres do CEM. O trabalho de campo baseou-se na participação e na convivência continuadas no território, sendo os diários de campo utilizados como ferramenta central de registro e de análise das experiências, afetos, conflitos e articulações políticas. Esses diários constituíram-se como dispositivos metodológicos e epistemológicos, que implicaram questões para a pesquisadora no campo.

Com o olhar no cotidiano, os diários de campo, como subsídios para pesquisa realizada em territórios marcados por desigualdades estruturais, racialização, violência e disputas materiais e simbólicas, assumem um papel central não apenas como instrumentos de registro empírico, mas também como dispositivos analíticos e ético-políticos de produção de conhecimento. Neste sentido, ao longo do meu processo de entrada e permanência no CEM, pude elaborar e sistematizar inquietações e percepções em um esquema analítico:

Figura 1: Encruzilhada socio-espacial e simbólica do CEM e da Comunidade Terra Prometida



Fonte 1: Elaboração própria

O esquema acima busca propor uma forma de pensar as encruzilhadas como atravessamentos, mas também como elos na construção de lutas coletivas que se dão por meio de conflitos e acordos. São por meio de junções, fricções e fluxos que as demandas pelo acesso à comida de verdade, terra, moradia, renda, saúde, justiça e segurança pública se consolidam.

As junções de demandas para fortalecer a luta e solidificar seus anseios requer um esforço cotidiano em saber integrar os diferentes atores presentes na comunidade: as mulheres agricultoras, educadoras, erveiras, cozinheiras, mães e avós; profissionais de saúde do SUS; os meninos do tráfico; a milícia; as Pedreiras; outros moradores que podem estabelecer relações ou não com estes grupos; comunidades do Complexo da Penha e região; pessoas externas, ligadas à ONGs, instituições públicas e privadas, e, pesquisadores, como no meu caso e de outras colegas.

Uma encruzilhada interessante em que o CEM atravessou para engajar os moradores, desde a luta socioambiental iniciada pela ONG Verdejar nos anos 1990, foi trazer o alimento para o centro. Não há como lutar pela preservação ambiental e áreas verdes na favela sem lutar por moradia digna, e não se luta por moradia dissociada de estrutura urbana básica, como ruas, energia elétrica, saneamento. Não há como acessar esses direitos sem segurança pública, e não se luta por nenhuma delas de barriga vazia.

Enquanto a gestão municipal não reconhece a favela Terra Prometida, a região da SM é comandada pelo crime organizado. Com propósito no bem-viver, a comunidade de nascimento

recente vem sendo anunciada por moradoras engajadas na AUAF. O cotidiano acontece, e é nele que acordos são firmados. Com demanda popular, a Pedreira constrói uma estrada e o tráfico permite a construção de uma moradia. O CEM se opõe ao tráfico e à Pedreira, mas precisa dialogar com ambos para que suas atividades aconteçam. Seja na construção de infraestrutura, da cisterna, de negociar a permanência de uma moradora em seu barraco, expulsa pela Pedreira, ou na mediação quando uma destas sofre violência. No fluxo do cotidiano, a vida não permite rigidez; é necessário que o diálogo seja a tônica de mediação para convivência no território.

Existe um vão entre o trem e a plataforma

As escolhas e renúncias metodológicas sobre o que devia ou não entrar na tese foram uma tarefa difícil. Então, um dia, em uma conversa com a professora Cláudia Schmitt do CPDA/UFRRJ, sobre as questões envolvidas no território que influenciam as atividades do CEM, ela me falou uma frase que me fez situar e organizar as ideias em uma analogia: “fique atenta, existe um vão entre o trem e a plataforma”, em referência a mensagem comunicada no metrô, aos passageiros em cada estação.

Então eu aprendi que meu trabalho enquanto pesquisadora era de compreender que, depois de atravessar ainda é travessia, neste sentido, o que está entre o “onde se está” e o “aonde se quer chegar” era o que poderia me render uma tese. Neste instante eu aprendi a lançar um olhar atento para essas dinâmicas que me permitissem captar as encruzilhadas pela perspectiva da interseccionalidade (Akotirene, 2023). Buscando identificar o que vem depois de entender que gênero, raça, classe e território se entrelaçam entre si, para poder tecer uma análise desses diversos elementos que aparecem no cotidiano e de como eles são mobilizados nas lutas sociais em busca de direitos. Isso me permitiu identificar e trabalhar com uma diversidade de questões, e ficou menos difícil observar os entrelaçamentos na cartografia territorial que geram a insegurança de várias ordens e que repercutem no alimentar e no papel das mulheres na esfera local.

Vamos entender então sobre esse vão que existe entre o trem e a plataforma.

Para que as(os) leitoras(es) entendam o que quero dizer com essa expressão, tomemos a seguinte explicação: está certo de que o trem é um veículo que reúne um conjunto de vagões engatados entre si e puxados por uma locomotiva. Dessa forma, podemos pensar que o trem é o mecanismo que permite que os passageiros acessem lugares desejáveis, com livre escolha,

dentro das oportunidades esclarecidas entre todos. Os vagões são componentes que fazem com que as pessoas posicionadas em diferentes pontos possam adentrar e acessar as plataformas de direitos que demandam em diferentes momentos de suas vidas. O acesso a esses direitos se torna justo na medida em que os passageiros, posicionados em diferentes pontos, tenham acesso livre aos vagões e possam escolher seus direitos.

Nesta analogia, esteja certo de que a soberania alimentar é um dos itens essenciais. Podemos incorrer no problema de lê-la como o trem, um veículo que leva as diferentes pessoas a alcançar seus direitos, mas, a meu ver, o trem é a sociedade, e a soberania é a locomotiva, essencial para que direcione o conjunto de vagões até as estações. O maquinista pode ser lido como o Estado, assegurando que os vagões parem corretamente em todas as plataformas, e aguardando que todos desçam com segurança. É necessário que haja acordos legais de funcionamento. Uma sociedade soberana regida por um Estado democrático, requer que a autonomia dos povos em sua diversidade seja respeitada com igualdade de direitos e que estes tenham condições de exercerem politicamente seus valores no processo. A locomotiva requer que exista soberania popular que assegure o acesso às plataformas de direitos, sem distinção. O maquinista, como Estado democrático e soberano, é formado por um conjunto de instituições, regidas por representantes escolhidos pelo povo.

Em condições perfeitas, todos os passageiros reunidos nos diferentes vagões podem acessar suas plataformas. Nessa perspectiva estamos alinhados a uma perspectiva tradicional de justiça, o que Rawls (2016) chamou de “Justiça como equidade”, na estrutura básica da sociedade. No entanto, quando olhamos a realidade das sociedades marcadas por desigualdades estruturais, temos que nem todos os passageiros podem acessar os vagões, mesmo que acessem, não podem circular entre eles e acessar as plataformas, ou acessam com muita dificuldade, pois existe um vão entre o trem e a plataforma. Nessa analogia, o trem não comporta todos os passageiros que demandam mobilidade e os que acessam, apertados como sardinhas em lata, disputam entre si pouco espaço, quando estão diante daquilo que consideram valores de direitos.

Quando pensamos a realidade das periferias urbanas e ao direito à cidade, ao invés de dizer que os moradores de favelas não acessam os trens – que estão à margem, apartados da sociedade nacional - como discutiremos no Capítulo I com base em Poole (2005), podemos evoluir a análise para dizer que estes podem estar em vagões marginalizados do trem, mas que mantêm-se ligados a locomotiva. Como no caso da Terra Prometida, que, mesmo ainda não reconhecida pelo governo municipal do RJ, sua população possui relação com o Estado, seja ao

acessar o SUS, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou pela violência institucional. Seus moradores estão nos últimos vagões, apertados em ilhas de calor que se formam, sem estrutura fundamental para aguardarem o acesso a seus direitos. Estes, então, se organizam entre si para terem melhores condições de acesso. O Estado, na tentativa de imputar a ordem no trajeto, contrata vigilantes que usam da força e da violência autorizada para inibir formas autônomas de organização, enquanto correm os fluxos nos trilhos.

Há aquelas que criam estratégias seletivas, muitas vezes opostas às regras, são os contraventores de um Estado soberano, incluídos neste grupo, estão os que alinham aos agentes corruptos da lei, a exemplo da milícia. Há também aquelas que se organizam de formas solidárias, se ajudam entre si, exigindo que o Estado lhes garanta direitos justos a todos, a exemplo do CEM. Também há aquelas que seguem o fluxo sem firmar aliança a nenhum deles, mas que sofrem e se beneficiam de qualquer ação, seja do Estado, dos movimentos solidários ou dos seletivos.

Neste caso, além de entendermos os confrontos e conflitos que ocorrem dentro dos vagões, é preciso analisar que, tendo estas coisas já aos olhos, podemos nos atentar ao que ocorre quando as portas dos vagões se abrem e os passageiros tentam sair para acessar as plataformas. Compreendemos aqui que as pessoas faveladas não são excluídas da sociedade e que estão organizadas para acessar direitos, das mais variadas formas. No entanto, a dificuldade de aguardarem em vagões sujos, apertados, quentes, sem infraestrutura, essa condição dificulta seus esforços de acessar as plataformas, na medida em que, mesmo que o trem pare e as portas de abram, estes podem ser esmagados pelos seus próprios companheiros na tentativa de sair, ou podem se machucar no vão entre o trem e a plataforma. Mesmo que saiam e acessem determinados direitos, podem ficar muito tempo em uma plataforma aguardando retornar ao trem, pois os vagões estão lotados de indivíduos iguais a eles na disputa por acesso.

Como canta Ney Matogrosso², a canção de João Pinto e Maria M. da Trindade:

² Ney Matogrosso - Tem Gente Com Fome (Clipe Completo) 1979. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I5FUX3e089I>

*Trem sujo da Leopoldina
Correndo, correndo, parece dizer
Tem gente com fome
Tem gente com fome*

(...)

*Estação de Caxias
De novo a correr
De novo a dizer
Tem gente com fome
Tem gente com fome*

(...)

*Tantas caras tristes
Querendo chegar em algum destino
Em algum lugar*

*Sai das estações
Quando vai parando
Começa a dizer
Se tem gente com fome
Dá de comer
Se tem gente com fome
Dá de comer*

(...)

*Mas o freio de ar todo autoritário
Manda o trem calar.*

Neste caso, aqui atentamos ao aviso que diz que existe um vão entre o trem e a plataforma, para compreender que, além dos esforços do acesso, estes direitos podem não ser alcançados, ou podem, mas com “acidentes” no percurso. A luta por soberania alimentar e justiça destes grupos organizados de maneira solidária é a de que todos os indivíduos possam acessar os vagões, que estes sejam espaçosos, refrigerados e limpos para que reduzam os esforços dos passageiros em atravessar para a plataforma de direitos. Para que possam circular entre os diferentes vagões sem discriminação dos espaços. Que o Estado seja efetivo em garantir estas mobilidades e as possibilidades do controle social.

A fim de amarrar e alcançar os objetivos propostos. A tese está dividida da seguinte forma: além desta Introdução e das Considerações finais, quatro capítulos estruturam a análise. O Capítulo I apresenta a problemática de pesquisa com as questões socio-espaciais que o CEM enfrenta, destacando seus principais eixos de atuação no contexto da Terra Prometida, com suas potencialidades e desafios em um emaranhado de atores e suas experiências seletivas e solidárias. Reúne elementos que evidenciam este “*outro lugar que tem a beleza de colher, mas tem também o estar lá em cima e ter que descer correndo porque tá tendo tiro*”. Uma forma de sinalizar como o cotidiano das ações pela autogestão agroecológica é regido por um campo minado de vida sob cerco (Machado da Silva, 2008; Menezes, 2015). Coloco o Estado na equação como aquele que nos faz questionar suas possibilidades de “justiça” e “direito”, devido a seu caráter incongruente de ameaça e garantia (Poole, 2004). Encerro com a perspectiva do anúncio da SM como “*outro lugar que não é o da violência*”, com as possibilidades da “comida livre de violência”.

Situada a pesquisa, no II Capítulo, faz-se uma análise sobre o abastecimento alimentar e as disputas socio-políticas na cidade e Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com as experiências populares e solidárias para entendermos o acesso à alimentação adequada no subúrbio carioca. A intenção é percorrer a problemática de alimentar as cidades, diante do processo de metropolização e das questões repercutidas na sua agricultura e abastecimento em realidades de carências múltiplas, como na Terra Prometida. Com isso, buscou contextualizar a problemática do abastecimento para situar porque as estratégias do CEM em promovê-lo precisaram ressignificar o conceito de agricultura urbana agroecológica, com o anexo “favelizada” (AUAF). Uma forma de aproximá-lo de suas realidades concretas. Realidade esta, faminta por comida de verdade, como mostram os dados da Terra Prometida (Neepes/Fiocruz, 2022) no capítulo I e o Mapa da fome na cidade (Salles-Costa, 2024), no II.

O Capítulo III inicia com uma análise teórica sobre justiça e suas implicações para projetar ações na realidade concreta que sejam antirracistas e antissexistas no fazer justiça para todos. A discussão busca percorrer sobre os dilemas da justiça e se firma na perspectiva de Amartya Sen da justiça como fundamentalmente conectada ao modo como as pessoas vivem e não meramente à natureza das instituições que as cercam. Para alcançar as injustiças sobre mulheres negras, a perspectiva feminista negra crítica de Suelly Carneiro, Beatriz Nascimento e a noção de justiça de Nancy Fraser subsidiam a análise ao propor uma visão multidimensional da injustiça que não relega as desigualdades apenas à pobreza (dimensão econômica), mas também considera as dimensões estruturais, culturais (reconhecimento) e políticas (representação).

A análise do crescente campo da justiça alimentar busca entender como as desigualdades de raça, classe e gênero são reproduzidas e contestadas dentro dos sistemas alimentares (Alkon e Agyeman 2011). O conceito nos ajuda a retomar a questão da escala da vida comunitária e das pessoas. Le Gall et al. (2020) vão dizer que é inegável a necessidade de ampliar as interações entre soberania e justiça alimentar para alcançar a SAN nas realidades concretas. Posto dessa forma, está em aberto a necessidade de maior visibilidade de como os pobres urbanos aqui no Brasil têm se apropriado do conceito de soberania alimentar e justiça na medida em que reivindicam as formas de garantir o DHAA.

Tendo em vista esta lacuna, o Capítulo IV envereda nas estratégias e ações que o CEM, como uma dessas experiências, tem disputado para a soberania. Discute as ações empreendidas, tendo em conta os desafios identificados nos capítulos anteriores. A perspectiva das

encruzilhadas e da interseccionalidade subsidia a análise das práxis compartilhadas pelas Mulheres em Ação, entre soberania e justiça no processo de construção de autonomia e autogestão. As encruzilhadas, elaboradas por Carla Akotirene (2023), e inspiradas nas epistemologias afro-diaspóricas, aprofundam essa compreensão ao situar essas mulheres em espaços de entrecruzamentos de saberes, temporalidades e práticas. O(a) leitor(a) verá que suas encruzilhadas são um lugar de travessia e (re)criação, onde diferentes dimensões da vida - o espiritual, o ambiental, o comunitário, o político e o afetivo - se encontram e se reorganizam.

As considerações finais trazem que “o que muda” em uma favela que almeja soberania alimentar é o que se conforma na complexidade de estratégias cotidianas das mulheres negras do CEM, nas encruzilhadas da vida, em busca de reconhecimento de suas ações. Não apenas como respostas à exclusão, mas como formas de reorganizar seu mundo a partir de uma ética de coexistência, ancestralidade e justiça. São práticas que traduzem uma experiência e conhecimento próprios, enraizados no coletivo, e que propõem outras maneiras de habitar e transformar a favela e a realidade das mulheres negras e crianças, em especial.

1 – O ANÚNCIO DA FAVELA COMO BEM-VIVER E OS DESAFIOS PARA PROMOVER SOBERANIA ALIMENTAR NA SERRA DA MISERICÓRDIA

Este capítulo busca enfrentar o desafio de compreender as questões que atravessam o trabalho das mulheres do CEM e comprometem o que aqui se lê como esforços em prol do acesso à alimentação adequada e saudável e da construção da soberania alimentar para superação de injustiças por razões étnico-raciais e de gênero.

Como veremos no decorrer deste capítulo, o coletivo se tornou referência estratégica na luta pelos direitos urbanos fundamentais, o que vem a ser: moradia digna, saneamento básico, acesso à alimentação adequada e saudável, energia elétrica, água, educação, renda, segurança pública, dentre outros. A ocupação da Terra Prometida, favela denominada pelo CEM como “rural-urbana” localizada no coração da SM, entre os morros do Alemão e Juramento, se confunde com a história recente da organização. É uma comunidade que “só existe” para seus próprios moradores, que a fizeram existir também para pesquisadores, extensionistas, para o SUS e organizações do movimento agroecológico, ambiental, o Movimento Negro Unificado (MNU) e demais movimentos de favela. A comunidade também passou a existir para incursões militares que executam a violência policial, território que antes já era explorado por pedreiras de mineração e o narcotráfico. Um território que cresceu em população e permanece invisibilizado pelo poder público municipal, e ainda não aparece nos Mapas oficiais da cidade, embora seja alvo de controle do governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Com um olhar de favela como anúncio de bem-viver, embasado pelo coletivo como “um território diferenciado”, que, ao passar da porteira, já se sente “outro ar, outra atmosfera, a terra pulsando”, este capítulo busca percorrer os anúncios, as denúncias e essa atmosfera enfrentada pela organização, com foco nas mulheres negras que se colocam em ação.

Como um balão de oxigênio, as ações da CEM se enveredam em espaços dentro e fora da favela, promovendo intercâmbios de experiências de AU, alimentares e de saúde, junto a organizações civis e equipamentos públicos. Se lança como uma ferramenta de expansão da capacidade de gestão comunitária dos espaços comuns da favela, promovendo integração.

1.1 Quem anuncia

1.1.1 O Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM)

A folha de chaya foi um dos primeiros alimentos trocados pelas mulheres do CEM, símbolo que marca a consolidação de um coletivo de mulheres negras faveladas. A chaya é uma

planta alimentícia tradicional, originária da América Central e trazida para o Brasil, possui enorme valor nutricional e de cuidado terapêutico. Suas folhas grandes e escuras possuem sabor parecido ao da couve mineira, certamente por essa semelhança, se adequou facilmente ao paladar das(os) moradoras(es) da SM. Com base em Santos; Maia; Borges (2019), ela representa um simbolismo da solidariedade na região, iniciada por Luiz Poeta, ativista que apresentou a erva à comunidade e que em 2011 chegou ao CEM. O compartilhamento de mudas que começou com o propósito de alimentar suas famílias se torna um projeto político para alimentar a comunidade e construir bem-viver. Por isso, a folha da chaya hoje se eterniza na arte que representa o CEM.

Figura 2: Arte que representa o CEM



Fonte 2: CEM

No Dicionário de Favela Marielle Franco o CEM é descrito pelo “anseio de disputar o direito à cidade, por meio da agroecologia e agricultura urbana”. Para a Rede Ecológica é a “promoção de soberania alimentar nutricional no contexto urbano e atua nas bases da agroecologia”. São diversas as denominações empregadas ao CEM pelas redes e organizações atuantes no RJ.

O CEM se define, em termos mais técnicos, como uma associação sem fins lucrativos, que atua no Conjunto de Favelas da Penha desde 2011, mais especificamente na Favela Terra Prometida, desde 2019. O trabalho é orientado para o fortalecimento da AU com base nos princípios e valores da agroecologia, tendo em vista o território de favela (AUAF). Um espaço autogestionário e agroecológico de integração socioambiental e cultural, atuando na disputa do direito à cidade, sob os eixos da educação, da cidadania e da comunicação.

Assim lutam pelo direito à cidade saudável e sustentável, promovendo a SAN da população. De mãos dadas com a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau) e com a

Articulação Estadual de Agroecologia (AARJ), engaja em um movimento amplo pela agroecologia na favela. Acredita que é possível contribuir com a manutenção e recuperação da área verde da SM e com a disseminação dessa ideia para territórios que vivenciam realidades similares. Hoje o CEM tem como eixos de atuação a educação, a soberania alimentar, a saúde, a cidadania, a comunicação e a geração de renda. Para Ana Santos, “o CEM é a revolução da terra” e afirma a importância do sonhar junto, onde habitam o cuidado e a autonomia.

O processo que culminou na criação do CEM teve início ainda em 2010, com Ana Santos e seu companheiro e parceiro de movimento, Marcelo Correa, impulsionados pela perspectiva de proteção ambiental da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU). Essa primeira Unidade de Conservação da SM, criada em 2000, foi influenciada pelo trabalho da ONG ambientalista Verdejar. Movimento precursor da luta sócio-ambiental e pelo direito à cidade na região. Em 2011, começaram os trabalhos do CEM no Complexo da Penha, conjunto de favelas na ZN da cidade do RJ.

A partir de 2013, as bandeiras da agroecologia e soberania alimentar se firmaram como agenda central de atuação do CEM, sendo importantes estratégias para avançar em uma perspectiva das lutas socioambientais no território. O tema chega com maior centralidade pela articulação com a Rede CAU e pela participação no Conselho de Segurança Alimentar do Município do Rio de Janeiro (Consea-Rio). Em 2015 a ênfase na AU passa a configurar-se como nome das atividades de cultivo com a formação do Arranjo Local da Penha. Além da agrofloresta implantada em sua sede, o Centro passou a impulsionar a construção de quintais agroecológicos urbanos entre moradores do território, dinamizados principalmente por mulheres e jovens (Palm et al., 2024).

Quadro 1: Fala de Ana S. sobre como surge o CEM

Ele nasce muito inspirado no trabalho do Luiz Poeta, que fundou o Verdejar, quando eu cheguei e vi aquele coroa, eu fiquei muito apaixonada. Coroa muito simples, com vários matos na mão, pegando, cheirando e contagiando. E eu falei: “Gente, eu quero trabalhar com isso.” Dá para ser professora e trabalhar nesses caminhos, né? Então, a gente começa e desenvolve aqui o espaço chamado Centro de Educação Multicultural. E aí, pelo Luiz Poeta e pela Marcelle, a gente chega na Rede Carioca. Eu começo a entender que o nosso trabalho não era só de educação, mas era de Agricultura Urbana, e que isso era possível. Então, a gente muda o nome para Centro de Integração da Serra da Misericórdia, envolvendo plantio, a educação e outros aspectos culturais. Eu começo a entender que a soberania alimentar nutricional pode ser eixo central desse trabalho. Através da comida que a gente começa a se transformar, a interagir e a introduzir a Agricultura Urbana nesse processo. E entender essa maturidade também, que a agrofloresta aqui não é mais possível hoje, mas é possível mudar a casa que eu estou. Ela não precisa ser de papelão, ela não precisa ser de palha, eu não preciso cagar dentro de um buraco. Eu posso acessar comida, eu posso cuidar da água, eu posso interagir

com o ambiente e gerar gás. Então, esse processo de Agricultura Urbana vem abrindo, a partir da minha casa, do meu corpo, do meu território.

Fonte 3: (Ana Santos, Berg, 2021).

Originalmente descrita como “Centro de Educação Multicultural” (CEM), a organização tem sua marca de nascença na Educação Popular, uma práxis e um campo de saberes e práticas que se fortalece como movimento e política pública pela capacidade de reconhecer os saberes das classes populares e a construção democrática e compartilhada do conhecimento. Por ser neta e filha de agricultores na Baixada Fluminense, Ana S. reencontra a agricultura com o movimento da ONG Verdejar, que luta desde os anos 1990 por justiça socioambiental e alimentar na Serra da Misericórdia. Essa inspiração reacende o desejo de conectar com a terra e cultura e passa a se dedicar à AU como forma de organização social, mantendo os eixos de educação e cultura como estratégia articulada. Embora a organização tenha se transformado integrando outras lutas sociais, ressignificando seu nome para “Centro de Integração da Serra da Misericórdia”, seu componente inicial de ação se mantém, pela sigla “CEM”.

1.1.2 Eixos estratégicos de ação

- **Agrofloresta**

O CEM possui 6 hectares de área cercada com cultivos variados pelo Sistema Agroflorestal (SAF), em área bem próxima da sua sede, com apoio organizacional e técnico do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA. É um espaço esmorrado em que foram organizados canteiros de plantio e viveiro para as mudas. A exploração das pedreiras fica bem próxima à área de cultivo da agrofloresta. Para enfrentar os desafios de habitar um território historicamente explorado há mais de 70 anos, desmatado, com perda de nascentes d’água, o CEM, em conjunto de moradores da comunidade, criou uma forma de reflorestar pensando também na produção de alimentos. A agrofloresta desenvolve os quintais produtivos, com encontros de quintais, mutirões de capina e limpeza, manutenção de árvores e plantios. Dentre os cultivos estão viveiros de mudas, bananeiras, batata-doce, temperos, ervas medicinais, abacaxi, pitanga, jabuticaba, banana e acerola, além de outras árvores frutíferas da Mata Atlântica. E ainda a criação de animais, como galinha, pato, coelho e tilápia”. Este trabalho é descrito pelo CEM como uma ferramenta de gestão comunitária dos espaços comuns da favela, promovendo integração.

- **Escola Popular de Agroecologia**

O CEM atende cerca de 50 crianças no contraturno escolar, com idades de 7 a 14 anos. O trabalho desenvolvido na escolinha ocorre em grande parte de forma voluntária, a estrutura existente está em permanente construção, pois vai sendo melhorada e ampliada aos poucos, em função da necessidade e da existência de recursos.

As crianças demandam diversas atividades e estas são ofertadas durante os cinco dias úteis da semana e um sábado do mês. São realizadas atividades culturais, artísticas e agroecológicas, e aulas de matemática aplicada à culinária. A proposta de gestão e planejamento da escola envolve a formação de educadoras populares, antirracistas e feministas, para uma maior identificação das mulheres atuantes no CEM enquanto educadoras e um aprendizado ampliado das crianças. Participam de várias atividades dentro e fora da comunidade, como eventos ligados à alimentação, arte, cultura e saúde.

Figura 3: Entrada da Escola Popular de Agroecologia e a Biblioteca



Fonte 4: Fotos de campo (2023)

- **Cozinha Solidária Coletiva Mulheres em Ação**

A Cozinha Solidária é realizada pelo Coletivo Mulheres em Ação, uma iniciativa das mulheres do território, e atua por direito à alimentação, terra, água, moradia, dignidade, saúde, infância, mobilidade e segurança. Criado a partir da articulação de mulheres no espaço do CEM, durante a pandemia do Covid-19, em 2020, o coletivo é um espaço de mobilização específico das mulheres, onde são realizadas reuniões mensais voltadas para o Termo Territorial Coletivo com a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat), espaço onde nasce o Consultório Médico Territorializado junto ao SUS. Também onde acontece a Roda de Mulheres. O espaço abriga oficinas formativas e intercâmbio dos quintais produtivos, assim como as atividades da

Escola Popular Agroecológica. A cozinha é a responsável pelo preparo da alimentação e pelo cuidado com as crianças da Escola.

Figura 4: Primeiro local de organização das Mulheres em Ação



Fonte 5: Fotos de campo (2023)

Envolve mulheres e mães que participam do CEM e de outros grupos e organizações das redes que integram. Há a preocupação de Formação de Educadoras Populares, para a construção civil além da agricultura. Trocas sobre culinária, plantas e cuidados com a saúde. O grupo reúne mulheres que estão ligadas diretamente às atividades rotineiras do CEM, na escola com as crianças, na agrofloresta e mulheres que atuam mais em seus quintais e participam da “Roda de mulheres”, nos encontros, intercâmbios, mutirões e cursos que acontecem no CEM e fora também, em outras comunidades e locais da cidade. Algumas mulheres não moram mais na Penha, mas continuam conectadas à comunidade pela experiência do CEM.

- **Roda de Mulheres**

A Roda de Mulheres promove encontros quinzenais que acontecem nas terças-feiras com parceria de profissionais do SUS, da Clínica Ana Maria, professores e pesquisadores de universidades e outros movimentos de mulheres negras do RJ e RMRJ. Os encontros têm o propósito de discutir sobre um olhar territorializado e pela perspectiva negra sobre questões entrelaçadas de saúde e agroecologia, autocuidado, violências e saúde coletiva e mental como uma ação política para resistências de mulheres, provocadas pela questão: “quem cuida de quem cuida?”.

Figura 5: Roda de Mulheres: Ginecologia Natural e oficina de garrafada



Fonte 6: Fotos de campo (2024)

Enquanto a escola está voltada para a construção e compartilhamento de conhecimento com as crianças, a Roda envolve as mulheres, com predomínio da participação de mulheres adultas e idosas do território. Também estão presentes alunos extensionistas de universidades e Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Feitas as devidas apresentações introdutórias, podemos dizer que este capítulo, busca recursos na abordagem da etnografia urbana, como proposta por Magnani (2002) que pede cuidado em não ausentar determinados atores sociais e seu papel determinante entre outros atores nas cidades. Longe de tratar as Metrópoles pela ótica exclusiva da desigualdade e marginalização, embora seja necessário enfatizá-las, essa perspectiva adotada aqui busca não esgotar o leque de possibilidades de enxergar as experiências urbanas, compreendendo que são múltiplas.

Neste sentido, este capítulo inicial percorre pelas dinâmicas territoriais da cidade do RJ, com foco na SM, tendo em relevo as questões identificadas na empiria, julgadas como pertinentes para esta pesquisa. Uma problemática que se inicia “nebulosa” – como comentou Márcio Carneiro, meu orientador de graduação e mestrado em momento oportuno sobre este trabalho – e me desafia a desanuviar.

É sabido que este ponto de análise sobre a experiência do CEM, que vai permitir, mais a frente ler o acesso à alimentação adequada na Terra Prometida - e os desafios imbricados no território na dinâmica da cidade, do planejamento urbano, que influenciam na disputa pelo abastecimento alimentar, dentre outros fatores - é uma entre tantas outras formas de analisar estas relações. Dessa forma, não se busca aqui reduzir a problemática imposta ao abastecimento das cidades, às políticas públicas de SSAN, ao movimento agroecológico e ao próprio CEM,

ao que será abordado aqui. São percepções de quem vem de fora e de longe, em termos geográficos mesmo, e se aproxima, para estar mais perto e dentro, integrada.

O esforço se faz em trilhar o caminho etnográfico, aproximando, o que Magnani (2002) denomina de olhar *de perto e de dentro*, na tentativa de ultrapassar a tendência comum de olhar *de fora e de longe* para as cidades, que enxerga moradores como passivos à dominação capitalista e reféns das desigualdades. A perspectiva do anúncio, proposta pela Agroecologia, casa muito bem com essa metodologia de entender as práticas ampliadas dos atores e suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, deslocamentos, conflitos etc., negando uma qualidade de sujeitos passivos perante os processos urbanos em curso.

1.2 A Serra da Misericórdia: um espaço conquistado entre trocas de tiros, mudas e sementes

<i>Morar em Piabas, quando será! A Serra é quem clama, misericórdia! Por entre balas e fumaças zona norte Rio A Serra se lança no maior desafio Verdejar Já!</i>	<i>Penha, Inhaúma, Complexo do Alemão Olaria, Ramos, Bonsucesso, Engenho da Rainha Tomás Coelho, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos,</i>
<i>Já te amo Serra da Misericórdia! Te amo!!</i>	<i>Vila da Penha e Penha Circular. Circundam a Serra da Misericórdia Te amo Serra da Misericórdia Te amo!!</i>
<i>O seu verde precisa verdejar Esta redondeza sem paz, pálida e poluída. Te amo Serra da Misericórdia! Te amo!!</i>	<i>O seu verde precisa verdejar esta redondeza De paz, pálida e poluída Te amo Serra da Misericórdia</i>

(Luiz Carlos, Poeta)

Como traz o grito de Luiz Poeta, a Serra clama por Misericórdia. Esta seção busca percorrer as questões socio-espaciais dessa região do RJ que abriga, entre bairros e favelas, mais de 2 milhões de habitantes.

A conquista do espaço “entre troca de tiros, mudas e sementes” busca fazer referência à forma como ela é referida por seus moradores (“A Serra da Conquista”) na luta pelo direito à terra e pela diversidade de atores presentes no território: troca de tiros (traficantes, milicianos e suas disputas entre si e com o Estado); troca de mudas (movimento socioambiental); troca de sementes (movimento pela agricultura urbana). Não se pretende tratá-los como oponentes e nem de maneira segregada; a análise aqui compreende que pode haver relações entre eles, seja de maneira coligada ou em disputas. De toda forma, esses atores se relacionam, dado que as ações realizadas por um, ou seu conjunto, afetam as ações dos outros.

A ideia de conquista pode ser lida pela noção de produção do espaço de Lefebvre (2013), que é entendida como um processo dialético e político, distinto da dominação capitalista. Remete à abordagem de espaço-tempo, como uma *prática socio-espacial* empreendida pelo indivíduo ou grupos sociais ao longo dos processos históricos em curso. Isto é, a análise considera não somente em seus aspectos geofísicos e de vida biológica, mas incluiu também as sociedades, os espaços objetivos e subjetivos, além do próprio tempo.

Destaco aqui alguns elementos relativos à formação socio-espacial da Serra em sua relevância na cidade do RJ. Embora essa discussão não pretenda abarcar a dimensão completa da cidade, é por meio dela que se pode dar lastro empírico e contornos mais precisos para a discussão teórica que será mapeada especialmente no capítulo seguinte e aterrissar as questões para compreender as “expressões de injustiças socio-espaciais”. Apresenta as questões que permeiam o abastecimento alimentar em localidades periféricas e se entrelaçam no cotidiano de pessoas que buscam alcançar soberania alimentar enquanto lidam com a vida nos territórios.

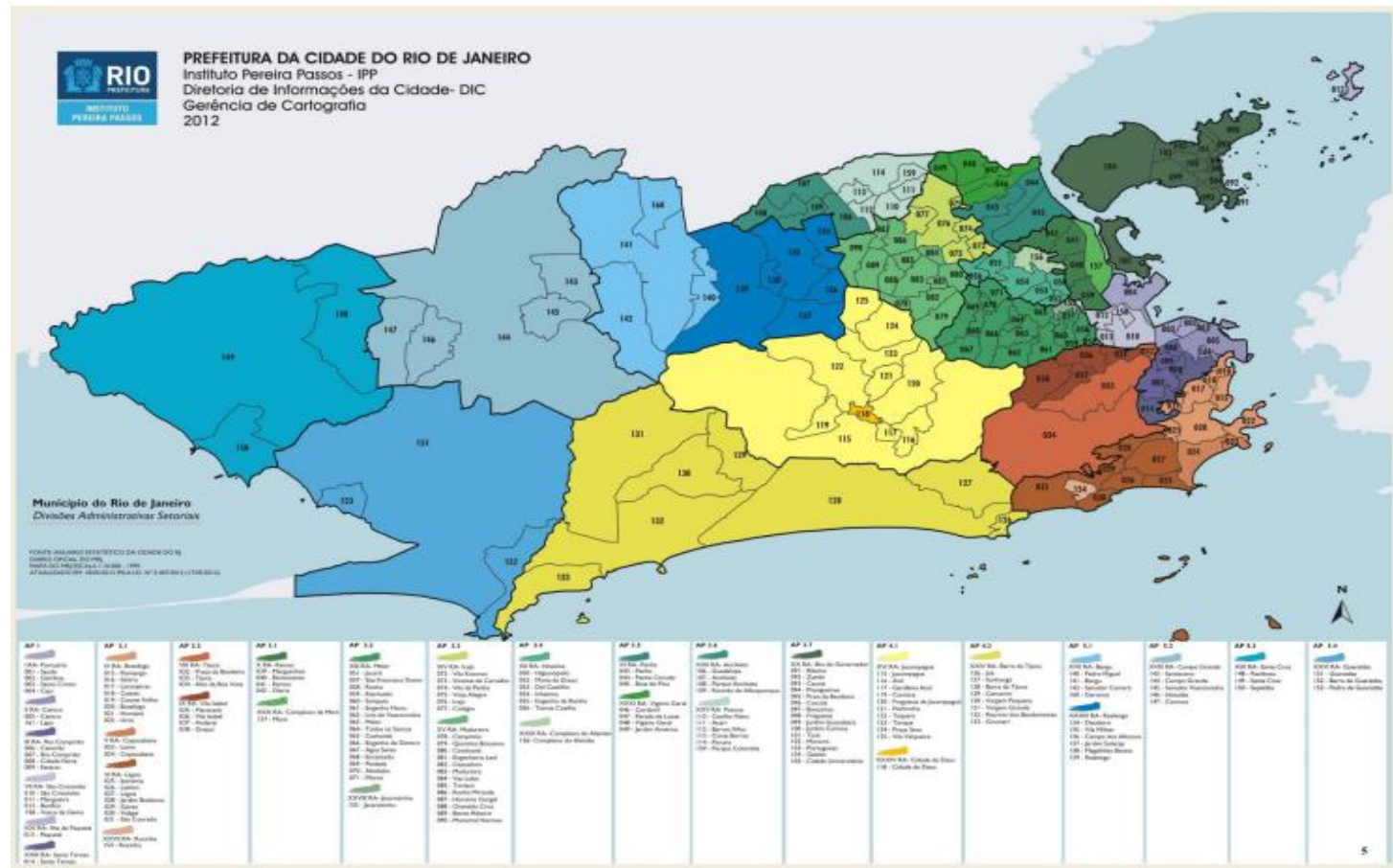
É uma forma de percorrer as questões mais aproximadas sobre a SM, para alcançar a relação entre desigualdades socio-espaciais, a violência urbana, lutas por moradia digna, infraestrutura e segurança. A fim de reunir elementos para fundamentar os capítulos seguintes em que será elaborada uma discussão sobre como se dão as conexões entre o abastecimento alimentar e ideais de justiça no sócio-espaço urbano do RJ, mais especificamente, a favela. Um olhar mais ampliado sobre as questões que envolvem o habitar a Serra e as lutas que se formam nesse solo em busca de reverter os processos de injustiças nessa região que foi transformada em uma “redondeza sem paz, pálida e poluída”, mas que almeja “Verdejar”.

1.2.1 A sócio-espacialidade da Serra da Misericórdia

A SM, inicialmente chamada de Serra Chorona, por conta da quantidade de nascentes d'água, é um maciço rochoso situado na ZN da cidade do RJ. Está inserida na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara e parte do Maciço da Tijuca, corresponde a uma área de 43,9 km². É o quarto maior maciço do município, abrangendo 27 bairros do subúrbio carioca. Com o processo de metropolização, esta região hoje é cercada por cinco grandes conjuntos de favelas: Alemão, Penha, Serrinha, Jramento e Sapê. A riqueza geológica da área atrai empresas de mineração desde o início dos anos 1940, envolvidas com a produção de concreto, mármore e diversos outros materiais para construção civil.

De acordo com o Plano Diretor (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024), o maciço da SM ocupa a Área de Planejamento – 3 (AP3), região mais populosa da cidade. Esta área contabiliza mais de 2,5 milhões de habitantes, contendo o menor índice de área verde *per capita* do Estado. O município do RJ está dividido em 5 áreas administrativas e de planejamento urbano.

Figura 6: Município do Rio de Janeiro, Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas.



Fonte 7: Prefeitura do Rio de Janeiro (2024)

Figura 7: Município do Rio de Janeiro: imagem aérea, com destaque para os maciços montanhosos



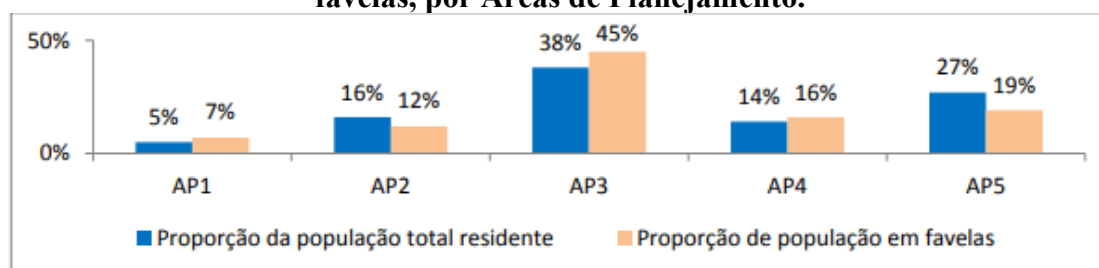
Fonte 8: Google Earth (2025)

Na imagem acima em que se destacam as áreas de maciços montanhosos: Maciço do Mendanha; Maciço da Pedra Branca; Maciço da Serra da Misericórdia e o Maciço da Tijuca, é possível notar o contraste entre áreas verdes e habitações nos bairros que circundam a SM, a menor entre as outras três mais imponentes na cidade.

Como é possível observar, o maciço parece estar sendo engolido pelas áreas cada vez mais urbanizadas. A região Norte (AP3) possui a maior densidade populacional do município que vive com menor índice de área verde *per capita*, apenas 3,5 m² por habitante, enquanto o município do RJ, como um todo, possui 55 m² por habitante. A relação mínima recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é 12 m². O índice municipal é beneficiado pelos maciços da Pedra Branca, Mendanha e da Floresta da Tijuca, três grandes áreas de maior mata nativa preservadas.

Segundo CTPD (2018), em termos absolutos, a AP3, além da área mais populosa da cidade, concentra o maior número de pessoas residentes em favelas, em relação à população total da cidade (45%), seguida da AP5 (19%) e da AP4 (16%)³.

Gráfico 1: Proporção da população residente total e proporção de população em favelas, por Áreas de Planejamento.

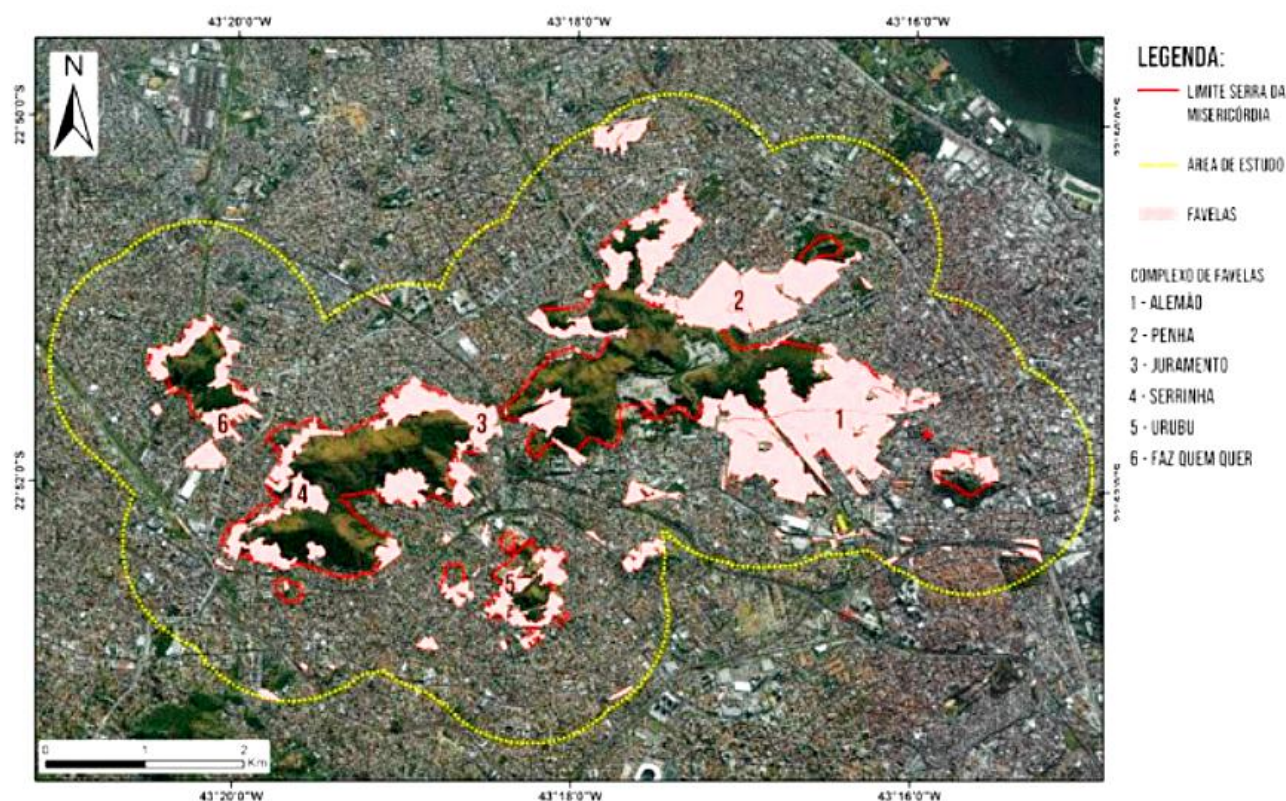


Fonte 7: CTPD (2018) a partir de Cavallieri, Vidal, 2012.

Considerando que o maciço da SM abriga cinco conjuntos de favelas, grande parte desta população está instalada nas encostas da Serra.

³ O quantitativo da população residente em favelas na cidade do RJ e sua distribuição territorial ainda são referentes aos dados disponibilizados pelo Censo IBGE 2010. O artigo *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010* (Cavallieri; Vial, 2012) registrou essas análises que requerem ser atualizadas com o novo censo de 2022.

Figura 8: Complexo de Favelas presentes na Serra da Misericórdia



Fonte 8: Guia (2016)

Das três áreas de planejamento, a AP3 é a de ocupação do subúrbio carioca mais antiga e consolidada e é a Zona Suburbana com maior incidência de loteamentos não regulares (Cardoso, 2023). Inclui, além da maior concentração de favelas, outros tipos de loteamentos, como vilas e conjuntos habitacionais. Quando comparada às demais subúrbios, como a AP4, Região da Baixada de Jacarepaguá, com crescente expansão desde 1970, a AP3 - por estar mais próxima da área central - apresenta maior oferta de serviços públicos, como transporte com linhas de trens e ônibus. Devido à alta densidade, essa região é onde se encontra o segundo menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS)⁴ do município:

⁴ O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é uma medida que avalia o nível de desenvolvimento de uma região, país ou comunidade, baseando-se em indicadores sociais como educação, saúde, renda, segurança, habitação, entre outros. Se diferencia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao utilizar dados sobre habitação e saneamento básico, acesso à educação, sistemas de saúde, segurança pública, além da renda.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Social por Área Administrativa

Áreas de Planejamento	Índice de Desenvolvimento Social (IDS)
AP1	0,580
AP2	0,692
AP3	0,577
AP4	0,609
AP5	0,545
Municipal	0,596

Fonte 9: elaboração própria, a partir de IBGE (2010).

O maciço da SM é divisor de quatro sub-bacias da Baía de Guanabara: dos rios Pavuna e Acari; do rio Irajá; do Canal do Cunha; e do rio Ramos. Apesar disso, a AP 3 ainda concentra 58% do total das indústrias potencialmente poluidoras do município, em apenas 16% da área territorial.

Os principais usos da SM identificados até o momento são: o trânsito de moradores pelas trilhas, com motocicletas, cavalos e outros animais domésticos; grupos religiosos - evangélicos ou de matriz africana -; trabalhadores; moradores de comunidades locais - realizando reflorestamento, agrofloresta e agricultura urbana (hortas comunitárias, quintais produtivos, mutirões para plantio, doação de alimentos etc.). Há ainda, entre moradores, narcotraficantes e milicianos e outros atores que veem a área como possibilidade imobiliária (informal) para uso próprio/familiar ou fonte de renda.

1.2.2 “*Esta redondeza sem paz, pálida e poluída*”: O movimento socioambiental por justiça e direito à cidade

O movimento socioambiental e agroecológico é um outro olhar sobre a SM. Há mais de 20 anos, os moradores, ativistas e pesquisadores vêm lutando por políticas de preservação ambiental e denunciam que as autoridades políticas preferem proteger as atividades mineradoras e pedreiras na SM do que seu ecossistema. O instituto Papo Reto⁵, organização de moradores pelos direitos humanos na favela, que luta por justiça social e resiliência comunitária no Complexo do Alemão, questiona: “Já imaginou um parque ecológico nas favelas? Cadê o Parque Municipal da Serra da Misericórdia? Se a floresta estiver na periferia, ela é menos importante?”

⁵ Ver sobre em <https://institutopaporeto.org/>

Desde os anos 1990, organizações não governamentais (ONGs) da região pedem a criação de um parque ecológico na Serra que possa garantir qualidade de vida, área verde e espaços de convivência para milhões de pessoas que vivem na região, com foco nas favelas dos Complexos do Alemão, Penha e adjacências. Mesmo sendo tão importante para os territórios periféricos da região, o poder público ainda não assumiu o compromisso de preservar e cuidar dessa região que abriga o maior contingente populacional do município. O Instituto Papo Reto defende que preservar as áreas verdes, que são os quintais das favelas e subúrbios, também é cuidar do ambiente. E as favelas também fazem parte da Mata Atlântica.

A Organização da Sociedade Civil Verdejar, criada em 1997, é a principal ONG ambiental da região, atuando na gestão ambiental comunitária e na valorização do Maciço da SM. Surgiu da mobilização de moradores da Comunidade Sérgio Silva, no Engenho da Rainha, que começaram a plantar mudas da Mata Atlântica para conter a erosão e prevenir desastres. Entre eles estava Luís Poeta (1957–2011), que impulsionou ações de reflorestamento, combate a incêndios, resistência à exploração de minérios e à criação dos “eco-limites⁶” nas favelas, além de escrever o poema que se tornou símbolo da luta socioambiental da Serra.

A Serra é reconhecida como o último fragmento de Mata Atlântica na ZN do RJ. Em 2000, depois da pressão do Verdejar, de colaboradores sociais e de movimentos ambientalistas da região, o Decreto Municipal 19.144 designou a SM uma APARU. A Figura 9 abaixo apresenta a carta topográfica do documento que firma a proposta da sociedade civil para a APARU. A Figura 10 corresponde à área com os bairros.

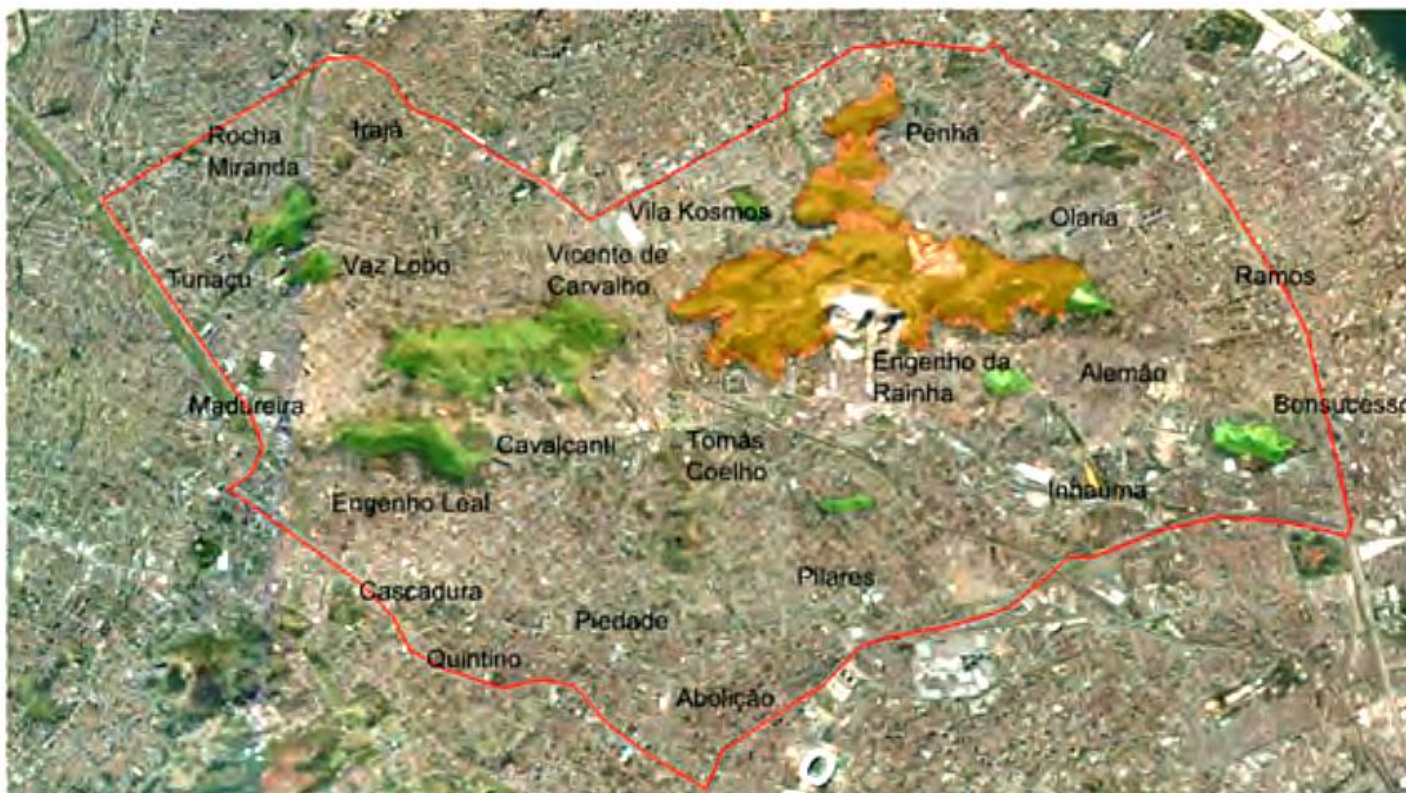
⁶ Os eco-limites em favelas foi um programa iniciado pelo prefeito do Rio de Janeiro Cesar Maia, no início dos anos 2000 e pelo governo estadual de Rosinha Garotinho (2003-2007) para a construção de muros que objetivavam restringir o suposto avanço dessas comunidades para as áreas verdes. Para compreensão das críticas a este projeto lido pelos moradores como higienista, veja Camargo (2012).

Figura 9: Carta topográfica da Serra da Misericórdia



Fonte 10: ONG Verdejar

Figura 10: Localização da SM, com a delimitação do parque urbano (área amarelada) e da APARU (traço vermelho) e os bairros do entorno



Fonte 13: Bessa; Guia (2014)

Em teoria, esta legislação introduziu um amplo quadro de proteções ambientais para a área, incluindo “projetos e ações de recuperação ambiental, preservação e ampliação da biodiversidade” assim como metas de desenvolvimento urbano, com a promoção da “regularização (fundiária) das favelas existentes”, e o desenvolvimento de “recreação, lazer e ecoturismo”, e a promoção do “desenvolvimento de programas de educação ambiental” a fim de “melhorar a qualidade de vida da população local” (Ong. Verdejar). Em 2004 o Verdejar participou da criação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e desde então faz da AU uma estratégia de preservação da Serra, em busca de justiça socioambiental e alimentar.

Vinte e cinco anos depois da APARU, a SM ainda enfrenta problemas ambientais, socioeconômicos e negligência estatal. Mesmo com registro de proteção ambiental e diretrizes que englobam o projeto de conservação e proteção, as ações na região são desenvolvidas em sua maioria por várias iniciativas da sociedade civil. As redes se tornaram mecanismo de força social para ampliar a participação e efeitos de colaboração no território, são elas: AARJ; Rede CAU; Rede Brasileira de Justiça Ambiental; Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia; GACC (Grupo de Articulação do Canal do Cunha); Comitê da Bacia Oeste da Baía de Guanabara; Rede de Economia Popular Solidária; Rede de pontos de cultura e Rede Ecológica.

Com base em Guia (2016), no ano 2001, existiam cerca de uma dezena de empreendimentos de mineração em todo o maciço da SM. A exploração das pedreiras iniciou em 1940 (Simas, 2007, *apud* Guia, 2016), e atualmente, as detentoras de licença do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para mineração são as empresas Lafarge S.A., Anhanguera S.A. (brita de granito) e Sociedade Nacional de Engenharia e Construções Ltda., que detém áreas de exploração contíguas, totalizando cerca de 80 ha. Esta última gerencia um aterro que recebe resíduos da construção civil de acordo com o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) pela exploração (Simas, 2007, *apud* Guia, 2016).

A ação de três pedreiras se destaca na paisagem da Serra, que ainda é palco de confrontos de terra entre policiais e membros do narcotráfico. Também usam de poder para controlar os moradores, como no caso da perda da primeira sede do CEM em 2017 por uma disputa de terra envolvendo a pedreira Nossa Senhora da Penha e o movimento paralelo.

Um exemplo dessa condensação de ações envolvendo estes atores está em um relato de Ana S., no grupo Planejamento Agroecologia e Saúde justificando que não conseguiria participar da Roda de mulheres daquele dia: “Eu não sei se conseguirei estar, fui até a agrofloresta colher ervas e voltei em alta crise; (...) asma, mudança de tempo, preocupação, ansiedade, Pedreira explodindo, fio sendo queimada a noite toda, muita coisa” (Relato Ana S., diário de campo 09 de julho de 2024).

Os fios queimando são em referência a uma prática de disputa do tráfico com a milícia, no controle da internet. Os traficantes retiraram todos os fios de fornecimento de internet da milícia, queimaram e trocaram por novos fios, assumindo o controle sobre esse meio de fornecimento no território⁷. Os conflitos com a pedreira envolvem tensões e controle sobre o território, marcados por contratos firmados com relações assimétricas de poder (Guia, 2016).

Em entrevista à Paulo Schueler (2024), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ), sobre o maior desafio de produzir alimentos dentro de uma área urbana, Santos relata:

“Eu estou falando de um território que tem ocupação de narcotráfico, que vive em disputa, com uma pedreira que explode pedra toda semana... Então, lidamos tanto com a poluição quanto com a falta de disponibilidade da terra”, ressalta. Essas dificuldades, inclusive, fazem com que, muitas vezes, ela e seus companheiros tenham que produzir os próprios insumos através da compostagem. Segundo Santos, a ocupação desse território para a produção de alimentos precisa vencer constantes desafios logísticos. “O único lugar pelo qual carros podem chegar até o local é por dentro da pedreira, uma área perigosa. Quem entra para entregar insumos cobra um valor com sobrepreço, por assim dizer” (Schueler, 2024).

A Pedreira também atua em intervenções de infraestrutura na comunidade, pavimentando vias. No ano de 2024, o CEM enfrentou dificuldades de realizar ações, como a Roda de Mulheres e a Cozinha Solidária Mulheres em Ação, por questões estruturais, como local adequado para realizar as atividades e precisou alugar um imóvel fora da Terra Prometida, mas ainda em local estratégico, na Rua Aymoré, uma das entradas para a comunidade. Em abril deste mesmo ano, a Pedreira concordou em abrir uma estrada na comunidade: “Estamos retornando para Terra Prometida. Dia 22 teremos nosso Mutirão na Casa de Apoio e assim voltamos pra nossa casa. A pedreira fará a estrada... então vamos melhorando (Ana S.; diário de campo, 10 de abril de 2024).

⁷ Veja um exemplo dessa prática em uma reportagem <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/23/criminosos-controle-internet-transporte-comunidades.ghtml>

Ao longo dessas décadas de exploração, não faltaram esforços dos moradores e do movimento socioambiental que se mantém resistente às mineradoras na região⁸. Em 2010, 43 moradores da área de exploração do Complexo do Alemão responderam ao Censo Domiciliar do PAC que o que faltava para que a sua moradia fosse melhor era “acabar com a pedreira”. Muito devido ao impacto à saúde e à moradia. Os relatos são de moradores vizinhos às pedreiras e que experimentam diretamente rachaduras e poeiras em suas residências, associando esses danos à mineração (Guia, 2016, p. 139).

A exploração da francesa Lafarge, que atua na localidade desde 1993, quando adquiriu a área de lavra de outra empresa, fica bem próxima à área de cultivo da agrofloresta. As mulheres relatam a poluição sonora pelos estouros e contaminação do solo, da água e do ar pela exploração ambiental da mineração. Também relatam problemas respiratórios por conta da poeira. A região em que hoje é a Terra Prometida habita algumas nascentes de rios e fauna e flora nativas. A vegetação está quase finda, os animais quase todos partiram, e as nascentes estão soterradas pelos resquícios das minerações.

Figura 11: Fotografia panorâmica da área de exploração das pedreiras Lafarge e Anhanguera na SM



Fonte 11: Chico Ferreira, 2023.

Nota 1: Na primeira foto tem-se a exploração da pedreira e ao fundo, o Complexo de Favelas da Penha. Na foto 2, moradias na favela Terra Prometida e, bem próximo, resíduos de pedras extraídas e empoçamento de água contaminada.

⁸ Reportagem de 2006: Ambientalistas querem fechamento da pedreira francesa LAFARGE <https://vermelho.org.br/2006/10/13/ambientalistas-querem-fechamento-da-pedreira-francesa-lafarge/>

Reportagem de 2010: Abraço ao Lago do Alemão neste domingo, mobilizado pela Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia. O lago Azul ou o “piscinão” do Alemão é resultado da exploração da pedreira Lafarge, maior produtora de cimento do mundo, que atua há quase 60 anos no Brasil. Disponível em <https://observatoriodefavelas.org.br/abraco-ao-lago-do-alemao-neste-domingo/>

Em maio de 2024, na Arena Dicró, localizada na Penha Circular, foi realizada uma Roda de Memória climática da Penha, composta por diversos movimentos que atuam na Penha⁹. Neste evento, os moradores compartilharam experiências e percepções sobre as transformações do território e sobre suas vidas ao longo do tempo. Entre os relatos é possível notar a presença significativa de memórias antigas, associadas ao inexistente saneamento básico, mas com maior presença de áreas verdes no território, também a liberdade de ir e vir, menor incidência de violência, as crianças brincavam nas ruas, havia fontes naturais de água e segurança.

1.2.3 “*O seu verde precisa verdejar esta redondeza*”: a conquista da Terra Prometida de onde se tira o alimento

Em setembro de 2024, durante uma viagem para a Roda de Conversa: “Memórias, Ancestralidades e Negritudes”, uma atividade realizada pela AS-PTA, no Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet Nova Iguaçu, estávamos Ana S., Leildes Xavier, Scarlet Santos e eu, em um carro de aplicativo a caminho do evento. Leildes comentava maravilhada sobre suas impressões sobre as casas que via no trajeto. Seu encantamento maior era sobre os quintais, que tinham muita plantação de árvores frutíferas. Durante a viagem ela me contou sobre sua família na periferia de São Luís, no Maranhão, e como veio para o RJ com o marido. Neste momento ela me disse que seu sonho é ter uma casa com quintal grande na frente e atrás para poder plantar os mais variados tipos de alimentos e ervas.

Na volta, o motorista de aplicativo perguntou-nos se poderia passar em sua casa para trocar de camisa, pois estava muito quente e ele estava há um tempo trabalhando. Concordamos e ele nos levou até o conjunto habitacional de prédios populares em que morava. Na espera, ficamos observando o local e a área vizinha. Era uma região afastada da cidade e cheia de dejetos de lixos mal recolhidos. O motorista nos contou que havia dias que estavam sem água e que isso era algo recorrente. Ana S., encabulada com a situação vista e relatada, disse que nunca moraria em um conjunto habitacional e criticou essa forma de construir moradias para pessoas empobrecidas em localidades afastadas e

⁹ Organizações presentes: Redes de favela (composta por representantes de 127 favelas); CEM; Frente Penha; Favela Sustentável; Observatório de Favelas; Projeto Arte Transformadora da Penha; Luxo do Lixo; Moradores do Complexo da Pena, do alemão e de outras favelas do Rio, e outras comunidades, como o quilombo do Horto, no Jardim Botânico e Pesquisadores.

sem estrutura nenhuma. Completou dizendo que na Terra Prometida elas viviam bem melhor porque tinham a possibilidade de plantar, de construir uma cisterna para acessar água, podiam criar animais e tinham área verde ao redor. As demais concordaram com ela e disseram que também não morariam nessas condições.

Achei muito interessante esse momento para pensar sobre o conceito de habitar e viver no espaço. Dos anseios da conquista da terra e moradia como algo com significado. Embora na favela Terra Prometida elas estivessem vivendo em “moradias informais”¹⁰; e sem acesso ao saneamento básico e outros direitos de habitar uma cidade, elas tinham propósitos, união, coletivo, uma forma diferente de conceber o significado de ter uma casa. Mesmo que olhares de fora possam achar que morar em apartamentos e em um condomínio fechado seja melhor que em um barraco na favela.

Além de mais uma favela que nasce no solo carioca diante de toda desigualdade e marginalização das políticas de planejamento da cidade, a Terra Prometida é um sonho coletivo pela terra de onde se tira o alimento. Seu processo de ocupação deu início fundamentalmente pela união da luta por moradia e pelo acesso à alimentação adequada e saudável, via agricultura urbana:

Quando aqui chegamos, nem acreditamos no que vimos. Parecia ser mentira, que proposta ter um pedaço de Terra para morar. E ter a tão sonhada casa própria. A visão de um verde encantador em meio à cidade grande. É tão surreal que parece mentira. A esperança de ter um alimento próprio. (Roseneide Trovão, Neepe/Fiocruz, 2022).

¹⁰ Uma das nomenclaturas compreendidas pelo IBGE para designar “favelas e comunidades urbanas”, como territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Figura 12: Processo de ocupação da Terra Prometida, 2018



Fonte 12: Neepe/Fiocruz (2022)

A história da comunidade se confunde com a trajetória do CEM. Ainda nos primeiros anos, impulsionados pela articulação com a Rede CAU e pela participação no Consea-Rio, os temas e ações já eram trabalhados, e, a partir de 2013, as ações do CEM passaram a ser dinamizadas em torno dessas temáticas.

Em 2015, com a formação do Arranjo Local da Penha, o CEM passou a articular e se estabelecer como uma experiência de AU e começa a articular a questão nos seus eixos de trabalho envolvendo, além de uma agrofloresta implantada em sua sede, quintais agroecológicos entre moradores do Complexo da Penha. Como salienta Ana Santos, a partir desse momento: *“a gente começa a entender que a demanda é agricultura urbana e como ela se dá em diferentes espaços. É aí que a gente ganha força em creches, em centros culturais e nos quintais”* (Neepe/Fiocruz, p.11, 2023).

Em 2017, tensões entre a pedreira e o crime organizado no território comprometeram a permanência do CEM em sua sede.

[...] na sede [antiga], a gente tinha muita produção, com uma agrofloresta certificada. Com a perda da sede, a gente começa a fortalecer muito mais o trabalho nos quintais e espaços coletivizados e avança no processo de escuta [...] de entender que para fazer agricultura urbana não necessariamente você precisa plantar. As mulheres queriam estar nas cozinhas, elas queriam mudar o hábito alimentar, queriam trabalhar a questão das ervas medicinais. A creche já queria metodologias de ensino para os alunos, para trabalhar o tema da agricultura urbana [...]. Então a gente começa a criar microrredes de diálogo com o eixo da agricultura urbana e na soberania alimentar, mas não necessariamente com todo mundo plantando (Neepe/Fiocruz, p.11, 2023).

A partir de 2018, o coletivo participou do processo de ocupação da Terra Prometida, que fica próxima ao local em que o Centro teve sua primeira sede no Complexo da Penha, “uma área rural no meio urbano”, como salienta Ana Santos.

Desde sua ascensão, a favela ainda não foi reconhecida pela prefeitura do município, dessa forma, não integra oficialmente a área de planejamento AP3 e o Mapa do Complexo de Favelas do RJ. Além do uso da força e da violência, com as operações policiais, o Estado só chega com dois serviços públicos: o SUS e o SUAS, com a Clínica da Família Ana Maria e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), via projetos e ações mobilizadas pelo CEM e pelas conexões que estabelece em busca de atores-chave: pesquisadores, profissionais de saúde, ONGs, movimentos sociais, dentre outras organizações.

Em 2019, o CEM construiu sua nova sede na Terra Prometida, protagonizando um conjunto de ações para promover a agroecologia e soberania alimentar no território, fortemente dinamizadas no contexto da pandemia de Covid-19. Tratou-se de uma grande novidade surgir um novo território no meio de outras favelas a partir de lutas não apenas por moradia, mas por AU e proteção ambiental. Ao fortalecer sua presença na RedeCAU, o coletivo passa a integrar um conjunto maior de iniciativas em prol da agricultura, da alimentação e do campo agroecológico.

Quando surge a pandemia em 2020, a comunidade passa a abrigar mais famílias, um contingente de pessoas que viram naquele espaço uma opção de morar e plantar na Serra, sobrevivendo, resistindo e tendo na AU e na agroecologia a solução para a dignidade de suas vidas. Com as incertezas sobre o potencial do vírus, sobretudo aos moradores da favela que já estavam perdendo renda, considerando que grande parte deles trabalham no setor de serviços, como as mulheres diaristas, o CEM lançou o projeto “Favela Sem Corona” uma semana antes do início da quarentena. O projeto arrecadou fundos para a compra de alimentos diretamente de produtores orgânicos a preços acessíveis e depois os distribuiu às famílias sem nenhum custo.

Outro acontecimento importante na comunidade foi a construção da Casa de Apoio. O CEM buscou desenvolver parceria com o SUS, ao entrar em contato com profissionais de saúde para que fossem realizados atendimentos dentro do território. A Casa de Apoio se tornou o lugar onde chegou pela primeira vez a Atenção Primária em

Saúde (APS). A Casa de Apoio se tornou local de atendimento da APS e local de trocas entre as mulheres e crianças. No momento de espera, elas conversam sobre a vida, desabafam e trocam experiências, criam conexões enquanto aguardam atendimento. Ana S. chamou de “estreitamentos de diálogos entre saúde e agroecologia”.

Figura 13: Casa de Apoio do CEM, Terra Prometida



Fonte 13: Foto de campo (2023)

Também no período da pandemia, a comunidade foi contemplada pelo Projeto “O povo cuidando do povo: uma pesquisa-ação participativa sobre os desafios e estratégias ao enfrentamento da Covid-19 em três territórios periféricos no estado do Rio de Janeiro” (Terra Prometida, Manguinhos e assentamento rural e Macaé) em 2020, parceira da Fiocruz e da Periferia Viva. O projeto com formação, extensão e estratégias de pesquisa quantitativa, resultou em um curso de formação de Agentes Populares de Saúde que se tornou um mecanismo de potencializar o conhecimento dos agentes dos territórios periféricos na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis (Niemeyer et al., 2024). Uma estratégia do CEM de levar o SUS para dentro da comunidade e construir relações em prol da promoção da saúde via a agroecologia, sobretudo quando a pandemia exigiu ações de moradores no enfrentamento da Covid-19 e da fome, quando o Estado se absteve.

No minidocumentário “O povo cuidando do povo - pesquisa e ação na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis”, um dos resultados deste projeto, Ana S. explica que a SM, por possuir uma significativa área verde remanescente na ZN RJ, em território de Complexos de favelas, não desperta interesse de quem vem de fora. No entanto, na Terra Prometida, a questão ambiental não surge pela ótica da preservação,

mas como uma questão significativa de sobrevivência em meio às ausências de amparo dos direitos humanos:

Quando o movimento começa a pisar no solo e olhar para a Serra é muito tocante que esse olhar ambiental não importa para a moradora que está lá dentro, porque ela luta pela sobrevivência. A gente tá falando de um lugar onde tem um crime organizado, onde não tem saneamento básico, onde a água não é encanada, apesar de ter muitas águas, onde tem uma presença muito grande da fome. E a chave, um ponto muito sensível para esse olhar da Serra da Misericórdia é a Soberania Alimentar. Todo mundo precisa comer (Ana Santos, Vídeo Saúde Distribuidora Fiocruz, 2023)

A soberania alimentar se tornou o elemento central de mobilização comunitária para olhar as potencialidades da Serra como a Terra de onde se tira o alimento. A Terra Prometida então surge como uma comunidade em que a comida é seu elemento constituinte. Com a participação do CEM na conquista da Terra Prometida¹¹, as pautas da agroecologia e da soberania alimentar foram se estabelecendo cada vez mais como eixo estruturante.

1.2.4 Dados da Terra Prometida: população, moradia, solidariedade e acesso à alimentação

O projeto de pesquisa realizado pelo Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Neepes/Ensp/Fiocruz): “Conexões entre agroecologia, moradia digna e cuidado na construção de territórios urbanos sustentáveis e saudáveis em tempos de Covid-19: potencialidades para a redução de vulnerabilidades e a promoção emancipatória da saúde no Rio de Janeiro e Salvador”, foi realizada entre março de 2021 e fevereiro de 2023. A pesquisa foi realizada com parceria de dois territórios, um no Rio de Janeiro, no CEM, e na Bahia, e em duas ocupações em Salvador.

O trabalho envolveu parcerias na produção de dados e conhecimento de oficinas, aplicação de questionários, além de pesquisa de campo com observação participante, entrevistas e grupos focais. Com temática transversal entre Saúde Agroecologia, foram abordados quatro eixos de ação:

i) agroecologia e soberania alimentar – envolvendo experiências de promoção de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) e geração de renda nos dois territórios; ii) moradia digna e proteção ambiental em periferias urbanas envolvendo áreas de proteção ambiental; iii) educação, autocuidado e prevenção à covid-19 – envolvendo ações comunitárias de autocuidado como

¹¹ A Serra da Misericórdia é também denominada pelos moradores da Terra Prometida como a “Serra da Conquista”

o uso de plantas e ervas medicinais, bem como a relação com a saúde pública e o Sistema Único de Saúde (SUS) na prevenção da covid-19; iv) comunicação e compartilhamento prevendo atividades e produtos para trocas de experiências intra e interterritórios, bem como a produção e circulação de materiais educativos e de formação, escritos e audiovisuais (Neepe/Fiocruz, 2023).

Essa pesquisa é significativa para a comunidade, pois produziu dados com a participação das mulheres da Terra Prometida e do CEM como pesquisadoras populares, com recebimento de bolsa de uma pesquisa. No período de vigência, foram realizados levantamentos sobre o número de habitantes e famílias, fome, acesso à alimentação, sobretudo no período da pandemia. Também envolveu a compreensão sobre agroecologia, saúde, organização comunitária, agricultura, moradia, dentre outras questões.

Nesta pesquisa desenvolvida de maneira *co-labor-ativa* com o Neepe/Fiocruz, moradoras da comunidade foram contempladas com bolsas de pesquisa e realizaram levantamento sobre a percepção dos moradores sobre a SSAN e o território. Este é um acontecimento inédito em que o trabalho das mulheres foi reconhecido com remuneração financeira, algo não comum na academia, em que comumente, projetos de pesquisa remuneram com bolsas somente alunos matriculados em universidades e filiados a um grupo de pesquisa e extensão.

É uma forma de repensar a pesquisa e o ser pesquisador. Uma perspectiva advinda da educação popular herdada de Paulo Freire que nos ensinou que “não existe saber menor, ou maior, mas diferentes”. Dessa forma, reconhecer o conhecimento das mulheres da Terra Prometida veio de se pensar e de promover a pesquisa e a ação social com características participativas, dialógicas e críticas, tendo como intencionalidade a emancipação social, humana e política das pessoas e dos grupos populares (Neves; Silva, 2021). A *co-labor-ação* entende os processos como uma junção de diálogo, participação, trabalho e ação. No capítulo IV essa questão será mais bem trabalhada, mas essa discussão advém da construção compartilhada de conhecimento pelas comunidades ampliadas de pesquisa-ação, uma virada epistemológica crítica e implicada com a justiça social e cognitiva, com os direitos humanos e a equidade (Cruz, 2019, p.5).

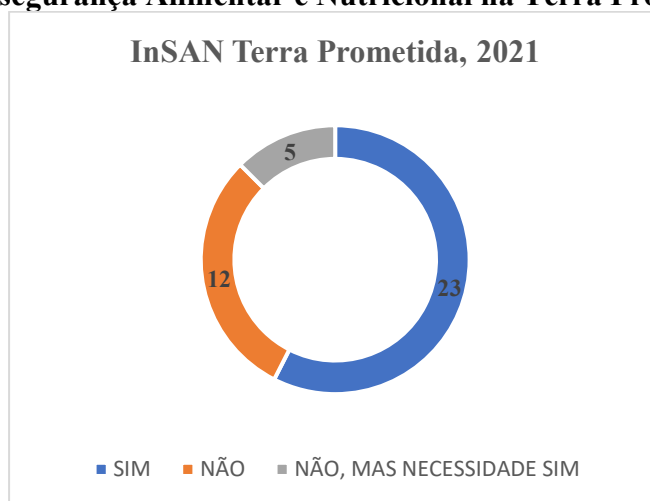
Para além do reconhecimento do saber periférico, sobretudo das mulheres negras faveladas, em valorizar com a validação enquanto um ser intelectual munido de sabedoria e, possibilitar construção de dados para uma comunidade não reconhecida pelo poder público, o valor da bolsa contribuiu para a renda familiar dessas famílias em um período

crítico de saúde pública (Covid-19, fome e insegurança hídrica, dentre outros fatores socioeconômicos e ambientais). Essa é uma questão muito discutida pelas mulheres do CEM.

O levantamento identificou um total de 180 famílias, com média de 5 pessoas por família, cerca de 900 pessoas vivendo na Terra Prometida. A pesquisa aplicou 40 questionários, com uma cobertura de 119 pessoas nas residências entrevistadas. O levantamento teve uma subdivisão territorial de entrevistados, abarcando também 6 famílias fora do “ecolimite¹²” da comunidade. Foram entrevistados 32 mulheres e 9 homens.

Quando perguntadas se em algum momento da vida já passaram fome ou se ainda passavam, 23 pessoas responderam que no momento da pesquisa estavam em situação de fome, 12 que não passam fome e 5 que no momento não passam fome, mas que passam necessidade. No dicionário Aurélio, da língua portuguesa, “necessidade” diz respeito ao carácter do que é necessário, à falta, algo imprescindível ao ser. Na expressão popular, o termo é utilizado para expressar as dificuldades de acessar recursos básicos à vida, como a alimentação. Dessa forma, na Terra Prometida, podemos inferir que, do contingente investigado, 23 estão em insegurança alimentar grave e 5 deles em insegurança alimentar moderada, quando enfrentam dificuldades de realizar pelo menos três refeições diárias.

Gráfico 2: Insegurança Alimentar e Nutricional na Terra Prometida



Fonte 14: Neepe/Fiocruz (2022)

¹² Este termo, comum aos sanitaristas, foi empregado no levantamento em referência aos espaços adjacentes à Terra Prometida. Aqui o utilizo entre aspas como reprodução neste sentido.

Dos relatos apresentados nas entrevistas, a fome aparece na fala de mulheres mães que deixam de se alimentar para saciar a fome de seus filhos. Também aparece na forma de recebimento de doação de alimentos, na coleta de alimentos na xepa¹³ das feiras livres, em lixões e nas Centrais de Abastecimento, a CEASA-Rio.

Quadro 2: As características da fome na Terra Prometida

EXPERIÊNCIAS COM A FOME	RELATOS
A fome das mulheres mães	"(...) quando falta, priorizamos as crianças". "De ter o alimento saudável"; "num curto período de tempo eu optei por passar fome pra não ver minha filha passar... então o que eu poderia comer eu deixava pra ela."
Fome e Coleta de Alimentos	CEASA; lixão; sobra de feira e açougue: "Já catei muito... já catei na rampa em Caxias... xepa... Ceasa... eu criei meus filhos muito com xepa..."
Fome não só de comida	"De aprender coisas novas... fome de crescer profissionalmente, de construir um ambiente sadio... um lar"; "Tenho fome não é só de comida, de coisas saudáveis, não vão deixar só a minha barriga, mas também a minha mente saudável. Coisas que vão deixar eu aprender mais, coisas que vai adquirir e ensinar para os filhos".
Fome e Solidariedade	"Fome eu não passo porque tem muita gente que me ajuda aqui... Porque senão eu acho que passaria... Já passei muito... hoje às vezes eu passo uma necessidade mas fome eu não tenho e uso para mim ainda ajuda minha filha..."; "Tem dia que nenhuma (refeição)... também eu não janto..."

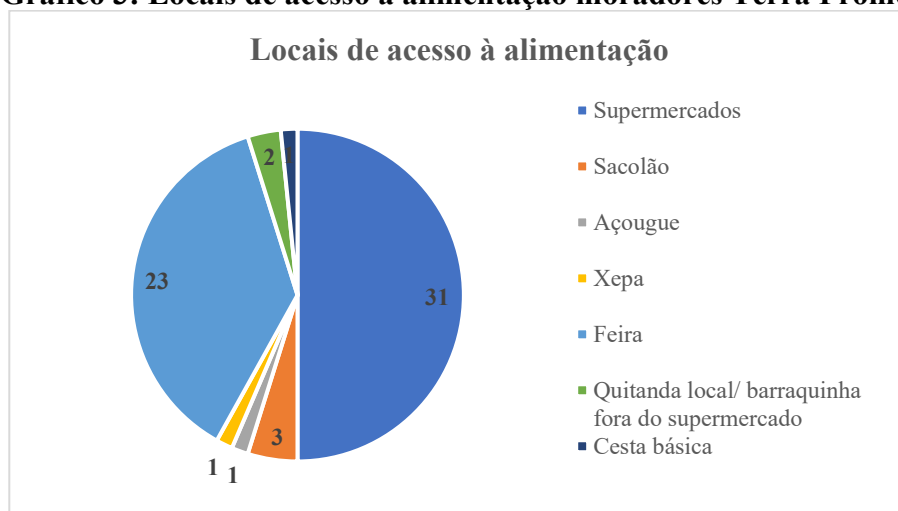
Fonte 15: Dados Neepe/Fiocruz (2022)

Quando perguntados sobre “Onde e como acessar os demais alimentos que consome?”, 50% responderam acessar alimentos nos supermercados e 37% nas feiras livres. Apesar de demonstrar a hegemonia do acesso à alimentação via grandes redes de mercados, as feiras livres ainda têm uma importante presença no subúrbio carioca. No capítulo II será discutido com mais profundidade sobre a questão do abastecimento alimentar no RJ diante do seu processo histórico de metropolização e um modelo de abastecimento alimentar baseado no referencial de “alimento pelo mercado”; mas, os

¹³ No Rio de Janeiro o termo é utilizado pela população para se referir ao final da feira. Quando as últimas mercadorias expostas em uma feira livre são ofertadas a preços mais baratas. Ou em referência às sobras que seriam descartadas e são doadas pelos feirantes.

dados da Terra Prometida já dão um adiantamento de como esse processo é sentido pela população periférica e favelada no acesso à alimentação.

Gráfico 3: Locais de acesso à alimentação moradores Terra Prometida

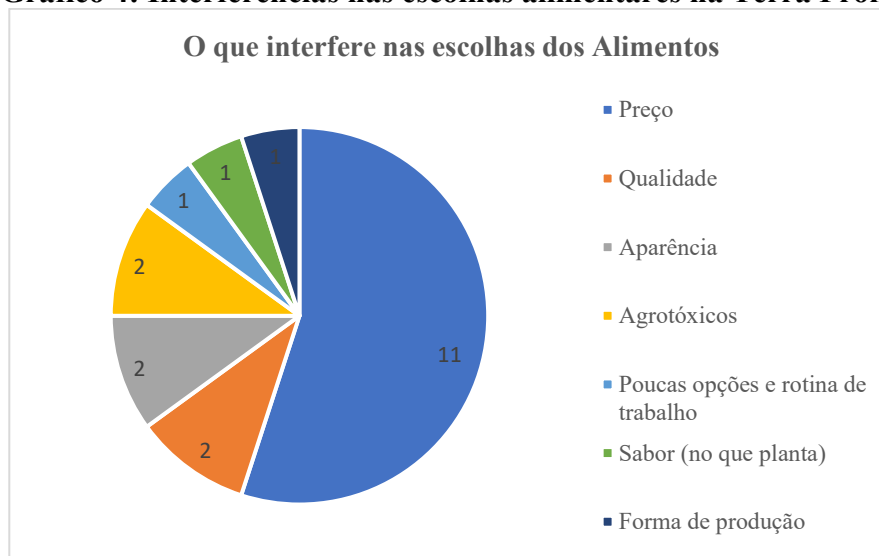


Fonte 16: Neepe/Fiocruz (2022)

Quando perguntados sobre “Sabe quem produz os alimentos que acessa nestes locais?”, 75% disseram não saber, 18% responderam ter conhecimento e 8% não responderam. Algumas respostas incluíram a preocupação com o alimento por questão de saúde, trocas entre parentes, doações e alimentos oriundos do seu quintal.

"Eu compro mais no supermercado. Pra mim, agora que tô tendo um problema específico de saúde (crise de dor de cabeça), eu vou lá na feirinha de Olaria e compro alguns pra consumir em casa... alimentos orgânicos ajudam a aliviar melhor minha crise de dor de cabeça." (...) "Acha que vem de horta, mas não sei se é uma horta orgânica saudável"; "Eu não compro eu ganho aqui em cima... Ana chama para a gente pegar os legumes... Às vezes a minha irmã me dá e quando eu tenho um trocadinho eu compro na feira ou na barraca aqui... e às vezes eu cato aqui no quintal para comer..."(Dados Neepe/Fiocruz; 2022).

Gráfico 4: Interferências nas escolhas alimentares na Terra Prometida



Fonte 17: Neepe/Fiocruz (2022)

55% dos entrevistados responderam que a questão financeira é o que mais impacta na escolha dos alimentos: "Preço, do jeito que tá subindo tá um absurdo. Então tá tentando plantar pra ver se consegue comer algumas coisas." O aumento no preço do gás influenciou alguma mudança como preparação e alimentos em 85% dos entrevistados. Dentre os relatos sobre o que mudou com o aumento do gás, destaca-se o número de pessoas que passaram a cozinhar na lenha: "Agora eu cozinho uma quantidade boa e boto na geladeira (...)". Quando percebem que o gás está acabando, deixam de cozinhar feijão, um alimento considerado essencial: "Muita coisa! Porque temos que evitar fazer feijão, pois o gás tá um absurdo". Ou reduzem a quantidade de alimentos a serem consumidos para comprar o gás.

Segundo o CEM, na comunidade, a maioria das mulheres são mães solas, trabalhadoras do mercado informal, como comerciantes, cozinheiras, diaristas, faxineiras, e possuem grande parte de suas rendas provenientes de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família. A pesquisa em parceria com o Neepe/Fiocruz identificou que estas foram estratégias de economia doméstica para garantir comida no contexto de preços elevados dos alimentos, destacando também a diminuição do consumo de feijão, alimento essencial, mas que requer maior gasto de gás.

O que considera necessário para melhorar sua alimentação?

"Não estar contaminado"; "Ter mais espaço pra plantação... para poder colher e comer mais saudável"; "Comer legumes orgânicos... eles me auxiliam muito na crise de dor de cabeça". "Não falta comida na mesa, a carne que sempre

falta pelo preço, o que dificulta o acesso. Até o ovo tá caro!"; "Mais plantações, mais ajuda, não só de outras pessoas, como a nossa. Um pouco, o valor financeiro dificulta"; "Mudança de hábito... consegui acesso alimento mais saudável possível...comprar com valor acessível para todos". "O valor dos alimentos dificulta muito"; "Saudável é mais caro que antes. Cenoura está 11 reais'' (Dados Neepes/Fiocruz; 2022).

A questão da diferença entre alimentos e alimentos agroecológicos também foi algo que se destaca na percepção de 16 moradores sobre o acesso à alimentação:

Qual a diferença em receber uma cesta básica e uma cesta com alimentos agroecológicos?

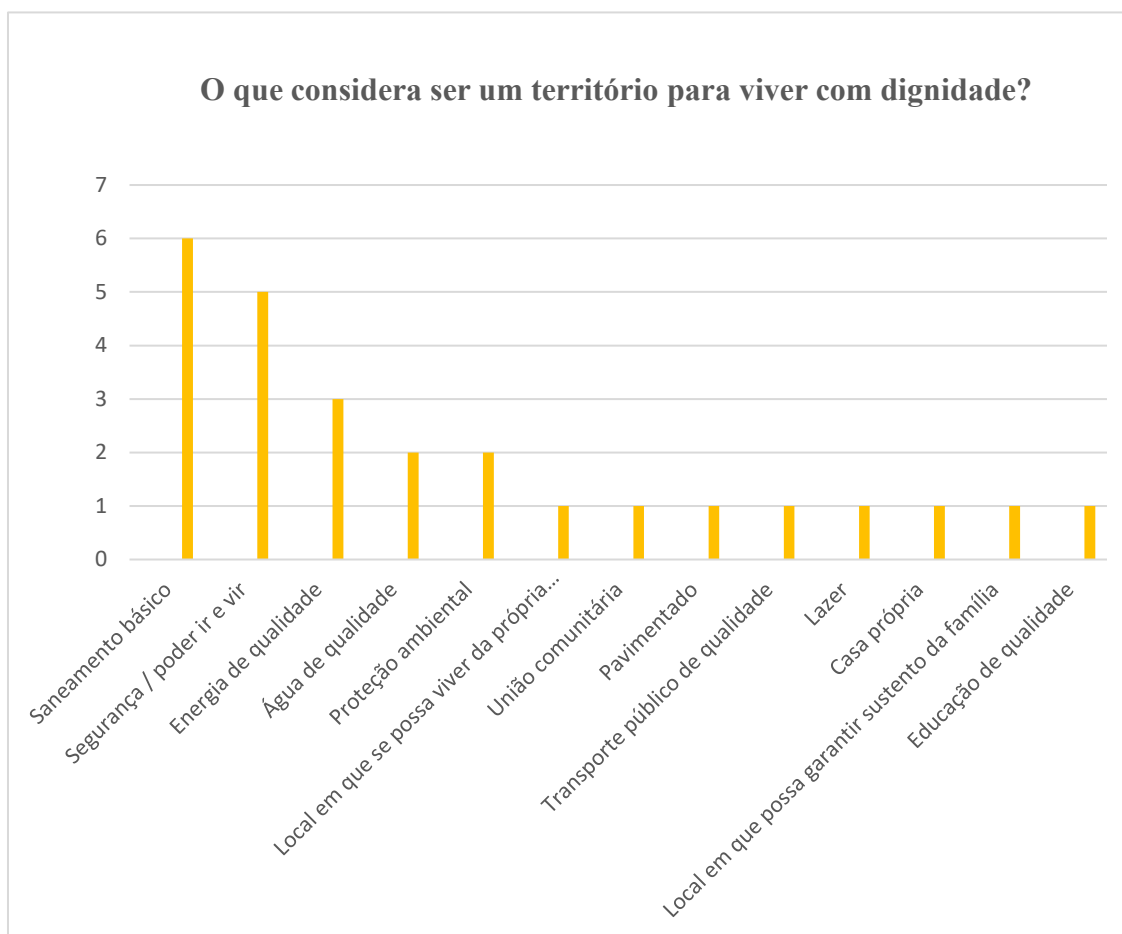
"A qualidade... o gosto é completamente diferente do que já que você já está acostumado... dá para sentir... o jeito de fazer é diferente... Vem diversidade... o que vem na cesta agroecológica você não compra no mercado"; "A cesta agroecológica é com coisas tiradas na hora, da terra, mais garantidas, mais vitaminas"; "A diferença é imensa na qualidade. Quando você recebe uma cesta agroecológica (Dados Neepes/Fiocruz; 2022).

A preservação ambiental que já possui uma histórica mobilização na SM, com tratativas normativas da região como APARU, traz consigo o princípio de justiça ambiental em que projetos de reforma urbana precisam estar alinhados com a garantia do direito à terra e a reprodução da vida das famílias trabalhadoras. Enquanto isso não é efetivado, as famílias vão criar formas de sobrevivência e resistência à ausência de direitos fundamentais, como o acesso à alimentação adequada e saudável e o direito à moradia digna.

O Verdejar, que é uma grande inspiração para o CEM, fala o tempo todo de preservação ambiental. Enquanto isso, a cada dia tem um barraco novo [no Complexo]. Como é isso? (...). No Rio de Janeiro, se busca preservação ambiental, mas com aquela mata intocada; conhecemos a experiência com o morro da Pedra Branca, que vira um parque e para ser preservado tira os agricultores. A Rede Carioca e a rede de movimentos da cidade diz: se está preservada é porque tem agricultura na cidade e os agricultores estão preservando. Junto com a discussão do morar e plantar também falamos em agroecologia. Não é um assunto dissociado: a moradia digna está muito além de morar. O que é morar e plantar dentro de uma cidade? Como essas nuances se dão na prática? (Dados Neepes/Fiocruz; 2022).

Os dados da pesquisa realizada com apoio do Neepes/Fiocruz podem evidenciar como o saneamento básico é algo imprescindível para a realização da dignidade humana, seguido da segurança pública, ambiente, moradia e trabalho, educação, cultura e lazer.

Gráfico 5: Percepção dos moradores Terra Prometida sobre território com dignidade



Fonte 18: Neepees/Fiocruz (2022)

Dona Maria, moradora desde as primeiras ocupações fala sobre como foi conseguir água e energia no processo de conquista da Terra e como o saneamento básico é uma das questões mais difíceis do território:

“A Terra Prometida começou lá em cima, deve ter mais ou menos uns seis ou cinco anos, a gente pegava garrafão, garrafa, carrinho de mão e ia lá buscar. Aí depois arrecadamos um dinheiro para o cano pra gente puxar de lá da porteira pra vim pra cá, mais daí, foi pralá, foi pralá, já tá lá em cima a água. A energia também foi bem complicada no começo porque só era oito casas. Só oito casas tinha energia mais forte. Se tivesse saneamento, já era muito bom, porque para andar a gente anda assim mesmo, mas saneamento básico aqui é tudo né. A gente ter que pisar na água do esgoto do vizinho, isso que é ruim. Mais a não ser isso, eu gosto de ficar aqui, eu gosto de morar aqui. Mais também tem uma vantagem, porque a gente tem animais, tem passarinho que canta de manhã cedinho, tem cavalo, tem galinha, tem os quintais que pode plantar as coisas que a gente quer. Aqui a gente tem terra que pode mexer. A gente pode plantar a gente pode colher, a gente pode doar, a gente pode ensinar, pode aprender” (Dona Maria, Vídeo Saúde Distribuidora Fiocruz, 2023).

Sobre o significado de morar na Terra Prometida e vida saudável, Dona Maria diz: (...) “para poder plantar, colher e ir direto para a panela, eu acho que isso é o mais saudável. É a gente mesmo chegar na nossa horta, tirar um temperinho que você plantou’.

Por mais que a gente tenha muitas ausências, a gente tá no meio de um verde. Plantando no meio dos caminhos e construindo outras alternativas de resistir aqui dentro desse território. Não é qualquer favela. A gente sabe que na favela também tem meio ambiente e é esse meio ambiente aqui que torna um diferencial né, como quando o Doutor Milton tá lá atendendo e ele para para tirar foto da vaca. Tem vaca, tem pato, porco, cavalo, tem galinha. E tudo isso porque tem história de agricultor, tem história de quem cultivou a terra, quem cuidou dos animais. Aqui era para ser a vacaria, né e de repente virou a Terra Prometida (Ana Santos, Vídeo Saúde Distribuidora Fiocruz, 2023).

Além da agricultura, a educação também é elemento que se destaca na comunidade. A Escola Popular de Agroecologia faz da Terra Prometida o “território de brincar”. A função do território de favela é aquele que sangra com as operações policiais e chacinas, mas sim vida, conhecimento, alimento. Um lugar onde as crianças tenham um espaço para sorrir e brincar enquanto aprendem sobre sua história, sua ancestralidade. Onde os idosos podem ter qualidade de vida.

A abertura da Terra Prometida para a comunidade acadêmica, para os movimentos sociais de fora, para organizações da sociedade civil é uma estratégia de ressignificar o entendimento sobre a favela iluminando seus problemas partindo da identificação de potenciais. Essas ações são realizadas pelo compartilhamento com diferentes atores. E é por isso que, embora a Terra Prometida não esteja no mapa das favelas do Complexo da Penha, a comunidade se desponta a cada dia em projetos e ações ligadas às instituições públicas e à sociedade civil organizada. São diversos projetos e ações implementados dentro do Território, fruto do movimento que o CEM articula dentro e fora da comunidade.

A dinâmica imposta aos moradores do território faz deste trabalho uma constante necessidade de mobilização, como relata Ana S.: “É desafiador envolver a juventude para que veja a agricultura urbana enquanto valor e queira estar envolvida nesse trabalho. É muito flutuante o público que se envolve na produção, nem sempre a gente consegue se manter muito tempo com as mesmas pessoas (Schueler, 2024).

Em definição, a escolha do nome “Terra Prometida” pelos moradores é em referência a uma promessa de vida, de poder morar, plantar, colher e estar em comunidade convivendo com a natureza. A realização desse sonho coletivo se faz por meio de

solidariedade e articulação com diversas organizações da sociedade civil ligadas ao campo agroecológico, ao movimento negro, universidades, instâncias públicas e privadas.

1.3 “*Por entre balas e fumaças zona norte Rio*”: Grupos Criminosos Armados em domínio do território

Como visto nos tópicos anteriores, a Serra da Misericórdia reúne um emaranhado de questões que conformam sua sócio-espacialidade. São atores diversos que tornam o território numa dinâmica em constante rearranjo e construção. Além da questão estrutural da falta da presença do Estado como ator garantidor dos direitos constitucionais para a população, como apresentado nos dados e indicadores da região e especialmente da Terra Prometida, a questão da violência é elemento significativo e precisa ser trabalhada para compreender a questão de pesquisa aqui trabalhada.

A presença de grupos criminosos armados em domínio do território da SM tem ganhado destaque nas últimas décadas como referência central a essa região da ZN do RJ e tem pautado os canais midiáticos e as políticas do ERJ. Essa representação dos complexos de favelas como o berço da violência centraliza a pauta sobre esse território e ofusca as diversidades de experiências e vivências, que se constituem de forte participação popular como uma dimensão importante que se enraíza no campo da luta social e política nas favelas da cidade do RJ, desde os anos 1950 (Cunha, 2016).

Com base em Silva; Fernandes; Braga (2008, p.1):

Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território são redes criminosas territorializadas que atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares, como o tráfico de drogas, serviços de segurança e transporte coletivo irregular, dentre outras, a partir de uma base territorial específica, fazendo uso da força física e da coação – especialmente pelo uso de armas de fogo - como principais meios de manutenção e reprodução de suas práticas.

As atividades criminosas, os autores as definem em dois padrões de funcionamento no espaço. Uma diz respeito à dependência de um substrato espacial específico para seu funcionamento (como jogo do bicho, por exemplo) e aquelas que independem (exemplo de quadrilhas de assaltantes de bancos). O narcotráfico e a milícia fazem parte desta primeira relação espacial como forma de garantia da reprodução das atividades criminosas, um processo que envolve o que os geógrafos chamam de “territorialidade” ou “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2005, 2007, 2008, 2009).

Mais à frente falarei um pouco sobre cada uma delas na realidade em que esta análise se fundamenta. Atemos um pouco sobre a questão do “Território” e “territorialidades” para posteriormente compreendermos sobre essas questões nas regiões de controle desses grupos, os Complexos de Favelas e regiões periféricas, como o caso da SM e como elas modificam os modos de vida de moradores e influenciam na questão central deste trabalho: promoção de soberania e justiça alimentar na favela, particularmente, o trabalho de mulheres negras na luta por emancipação via a agricultura agroecológica favelizada.

O território em Milton Santos (2005) conforma relações dialéticas com densidade de atores, domínio estatal, circulação de fluxos materiais e imateriais; dimensão historicamente constituída; campo de forças e arena de oposição entre o Estado e o mercado (legal e ilegal); fonte de identidade e condição para a reprodução da vida social; recurso e abrigo para diferentes agentes sociais, dimensão que guarda diferentes lógicas de uso e apropriação.

Em Lefebvre (2013), a concepção do espaço e do território envolve uma determinada leitura da realidade, possibilitando a formulação de arcabouços teóricos metodológicos para diferentes representações deste espaço e deste território. Conceitua que o espaço (social) não é um produto, mas resultado sistêmico de um conjunto de relações em sua coexistência e simultaneidade: uma ordem relativa e/ou desordem relativa. Múltiplos fluxos e refluxos atravessam esses espaços. Evidenciando sua hipercomplexidade: individuais e suas particularidades, movimentos e ondas, uns se compenetraram, outros se afrontam etc. Sua teoria aplicada ao urbano, apresenta o espaço como produto social. Para Lefebvre (2013), mais do que resultante da dialética entre temporalidades e espacialidades, a produção do espaço urbano é a própria práxis, um movimento capaz de abrir fissuras no interior das estruturas sociais e trazer à superfície elementos pouco visíveis da realidade.

Ambos os geógrafos trabalham com a perspectiva do Território como um conceito polissêmico. Milton Santos (2005) estava mais preocupado em compreender os “usos” do território para analisar o social. Como bem salientou Haesbaert (2009), mais do que traduzir “o que é” ou “o que deve ser”, o território está em aberto o seu *devenir*. Isto é, lançar mão de ferramentas que vão iluminar a problemática em que nos envolvemos ou que questões práticas acionamos a partir dos conceitos de territórios e territorialidade academicamente construídos, para corresponder a determinada realidade observada e tecer análises sobre seus fenômenos.

Posto dessa forma, se a concepção de território e sua territorialidade envolvem determinada leitura da realidade por parte dos atores sociais que atribuem sentido às ações em torno de seus usos e significados, temos o território como construção simbólica impressa na vida das pessoas e na vida do espaço. Leituras da realidade implicam que são múltiplos os olhares que tentam tecer análises sobre a problemática do território. Decorre daí que a concepção de território e sua territorialidade dependem dos usos atribuídos e de sua apropriação por parte dos atores sociais, “de dentro”, “de fora” ou no seu “entre fluxo”, demonstrando uma complexidade de acepções.

É por meio de Lefebvre, que a teoria da complexidade ganha corpo nos debates sobre espaço urbano e as cidades, ao abandonar os conceitos puros e racionais da geografia ao adotar a ideia de “triplidade do espaço”: (i) espaço percebido, onde ocorre a prática espacial; (ii) representação do espaço, que faz referências aos signos, ao espaço concebido, uma analogia mais teórica; (iii) os espaços de representação, pelo simbolismo complexo, e o espaço vivido. Com a teoria da complexidade voltemos ao caso do processo de territorialização ou multiterritorialização pela apropriação do território das favelas por diferentes grupos sociais.

A respeito de definições e usos do termo, na literatura nacional e internacional sobre favelas existe um manancial de questões conceituais sobre seu surgimento, como em Abreu (1994, 2003, 1992). Também seus usos como objeto de estudo quanto a formação dos discursos, instituições, leis, (Arquivo da Câmara dos Deputados, 1956); conceitos ou campos semânticos a ela associados (Valladares, 2015); na saúde pública (Benchimol; Abreu; Vaz, 1991) e nos retratos da literatura romântica naturalista (Azevedo, 1953). Do processo de espacialidade urbana, o problema e o tratamento no planejamento das cidades e metrópoles (Gonçalves, 2013; Machado, 2002; Valla, 1986; Valladares, 2015), dentre outras questões que a tornam um fenômeno heterogêneo e

objeto de estudo inesgotável. Aqui trataremos apenas deste último aspecto, pois é desta perspectiva que a questão das desigualdades socioespaciais, da violência, da necropolítica (Mbembe, 2016) e do controle do território guarda maior desenvolvimento. É daí também que a noção de “complexo” aplicada a determinadas favelas vai ser desenvolvida.

Como discute Almeida (2016), a geografia histórica da invenção de um espaço, a favela, não se reduz à sua materialização no espaço/tempo e só pode ser apreendida quando posta em ação, por meio das relações que estabelece com a história, a geografia, os corpos e seus usos. Não ironicamente, o desenvolvimento da noção de “complexo” que hoje é designado para definir conjuntos de favelas e suas territorializações também guarda intricados teóricos e diversidades de sua identificação por parte dos moradores destas localidades.

Por muito tempo, a literatura tratou o termo “complexo de favelas” como um desdobramento da ideia de “complexo penitenciário”, como um mecanismo estatal de aprimorar o controle militarizado da vida dessas populações (Alvito, 2003). Essa denominação marca um período da virada da década de 1970 para a de 1980 no qual a solução governamental para o problema das favelas no Rio de Janeiro passou a ser sua urbanização, preterindo as remoções. Este último é tratado no planejamento urbano como um modelo urbanístico higienista, oriundo do século XIX (higienismo sanitaria (1890-1930)), e do século XX (higienismo universalista (1930-1990)), ainda vistos nos tempos atuais (higienismo ambiental (1990-2020)) (Farias Filho; Alvim, 2022).

No entanto, essa definição de “complexos” não é unânime e vem sendo criticada pelo simplismo em tratar questões complexas, como as identidades e pertencimentos dos moradores destas localidades. No verbete “Complexo de Favelas” do Dicionário de Favelas Marielle Franco (Matiolli, *[S.d.]*), é discutido que o conceito em torno desta pergunta, norteou a política urbana carioca no início dos anos 1980, em torna da formação de um novo quadro técnico e a produção massiva de conhecimento sobre as favelas; o desenvolvimento de uma nova forma de entender esses espaços, como aglomerados (conurbações de favelas)¹⁴; e a incidência da ação das agências multilaterais no surgimento de uma nova etapa do problema da favela.

¹⁴ Para se ter uma ideia, essa denominação moldou a definição do IBGE durante 50 anos. Anteriormente essas localidades recebiam o nome de “favela” e “comunidades urbanas” e passaram a serem expressas como “aglomerados urbanos” ou “aglomerados subnormais”. No último censo de 2022 a definição inicial retoma, sendo considerada agora por “favelas” ou “comunidades urbanas brasileiras”.

A questão “como urbanizar as favelas?” percorreu uma dupla dimensão socioespacial: “heterogeneidade social e homogeneidade topográfica”, em outras palavras, desconsidera as questões particulares das favelas (história própria) e trata como iguais pela proximidade geográfica. As ações em uma localidade teriam impacto sobre outras, por conta de características geográficas em comum; dessa forma, seriam objetos da mesma intervenção de urbanização. Colocando no mesmo bojo, favelas e bairros (Favela-Bairro)¹⁵.

No dia a dia do cotidiano dos moradores dessas localidades, o conceito foi apropriado pelos moradores por múltiplas definições. Tomemos a questão dos conjuntos de favelas e bairros do entorno da SM, região que aqui se põe em análise: Alemão, Penha, Serrinha, Juramento e Sapê. Dentre esses complexos, reúnem 27 bairros e dezenas de favelas. Se você perguntar a uma moradora onde começa e termina o bairro do Alemão, há quem diga, por exemplo, que o Morro do Adeus faz parte, outras o associam ao Complexo da Penha; e por aí vai.

Assim, os complexos de favelas, além de toda problemática no planejamento urbano, possuem territorializações diversas enquanto nova escala de pertencimento, as pessoas que ali vivem e as organizações sociais que ali atuam podem ter mais de uma referência de lugar para evocar. Se lhe for estratégico, a quem se comunica de acordo com as circunstâncias, evidenciando uma intrincada cartografia política. Essa discussão reforça o que Milton Santos chamou a atenção do território para além do seu conceito, mas o território usado. Já Lefebvre trouxe suas implicações na perspectiva das leituras da realidade pelos grupos sociais.

Na SM, os complexos de favelas possuem significados e usos diversos, como a ONG Verdejar que atua há mais de 30 anos no Complexo do Alemão com projetos de reflorestamento, o próprio CEM, ligado a outras organizações envolvidas na agroecologia, como a Rede Favela Sustentável, a Rede CAU, dentre outras; os narcotraficantes e milicianos, comerciantes e mineradores. No campo midiático, por exemplo, o termo é empregado para definir a localidade de grupos criminosos armados em domínio do território, dentro da região da SM.

¹⁵ Favela-Bairro foi um Programa da prefeitura do Rio de Janeiro que vigorou de 1994 a 2000. Seu nome oficial era Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro - PROAP-Rio e visava dotar favelas e loteamentos irregulares de infraestrutura e serviços sociais básicos, regularizá-los e integrá-los aos bairros. (Dicionário das Favelas Marielle Franco)

Uma questão a ser mencionada é que a abordagem da literatura que se refere a “grupos criminosos” para denominar facções e milícias pode gerar confusões e colocar esses grupos em um balaio só, deixando de considerar seus múltiplos formatos e minimizar suas diferenças estruturais. Aqui, entende-se esse risco em homogeneizar estes grupos e busca abordar o narcotráfico como um tipo de mercado e a milícia como uma organização de atores, que podem se relacionar de maneira cooperada ou divergente dentro e fora desses arranjos legais (estatais) e ilegais nos territórios, de maneira dialética.

1.3.1 Os Comandos do Narcotráfico e a Milícia: a favela nas representações e vivências

A influência que o narcotráfico imprime sobre a territorialização das favelas se faz presente nas mais diversas representações sobre esses territórios, associando-os como *locus* da criminalidade violenta e ao tráfico de drogas, como se essa fosse a sua principal característica. De fato, o processo histórico de formação das favelas, bem como seus subsequentes usos pelo crime organizado influenciam, significativamente, seus modos de vida e atribuem a estas localidades tamanha relevância na cadeia varejista do mercado internacional de drogas, dentre outros arranjos em que este mercado se estrutura.

Essas representações da favela e do favelado têm sido utilizadas não somente pela mídia e pela repressão policial e pelo preconceito de parte da população no geral, mas também pelo sistema jurídico para ampliar a margem de criminalização de pessoas negras, pobres e periféricas e de sua cultura. Como aconteceu com o Samba no século XIX (Sodré, 1998) e na atualidade o Funk e o Rap, a exemplo das acusações e prisões de cantores de funk como MC Poze do Rodo e o DJ Rennan da Penha, acusados de associação ao tráfico, apologia ao crime, entre outros tipos penais (Bastos, 2023; Veloso, 2023).

A Serra, região de influência do Comando Vermelho (CV) e milicianos, é referida pela mídia como “o inferno verde”¹⁶ e na declaração do então Prefeito RJ, Eduardo Paes, em um jornal de que “antes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs), estaríamos fazendo o parque para os bandidos” (Jornal O Dia, edição de 20 de junho de 2012) (Guia, 2016, p.137). No decorrer dessas décadas, muitos foram os episódios de ocupações

¹⁶ Algumas reportagens jornalísticas cunharam este termo se referindo ao momento em que a Serra da Misericórdia teve seu maior destaque na imprensa, ficando simbolicamente marcada na opinião pública como “a rota de fuga dos traficantes no processo de “pacificação” pela instalação das UPPs em 2010 (Guia, 2016).

policiais da Força Nacional de Segurança, da Polícia Militar, do Batalhão de Operações Policiais Especiais do estado, com tentativas de “pacificação” do território dominado por facções.

Essa região (Complexo da Penha e Complexo do Alemão) está na mira do ERJ por concentrar a maior organização, o CV, que estruturou o mercado de drogas no estado e no país, pela expansão da produção de cocaína, com a participação da Bolívia, Colômbia e Peru, e diminuição do preço de venda dessa mercadoria, além de rota crucial para o tráfico internacional de drogas para os Estados Unidos e a Europa. O grupo na atualidade se consolida como a segunda maior organização criminosa do país, perdendo apenas para o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. E se atualiza cada vez mais no mercado ilegal, com a venda de armas, drogas, carros e até animais, como macacos¹⁷.

Além do jornalismo, e do cinema, essas organizações são objetos de estudo com uma vasta produção científica. A história das “facções criminais” ou “domínios armados e seus governos criminais” é abordada na literatura de acordo com os aspectos históricos que partem para analisar. Há um consenso de que, no RJ, atuam duas principais organizações, denominadas facções do tráfico de drogas: o CV e o Terceiro Comando Puro (TCP), além delas, há outras organizações que disputam territórios e o comércio. A primeira surgiu no ambiente prisional – especificamente no Presídio da Ilha Grande – na década de 1970, contexto da Ditadura Militar (Hirata; Grillo, 2017; Lins; Machado, 2023; Misse, 2011; Sousa, 2004).

Parte dessa literatura, como a citada acima, disserta que a virada de nomenclatura de “facções do tráfico de drogas” para a de “comando” veio de uma perspectiva de organização baseada na cultura. A ênfase no comando atribui um conjunto de leis, valores, modo de comunicação, comportamentos, arte, organização hierárquica, modo de exercício do poder que teria sido estabelecido nas favelas cariocas sob o domínio de facções e se disseminado para outros espaços da cidade. Em Huguet (2005) é discutido que a cultura do comando originalmente foi influenciada pela ideologia da esquerda revolucionária e da crítica ao Estado ditatorial, à burguesia e ao capitalismo. Estes princípios se deterioraram e desviaram, se derivaram em uma rede própria de crenças,

¹⁷ Ver matéria da Agência Pública em: <https://apublica.org/2025/06/comando-vermelho-whatsapp-grupos-vendem-armas-drogas-e-animais/>. Acesso em 06 de jun. 2025.

costumes, valores, símbolos, linguagem, códigos e leis, sustentada simbolicamente pelas figuras de importantes líderes.

Esses novos arranjos e a territorialização implicada destacam o caráter político dessas organizações criminosas, tanto no sentido de mobilização social, como também da institucionalização de suas práticas, seja pelas disputas com o Estado, seja pela sua introdução no seio das instituições públicas por agentes estatais. A exemplo das milícias, que, para Manso (2020), representam a maior expressão da interação entre crime organizado, Estado e política, dentro do quadro criminal brasileiro. Com base neste autor, as milícias iniciaram suas atividades a partir de grupos de extermínio de criminosos compostos por policiais militares, outros atores estatais e matadores de aluguel. A presença policial, nos anos 1980, denominada “polícia mineira”, se dava por meio desses agentes que buscavam informações sobre as atividades ilícitas na região do Rio das Pedras, bairro da Zona Oeste (ZO) do RJ, para depois extorquir os criminosos.

De acordo com Lins e Machado (2023), a ascensão de lideranças comunitárias, aumento de políticas locais assistencialistas e novas práticas da regulação do território, ressignificam a atuação destes grupos, que passaram a agir com menor repressão que a experiência iniciada pelos grupos de extermínio que se espalhou para a Baixada Fluminense. Estes novos formatos de organização ajudaram a desenvolver um modelo novo de periferia. Os milicianos introduziram a venda de serviços e produtos e o controle do território que não existia anteriormente. Algumas das atividades assumidas por esses grupos armados foram a grilagem de terras públicas, exploração clandestina de TV a cabo (chamada de “gato net”), comércio de botijões de gás, controle e taxação de serviços de transporte irregular (conhecido como transporte “pirata”) e imposto por segurança privada de moradores.

Ao fornecerem serviços de segurança privada aos comerciantes locais, os milicianos iniciaram sua organização a partir da constituição de áreas de influência, processo que enfraqueceu as redes locais dos traficantes (Silva; Fernandes; Braga, 2008; Zaluar, 2007). Ainda que nem sempre delimitadas por fronteiras territoriais fixas, essas áreas apresentavam uma ancoragem espacial significativa. A lógica de atuação dos grupos milicianos baseou-se em uma estratégia de expansão contínua de sua influência, fundamentada no conceito de “fronteira”: estabeleciam limites claramente definidos para restringir a atuação de grupos concorrentes, ao mesmo tempo em que mantinham um processo permanente de ampliação de sua zona de controle (Lins, Machado, 2023).

Uma configuração interessante entre as facções do tráfico de drogas e as milícias é o que traz Muniz; Dias (2022). Segundo as autoras, com um discurso de combate ao tráfico em áreas periféricas, a recente criação do Complexo de Israel, comandado pelo traficante Peixão que se autodenomina Arão e que unificou as comunidades Cinco Bocas, Pica-Pau, Cidade Alta, Vigário Geral e Parada de Lucas. Esta união marca um domínio armado de milicianos, traficantes e policiais sob a bênção de alguns pastores evangélicos, afirmando sua hegemonia como governo criminal por meios violentos.

Anteriormente, um acontecimento que marcou uma nova reconfiguração dos territórios comandados por essas forças no RJ foi a implementação das UPPs. De acordo com Manso (2020), esse projeto de retomada do controle estatal dos territórios presenciou o surgimento de atividades milicianas nas favelas. A intervenção iniciada no Complexo do Alemão no final de 2010 acelerou o processo de perda territorial do CV e de outras facções criminosas e a milícia passou a ganhar maior escopo de atuação.

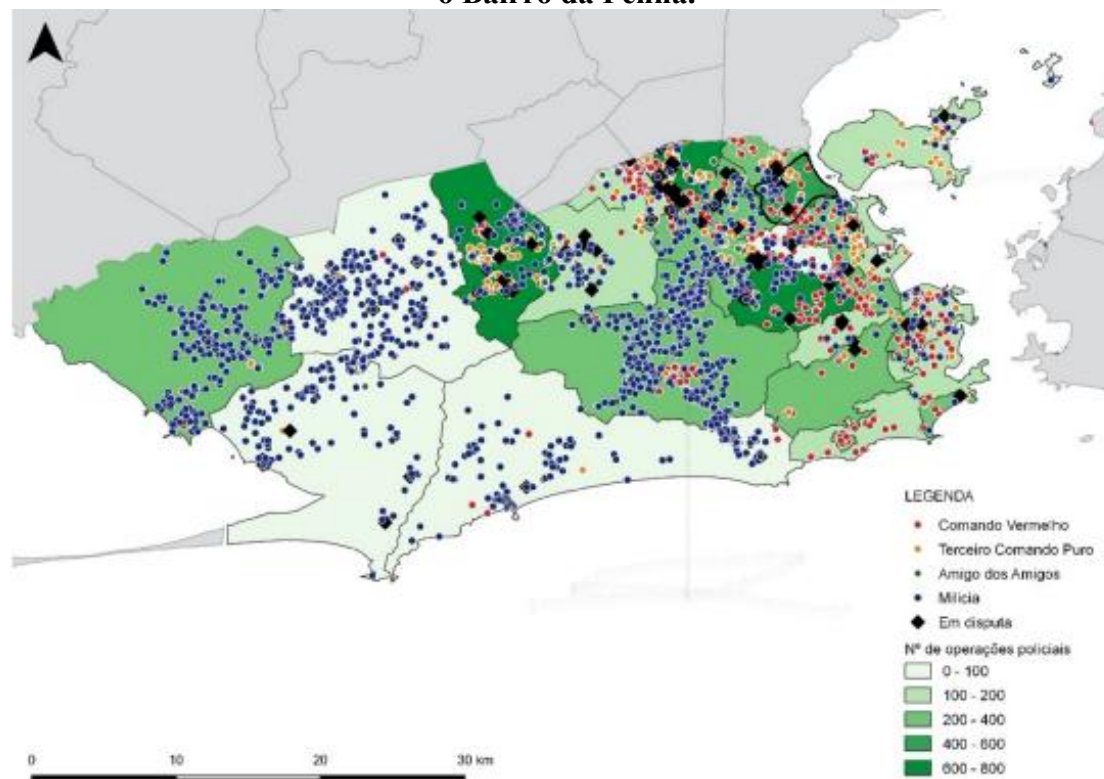
Desde o início das ocupações até o ano de 2015, das 38 UPPs instaladas, a maior parte foi em áreas do CV, algumas poucas em áreas de Amigos dos Amigos (ADA), apenas uma em área de milícia (favela do Batan, Zona Oeste) e nenhuma em área de TCP. Dessa forma, não houve confrontação direta por parte dos agentes estatais em área de milícia, o que contribuiu para que os milicianos se consolidassem nos territórios já ocupados e expandissem seu domínio para outras áreas da cidade, como a Zona Norte (Carvalho, 2023).

Entre 2015 e 2018, o projeto de “pacificação” entrou em colapso, intensificando-se com a crise do governo estadual em 2015. Esse contexto levou à substituição da lógica de “tutela militarizada” (Oliveira, 2014) por uma dinâmica de confronto direto, marcada por megaoperações e chacinas com números recordes de mortes, situação que persiste até os dias atuais. A Intervenção Federal pode ser compreendida como um momento de consolidação de um modelo de gestão das populações faveladas e periféricas baseado no aprofundamento da violência estatal. Nesse cenário, a militarização se dissemina como princípio ordenador da vida social (Leite et al., 2018; Rocha, 2018), e a guerra deixa de ser apenas uma metáfora, tornando-se o próprio paradigma de governança urbana. Trata-se de um modelo de gestão ancorado em lógicas coloniais, que naturaliza o uso extremo da força na administração das cidades e na regulação das vidas racializadas (Magalhães, 2021; Mbembe, 2003).

1.3.2 As operações policiais, as chacinas e distribuição da violência armada no Rio de Janeiro

Na atualidade continuam os esforços do ERJ em retomar os territórios dominados pelo narcotráfico. A operação Torniquete, ação integrada entre Polícia Militar (PM) e a Polícia Civil (PC), cumpriu mandados de prisão contra responsáveis, entre outros crimes, de ordenar roubos de veículos e de cargas, o que denominaram de “caixinha da organização criminosa”, para viabilizar a compra de armamento. Segundo as investigações dessa operação, o Complexo da Penha é o “coração” do CV, abrigando os chefes do grupo, oriundos do ERJ e de outros estados.

Figura 14: Número de operações policiais por região administrativa na cidade do RJ (2006-2019) e grupos armados, com destaque para o Bairro da Penha.



Fonte 19: Observatório das Metrópoles; GENI (2020)

Como é possível observar na Figura 14 acima, a composição dos grupos armados da ZN e da ZO é bastante diferente. Enquanto a ZN tem predomínio de áreas em disputa ou sob o controle do CV, a ZO tem amplo domínio das milícias e uma parte está em disputa dessas organizações. A região da Penha tem partes de seu território sob controle do CV e partes da milícia, sendo território de disputas entre essas organizações. A favela Terra Prometida, por ser uma região de mata e de recente ocupação populacional, é alvo dessas ações de confrontos com recorrentes tiroteios e operações policiais.

Entre 2007 e 2021, 58% das chacinas policiais (operações com três ou mais mortes de civis) ocorreram na ZN do RJ, segundo pesquisa do Relatório de Chacinas Policiais do Geni (Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos), ligado à UFF. No período analisado pelo Geni, a ZN foi alvo de 222 operações policiais com três ou mais mortes - essas ações respondem por um total de 959 mortos. Os territórios de maiores registros de chacinas e mortes decorrentes dessas ações estão em processo de disputa (43,1% e 41,8%, respectivamente) e de controle do CV (34,7% e 37,4%, respectivamente). Ao passo que 86,2% das chacinas e 87% das mortes ocorrem em áreas de tráfico ou em disputa, enquanto as chacinas em territórios de milícias correspondem a 13,1% e 12,1% das mortes. O relatório ainda aponta que, dos dez bairros mais afetados por chacinas policiais na capital, seis estão na ZN, enquanto os outros quatro, na ZO.

Quadro 3: Número de chacinas por bairros, RJ (2007-2021)

Bairros	Número de Chacinas
Costa Barros	25
Maré	21
Penha	20
Jacarezinho	19
Santa Cruz	19
Vicente de Carvalho	18
Senador Camará	18
Bangu	16
Complexo do Alemão	13
Cidade de Deus	11

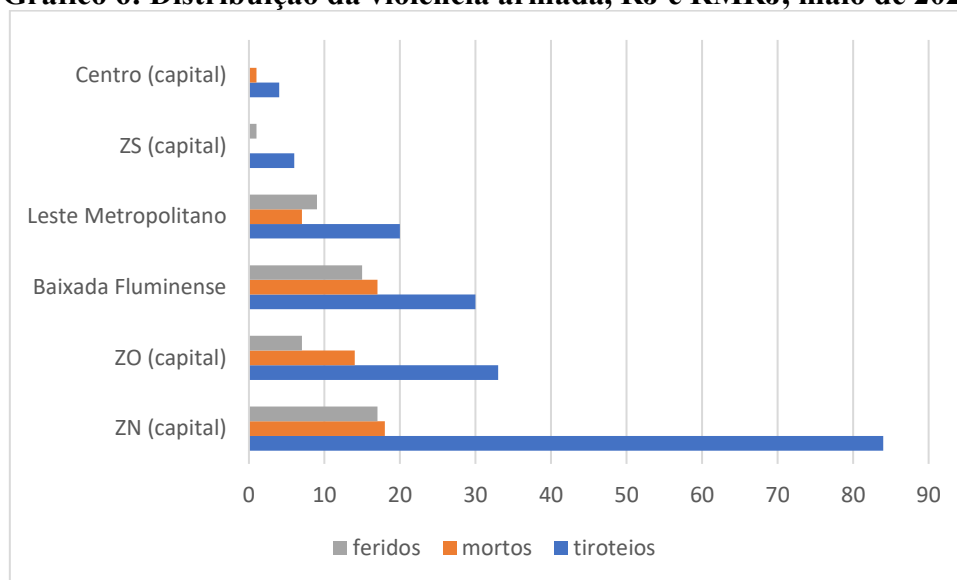
Fonte 19: Geni/UFF, 2022

O quinto relatório mensal do Instituto Fogo Cruzado de 2025 mostra que, durante o mês de maio, o número de tiroteios envolvendo disputas entre grupos armados obteve recorde na RMRJ. O monitoramento registrou 34 tiroteios entre facções e/ou milícias, sendo 19 deles no Morro dos Macacos, na ZN do RJ. Os confrontos resultaram em cerca de 19 vítimas baleadas, com 10 delas em óbito. Quando comparada com a série histórica

desde julho de 2016, já foram mapeados 1.107 tiroteios em disputas entre grupos armados, uma média de 10 casos por mês. O número de tiroteios registrados em maio de 2025 é três vezes maior que a média dos últimos nove anos.

A pesquisa contempla a cidade do RJ e RMRJ. Seis regiões se destacam na distribuição da violência armada.

Gráfico 6: Distribuição da violência armada, RJ e RMRJ, maio de 2025



Fonte 20: Instituto Fogo Cruzado (2025)

1.3.3 “A vida sob cerco” ou o viver cotidiano cerceado pela sociabilidade violenta

Para Vera Telles (2019), a violência, e, especialmente, a violência urbana, é um tema aberto a controvérsias. Como um termo polissêmico, depende dos contextos e lugares a partir dos quais é mobilizado para nomear um ou um conjunto de problemas a ser enfrentado. Em Misse (2011) a violência é entendida como representação de práticas muito variadas, em que o uso da palavra “violência” é também performático, pois sempre convoca uma “contra violência” e participa, portanto, do conflito que se quer investigar. Para esta pesquisa de tese, a violência é aquilo que atravessa a vida e o cotidiano das mulheres do CEM e demais moradores da favela Terra Prometida e compromete ações em prol de alcançar sua soberania alimentar. A violência é o elemento que antecede o que está por trás da expressão proferida por Ana S., e que dá nome a esta tese: “Isto é que muda, produzir Soberania Alimentar está para além do plantar”.

Isto porque a violência, acometida na SM, assim como em outras experiências de habitações na cidade do RJ e outras metrópoles - diante de suas particularidades - advém de um fator determinante: muito além da negligência estatal, a violência na criação de fronteiras entre as práticas e os espaços percebidos como pertencentes ao Estado e os grupos sociais destituídos da figura do direito (Das; Poole, 2008). Neste sentido, a violência pelo controle policial difundida na sociedade por meio do uso da força é legitimada porque provém do Estado que leva ordem à desordem. Em outras palavras, quaisquer outras formas de violência que parecem imitar a violência do Estado ou desafiar seu controle, são consideradas ilegítimas.

Se lida sob a perspectiva de (Foucault, 2005), a forma violenta e de controle que as instituições do Estado exercem com as populações empobrecidas e o território onde abrigam estes grupos advém da biopolítica que trata a “população como problema político” (p.293). Este biopoder “faz viver e deixa morrer”, por meio do seu elemento aglutinador, o racismo. Sendo o biopoder o responsável por inserir o racismo nos mecanismos do Estado, como elemento fundamental. Segundo Foucault, praticamente não existe funcionamento moderno do Estado sem que este passe pelo racismo.

Nos termos de Achille Mbembe (2016), para explicar as políticas de morte no controle das populações, em referência à perspectiva foucaultiana “Em defesa da sociedade”, Mbembe discute que não é só “deixar morrer”, é “fazer morrer” também. A necropolítica emerge como dispositivo político que opera sob agência racista do Estado, ditando de que maneira viverão e morrerão determinados grupos populacionais. Para o autor, há um cruzamento permanente da precariedade da vida que torna alguns corpos e suas lideranças políticas mais vulneráveis.

É a dinâmica dos diversos atores no território que dita se as ações do CEM vão acontecer ou não. Se tem operação policial, tudo fica inviabilizado. No ano de 2023 e precisamente em 2024, ano em que estive mais presente nas atividades do CEM, foram muitas interrupções por causa de operações policiais ou alertas de uma possível operação.

1.3.4 “*Que Deus esteja com todas as mulheres e crianças*”

O ano de 2024 foi intensamente marcado por operações policiais no território, em que em todos os meses atividades foram canceladas, como por exemplo, a Clínica Ana Maria, o Consultório Territorializado, a escola e outras iniciativas das organizações

políticas locais não aconteceram diante da incursão policial violenta. Mais de 50% das atividades planejadas e articuladas pelo CEM foram desmobilizadas e canceladas.

Na segunda quinzena de janeiro ocorreram duas operações na região da Penha. A segunda, no dia 31 de janeiro, os tiroteios percorreram à noite. Esses confrontos e instauração do medo, comprometeram a realização das atividades de férias de verão com as crianças e a reunião da equipe de Planejamento Agroecologia e Saúde, para estabelecimento das ações da Roda de Mulheres ao longo do ano.

O dia 26 de março de 2024 amanheceu com mais uma operação policial em algumas favelas da SM. Neste dia, a Clínica Ana Maria foi fechada pela inviabilidade de atendimento em meio aos confrontos. Há dias em que quase tudo para - escolas, unidades de saúde, pessoas impossibilitadas de ir trabalhar, o cuidado com a agrofloresta e com os animais, dos quintais, dentre outras - e há dias em que, mesmo com sinais de confrontos, os fluxos permanecem, mesmo que em constante alerta. No dia 09 de abril, por exemplo, ocorreu operação no Morro do Juramento, os tiros chegaram a ser ouvidos na Penha, mas a atividade da Roda de Mulheres, que estava prevista para a tarde deste dia, pôde ocorrer sem nenhum infortúnio. A subida da rua Aymoré, um dos acessos à Terra Prometida e uma das barricadas que demarcam o território do tráfico, havia menos movimento neste dia.

Quadro 4: Reações às operações policiais pelas moradoras da Terra Prometida, outras favelas da Penha e integrantes do CEM

[20/01/24]

- Olá, mulheres. Bom dia, maravilhosas. Semana passada tivemos uma semana tensa, com operações e aqui pra Terra Prometida não foi fácil. Vamos nos ver amanhã no Parque Ary Barroso? Bora!! [Ana Santos].

[31/01/24]

- Bom dia mulheres. Infelizmente tenho que trazer essa notícia.... nossa comunidade está em operação policial (...) meu senhor! Operação no morro todo [Ana Santos].

- Que Deus esteja com todas as mulheres e crianças [moradora e integrante do CEM]

- Agora vou dizer.... tá encantado nosso encontro hein. Hoje queria muito estar com vocês, mas temos nosso ir e vir o tempo todo violado [Ana Santos]

- Mas vai desencantar. Acredito muito nisso. Vou até acender uma vela (...) Tb (sic) queria, mas é isso. Fica um sentimento de impotência e revolta [moradora e integrante do CEM]

- É isso....

Aqui ouvindo fuzil, granada, metralhadora, gritos, enlouquecedor (...) Medo,

Impotência, Vontade de sair correndo, silenciar. Estado pra quem? Saúde mental é possível?
[Ana Santos]

- É exatamente isso. A única forma da presença do Estado aí no território é a violência [Fala da médica da Clínica da Família]

- Vamos tentar ver uma nova data mulherada [Ana Santos]

[03/12/24]

- Mulheres, boa tarde. Mediante a operação policial que ainda está acontecendo, nossa roda de hoje foi cancelada, e transferida pro dia 10, na próxima terça. Sinto muito por isso

- Sem contar que entrando nas casas, se não estamos em casa, facilita né [Ana Santos]

- Eles estão tirando a barricadas e tem muito polícia descendo pro bombeiro - Agora estão em Cordovil - Colocando fogo nos ônibus [Fala de uma moradora e integrante do CEM]

- No grupo geral da comunidade informaram que acabou de entrar mais 2 caveirões - Hoje foram 2 balas perdidas - E só virem alguém que eles querem atingir, que irão mandar bala.
[Ana Santos]

- Não tem condição de sair de casa o clima aqui está tenso [Dona Gerci Araujo]

- Vieram Aki em casa agora. Pergunta se as casas tinham número [Fala de uma moradora e integrante do CEM]

- Os meninos fecharam a porteira, não sei o que está acontecendo. Como está a porteira agora? Mais cedo quando eu saí tinha polícia na porteira e caveirão no trevo, mais não estava dando tiros não, como está agora (?) estou entrando [Fala de uma moradora e integrante do CEM]

[04/12/2024]

-Bom dia, meninas! Como estão? E por aí, como está? (Patrícia da Veiga, professora UFRJ)

- Por aqui sem operação, a mesma durou ontem quase 16 horas. Acho que seria demais ainda ter hj

- Se isso valer, temos que acionar a Defensoria [Ana Santos]

Fonte 21: Grupo de WhatsApp Mulheres em Ação, CEM 2024

Neste episódio do dia 03 de dezembro relatado no Quadro acima, moradoras foram atingidas por balas perdidas. No grupo do CEM, durante a operação em curso, surgiram notícias de que uma criança foi atingida andando na rua e que uma jovem foi internada no Hospital Getúlio Vargas, na Penha, em estado grave, precisando de doação de sangue. Ana Lúcia, professora da UFRJ colaboradora do CEM, reconheceu a jovem: “É amiga da Maria Eduarda, minha aluna que mora aí perto do CEM e esteve na festa junina com a gente”.

Figura 15: Mobilização de moradores em prol de uma jovem atingida e o balanço do transtorno da Operação Torniquete



Fonte 22 Grupo de WhatsApp Mulheres em Ação do CEM e Voz da Comunidade, 2024

Agatha Alves de Souza, 22 anos, após dez dias internada, não resistiu e veio a óbito¹⁸. A Operação Torniquete realizada no Complexo da Penha naquele dia encontrou Agatha no ponto de ônibus da rua Urano, indo para o trabalho no Cosme Velho, Zona Sul da cidade. Em última mensagem para sua mãe, Agatha disse:

“Mãe, eu vi o Caveirão entrando agora. Olha o grupo do colégio que eu acho que não vai ter aula”. E desligou. Logo em seguida começou os tiros. Aí uns 10 minutos depois, ela me ligou: “Mãe, eu fui baleada.” (G1 Portal de Notícias, 2024).

No total, segundo o G1 Portal de Notícias, seis pessoas ficaram feridas. A reportagem traz a foto do ônibus incendiado, como relatado por uma integrante do CEM. No entanto, segundo a Voz da Comunidade¹⁹, foram sete pessoas atingidas, como a jovem e um idoso, baleado enquanto aguardava atendimento em uma fila de fisioterapia. Segundo a organização, linhas de ônibus foram interrompidas, sendo um ônibus BRT atingido, a cozinha de uma moradora da Penha foi invadida por um projétil, 17 escolas

¹⁸Morre jovem baleada a caminho do trabalho em operação na Penha. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/13/morre-jovem-baleada-a-caminho-do-trabalho-em-operacao-na-penha.ghtml>

¹⁹ O Voz das Comunidades é uma instituição não governamental que a 20 anos atua em todas as comunidades do Rio de Janeiro, com viés jornalístico, de responsabilidade social e promoção de eventos culturais feita por moradores de favelas. Disponível em <https://vozascomunidades.com.br/casos-de-policia/operacao-policial-no-complexo-da-penha-deixa-feridos-escolas-fechadas-e-servicos-suspenso/>. Acesso em junho de 2025.

foram fechadas²⁰, e 3 unidades de saúde fecharam ou suspenderam atendimento, dentre elas a Clínica Ana Maria, referência para os moradores da Terra Prometida.

Como visto nas frases do Quadro 4 acima, que expressam as reações das moradoras da Penha, além do risco de morte, que se confirma na perda prematura de uma jovem a caminho do trabalho, a saúde mental é sempre levantada no grupo em dias de operações. Além de interromper a vida, as operações policiais comprometem o viver cotidiano das famílias moradoras destes territórios controlados. No caso das famílias da Terra Prometida, elas enfrentam uma insegurança constante. As mulheres e crianças, que fazem parte do CEM, experienciam o medo de serem atingidas por balas enquanto estão nos quintais, na Agrofloresta, no alto do morro ou na Escola Popular de Agroecologia.

1.3.5 O cúmulo

Sobre as dinâmicas associadas à violência urbana na cidade do RJ, é preciso revisitar as noções de “sociabilidade violenta” e “vida sob cerco” de Machado da Silva, a partir de diferentes pesquisas etnográficas realizadas nas últimas duas décadas. Nos seus estudos sobre favela, sociabilidade, violência, cidadania e informalidade, o sociólogo (2008) descreveu o processo de transformação da vida “sob cerco” como uma forma de vida singular na qual a força física deixa de ser um meio de ação regulada e passa a se transformar em um princípio de coordenação (um “regime de ação”) das práticas de grupos e atores políticos nestes territórios. Do ponto de vista dos moradores de favela carioca, a experiência de confinamento socioterritorial e político provoca uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas e dificultam a manifestação pública de suas demandas.

Desde meu primeiro dia de campo na Terra Prometida e nas adjacências do Complexo da Penha, fui informada por diferentes atores (moradores e participantes do CEM, ativistas da comunidade, taxistas, dentre outros) dos comportamentos necessários para estar naquele território: não pode usar o celular em alguns pontos, não pode fazer fotografias, use vestimenta que te deixe mais visível. Ao longo destes anos frequentando

²⁰ O Fogo Cruzado, GENI, e Centro para o estudo da riqueza e da estratificação social (CERES/IESP), em conjunto da UNICEF, lançou em agosto de 2025 o relatório que analisa os impactos na trajetória escolar de crianças da rede pública de ensino em territórios controlados pela violência armada na Grande Rio. Veja os dados em “Educação sob cerco: escolas da Grande Rio impactadas pela violência armada. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/33696/file/Educa%C3%A7%C3%A3o-Sob-Cerco-Relatorio2-GENI-UNICEF-Characterizacao-FINAL.pdf>. Acesso em 06 de agosto 2025

a comunidade, eu aprendi a agir naturalmente ao passar pelos jovens envolvidos com o comércio varejista de drogas, integrantes armados do CV. E observei suas rotinas em “dias de paz”: com fuzil sempre pendurado no braço, os meninos (como são chamados pelos moradores) se movimentam em motocicletas pelos becos e vielas, fazem pausa para um cafezinho ou refrigerante na padaria, ficam sentados na “boca” próximos à barricada²¹ conversando. Certa vez Ana S. contou a história de um menino do tráfico que participava das atividades de reflorestamento da SM e andava sempre com um fuzil em um braço e uma muda de planta no outro. Ele acabou sendo preso quando foi fazer uma segunda via do documento de identidade.

É com base nessas percepções que a discussão aqui proposta utiliza a perspectiva proposta por Machado da Silva (2008, p.35) para pensar a violência urbana como uma representação coletiva das práticas tendo em vista os modelos de conduta subjetivamente justificados. Essa sociabilidade violenta é fruto da violência urbana que se lidera de regulação simbólica, da subordinação às restrições e condicionamentos representados pelos fins materiais ou ideais, como um recurso para ação. No RJ, os “portadores” da “sociabilidade violenta” são tipicamente (mas não exclusivamente) os traficantes responsáveis pelo funcionamento das bocas tendencialmente localizadas nos “territórios da pobreza” (Machado da Silva, 2010, p.286). Mas também os grupos armados do Estado (policiais, bombeiros e agentes penitenciários) que controlam favelas e loteamentos. Os agentes do Estado vão além da “força comedida” que é sua constitucional para a “força desmedida” (Brodeur, 2004) com poder de decidir quando, como e contra quem agir de forma extralegal, sob julgamento dos agentes influenciados pelos contextos de ação e munidos pelos preconceitos associados à estigmatização racista das favelas e de seus moradores como berço da violência e do crime.

Esses ordenamentos “interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade” (Machado da Silva, 2010, p.297) e as favelas passaram de “linguagem de direito” para “linguagem da violência urbana:

²¹ As Barricadas são barreiras criadas de forma não oficial que dificultam a entrada em algumas comunidades. Feitas de maneira improvisada, na maioria das vezes, a construção dessas barricadas serve como uma espécie de trincheira ou ponto de bloqueio, principalmente pela polícia ou por facções rivais às que exercem sua área de influência na comunidade. Apesar de muitas vezes a população local saber até onde vai essa área de influência, as barricadas materializam as relações de poder vivenciadas naquele espaço (Reinaldo Lopes, Dicionário de Favelas Marielle Franco).

a simplificação e o reducionismo de uma linguagem que restringe dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social. E que atribui a culpa a um segmento- os moradores dos territórios da pobreza e, mas especificamente, os favelados -, o qual, a partir de sua criminalização, torna-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço. Em decorrência, convergem para os aparelhos policiais demandas de recomposição de uma ordem social tida como ameaçada (2010, p.293)

A mesma instituição que adota uma ação mais “dura” para suprir as demandas por recomposição de uma ordem social tida como ameaçada é aquela que invade residências de moradores e roubam seus pertences:

- É um absurdo, ficamos com receio de sair de casa porque, vi também que eles estavam entrando nas casas com uma tal chave mestra. O cúmulo. [Fala de uma moradora e integrante do CEM]
- Pois é... sair é risco de bala perdida, de ter o celular violado, e ainda a casa que fica vazia. Já tiveram muitas denúncias, inclusive de roubo das casas (...), mas nunca dá em nada [Ana Santos]
- A casa lá de cima no escadão aqui, estava toda aberta, o Luciano está tomando conta e foi lá ver, eles entraram, e largaram tudo aberto. E estava trancada [Fala de uma moradora e integrante do CEM]
- Aqui também a vizinha viu isso. Eu já não estava bem. Muito terrorismo [Fala de uma moradora e integrante do CEM] (Reações sobre a Operação Torniquete, 03/12/24)

“A vida sob cerco”, segundo Machado da Silva (2008, p.35), é uma experiência de confinamento socioterritorial e político que provoca nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas diárias e dificultam a manifestação pública de suas demandas. Os tiroteios e as ações por parte dos policiais, como a invasão de casas, criam uma sensação de impotência por não serem previsíveis e desestabilizarem a rotina. Cavalcanti (2008, p.37) chama a iminência de tiroteios de “princípios estruturantes da fenomenologia da vida cotidiana nas favelas”.

A constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência engendrando uma série de rotinas de evitar e avaliar riscos. O tiroteio, assim, constitui-se tanto como objeto de investigação em si quanto como uma lente através da qual é possível vislumbrar outras rotinas e mapas mentais produzidos pela duração - no tempo e no espaço - da dita crise de segurança pública, e sua incorporação a outras temporalidades e espacialidades da vida cotidiana (2008, p.37)

O “cúmulo” descrito por uma integrante do CEM e moradora da Terra Prometida, pode ser lido como uma forma de contestar as ações dos agentes do Estado, sentido pela população favelada como um “deslizamento entre ameaça e garantia”. Em uma

experiência etnográfica no Peru, a antropóloga Deborah Poole (2004) relata como o “poder arbitrário do Estado” é acionado para imputar o medo nos territórios de “geografias incertas” (em contexto de violências e incertezas pelo estado de guerra²²). Para a comunidade de camponeses Quéchuas, em que a antropóloga observou os fluxos de deslocamento entre o território, por meio de carroceria de grandes caminhões de carga abertos e desconfortáveis, carregados de todo tipo de produtos agrícolas, bens de consumo e materiais de construção; a carteira de identidade se tornou, ao mesmo tempo, um instrumento de resguardo ante qualquer acusação de “terrorista”, bem como sua falta seria um dispositivo para atestar seu fragrante.

Para os soldados assustados, as listas eram lembretes de que um inimigo — “um terrorista” — poderia estar escondido entre os camponeses amontoados em cada caminhão. Do ponto de vista deles, as listas serviam como o único local material a partir do qual a “identidade” podia ser evocada, não pela ciência da leitura — já que, na maioria das vezes, os nomes e números nas listas nada significavam para os soldados —, mas sim pelos mecanismos instintivos do medo. Do ponto de vista dos passageiros, no entanto, esse misterioso ritual de “ler” as listas carregava consigo não apenas toda a incerteza sinistra da cabana de guerra, mas também toda a familiaridade tangível das formas esvoaçantes, não lidas, arbitrárias e mutáveis da papelada que marca a geografia material ou vivida de um Estado cuja forma — como a própria papelada — nunca é fixa ou estável. Nessas geografias incertas, onde a falta de documentos era o motivo mais comum para a detenção e onde os documentos eram frequentemente mal interpretados intencionalmente, uma carteira de identidade pessoal era simultaneamente a única garantia do camponês e sua fonte de maior vulnerabilidade ao poder arbitrário do Estado.

Esse “deslizamento entre ameaça e garantia” é interpretado pela autora como um lugar ao longo do qual a legitimidade do Estado é posta em contato com as formas, às vezes arbitrárias, de poder que subscrevem o peso da lei. Em outras palavras, o momento em que a relação entre governo e lei se torna tênue e ilegível como uma margem em vários sentidos. O primeiro sentido proposto pela autora é de “lugar” de incerteza como constituindo ele próprio uma espécie de margem ao longo da qual a legitimidade do poder estatal pode ser vista se desfazendo. Em segundo, esse “desfazer” frequentemente se intensifica em áreas de incertezas - como no caso da Terra Prometida descrita aqui - que são consideradas sócio-espacialmente “marginais” ao Estado-nação. E, por fim, e o que Poole (2004) considera o mais importante, trata-se de um local a partir do qual a própria linguagem espacializadora de “centros e margens” se torna ilegível.

²² A pesquisa se passou entre os anos 1985-2000, durante a guerra travada entre o Partido Comunista Peruano Sendero Luminoso (PCP-SL), o Movimento Revolucionário Túpac Amaru e as Forças Armadas peruanas.

A autora chama a atenção para o momento “suspense no tempo” que separa ameaça e garantia como um “local” que não são inerentemente espaciais (como por exemplo a entrada do caveirão nas favelas), nem um local que só é rastreável por meio (mas não equivalente a) dos tipos de instâncias fugazes em que a vida dos camponeses - e favelados, se podemos ler assim - envolve as linguagens, instituições, espaços e pessoas que representam a justiça e a lei. Nesse sentido, a autora enxerga o tempo e a mobilidade como, em alguns sentidos, ainda mais centrais do que o espaço para os problemas gêmeos das margens e das exceções que habitam (e constituem) essas margens.

A autora considera principal questionar a relação entre as imagens e ações espacializadoras por meio das quais o Estado reivindica território e formas particulares de vida, e a experiência vivida da justiça como um conjunto de práticas por meio das quais as reivindicações do Estado por inclusão (territorial e social) são frequentemente tornadas ilegíveis e opacas. Como uma conversa contínua e não resolvida com o Estado, a ideia de “buscar justiça” (que na experiência das favelas podemos ver como retomar os territórios controlados e fazer justiça com a recomposição da ordem ameaçada) é continuamente remetida a uma geografia material de centros e margens.

A autora discute que o encontro entre os grupos tidos como marginais e o Estado não acontece somente quando estes entram em escritórios governamentais, escolas, unidades de saúde, dentre outros espaços institucionais. É comum tratar estes territórios pela “ausência” do Estado, um imaginário de que as comunidades camponesas (e faveladas) existam a uma “distância” cultural e social, apartadas de uma cultura e política nacionais. Imagina-se uma “margem” tangível (e geograficamente localizável) de “inclusão” e “exclusão”.

Esses tipos de linguagens territorializantes - que são, obviamente, um produto da formação do Estado-nação - pressupõem um modelo centrífugo e material de relações espaciais no qual uma “margem” é imaginada como algo que pode ser localizado, atravessado, expandido ou fixado como a borda externa de uma determinada unidade social. Essa noção de margem territorial (juntamente com o modelo de cultura inabalavelmente espacializado que assombra a antropologia) informa a conhecida descrição antropológica de famílias, lares e comunidades camponesas como distantes, afastados e, acima de tudo, marginais a um Estado que faz “incursões” em suas vidas na forma de escolas, postos sanitários e, ocasionalmente, projetos de desenvolvimento (Poole, 200, p. 38).

Embora a autora reconheça que seja verdadeira a afirmação de uma marginalidade espacial quando se diz respeito às comunidades, cujas vidas foram restringidas e

reduzidas de maneiras muitas vezes bastante violentas, por um Estado cuja administração dessas populações se baseia em uma série de suposições baseadas em critérios raciais, políticos e de classe sobre sua “marginalidade”.

De fato, a “marginalização” é uma poderosa técnica de poder precisamente porque a margem é tanto um lugar real onde as estradas não penetram, as mercadorias raramente chegam e as escolas quase não existem, quanto uma posição discursiva e ideológica a partir da qual as pessoas aprendem a falar sobre coisas como justiça para o Estado e entre si (Tsing 1993) (Poole, 2004, p. 38).

O que interessa à autora e acaba nos interessando também, nessa abordagem para compreender o cúmulo na relação que acontece entre o Estado como garantidor de direitos (concepções de justiça) e as ações dos agentes do Estado nas favelas é o *momento* entre a *ameaça e a garantia*. Posto dessa forma, bem como a autora questiona a realidade peruana camponesa, aqui buscamos questionar esse íterim no espaço-tempo entre ameaça e garantia na realidade das favelas:

Como conceber uma compreensão tanto de “justiça” quanto de “Estado” se esquecermos por um instante a resolução e a localização e nos concentrarmos, em vez disso, no movimento, na temporalidade e no procedimento em que agentes do Estado entram nas casas de moradores de favela (sem mandado) com “uma tal chave mestra” e roubam seus pertences? O que acontece se, em vez de nos determos nos espaços institucionais da justiça, como o judiciário, nas políticas públicas, pensarmos na circulação infinita e imprevisível destes agentes nestes territórios, ordenando documentos de identidade e celulares aos moradores? O que acontece se, em vez de localizar a margem do Estado em algum lugar entre os espaços urbanos e “rurais” em que vivem os moradores da Terra Prometida e procurarmos naquele espaço estranho - e altamente móvel - entre a ameaça e a garantia que surge toda vez e em todo lugar (quando descem para o asfalto) em que um favelado é intimidado a entregar documentos legais a um agente do Estado?

Se lançarmos um olhar sobre esses momentos, certamente teríamos concepções de “justiça” e “Estado” como algo incongruente. Como buscar justiça, seja do ponto de vista legal, se o Estado é o algoz do favelado?²³ Enquanto os camponeses investigados por Poole (2004) que entraram em disputas judiciais, eram transportados de um lado para

²³ Como traz a pesquisa “Elemento Suspeito”, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC, 2021). Disponível em https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/05/CESEC_elemento-suspeito_final.pdf. Acesso em 06 de agost. 2025.

o outro entre diferentes instâncias do sistema judiciário peruano e ouviram que os documentos legais nos quais depositaram sua confiança e investiram seus recursos são inválidos porque o escrivão, advogado ou tabelião que os redigiu o fez incorretamente; os moradores da Terra Prometida, deixaram de denunciar roubos e invasões em suas residências, “porque nunca dá em nada”.

Ao pensar sobre como a noção de “uma margem” condiciona a compreensão das pessoas sobre o Estado, Poole (2004) nos ensina a pensar não somente nas fronteiras e territórios fixos de uma geografia político-econômica, mas sim neste espaço altamente móvel, tangível e corporificado por meio do qual o poder do Estado é sentido como o deslizamento entre a ameaça e a garantia, que aqui se lê sob o olhar dos moradores ao destacar o “cúmulo” dessa configuração.

Embora frequentemente lidas como munidos de uma natureza selvagem de descontrolada dos favelados, sempre situadas à margem do que se aceita como território de controle (e legitimidade) indiscutível do Estado; Das; Poole (2008) vão dizer que esses lugares não são apenas territoriais, são também, e talvez mais importante, lugares de práticas em que o direito são colonizados por outras formas de regulação que emanam das necessidades urgentes das populações para assegurar a sua sobrevivência política e econômica. Embora prevaleça a primazia da ideia de margens como periferias consideradas insuficientemente socializadas na lei, que carecem de pacificação. Como observamos nas favelas do RJ entre os anos de 2008 e 2012 (Alves; Evanson, 2011), as UPPs, além do uso da força, foram a instituição da tecnologia de uma “pedagogia de conversão” destinada a transformar essas populações (Das; Poole, 2008).

Sugiro que essa “geografia incerta” elaborada por Poole (2004) reflete no CEM em alguns momentos de desestímulo, com baixa adesão das meninas a participar de algumas atividades, o que requer constante motivação. Um episódio interessante foi na Roda de Mulheres de julho de 2024, em que seria discutido sobre a “Saúde da Mulher Negra: a construção das políticas públicas, acessando direitos”. Naqueles dias, a comunidade Terra Prometida estava passando por um clima pesado, como em um “campo minado”, discutido por Menezes (2015), por conta dos conflitos com troca de tiros entre as organizações que disputam o território e poluição do ar por conta da explosão das rochas pela Pedreira. Ana S. também não pôde comparecer porque precisou ir com urgência para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), pois estava passando mal com a asma e ansiedade, algo recorrente em suas queixas de saúde.

Além de mim, estavam presentes na Clínica da família Ana Maria, onde ocorrem as Rodas quando fora da comunidade, a Profa. Ana Lúcia Nunes, uma das integrantes da Equipe de Planejamento “Agroecologia e Saúde” do CEM, ligada ao Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ, a Médica Luiza Teixeira, também da equipe de planejamento da Roda, e mais duas profissionais de saúde da unidade que iam conduzir a Roda. Não chegando ninguém, começamos a falar sobre as questões que norteiam a desmotivação das mulheres, as questões do cuidado (ou da falta), renda e se de fato nosso trabalho estava alinhado com os interesses delas e suas necessidades. Indagamos: Será mesmo que elas precisam e querem essas atividades como fazer sabão, garrafadas, fitoterápicos, processamento de alimentos para vender nas feiras? Será que é viável organizar uma feira? Teremos produtos suficientes para isso? Parte da atividade também envolvia uma conversa sobre o planejamento da Feira Agroecológica que estava prevista para ocorrer na Clínica Ana Maria.

Pelo histórico das atividades, fizemos um balanço de impressões sobre quais temas e atividades as motivam mais. Percebemos que as atividades que envolvem discussão aliada à prática são mais participativas.

Neste processo de repensar as atividades e o que motiva ou desmotiva a presença e continuidade das mulheres na Roda, discutimos se a Roda e o CEM poderiam ser para as mulheres como um espaço mais voltado para interação social, que lhes possibilita sair de casa e da rotina doméstica para interagir, fazer viagens e passeios. O que se torna evidente e necessário para o cuidado e a saúde, instrumentos importantes, para além de lidar somente com o pensamento de escassez, elas nutrem interesses e desejos de realizar algumas atividades somente como recreativas, aprender coisas novas, sem necessariamente envolver a geração de renda. Esta é uma outra forma de ler as ações e a importância do CEM. Depois fomos reorganizar a agenda, especular novas datas e atividades para cumprir a agenda, as demandas que pudessem ser dos interesses delas, com mais foco nas questões práticas, mas também com discussão teórica.

Além de outros episódios que é possível perceber essa questão, um momento em 2023, na visita às Mulheres de Pedra, organização quilombola de mulheres negras em Pedra de Guaratiba, bairro da ZO da cidade para o evento “XII Festa da Primavera: Arte, Cultura, Artesanato, Agricultura, economia solidária e turismo de base comunitária”, eu percebi o quanto as atividades que envolvem participação fora da comunidade, como passeios são motivadoras. Esse momento foi bem interessante, pois se mostrou como um

local em que as meninas se sentiram apoiadas, como um grupo de apoio. Dona Daura Pacheco, uma das mulheres idosas do CEM, se emocionou, pois ela teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC), ficou 7 anos andando com uma muleta, com muita dificuldade. Ela chorou ao dizer que está feliz de poder estar andando e entre as outras meninas, da “família da Penha”. Depois, em um momento de conversa descontraída, ela me falou sobre os cuidados que gosta de ter consigo, como andar sempre bem vestida, com o cabelo trançado e a unha feita.

Figura 16: Roda de Mulheres no intercâmbio Festa da Primavera, no Quilombo Mulheres de Pedra.



Fonte 23: Trabalho de Campo (2023)

Depois do almoço, nos sentamos na calçada do outro lado da rua do Quilombo e ficamos conversando a respeito do local. Elas estavam admiradas pela calmaria da região e indagando sobre o local ser seguro ou perigoso. Analice Silva, mestrande do Nutes (UFRJ) e colaboradora do CEM, perguntou a uma das meninas se na Penha elas podiam se sentar nas calçadas. Dona Geraci Araújo, moradora com mais de 60 anos de idade, respondeu: “Há uns 20 anos atrás a gente podia, mas agora não. É perigoso e violento conviver com pessoas armadas o tempo todo na rua. Sentar na porta da casa é arriscado demais. Ninguém faz isso mais. Sinto falta disso, de poder tá em um lugar tranquilo.”

No levantamento do Neepes/Fiocruz (2022), apareceram relatos de moradores da comunidade e integrantes do CEM sobre seus sentimentos em relação ao controle do território e como isso interfere em suas vidas e nas ações que podem desempenhar:

"O MEDO! EU TENHO MUITO MEDO!"; "O apagamento pela mídia do local onde eu vivo hoje. Essa é a primeira barreira que enfrentamos... a sociedade quer nos apagar do mapa. Você pode chegar em qualquer lugar, mas, você não pode dizer que é morador da Penha... as pessoas te olham diferente... as pessoas te olham, seguram a bolsa e se afastam de você", "Não ter liberdade de expressão. A experiência que eu vivo/vivi no CEM é muito importante para a comunidade. O CEM ainda dá esperança que tem jeito". "É um campo minado. O CEM não tem essa liberdade de plantar bananeira onde quer. Às vezes a gente tem que dar um passo atrás pra poder plantar umas florzinhas no beco."

A *temporalidade antecipatória* proposta por Cavalcanti (2008) não se restringe aos moradores de favelas, se caracteriza na vida em lugares nos quais o cotidiano é atravessado por constantes confrontos ou em contextos de guerra. No caso da população residente em favelas, ser taxado de “favelado” os imprime, em qualquer lugar que adentre fora da favela, o arquétipo de um ser perigoso, um criminoso.

O sociólogo Clovis Moura (1925-2003) retratou na década de 1970, o “Dilema Axiológico de um Problema Social”, na obra “O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão? (Moura, 2021). A respeito do julgamento entre “bom” e “mau”, Moura faz alusão às representações ao longo da leitura de pensadores brasileiros sobre a história escravagista e abolicionista. Os primeiros retratos apresentavam “o bom escravo”, um negro que aceita a escravidão passivamente sem se revoltar e sem combater a exploração forçada, a violência, os castigos e o controle imposto por este modo de produção da vida material. Findando o regime escravocrata, o negro é representado como “mau cidadão”, o bandido, o preguiçoso, o elemento perigoso, alcoólatra, contestador que não se adapta à sociedade capitalista.

Costa; Mendes (2022) fazem uma atualização da obra do sociólogo Clóvis Moura ao discutir sobre as representações e estigmas do “Negro: de bom escravo a traficante” e produzem uma crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Para os autores, a política de segurança pública no ERJ tem sua centralidade da questão racial e se produz enquanto mecanismo de barragem ao negro, desde sua faceta mais evidente, por meio de mecanismos de criminalização, encarceramento e extermínio, até a forma como se atrela a outros mecanismos de barragem econômicos, políticos e ideológicos.

As ciências sociais apontam para uma série de fatores associados a esse caráter cada vez mais onipresente da violência em bairros e localidades de população de menor renda: pobreza, desemprego, desigualdade, acumulação de desvantagens estruturais, a falta de coesão social e controle social informal (“uma eficácia coletiva”), e a dupla influência do tráfico ilícito de drogas e a frágil legitimidade do monopólio estatal da

violência (Auyero; Sobering, 2019). Ao se concentrar na relação entre esses dois últimos fatores, os autores citados acima desmembraram as conexões secretas e ilícitas entre traficantes de drogas e membros das forças de segurança do Estado para compreender como essas relações se estabelecem e como elas podem explicar a incidência e permanência desses controles por parte destes agentes do crime organizado e ineficácia do Estado em contê-los.

Essa violência, concordam os analistas, não é distribuída socialmente ou geograficamente de forma uniforme, mas se concentra nos territórios onde vivem os pobres urbanos, conhecidos como favelas, colônias, bairros ou vilas em diferentes países do subcontinente. A maioria dos países da América Latina desde as primeiras décadas do século XXI vem testemunhando o aumento expressivo da violência urbana. Auyero, Sobering (2019), em uma análise sobre a violência urbana e sua relação com o Estado, disserta que essa é a única região do mundo onde a violência letal (medida em taxas de homicídio) ainda está crescendo sem estar em guerra civil ou militar.

1.4 A Serra da Misericórdia: “outro lugar que não é o da violência”

Diante de toda essa questão, o CEM se lança no desafio esperado da SM de Verdejar, fazendo da questão alimentar ferramenta que traga a Serra para outro lugar: O desafio de viver bem e se alimentar em situações limites da favela; lutar para tornar possível comida de verdade e bem viver em situações de violência e perda de dignidade. Várias questões atravessam estes territórios e seus sujeitos, tanto em relação às ameaças e dificuldades que são enfrentadas no cotidiano quanto aos anúncios que emergem a partir das ações dinamizadas pelo CEM.

A Soberania está diante do trabalho diário de “desconstruir” as narrativas que invisibilizam a realidade de exclusão e injustiças e de projetos políticos que culpabilizam os pobres, as mulheres e a juventude negra, também os movimentos sociais. Precisamos mostrar que, apesar de todas as violências que atravessam o cotidiano destes territórios, seus sujeitos constroem e fazem emergir práticas e saberes emancipatórios que são de fundamental importância para disputar o abastecimento alimentar, o direito à cidade e alimentação adequada e saudável.

1.4.1 “Comida Livre de Violência”: a luta cotidiana se faz erguendo trincheiras

As expressões “comida livre de violência” e “cozinha como trincheira de lutas” eu ouvi de Ana S. em uma das visitas de campo. Nunca tinha ouvido falar e tomei essa fala como um conceito que ela construiu para dizer sobre suas lutas contra as inseguranças na favela, em meio às constantes investidas do Estado com as operações policiais e ao domínio do território pelo narcotráfico e pelos milicianos. Em outro momento, ouvi outra fala de uma moradora, Agente Comunitária de Saúde (ACS), se expressando sobre essa questão: “precisamos ocupar para que eles (o tráfico) não ocupem”, também ganhou minha atenção. Ambas tratam de uma experiência de disputa por um território, mas com uma lógica diferente, pelo habitar convivendo com o desafio de plantar e colher em meio à ocupação violenta do território e à exploração mineral, bem como à política de morte do ERJ.

No artigo “Agroecologia e soberania alimentar: lutas por justiça e alimentação saudável em territórios periféricos urbanos” (Palm et al., 2024), fruto do Projeto com o Neeps/Fiocruz, e publicado com coautoria de Ana Santos, a expressão é interpretada da seguinte forma:

Trata-se de uma trincheira com várias dimensões de luta, por exemplo: por outra perspectiva de feminismo decolonial e interseccional, que questiona a libertação feminina do espaço da cozinha como bandeira de luta de um feminismo hegemônico que baseia a liberação de mulheres de classe média na manutenção da submissão e da opressão de mulheres vulnerabilizadas economicamente, em sua maioria afrodescendentes, para trabalharem como domésticas, não raro em condições análogas às de escravidão. Dessa forma, além de gerar renda para mulheres dentro da favela, a cozinha coletiva contribui para valorizar saberes ancestrais sobre alimentos em diálogo com a agroecologia e a soberania alimentar; além de ser uma estratégia de comunicação com as pessoas do território e de outros lugares no espaço social por meio da comida.

Para as mulheres do CEM, é preciso construir uma trincheira para produzir comida livre de violência. É nessa tentativa que as mulheres desenvolvem o trabalho na “Cozinha como trincheira de lutas”. Em meio às dificuldades de produzir alimentos em um território tomado e controlado pelo crime organizado e negligenciado pelo poder público, a cozinha se torna uma das estratégias de ressignificação do espaço de favela pela comida.

O trabalho das mulheres na Cozinha Solidária e Coletiva, desenvolvidos por, Ana Santos, Scarlet Santos, Rosangela Cruz (Dona Rose), Maysa Cristiny (respectivamente na figura 3, abaixo) e outras colaboradoras, cozinham receitas ancestrais, com aproveitamento total dos alimentos, como uma forma de fortalecer a identidade cultural, gerar renda, trabalho e autonomia das mulheres e para arrecadar fundos para a manutenção da sede do CEM.

Figura 17: Responsáveis pela Cozinha Solidária Mulheres em Ação



Fonte 24: Instagram do CEM (2024)

Um mecanismo de ampliar participação nos espaços alimentares do Rio de Janeiro. Participam de eventos, oferecem refeições em eventos; feiras livres; congressos e plenárias do movimento agroecológico do RJ, como a plenária anual da ANA, também estão abertas para buffets e espaços culturais, como o Festival LivMundi (2024) na Arena Dicró, na Penha Circular. De maneira mais segura, foi contemplada para ofertar regularmente (uma vez por semana) refeições no Restaurante da ENSP/Fiocruz em Manguinhos.

Com base no Caderno Intercultural 2: “Agroecologia e Soberania Alimentar”, produzido junto do Neepe/Fiocruz, a trincheira tem várias dimensões:

- i) uma outra perspectiva de feminismo, que questiona a libertação feminina do espaço da cozinha com a submissão de uma mulher pobre e preta como doméstica; ii) uma luta por gerar renda para essas mulheres dentro da favela; iii) uma luta para valorizar saberes ancestrais sobre alimentos em diálogo com a agroecologia, a exemplo do Cozidão da Roça; IV) uma estratégia de comunicação via a comida com as pessoas do território.

O “Cozidão da Roça” é refeições feitas para oferta na comunidade e região do Complexo da Penha. Uma proposta de venda de alimentos a preços acessíveis com valorização da “comida de verdade”, um alimento nutritivo e livre de venenos e aproximação da comunidade sobre como a agroecologia está no prato.

**Figura 18: Faixa de oferta de refeições da Cozinha Solidária Comunitária
Mulheres em Ação na Terra Prometida**



Fonte 25: Neepe (2023)

Na construção de conhecimento, as mulheres produzem a alimentação das crianças na Escola Popular e atuam como educadoras populares, “em prol de uma educação alimentar verdadeiramente saudável”. Tem o propósito de “além de produzir alimentos, nossa cozinha movimenta o acolhimento, a sabedoria ancestral, respeito e senso de coletividade com nossa comunidade, construindo assim nossa autonomia dentro da favela”. Participam de processos formativos, como o curso “Estudo de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática (EVE) na ENSP/Fiocruz”, para fortalecer as processadoras que movimentam o Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede CAU.

Essas questões circundam o que Cunha (2005) chamou de “fronteira”: o terreno de trabalho social que se constituiu historicamente nas favelas do município do Rio de Janeiro, onde diferentes agentes sociais foram se posicionando, em alianças e disputas. O conceito é desenvolvido pela pesquisadora para compreender o que se passa no universo das favelas cariocas. Esse universo é composto por estruturas, como as supralocais (o Estado, os mercados, os sindicatos e associações, instituições públicas e privadas, ONGs, Igrejas, o mercado internacional de drogas, dentre outros) (Leeds; Leeds, 2015, Alvito, 2001).

Observávamos que aquela não era uma fronteira comum e, sim, um terreno de encontro, que configura uma paisagem específica. Para alguns que vivem nas favelas, pode ser lugar de saída. Para outros, que se encontram em estruturas supralocais, de entrada. Para outros tantos, situados em diferentes posições deste terreno, lugar de conquista. Para muitos, na fronteira, de interlocução e pressão, e de tensão. Para todos, de mediação. Um lugar de mediações e tensões onde, em movimento, encontram-se moradores e lideranças das favelas, técnicos do poder público e de ONGs, líderes religiosos e políticos, pesquisadores, o narcotráfico e a milícia. Reinterpretando a expressão cunhada por Bourdieu (1997), não seria um

lugar onde “as estruturas sociais estão em ação”? (...) são diferentes agentes sociais em disputa – e tecendo alianças muitas vezes instáveis (Cunha, 2007, p.16).

Podemos pensar os atravessamentos no trabalho das mulheres do CEM (seja por arranjos convergentes ou concorrentes), diante da disputa pelo território e do movimento agroecológico na RMRJ, pelo que Cunha discute como “fronteiras” - o terreno do trabalho social nas favelas, a participação popular que se constitui como uma dimensão importante, que se enraíza no campo da luta social e política nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

A fronteira vai se constituindo no esforço de responder ao enigma da questão social - “desencontro entre o econômico e o social” (Lefebvre) ou o risco de sua fratura da sociedade capitalista, com o avanço do econômico em relação ao social (Castel, 1998). Na perspectiva de (Cunha, 2016, p.17), as favelas cariocas são “a incorporação da questão social na agenda política do Estado”. E a fronteira é fruto desse desencontro:

Emerge como o terreno da conjuração do risco de fratura, alojando, num crescente, diversas forças sociais interessadas de diferentes formas em intervir, digamos, no processo de conjuração. Ela vai se tornando, então, lugar de produção de múltiplas experiências e práticas sociais, e de representações que vão se acumulando, dando-lhe então uma conformação particular.

No jogo entre os diversos atores que constituem a fronteira, estão os moradores, muitas vezes invisibilizados na cena política sobre as favelas. A luta pela terra, por saneamento básico, pela alimentação adequada e saudável, saúde, escolas, renda, dentre outros direitos sociais se expressam no cotidiano das ações e interações entre os diversos atores no território: “São invisíveis também os enfrentamentos que marcam os confrontos contra a expulsão da terra e os embates cotidianos, vividos na interlocução com diferentes mediadores que chegavam às favelas” (Cunha, 2016, p.32).

Dessa forma, do ponto de vista investigativo, como aqui se faz, o olhar sobre as experiências de moradoras na favela Terra Prometida se faz tendo em conta as ações que ali coexistem, com o cuidado de trazer as dimensões simbólicas, nos termos de Bourdieu (1989), pela disputa concorrencial, dando destaque aqui para as mulheres no lugar de sujeitos políticos. Como discute Cunha (2016), o “morar em favela” ainda abriga uma diversidade de experiências e visões em confronto, uma marca de nascença de toda favela. Neste sentido, a “cozinha como trincheira de luta”, lema das mulheres do CEM, é mais uma experiência que se soma a tantas outras nas cenas históricas das favelas, mas em

particular, se torna fundamental para lutar pela vida neste território, fazendo-a parte da cidade.

Além de apresentar a problemática socio-espacial em que o CEM e os moradores da Terra Prometida enfrentam em seu cotidiano marcado pela sociabilidade violenta, o capítulo contribuiu para conhecermos a experiência do CEM e seus propósitos de promover o anúncio da favela Terra Prometida como território de bem viver. Aproximou o olhar sobre as disputas em ressignificar a favela pela agricultura urbana e soberania alimentar. Um território que nasce da fome de grupos sociais vulnerabilizados, mas que anseiam o direito à terra, moradia digna e o direito de plantar e colher na cidade, em um cenário de carestias e privações, violência e negligência estatal. Um território não oficial, que inexistia para o poder público municipal, mas que abriga quase 200 famílias.

Percorremos os desafios e questões que correm no tempo e espaço histórico e conjuntural da Serra da Misericórdia, uma região de nascentes e que passa a ser território de morte pela apropriação de grupos criminosos, pela exploração mineral e pela política de morte do ERJ. O grito de Luiz Poeta ecoou e ainda ecoa em sua população desejos de bem-viver, de fazer justiça sócio-ambiental, que logo se fez também anseios por soberania alimentar, por entender que a construção de territórios sustentáveis e saudáveis, requer barriga cheia, comida no prato e autonomia para plantar e colher alimentos livres de veneno e violência.

Vimos que a recente favela em ocupação surgiu de um desejo por soberania e justiça que não nasceu da cabeça, mas do estômago. Esse foi o ponto sensível que o CEM conseguiu mobilizar os moradores como ferramenta de olhar para a Serra e entender que um olhar ambiental não seria suficiente, mas a agricultura urbana sim, porque todo mundo precisa comer. Esta foi a chave da busca por soberania alimentar em um solo urbano por um coletivo que une desejos e ausências para apontar as questões determinantes de múltiplas desigualdades socio-espaciais e a necessidade de ampliar as capacidades para disputar o abastecimento alimentar.

2 – ABASTECIMENTO ALIMENTAR, DISPUTAS SOCIO-POLÍTICAS E O ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO SUBÚRBIO CARIOCA

Dona Maria, “a pernambucana mais arretada da Terra Prometida”²⁴, no dia em que a conheci, estava completando 25 anos de migração para o RJ. Com alegria, do lado de fora ela mostra sua casa própria, uma das poucas de alvenaria (ainda nos tijolos) na Terra Prometida. Em anexo à casa, ela mantém um mercadinho onde oferta (além de outros produtos) alguns gêneros alimentícios, como alimentos *in natura* (frutas e verduras colhidas em seu quintal). Há também alimentos ultraprocessados, como bolachas, salgadinhos de milho, doces, refrigerantes e bebidas alcoólicas. Em um canto, junto aos engradados de bebidas, está uma caixa cheia de livros, com os dizeres: “Alimente-se de leitura”.

Figura 19:Mercadinho e quintal de Dona Maria



Fonte 25: Foto de campo (2023)

Na extensão de seu terreno tem um quintal, onde cultiva abóbora, cana-de-açúcar, bananeiras, dentre outros vegetais. Também há uma nascente d'água. Ao lado de sua casa está a residência de Leildes Xavier²⁵, indígena Guajajara do Maranhão, mãe de sete filhos, agricultora agroecológica, erveira e educadora popular. Diferente de Dona Maria, a casa de Leildes é um barraco de madeira, na linguagem da favela, refere-se a uma habitação simples, pequena, feita de materiais improvisados, como madeira, telha ou zinco. Em seu

²⁴ Assim me foi apresentada por Ana Santos na ocasião que mostrava a comunidade. Minha primeira entrada no território, no dia 22 de junho de 2023.

²⁵ Veja mais sobre sua história no Boletim: “Leildes e família: agroecologia nas favelas, redes locais promovendo saúde” (Santos; Ferreira, 2025).

quintal encontram-se variedades de vegetais para o autoconsumo, incluindo ervas para cuidados medicinais, como banho de assento²⁶.

Figura 20: Visita ao quintal agroecológico de Leildes Xavier



Fonte 26: (Neepees/Fiocruz, e fotos de campo (2023).

Em frente à sua casa, está a “Casa de Apoio”, uma área doada por Leildes de seu marido Manoel para o CEM, um espaço de uso comunitário conquistado no período da pandemia para atendimento médico. Um local de acolhimento, trocas de mudas e sementes e de conhecimento sobre cultivo, doação de cestas de alimentos. Construída dos mesmos materiais da casa de Leildes, marca a primeira entrada de uma política universal na comunidade, por meio do “Consultório Territorializado do SUS”, uma estratégia que visa levar os serviços de saúde para áreas com maior dificuldade de acesso, especialmente aquelas com vulnerabilidade social ou distância física das unidades de saúde (Gontijo; Silva, 2024).

Ao lado da Casa de Apoio tem uma trilha que leva até a sede do CEM, que também é a Escola Popular de Agroecologia. Em seu entorno encontram-se a criação de animais (galinhas, patos, peixes, coelhos), o berçário de mudas, e mais acima no morro, a Agrofloresta, sistema de reflorestamento da Mata Atlântica e produção agrícola para o abastecimento de alimentos das famílias da comunidade e geração de renda, via participação nos circuitos curtos de comercialização do município.

Do quintal de Dona Maria que abastece seu mercadinho, o quintal de Leildes que alimenta sua família, à Agrofloresta do CEM, cultivada, sobretudo pelas mulheres, estão entrelaçadas experiências diversas de pessoas que lutam pelo acesso à alimentação adequada e emancipação popular em meio às disputas e desigualdades inerentes ao

²⁶ Banho de ervas (como alfavaca, aroeira, cana do brejo, colônia e damiana) para tratamento e cuidado ginecológico.

abastecimento alimentar urbano. Este que, historicamente, não dá conta de suprir as demandas sócio-espaciais nas grandes metrópoles e suas regiões adjacentes e de democratizar o acesso à alimentação. Não bastando, sem estrutura política para construção e ordenamento de equipamentos e instrumentos públicos, reforça cada vez mais o espraiamento de seu modelo privado de regulação e desafia a SSAN de famílias empobrecidas e marginalizadas (Jomalinis, 2022).

A formulação de abastecimento alimentar orientada pelas referências da SSAN e do DHAA, que aqui busco trazer para pensar a problemática proposta, enxerga o abastecimento como um dispositivo estratégico de políticas públicas capaz de ampliar o acesso a uma alimentação adequada e saudável da população vulnerabilizada. Este enfoque foi desenvolvido no âmbito do Consea que construiu as diretrizes e componentes para uma política nacional de abastecimento alimentar com princípios orientadores. Essa formulação entende o abastecimento como “o conjunto diverso e complexo de atividades (e agentes) que mediam o acesso aos alimentos e sua produção, portanto, indo muito além da mera disponibilidade de bens na medida em que participa na própria determinação dos modos como se dão tanto o acesso quanto a produção desses bens” (Maluf, 2015, p.2).

Embora essa definição de abastecimento não contenha referência explícita ao acesso por meio da produção para o autoconsumo, que faz parte do trabalho exercido na Terra Prometida, nem mesmo com a ótica de agricultura urbana; esta subsidia a análise ao apontar os aspectos de diversidade e a ideia de participação das pessoas e seus coletivos nos processos de escolhas em todas as etapas até à mesa.

Este entendimento é utilizado aqui para pensar as questões postas para o abastecimento pela perspectiva do direito e ações localizadas na intersecção entre produção e acesso, evidenciando as conexões entre a questão alimentar e a questão social, que não são indissociáveis entre si. Com a perspectiva de ampliar o acesso a alimentos adequados e saudáveis, a perspectiva do direito e da Soberania Alimentar permite traduzir o enfoque da SAN como mecanismo de promoção de equidade e justiça via modelos de produção socialmente inclusivos e ambientalmente sustentáveis e a democratização dos equipamentos de oferta de alimentos, tendo em vista as localidades periféricas, com ênfase aqui nas favelas.

A primeira parte apresenta as disputas históricas em torno do abastecimento. A segunda parte apresenta as tratativas políticas contemporâneas pela ótica da descentralização. A terceira é a perspectiva dos sistemas sustentáveis e saudáveis, para

pensar o abastecimento nas localidades, tendo em vista a questão da escala. A quarta parte apresenta experiências de abastecimento na cidade do RJ para analisar as questões envolvidas no seu abastecimento alimentar e iniciativas populares que trilham caminhos diferentes de acesso pela promoção da soberania alimentar em territórios urbanos.

Essa discussão proposta aqui pretendeu trilhar um caminho para compreender como a experiência do CEM busca defrontar e superar as dinâmicas predominantes de abastecimento alimentar na direção de dar conta da realidade das favelas, da população favelada e, particularmente, de mulheres negras da favela.

2.1 Abastecimento alimentar: uma disputa social, política e histórica

A dificuldade da população da periferia das grandes cidades, sobretudo das favelas como as da SM, na ZN do RJ, em acessar alimentos adequados e saudáveis não é fruto do tempo presente. Alimentar as cidades sempre foi um desafio no Brasil e no mundo. O avanço do processo de urbanização e metropolização no final do século XX exigiu estratégias de descentralização dos mercados situados nos centros dos perímetros urbanos. A partir da década de 1960 inicia-se uma política de estados nacionais com a criação de mercados atacadistas alimentares públicos que visavam garantir o acesso a alimentos diversificados e saudáveis e reduzir o custo de vida das famílias urbanas (Belik; Cunha, 2015).

Neste período, inaugura-se um novo referencial produtivista e de abastecimento nas políticas alimentares (1960-1980) (Grisa; Porto, 2023), considerando que neste período em que a população mundial se tornava cada vez mais urbana, incluindo as metrópoles brasileiras como o Rio de Janeiro, caso que vimos acima, “a situação do abastecimento para os grandes centros urbanos era cada vez mais grave.” (Linhares; Silva, 1979, p. 144 e 156).

De acordo com Belik e Cunha (2015), o abastecimento alimentar envolve um amplo fluxo de atividades de forma sequencial que extrapolam a mera função de comercialização agrícola. Embora as questões envolvidas nas relações entre mercado e sociedade ao longo da história tenham alterado as condições objetivas de produção, os hábitos de consumo das famílias urbanas e a forma de organização da economia, as atividades que cercam o abastecimento alimentar permaneceram as mesmas. As estruturas públicas de abastecimento não acompanharam a nova realidade e, com isso, esse espaço do mercado foi sendo ocupado cada vez mais pelas estruturas privadas de

comercialização que impulsionaram os novos hábitos alimentares, mais adequados ao seu perfil de oferta (Cunha; Belik, 2015).

A partir da segunda metade do século XIX surgiram as primeiras iniciativas de abastecimento alimentar urbano, pela construção e administração de mercados municipais, geralmente nos centros das cidades grandes e médias. No ano de 1972 o Governo Federal, por meio da então Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos, instituiu o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC). Este foi o marco da primeira iniciativa de Estado brasileiro na articulação da política agrícola de alcance nacional com o objetivo de montar uma estrutura de modelo político e organizacional do abastecimento alimentar das cidades, frente à intensificação do processo de urbanização. Este sistema durou até 1988, quando o Governo Federal fez a doação de suas ações aos respectivos estados e desligou-se, por completo, de qualquer apoio ao setor de comercialização dos hortícolas “*in natura*” (Cunha, Belik, 2015).

A finalidade do SINAC era estruturar o mercado ao estabelecer normas técnicas de produção, comercialização, formatos organizacionais de maneira regionalizada que deveriam ser conduzidos pelas Centrais de Abastecimento, as CEASAS, empresas de abastecimento atacadistas. Com o fim do sistema nacional, a transferência do controle acionário das Centrais passou para os estados e municípios. De acordo com Belik e Cunha (2015), durante as duas décadas do SINAC, o Abastecimento Alimentar aparece como uma função complementar e acessória à Agricultura nas políticas públicas.

Belik (2012) disserta que, na realidade, as Centrais Atacadistas que haviam sido criadas com intenção de aproximar fisicamente os produtores dos pequenos varejistas (feirantes, quitandeiros etc.) carregam uma marca de nascença que é a grande dificuldade em atender às especificidades territoriais e de cumprir seu papel de ligar agricultores, varejistas e consumidores. Desde sua origem, o modelo brasileiro de comércio atacadista não introduziu em seu arcabouço conceitual teórico e institucional a noção de território e cultura local, de organização social e comunitária e das relações sociais. Isso possibilitou a consolidação de estruturas centralizadas e a padronização imposta pela indústria supermercadista. Além do grande desafio de desenvolver uma política de abastecimento para as áreas urbanas que pudesse atuar em sintonia para atender a população, preservando os hábitos alimentares locais, resultou na dificuldade em implantar programas efetivos de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar (Cunha, 2013).

2.1.1 A construção de um sistema público de abastecimento alimentar: entre dilemas estruturais e projetos políticos em disputa

A eleição do Governo Lula (2003-2006) marca o advento de uma nova gestão de políticas públicas com cunho progressista no campo social em contraste com a perspectiva neoliberal dos anos 1990. Neste cenário, a agenda acerca do tema do Abastecimento retoma o debate, impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A proposta de criação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA), aprovada em 2005 pelas instâncias deliberativas do Conselho, trazia em seu documento três diretrizes principais para articular diferentes programas e ações de governo para garantir, de maneira permanente, o abastecimento dos alimentos à população. As recomendações visavam: ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade e promover uma alimentação adequada e saudável; valorizar formas equitativas e sustentáveis de produção e comercialização de alimentos; e promover a diversidade de hábitos alimentares.

A PNAA como instrumento de ação do governo em 2005 se guardava à espera da aprovação desta Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346) que ocorreu em 2006 (Brasil, 2006). No entanto, a política de abastecimento não obteve força política para sua implementação. A Lei de SAN instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em seu Artigo 3º, se vale desta definição:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.

De acordo com a literatura aqui referida (Maluf; Reis, 2013), estão em evidência três características da noção de SAN que são inseparáveis: o DHAA e o princípio da Soberania Alimentar. A introdução da noção de Soberania Alimentar como princípio básico para a realização da SAN no Brasil veio do esforço de organizações civis e marca a luta contra opressões históricas, podendo citar os movimentos feministas, o movimento

negro, das populações tradicionais, como quilombolas e indígenas, e o movimento de trabalhadores do campo, dentre outros (Alves; Jaime, 2014).

A alimentação como direito, alinhada ao princípio de Soberania Alimentar, reforça o direito dos povos e sua diversidade em definirem suas políticas e a maneira sustentável de produzir, respeitando suas culturas, sejam elas de pequena ou média produção. Essas são as vias de erradicar a fome e a desnutrição e garantir aos mais vulneráveis (não somente) o direito à alimentação adequada. O DHAA foi introduzido na Constituição Federal de 1988 e “reforça e atende aos tratados internacionais aos quais o Brasil aderiu, garantindo que as ações de enfrentamento da fome e da miséria se tornem políticas de Estado e não estejam sujeitas a mudanças administrativas” (Brasil, 2010). A definição de SAN contida nesta Norma coloca em evidência o fato de que ela:

(...) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil, 2006).

Para alcançá-las, implica no reconhecimento da existência de diversas conceituações e permanentes disputas sobre o significado de SSAN, o que faz com que a construção do conceito deva ser contextualizada e estratégias no sentido da sua promoção devam ser teoricamente qualificadas (Maluf, Reis; 2013).

Neste sentido, a noção de Abastecimento do Consea (2004), que fundamentou a construção da PNAA com o enfoque da SAN na proposição das instâncias deliberativas da II Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda (PE) em 2004, traz em seu bojo a noção de acesso equitativo pelos diversos segmentos da população à alimentos de qualidade, para fins de promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares, em simultâneo à valorização das formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de alimentos, com destaque para a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos urbanos.

No decorrer dos anos da primeira gestão Lula e, posteriormente os Governos Dilma Rousseff, mesmo com as recorrentes manifestações do Consea à Presidência da República, por meio da Câmara Interministerial de SAN (Caisan), em 2012, com uma exposição de motivos para a criação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), na forma de uma minuta de Projeto de Lei, não se conseguiu dar encaminhamento que efetivasse uma Política de abastecimento nacional.

Ao longo destes 20 anos de promulgação da Lei de SAN, outras iniciativas foram incorporadas ao rol das ações voltadas ao acesso à alimentação, a exemplo da criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), ambas com seus respectivos Planos. Em 2012 foi lançado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II Plansan), 2016-2019, elaborado pela Caisan, com base nas proposições aprovadas pela 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em alusão ao I Plansan 2012-2015 reconhecia-se que muitas metas ainda não tinham sido alcançadas. O Desafio 6.4 tratava essencialmente do abastecimento alimentar no país:

Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável que propunha diretrizes na área de compras públicas e estoques reguladores, modernização dos sistemas de abastecimento, economia solidária, legislação sanitária, redução de perdas e desperdício de alimentos e agricultura urbana (FAO, 2014).

A promulgação de uma PNAA orientada pela SSAN e pelo DHA até os dias de hoje encontra-se na contra-hegemonia de projetos políticos dominantes aliados ao setor do Agronegócio e de parte do Congresso Nacional, a chamada bancada ruralista que perpassa o interior dos governos Lula e Dilma (Maluf, 2017). Ainda sem alicerce normativo de caráter permanente e contínuo assegurado a quaisquer conjunturas políticas-institucionais e econômicas, o abastecimento alimentar, na forma como se estrutura, não garante o acesso à alimentação adequada para a população, sobretudo de menor renda, que está vulnerável à fome e insegurança alimentar e nutricional ao conviver com restrições no acesso contínuo e com a volatilidade dos preços dos alimentos.

As novas diretrizes governamentais implementadas a partir de 2016 com o golpe jurídico, midiático e parlamentar que resultou no *impeachment* da Presidenta Dilma, entre outros fatores, promoveram a mudança abrupta de governo, bem como as sucessivas crises políticas e econômicas que repercutiram nas ações do Estado no tratamento das políticas sociais. O período de 2016 a 2019 é marcado por um desmonte de diversas políticas públicas, incluindo as de SAN, as políticas de promoção da Agricultura Familiar e da Agroecologia. Em destaque ao Consea, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que foram extintos. As medidas provocaram um vazio institucional e impediram, em boa medida, o avanço de políticas públicas voltadas ao abastecimento alimentar (Sabourin et al., 2020). Além do desmantelamento de políticas, como o

desmonte do SISAN, houve também a destituição dos equipamentos públicos de monitoramento participativo e diálogo entre governo e sociedade civil (Mattos, 2017).

Delgado e Zimmermann (2022, p.185) dissertam que, ao longo dos 13 anos de “institucionalização de um conjunto de instituições voltadas a garantir o direito humano à alimentação adequada”, esse processo sofreu significativas alterações de sua configuração, seja dos instrumentos, do montante de recursos do Orçamento Geral da União destinados, bem como de seus objetivos. No entanto, com a manobra de derrubada dos governos petistas, isso fez com que esse mecanismo de mudança na política pública tomasse significados diferentes e, por sua vez, objetivos divergentes das propostas iniciais. Os autores debatem que o desmonte não pode ser interpretado como uma “simples extinção de políticas”. O desmonte do SISAN serve de exemplo para mostrar como as estratégias de desmantelamento de um mesmo grupo de políticas atuam de diferentes facetas. Entre elas estão as mudanças incrementais, algumas alterações que não são percebidas a curto prazo, mas, também, manobras que causam sérios danos que rapidamente ganham visibilidade e são sentidas mais rapidamente pelo público-alvo da política.

É importante sinalizar para a discussão aqui proposta o que significou a extinção do Consea, um importante espaço público de debates e exercício de democracia participativa social na construção das políticas públicas do país. O Consea tem a função de criar uma unidade nacional para a articulação intersetorial e multidimensional com os conselhos estaduais e municipais. No entanto, embora essa medida tenha provocado o desmantelamento das equipes técnicas e do espaço operacional para o controle social, este não deixou de resistir. Não permaneceu da mesma forma, mas persistiram as mais variadas manifestações da arena de debates e na prática social e política, seja pelos movimentos sociais, pelas ONGs, pelos pesquisadores, servidores públicos. Em outras palavras, a ressignificação e o papel institucional das políticas públicas para a agricultura e para a SSAN provocaram um novo giro de disputas de poder também sobre a dimensão política dos alimentos e, dessa forma, os atores tiveram que estabelecer novas formas de articulação do debate e da ação.

A pandemia de Covid-19 chegou em meio à crise política e econômica e contribuiu para intensificar um cenário de crescentes desigualdades sociais desde 2016. A condição de vida da maioria da população ficou contingenciada pelo aprofundamento da recessão, aumento do desemprego, agravamento da precarização do trabalho e perda

ou insuficiência de renda, a elevação dos preços dos alimentos (Brandão et al., 2021). Este cenário é marcado por um período de crescimento, ainda mais acelerado, da produção de *commodities* agrícolas²⁷ e de significativas e mais evidentes narrativas alimentares dos agentes do campo do agronegócio pautando a ideia de o país operar como “celeiro do mundo” (Pompeia; Schneider, 2021).

Enquanto o Brasil era representado como celeiro do mundo, com elevadas taxas de exportação, o cenário pandêmico de Covid-19 se instaura. A crise sanitária evidenciou um país faminto. A forma como o governo federal lidou com a pandemia da Covid-19, contribuiu para ampliar as desigualdades e a fome no país, repercutindo para a elevação dos indicadores de insegurança alimentar e nutricional, fazendo o país retornar ao Mapa da Fome com mais de 33 milhões de pessoas enfrentando a fome em seu cotidiano no país (Rede PENSSAN, 2022).

A gravidade da perda de direitos em contexto de crises é sentida de maneira desigual pela população. Quando se observam os efeitos da crise econômica, política e sanitária pela ótica da alimentação como determinante social, é possível observar como raça, gênero e localidade operam para produzir desigualdades de acesso e vulnerabilidade à fome e à InSAN. Os inquéritos I e II da Rede PENSSAN sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil evidenciaram que a incidência de insegurança alimentar foi maior em domicílios localizados em áreas rurais, e em aqueles liderados por mulheres (59,4%) e em que a pessoa de referência era preta (10,7%) ou parda (41,0%).

Pesquisa do IBGE (2023) no período subsequente à pandemia mostrou que a insegurança alimentar grave também foi mais predominante entre os domicílios liderados por responsáveis pardos, atingindo 58,1% desses casos (IBGE, 2023). Em comparação com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, foi possível identificar que famílias chefiadas por mulheres brancas vivenciaram menores dificuldades financeiras, em geral ou para compra de alimentos, que lares chefiados por homens negros. Nos dados da Rede PENSSAN acima temos em evidência a interseccionalidade entre raça e gênero, com mulheres negras em maior vulnerabilidade

²⁷ Com base nos dados divulgados pela Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB do setor avançou 24,31% em 2020, frente a 2019 (que era de 20,5%), e alcançou participação de 26,6% no PIB brasileiro. Em valores monetários, o PIB do País totalizou R\$ 7,45 trilhões em 2020, e o PIB do agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões.

à InSAN e, neste último, observa-se também a sobreposição das questões de raça em relação à de gênero quando homens negros têm menor segurança de renda para o provimento familiar.

Além disso, foi possível observar que mecanismos de solidariedade – como doação de alimentos – foram mais frequentes em domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas negras. Diante das desigualdades em relação à situação financeira, relatos de acesso a mecanismos de solidariedade pela doação de alimentos foram mais frequentes entre domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas negras (FIAN Brasil, 2023).

Ao longo dessas décadas de avanço e retrocessos institucionais das políticas de SAN e de fomento à Agricultura de base familiar (Grisa et al., 2022; Recine et al., 2020), não se esgotaram os esforços, seja no campo acadêmico e de organizações da sociedade civil, defendendo a necessidade de um sistema e uma política pública de abastecimento e de políticas alimentares. O período pandêmico também marcou a luta de movimentos sociais alimentares do campo da Agroecologia em afirmação da resistência do papel de mulheres e homens da agricultura familiar, da agricultura camponesa, dos assentamentos da reforma agrária, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na construção de sistemas alimentares contra-hegemônicos baseados na sustentabilidade, na solidariedade e no comprometimento com a SSAN da população. Esse período também marca o fortalecimento da “solidariedade ativa” entre o campo e a cidade, contribuindo para o avanço em direção ao paradigma ecossocial (Niemeyer; Silveira, 2022).

2.1.2 Política Nacional de Abastecimento Alimentar: novos arranjos institucionais e velhos desafios

O ano de 2023 foi marcado por novos arranjos institucionais no campo político e social e por novas perspectivas de vida e futuro no Brasil e no mundo. No cenário global temos pelo fim da Emergência de Saúde Pública a pandemia de Covid-19, em declaração da Organização Mundial da Saúde. Na esfera nacional, o Brasil vivencia o fim de um governo ultraliberal e o início de uma gestão pautada na perspectiva de “retomada” de políticas públicas de cunho social, com enorme desafio de recosturar um aparato político de enfrentamento das desigualdades sociais no tecido social.

O terceiro mandato do presidente Lula restaurou diversas políticas de SAN, de promoção da Agricultura Familiar e da Agroecologia, sendo recriados os espaços de

participação social, como o Consea, Condraf e Cnapo, mencionados anteriormente. Nesse contexto, destaca-se também a recriação do MDA, agora nomeado Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Ceasa Minas e Ceagesp passaram a ser supervisionadas pelo MDA com o objetivo de reforçar sua atuação no abastecimento alimentar do país e na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos.

Nesse ensejo, a nova gestão federal, por meio do Decreto nº 11.820, de 12/12/2023, instituiu a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB) que prevê a elaboração do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (2025 – 2028) chamado de “Plano Alimento no Prato”. O Plano pretende se constituir como uma estratégia de Estado para “diminuir as desigualdades com equidade e saúde (das pessoas e do ambiente)” e firmar as diretrizes da PNAAB afins da criação de um sistema de produção, distribuição e disponibilidade de alimentos para enfrentar a fome e promover alimentação adequada e saudável com Soberania Alimentar (Art. 3º Decreto nº 11.820/2023, BRASIL, 2023). Em suas bases, reflete o entendimento de que o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais, como a concentração de terras e renda, urbanização desordenada, racismo e machismo estruturais e os impactos das mudanças climáticas.

O Plano, em seu texto, reconhece que a concentração de terras agricultáveis e da produção de alimentos em determinados empreendimentos, regiões e estados compromete seriamente o abastecimento alimentar. Em contrapartida, traz a produção de alimentos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica como fundamental para promover sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis (BRASIL, 2024).

No que tange ao abastecimento, embora o Brasil disponha de uma ampla variedade de equipamentos de abastecimento, observa-se uma crescente concentração das vendas em poucas redes de supermercados e atacarejos, que vêm ganhando destaque no cenário nacional de abastecimento alimentar. Em 2023, apenas 10 empresas acumulam mais da metade do faturamento do setor (R\$ 313,9 bilhões de R\$ 602,7 bilhões) (ABRAS, 2023). Além do faturamento do setor supermercadista ser concentrado, a maior parte desses equipamentos de comercialização de alimentos não atende à população com a oferta de alimentos acessíveis e saudáveis. A venda de alimentos em geral em supermercados predomina, mas não é exclusiva. 78% do faturamento do setor está vinculado à venda de diferentes tipos de alimentos, mas os alimentos *in natura* (frutas, legumes e verduras) participam com apenas 8% (BRASIL, 2024).

A concentração dos mercados já vinha sendo debatida pelo CONSEA desde a proposta da PNAA de 2005 e posteriormente a PNAAB em 2012:

[...] concentração de mercado que atinge o varejo e o setor de insumos, a qual tem possibilitado a um número reduzido de corporações exercerem pressões sobre o ganho dos produtores e sobre os preços de alimentos. Nesse processo, fortalecer as feiras com destaque para as feiras agroecológicas, e mercados públicos como peças fundamentais de uma estratégia de abastecimento desconcentrada e inclusiva, além de incluir as feiras entre os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar (CONSEA, 2012, p. 4).

O novo Plano apresenta lucidez sobre a complexidade de questões e diversidade de atores na disputa do abastecimento alimentar e o papel das grandes redes do setor supermercadista do varejo e atacado que se inserem como atores significativos nos sistemas alimentares sob a hegemonia das corporações agroalimentares. Apesar de considerar as diferentes estratégias e as especificidades dos distintos segmentos que envolvem o abastecimento - com destaque para: Agricultura Familiar - camponesa, urbana e periurbana; aquicultura e pesca artesanal; povos indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs; conforme Decretos nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016); agentes privados de comercialização varejista e atacadista; organizações não governamentais e comunitárias; e consumidores – ações no campo prático exigem maior comprometimento político no enfrentamento do corporativismo sobre a oferta de alimentos. Um desafio histórico fundante do abastecimento, o que repercute nas políticas de SSAN e agricultura familiar no país.

Para o CONSEA, requer retomar o papel do Estado como ator canalizador neste campo para arquitetar as estruturas tripartites (municípios, estados e União) dos “sistemas públicos descentralizados constituídos de equipamentos públicos articulados e com capacidade de atuar no complexo dos sistemas agroalimentares locais e regionais” (CONSEA, 2005, p. 8).

2.1.3 Abastecimento alimentar na ótica da descentralização e sustentabilidade dos sistemas alimentares

Como discutido no tópico anterior, são questões de abastecimento os determinantes de desigualdades sociais presentes na produção, na circulação, no acesso e no consumo dos alimentos, bem como as questões de equidade e justiça envolvidas, levando-se em conta o contexto de intensas disputas de concepções e narrativas e o

enfoque da noção de abastecimento pelos aportes políticos e conceituais nas abordagens da SSAN e do DHAA.

No que se refere ao conjunto de questões e atores que compõem os sistemas alimentares, a questão da escala é importante para questionar como esses conflitos carregam em si elementos que historicamente promoveram determinações sistêmicas, em diferentes aspectos como, na saúde (má nutrição e hábitos alimentares); sociais (desigualdades sociais de diversas ordens); e, econômicos (corporações alimentares e modalidades de produção agroalimentar).

A abordagem sistêmica para analisar a problemática da igualdade/iniquidades e injustiças/justiça permite traçar conexões possíveis entre a questão alimentar e a questão social, compreendendo-as como não dissociativas entre si. Além disso, endossa a problemática e dá subsídios para investigar o que gera incapacidades de determinados atores em participar como agentes ativos nos sistemas alimentares e na política alimentar e de abastecimento pela ótica da produção e, na ótica do consumo, de acessarem uma alimentação adequada e saudável. Mais especificamente, a noção de “sistemas alimentares descentralizados” (SAD) (Maluf, 2021) pela noção de sistemas alimentares multiescalar como porta de entrada para a empiria, seja do geral ou nas particularidades das experiências de SSAN, possibilita compreender as interações entre os sistemas de opressão e os sistemas alimentares nas localidades.

Com base nessa referência, a perspectiva sistêmica emprega à noção de sistemas alimentares a possibilidade de distintos olhares territoriais - distintas escalas que coexistem entre eles e permitem lançar uma pluralidade de questões sobre o abastecimento alimentar das localidades:

Sistemas alimentares constituem conjuntos complexos conformados pelos fluxos de interdependência entre seus componentes cuja evolução envolve complementaridades, conflitos e contradições, portanto, requerendo mecanismos públicos e privados de coordenação entre os componentes dos respectivos sistemas que têm funcionamento não harmônico e cuja evolução é aberta a várias possibilidades (Maluf, 2021, p.2).

Para o plano de fundo que aqui se analisa, essa abordagem é a que mais se adequa, pois permite adentrar melhor sobre as complexidades que o processo de transformação rural-urbana e a metropolização das grandes cidades imprimiram sobre o abastecimento alimentar; e, por consequência, sobre o acesso à alimentação dos grupos sociais que

vivem nestes contextos e desenvolvem estratégias e contestações em prol da soberania alimentar nos seus termos políticos, sociais, econômicos e culturais. Maluf (2021, p.3) com base em Goodman; Dupuis; Goodman (2012) denomina essas ações como disputas pelo “aprovisionamento alimentar refletido na política dos alimentos (*food politics*)”. Ações essas que, no Brasil, construíram um aparato político-institucional que tem como finalidade assegurar “as ações e instrumentos que promovam a ampliação do acesso a alimentos adequados e saudáveis oriundos de formas de produção e distribuição socialmente inclusivas, ambientalmente sustentáveis e valorizadoras da diversidade em suas várias expressões” (Maluf, 2021, p.3).

Ao partir desses aspectos pragmáticos, envolvendo atores diversos e realidades plurais e múltiplas, a noção de SADs, tendo em conta a complexidade de atores e atividades que compõem o abastecimento alimentar, é definida Maluf (2021) da seguinte forma:

Sistemas alimentares descentralizados correspondem aos modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas com âmbito local, nacional ou internacional envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares.

A noção de Abastecimento Alimentar é lida pela perspectiva da SSAN e do DHAA desenvolvida no Brasil. Segundo o autor, a noção de abastecimento engloba o conjunto diverso e complexo de atividades na esfera da circulação que mediam o acesso aos alimentos e sua produção, atividades nas quais estão envolvidos atores sociais diversificados.

Quando lida pela perspectiva da SSAN, a noção de abastecimento está além da mera disponibilidade física e comercialização de alimentos. As suas relações inerentes, na medida em que se organizam as referidas atividades, estão entre os próprios determinantes dos modos como se dão tanto o acesso/consumo quanto a produção desses bens. A SAN carrega em sua formulação dois principais enfoques que são o socioeconômico e o de saúde. Considera as múltiplas implicações à vida humana, animal e à toda a biodiversidade.

Dentre estas implicações, estão: a precarização das relações de trabalho, das relações de gênero, étnico-raciais, além dos problemas ao meio ambiente e das mudanças climáticas. Estas intersecções multifacetadas envolvem as questões colocadas para a SAN na sua relação com processos de desenvolvimento em curso nos territórios (Reis, 2015).

A pesquisa aqui encontra sentido na concepção de SAD para pensar as intersecções entre gênero, raça, território e alimentação na dinâmica dos sistemas alimentares que reverberam em território periférico, na favela Terra Prometida. De acordo com os postulados, essa abordagem requer a identificação de fluxos (e refluxos) nos sistemas alimentares que podem dizer sobre a coexistência de interações, conflitos e injustiças diante dos sistemas de opressão, resultado do entrecruzamento de dinâmicas dos diferentes níveis escalares. Assim, essa perspectiva de arranjos nos diferentes sistemas alimentares aponta que a problemática se situa no nível mundial, a respeito de “fluxos internacionais sob controle de grandes corporações transnacionais e de alguns poucos e poderosos Estados nacionais ou blocos regionais” (Maluf; Luz, 2017, p. 217). No entanto, as interações desses diferentes sistemas coexistentes estão integradas também na esfera nacional, com cadeias agroindustriais e pequenos agricultores, o que permite observar inúmeros conflitos e disputas entre estes atores sociais com diferentes expressões na qualidade de vida no nível local.

A pesquisa aqui materializada toma como base nessa concepção sistêmica que admite a possibilidade das soluções abertas, e entende que a diversidade de atores e suas contradições são intrínsecas das relações sociais, como bem definiu (Burlandy et al., 2015, p. 61): “como um conjunto composto de interrelações entre seus elementos que evolui com contradições, isto é, as relações sistêmicas presentes nas dinâmicas econômicas, sociais e políticas contêm elementos de conflito”. Estes elementos de conflitos carregam em si as inter-relações que conformam as ações públicas dos atores da SSAN que, por si sós, são contraditórios. Também trazem consigo as intersecções entre estruturas opressivas territorializadas, como apontado no capítulo anterior, quando apresentado o caso do CEM, na experiência de AUAF na Serra da Misericórdia.

A noção de sistemas alimentares na ótica da descentralização incorpora no bojo da abordagem sobre sistemas a preocupação com a efetivação da política de SSAN nos territórios. O conceito toma corpo analítico ao compreender diversas questões conflituosas que constituem um sistema inter-relacionado e interdependente, no conjunto de ações realizadas pelos agentes (heterogêneos) no abastecimento alimentar. Essas questões, não isentas de práticas opressivas, diante das relações de poder intra/entre grupos, podem comprometer a realização do direito humano à alimentação adequada de todas as pessoas.

Além da descentralização, um olhar territorial pela perspectiva multiescalar incorpora na caracterização e delineamento de SAD a ideia de proximidade ao possibilitar traçar caminhos entre cardápios (e dietas alimentares), acesso e fluxos de produtos oriundos de circuitos curtos (locais, territoriais ou regionais). Ao perpassar as dinâmicas nacionais e globais de produção, distribuição e consumo de alimentos, o abastecimento alimentar das localidades resulta da interação entre sistemas alimentares com distintas escalas (globais, nacionais, territoriais e locais) (Maluf; Luz, 2017).

A discussão em torno da perspectiva da SSAN como estratégia de se promover sistemas alimentares descentralizados e socialmente justos passa por um conjunto de questões que abrangem diversos planos metodológicos. O elemento Território e sua interseccionalidade: gênero e raça, presente na questão alimentar, é a problemática central que este trabalho pretende abordar. Para isso, se estabelecem relações entre: (a) sistemas alimentares locais em abordagem multiescalar; (b) nexos entre alimento e desigualdades; e (c) Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A introdução da Soberania Alimentar como princípio básico para a realização da SAN no Brasil veio do esforço de organizações civis e marca a luta contra opressões históricas, podendo citar os movimentos feministas, o movimento negro, das populações tradicionais, como quilombolas e indígenas, e o movimento de trabalhadores do campo, dentre outros (Alves; Jaime, 2014). A alimentação como direito, alinhada ao princípio de soberania alimentar, reforça o direito dos povos e sua diversidade em definirem suas políticas e a maneira sustentável de produzir, respeitando suas culturas, sejam elas de pequena ou média produção.

Quando se tem em conta a problemática dos sistemas alimentares urbanos²⁸ (sem perder de vista o seu entorno rural), fica evidente que a questão urbana é uma faceta da questão social. De maneira complementar, a noção de SADs – não sinônima dos sistemas urbanos, mas que incorpora a “localidade” como atributo espacial – permite investigar os determinantes do acesso e consumo de alimentos e as expressões locais dos atores sociais envolvidos com a questão alimentar em localidades urbanas.

²⁸ Como discutido em Kasper, et.al. (2017) que adotam uma perspectiva sistêmica para identificar os componentes espacializados do sistema alimentar urbano e suas ligações e interações entre atores integradas e multidimensionais para regiões em processo de urbanização. Um sistema alimentar metabolizado pelas dinâmicas urbanas.

Como visto nos tópicos anteriores, alimentar as cidades é um desafio. A própria história do abastecimento alimentar, quando analisada pela ótica dos aspectos multidimensionais e multiescalares entre alimentos e alimentação, se confunde com a história do planejamento das cidades e da capacidade do Estado em regular as tensões e conflitos entre os agentes econômicos e os atores sociais, bem como estes incidem nas políticas públicas (Maluf, 2021). Está em jogo também a tomada do abastecimento alimentar em poder de grandes corporações e as perdas da identificação e dos vínculos com a cultura alimentar, somadas pelo desafio do elo entre produtores e consumidores. Também a SAN da população empobrecida e das periferias urbanas, com o comprometimento do acesso a alimentos frescos, saudáveis e não custosos. Sem deixar de mencionar as crescentes demandas impostas aos sistemas alimentares pelas mudanças climáticas, como já discutido anteriormente.

Dos mais de 33 milhões de pessoas com InSAN grave e fome no país em 2022, 27,4 milhões viviam nas cidades (Rede PENSSAN, 2022). Esses dados evidenciam o papel das cidades no enfrentamento dos determinantes da fome e da InSAN. Recentemente o Brasil reconheceu essa questão e criou “A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades” instituída pelo Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, com o objetivo de ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade, o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

No capítulo III a discussão sobre o local na política alimentar, ou o “localismo reflexivo” proposto por DuPuis e Goodman (2005), será abordada de maneira mais aprofundada entre as questões em torno das abordagens de justiça e da soberania alimentar que serão feitas para subsidiar o olhar para as ações e experiências desenvolvidas pelas mulheres do CEM. Lidas aqui como estratégias em prol de contestar as dinâmicas excludentes do abastecimento alimentar local e promover soberania alimentar feminista, antirracista e emancipatória em território favelado.

A abordagem de SADs permite analisar essa realidade proposta, ao reconhecer que “uma política dos alimentos local democrática deve assentar-se em processos inclusivos, corrigir o apagamento da política, da diferença, da desigualdade e injustiça social” (Maluf, 2021, p. 20). Além de intervir nas iniquidades, a política deve se opor a normativas que podem gerar mais distinções e desigualdades na alimentação, que podem ocorrer mesmo em estratégias e políticas descentralizadas de abastecimento e de

promoção de sistemas alimentares sustentáveis. Pois estas não deixam de ser arbitrariedades da operacionalização dos diferentes tipos de demandas da sociedade em meio aos processos políticos (e seus recursos financeiros).

2.2 Uma contextualização histórica do abastecimento alimentar no estado fluminense: Desruralização, Desagriculturização e Deslocação

Este tópico busca apresentar questões para o abastecimento alimentar da cidade do RJ da RMRJ. A nível de contextualização histórico-geográfica acerca do sistema alimentar e do abastecimento, a discussão também percorre o estado fluminense diante de seu processo de desagriculturização e desruralização que, na atualidade, são lidos como processos conjuntos que determinaram a estrutura de abastecimento pela importação e pelo acesso aos alimentos quase que exclusivamente pelos supermercados.

O abastecimento alimentar no Rio de Janeiro do ponto de vista histórico pode ser lido por diferentes entradas, tendo em conta sua posição geográfica e política no país desde 1565, com a fundação da cidade e posteriormente seu posto estratégico de capital da colônia em 1763. Desde então, até os anos 1960, seu posto de capital foi mantido nos diferentes formatos de governo (colônia, império e república). Com a transferência da capital federal para Brasília, o Rio de Janeiro se estabelece nos termos de cidade capital do estado fluminense (Marafon, 2006).

Ao longo de sua trajetória histórica, a agricultura no estado do Rio de Janeiro assumiu múltiplas expressões, refletindo a diversidade biológica e cultural do território fluminense. A heterogeneidade geográfica do estado - composta por áreas litorâneas, baixadas, manguezais e regiões serranas - favoreceu essa diversidade agroecológica (Gliessman, 2000). A colonização portuguesa, iniciada no século XVI, impôs uma ordem territorial baseada na apropriação violenta das terras indígenas e na implantação de uma lógica produtiva centrada na monocultura, na escravidão e no desmatamento,²⁹ conformando um espaço agrário estruturalmente desigual (Alentejano, 2005; Porto-Gonçalves, 2006).

²⁹ A Mata Atlântica foi amplamente desmatada para dar lugar às plantações, que utilizavam métodos como a derrubada e queima da mata. 90% da área coberta pelo bioma foi desflorestada, restando hoje cerca de 12,5 % desta cobertura original, considerando todos os remanescentes, incluindo aí os fragmentos com menos de 100 hectares (PÁDUA, 2015).

Essa dinâmica histórica envolvendo o papel do Rio de Janeiro no abastecimento de Minas Gerais no século XVIII e, posteriormente, no suprimento da própria capital com a chegada da corte portuguesa em 1808 está bem documentada por diferentes autores das áreas de história econômica, geografia histórica e estudos agrários. Como Fausto (1990, 1995) contextualiza, a mudança do papel econômico do RJ de entreposto da mineração para centro agroexportador com o declínio do ouro destaca-se na transição para a economia agrícola voltada ao abastecimento urbano e à exportação, especialmente após 1808. Alencastro (2000) discute as conexões entre o litoral fluminense e as regiões mineradoras, com destaque para o papel da escravidão e da agricultura de abastecimento.

Esse processo histórico gerou um tecido territorial profundamente assimétrico, marcado pela articulação entre violência fundiária, racialização do trabalho e marginalização dos saberes e práticas de povos indígenas, africanos escravizados e, posteriormente, de camponeses pobres e migrantes internos (Fernandes, 2008). Ainda que as grandes monoculturas de exportação tenham se consolidado como a forma dominante de uso da terra, essas conviveram - muitas vezes de forma tensionada - com uma ampla diversidade de formas de ocupação e manejo territorial.

2.2.1 Desruralização

Como visto no capítulo 1, as dinâmicas em torno da reestruturação socioespacial da capital do Rio de Janeiro e sua industrialização promoveram um processo de metropolização intenso. Com os dados dos levantamentos censitários é possível fazer uma série histórica da população urbana e rural no Estado do Rio de Janeiro considerando os dados disponíveis para o período de 1950 a 2010 e as estimativas para 2022. A tabela abaixo representa a evolução de sua população urbana e rural e evidencia o crescimento contínuo da população urbana e a relativa estabilidade (ou leve declínio) da população rural, ao longo do tempo.

Tabela 2: População urbana e rural no Estado do Rio de Janeiro (1950-2022)

Rio de Janeiro	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbano	81%	87%	92%	95%	96%	96.5%	96.7%	96.6%
Rural	19%	13%	8%	5%	4%	3.5%	3.3%	3.3%

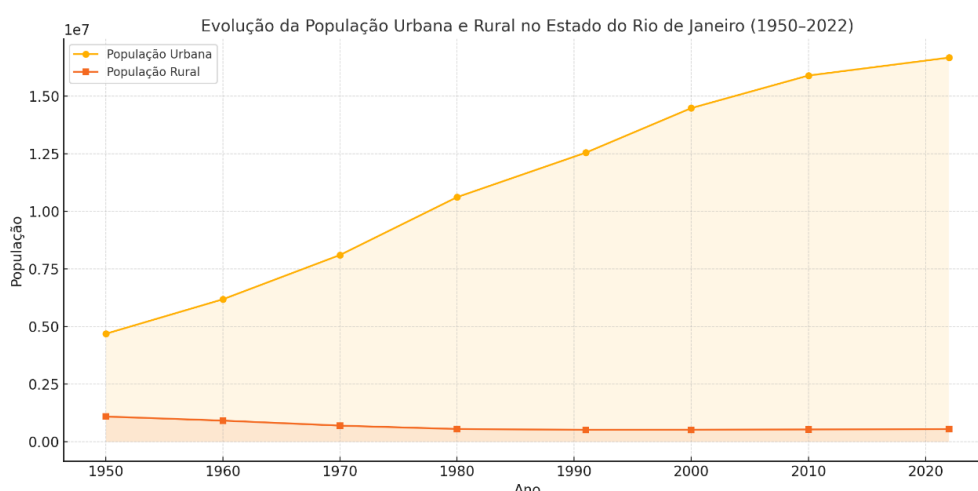
Fonte 26: Dados do Censo Demográfico (IBGE)

Tabela 3: População Urbana e Rural do município do Rio de Janeiro (1960 e 2010)

Rio de Janeiro	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbano	79%	87,96%	91,79%	92,25%	96.4%	96.71%	-
Rural	21%	12,04%	8,21%	4,75%	3.96%	3.29%	-

Fonte 27:Dados do Censo Demográfico (IBGE)

No Gráfico 7 abaixo é possível visualizar a evolução da população urbana frente a população rural, considerando os dados absolutos. Desde 1980, mais de 95% da população fluminense vive em áreas urbanas, mantendo a marca de 96,7% até 2022. A população rural diminuiu significativamente de 1,1 milhão em 1950 para cerca de 555 mil em 2022, refletindo o êxodo rural no estado. O crescimento populacional entre 2010 e 2022 foi baixo, porém o processo de metropolização estabilizou-se num patamar muito elevado.

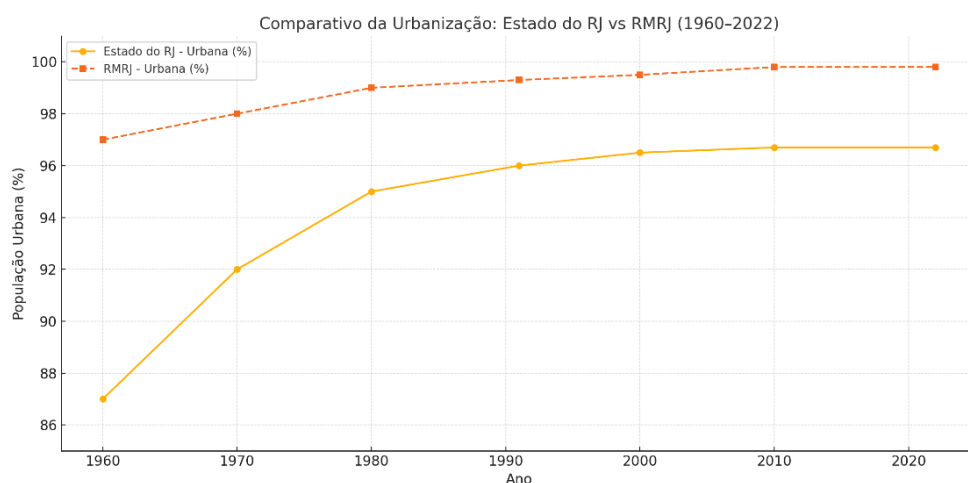
Gráfico 7: Evolução da População Urbana e Rural ERJ (1950-2022)

Fonte 28: Censos demográficos IBGE

Sobre o impacto da expansão urbana sobre o campo, Alentejano (2005) destaca uma forte influência da urbanização, com a expansão da RMRJ sobre o meio rural, com valorização das terras pela especulação imobiliária e mudanças significativas nos usos rurais. Com base nessa referência, o RJ não se integrou plenamente ao movimento de modernização vigente no país naquele momento, como ocorreu em outros estados. Devido a isso, a organização espacial do estado fluminense envolveu dois processos mútuos, com o desenvolvimento da metropolização e o início da desruralização, nos primeiros anos do século XX.

Como é possível notar na Tabela 2 acima e na discussão feita pela literatura aqui utilizada, a década de 1960 é um marco com um contingente populacional maior vivendo em áreas urbanas. O Gráfico 2 abaixo apresenta um comparativo da urbanização entre o estado do RJ e a RMRJ (1960-2022). Souza et al. (2019) explicam que esse é um processo fruto do período de transição da decadência da oligarquia cafeeira e ascensão à burguesia industrial. Um processo de metropolização que reorganizou o vínculo entre cidade e campo. Esse processo é mais bem discutido em Trabuco (2022), em que a autora apresenta um estudo da arte do abastecimento alimentar fluminense, baseado no que Alentejano (2012) chamou de “Desagriculturização”.

Gráfico 8: Comparativo da urbanização entre o estado do RJ e a RMRJ (1960-2022)



Fonte 29: Censos demográficos IBGE

O processo de desruralização que resultou na Desagriculturização (vice-versa) entre 1940 e 2000 reduziu a população rural em aproximadamente 830 mil habitantes, foi caracterizado pelo esvaziamento econômico e demográfico das áreas rurais, bem como pela perda de sua influência política e cultural (Alentejano, 2005). Nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura civil-militar, o turismo se tornou um dos principais vetores de desterritorialização das populações rurais. O turismo rural e outros setores não agrícolas passaram a integrar o espaço agrário, enfraquecendo o modelo produtivo convencional e reorganizando o vínculo entre cidade e campo. As mudanças não ocorrem de maneira homogênea; as áreas próximas às grandes rodovias e à RMRJ se modernizaram, enquanto regiões mais afastadas permaneceram estagnadas econômica e socialmente. Esse processo foi fomentado pela construção da ponte Rio-Niterói - facilitando o acesso à Baía de Ilha Grande e à região dos Lagos, redundando em processos, muitas vezes violentos, de apropriação de terras (Alentejano, 2012).

2.2.2 Desagriculturização: há agricultura no estado do Rio de Janeiro?

Nesse cenário, a agropecuária do estado perdeu progressivamente espaço e relevância, representando atualmente cerca de 4,15% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (CEPEA, 2021). A agropecuária do estado tem expressiva participação da agricultura familiar. De forma geral, a agropecuária no estado fluminense tem como principal característica a produção em pequenos estabelecimentos rurais, com caráter predominantemente familiar. Além das culturas tradicionais como cana-de-açúcar e café, detêm grande representatividade os produtos olerícolas e da fruticultura, destacando-se o tomate, o aipim, a alface, a banana, os citros e o abacaxi.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que, dos 65.224 estabelecimentos agropecuários registrados no estado, 43.786 (67%) eram classificados como da agricultura familiar naquele ano. No entanto, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupavam área que correspondia a apenas 22% dos 2,37 milhões de hectares destinados à agropecuária no estado (IBGE, 2017).

Essa reduzida participação da agropecuária na economia fluminense está associada, por um lado, ao encerramento dos ciclos de exportação de café e açúcar, nas décadas de 1900-1930 e 1970-1980, respectivamente, o que provocou a perda de dinamismo econômico e a crescente descapitalização e decadência das grandes lavouras (Souza et al., 2019). Por outro lado, essa dinâmica também se explica pela predominância de outras atividades econômicas no estado, que atualmente se configura como o segundo maior polo industrial do país e o principal produtor nacional de gás natural e petróleo (Marafon, 2006).

Além desses fatores, a frágil expressividade da produção agropecuária no estado relaciona-se à limitada extensão de terras destinadas à atividade, em comparação com outras unidades federativas, e à baixa incidência de processos de agroindustrialização. Como discute (Souza et al., 2019, p.3): “elementos diversos, como clima, relevo, histórico de colonização e políticas diferenciadas” influenciaram para que os agricultores ficassem sempre à margem das políticas agrícolas. Não captaram os vultosos estímulos adotados no período de modernização da agricultura brasileira, como o crédito rural, os preços mínimos, o seguro e os programas especiais, como o Programa Nacional do Alcool (Proalcool) e vários outros, prestigiando a região Centro-Sul do país, oferecendo vantagens a grandes produtores de *commodities* destinados à exportação.

Há uma interpretação de que “não há agricultura no Estado do Rio de Janeiro”, o que invisibiliza a produção local e justifica a ausência ou fragilização de políticas voltadas para a agricultura familiar. A histórica desarticulação territorial do estado, somada à “vocalização” urbana, turística e comercial atribuída à região metropolitana, contribuiu para a decadência da agricultura local e a dependência de cadeias de abastecimento longas.

2.2.3 Deslocalização: abastecimento centralizado, dependência privada e o referencial de “alimentação pelo mercado”

Na cidade carioca, a primeira experiência de abastecimento sobre gestão pública foi o primeiro Mercado Municipal, então capital federal do Império, construído em 1841, na área da Candelária (demolido em 1911). Foi seguido pelo Mercado Municipal da Praça XV em 1908 (demolido nos anos 60), ambos na área portuária e no coração comercial da metrópole (França; Rezende, 2010). Atualmente, no Bairro do Benfica, ZN da cidade, existe o Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara - CADEG³⁰, construído em 1957 pelas exigências dos comerciantes do Mercado Municipal da Praça XV, exigindo um entreposto comercial organizado. Em 2012, o mercado foi renomeado pela Prefeitura, passando a ser conhecido como Mercado Municipal do RJ, funcionando como um centro de comércio e gastronomia, não com finalidade de distribuição e comercialização de produtos agrícolas. Para este fim, concentra-se no principal equipamento público de abastecimento do estado, a CEASA-RJ, localizada no bairro de Irajá, ZN, responsável pela distribuição na RMRJ. E outros cinco mercados de produtor distribuídos pelo ERJ.

A organização e o funcionamento das Centrais de Abastecimento e Mercados seguem a normativa da Lei Estadual nº 6.482 de 2 de julho de 2013 que dispõe sobre organização e o funcionamento das centrais de abastecimento e mercados administrados pelas CEASAS do estado. A autorização da CEASA-RJ veio por meio de decreto da Lei estadual nº 228, em 20 de maio de 1970, com início de sua operação como plataforma logística integrante do SINAC, instituído pela Cobal, no segundo semestre de 1972.

Inicialmente, a central configurava-se como uma empresa de economia mista com participação de capital público das esferas federal e estadual. No entanto, as crises fiscais enfrentadas pelo estado fluminense desde a década de 1980 e as subsequentes políticas

³⁰ O centro comercial existe a 50 anos e ainda mantém o nome de sua fundação, no antigo estado da guanabara, atualmente, Rio de Janeiro.

de austeridade fiscal serviram de justificativa para o encolhimento da intervenção pública, com privatizações e cortes de gastos. A partir de meados da década de 1990, o estado passou a direcionar sua atuação para um referencial baseado na “Alimentação pelo Mercado” (Grisa; Porto, 2023), promovendo incentivos fiscais (como o RIOLOG, em 2003³¹) para empresas distribuidoras e operadores logísticos. Isso fortaleceu o capital comercial e enfraqueceu as capacidades estatais, contribuindo para a dependência da importação.

Trabuco (2022) argumenta que o processo de desagriculturização no ERJ resultou no alargamento das cadeias de abastecimento, tornando a metrópole fortemente dependente da importação de alimentos. A partir de uma análise histórica, política e institucional, a autora demonstra como as políticas públicas estaduais favoreceram a consolidação de um modelo de abastecimento assentado na dependência externa. Com base nos interesses do capital comercial, especialmente de setores ligados à distribuição de produtos importados. O estado adotou instrumentos de incentivos fiscais e gestão privada da CEASA-RJ com escassez de políticas de fomento à produção agrícola, o que enfraqueceu a capacidade de intervenção pública e ampliou o protagonismo de atores privados.

A análise elaborada pela pesquisadora endossa a discussão aqui proposta sobre a problemática do abastecimento alimentar nas regiões periféricas ao detalhar os desafios históricos da CEASA-RJ. Explora a relação complexa entre ERJ e o mercado no setor agroalimentar, examinando como as intervenções públicas foram moldadas por contextos políticos e econômicos nacionais e estaduais voltados aos interesses privados. Ao apontar o processo de desindustrialização agrícola e o aumento da importação de alimentos, a autora evidencia as disputas sobre a gestão dos entrepostos e o papel dos diferentes atores sociais, políticos e econômicos, como agricultores familiares, atacadistas e supermercados, com forte influência desses últimos grupos na instrumentalização da ação pública. Essa questão da influência das redes supermercadistas no abastecimento foi mais bem detalhada em Jomalinis (2022) ao analisar as trajetórias em torno da sócio-espacialidade do varejo alimentar, com foco na capital fluminense.

³¹ O RIOLOG – Programa de Fomento ao Comércio Atacadista e Centrais de Distribuição do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei nº 4.173/2003.

De maneira complementar, ambos os trabalhos permitem compreender como as contradições das políticas de abastecimento implementadas ao longo do tempo no RJ contribuíram para a vulnerabilidade e dependência por parte da população no acesso aos alimentos vindos de fora, com estoques provenientes de outros estados (quase 80% em 2016), comercializados na CEASA-RJ. O referencial de alimentação pelo mercado, além de condicionado a conjunturas externas e vulnerável a crises de abastecimento de diversas ordens, tem implicações potenciais para os hábitos alimentares das populações. Jomalinis (2022) disserta que esse modelo se espalha como gerador e indutor de desigualdades na provisão de alimentos, dada a seletividade espacial dos atores privados do abastecimento e de suas práticas.

A ausência de uma política de abastecimento robusta a nível estadual torna a disponibilidade e o preço dos alimentos suscetíveis às dinâmicas de mercado, sendo definidos por agentes privados que concentram a comercialização. Em Trabuco (2022) há a preocupação em entender por que a produção agropecuária local tem declinado significativamente, apesar do crescimento do número de estabelecimentos agrícolas e experiências baseadas em circuitos curtos de comercialização. A participação da produção fluminense no abastecimento tem sido progressivamente reduzida, e a produção estadual tem sido marginalizada nos principais entrepostos de abastecimento.

De acordo com Trabuco (2022), 93% da área colhida no estado do Rio de Janeiro concentra-se em apenas 11 culturas, sendo que um terço desse total é destinado exclusivamente à cana-de-açúcar. A redução da produção agrícola é observada também em outras culturas, evidenciando um processo de especialização produtiva com predomínio regionalizado de determinados cultivos: hortaliças na Região Serrana, citros nas Baixadas Litorâneas, cana-de-açúcar no Norte Fluminense, café no Noroeste, banana nas regiões Metropolitana e da Costa Verde, abacaxi em São Francisco de Itabapoana e tomate no Centro-Sul Fluminense. Dentre as culturas analisadas, apenas a banana, o abacaxi, o coco, o tomate e o palmito apresentaram simultaneamente aumento da área plantada e da quantidade produzida.

Os baixos incentivos públicos para a produção e o domínio do mercado reforçam a dependência de produtos vindos de outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, que abastecem de hortaliças, frutas e ovos. Uma questão afirmada pela Diretora da CEASA-RJ em entrevista à Trabuco (2022, p.78): “De todas as frutas que entram, a maioria é de fora, não são daqui... basicamente 75%, 80% do que entra na

central de abastecimento, hoje, no estado, é de fora, são de outros estados, não é do Estado do Rio de Janeiro (Diretoria Técnica da CEASA-RJ)''.

Subjacente a toda a discussão está a tensão entre duas perspectivas sobre os alimentos: (i) como mercadoria, visando a maximização do lucro, com concentração corporativa e retirada da regulação estatal; (ii) e como direito, promovendo sistemas alimentares justos, sustentáveis e saudáveis em prol da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A perspectiva do direito tem vigorado sobre o papel dos pequenos agricultores que mantêm uma rica trajetória de resistência, que coexistem e disputam o sistema alimentar em meio às práticas modernas e revelam conexões da ruralidade com a cidade e região metropolitana.

Embora a CEASA-RJ tenha sido criada com o objetivo de minimizar a intermediação e aproximar produtores e consumidores, essa função não foi plenamente alcançada. O processo de “desagriculturização” no estado, que alongou as fontes de abastecimento e deslocizou o alimento, criou ainda mais espaço para a atuação de intermediários, os atravessadores que agora se qualificam como “operadores logísticos”. Esse processo facilitou a consolidação dos supermercados e impactou negativamente os feirantes e pequenos varejistas, tradicionais clientes da CEASA-RJ (Trabuco, 2022, *apud* Seabra, 2015).

A problemática analisada pela autora permite compreender como a centralização, além de corroborar o distanciamento geográfico entre os espaços de produção e consumo (deslocalização), por conseguinte, promove a desnaturalização e a desterritorialização do alimento, que retira deles suas características e seu vínculo sociocultural. Outra questão pertinente neste processo diz respeito a aspectos técnicos dos alimentos, em que os alimentos percorrem longas distâncias até a prateleira, são exigidas técnicas cada vez mais avançadas de conservação para maior durabilidade.

Diante dessas questões e tensões, a agricultura familiar fluminense enfrenta dificuldades para se inserir nos mercados privados devido a exigências como escala de produção, cumprimento de padrões de qualidade, regularidade no fornecimento, embalagens personalizadas e estratégias promocionais. A atuação deficitária de políticas públicas, com a assistência técnica, e maior poder aos atravessadores na relação de troca econômica contribuem para a inserção subordinada desses produtores nas redes de comercialização. Trabuco (2022) discorre que, apesar dos mercados institucionais como

o PAA e o PNAE representarem uma alternativa importante, sua execução no estado tem sido incipiente.

Uma transformação identificada pela autora, que aqui merece destaque, é a redução significativa na aquisição das famílias (*per capita*) de frutas, legumes e verduras em todo o ERJ, de 65,9 kg em 2002/2003 para 42,6 kg em 2017/2018. Essa queda é acompanhada por um aumento nas despesas domésticas com esses alimentos. Essa tendência sugere um aumento no consumo de alimentos processados e uma redução na aquisição de itens que formam a base da alimentação saudável brasileira, como arroz e feijão.

Além da perda do vínculo com a comida, esse inexorável referencial da alimentação pelo mercado, ao longo da história do abastecimento no estado, contribui para a ausência de locais que comercializam alimentos *in natura* e minimamente processados e locais onde predominam alimentos não saudáveis, afetando o acesso à alimentação adequada e saudável, especialmente em comunidades periféricas de baixa renda. A autora faz referência à perspectiva dos “desertos alimentares” que aborda a dificuldade de acesso físico a alimentos saudáveis pela população periférica devido à baixa disponibilidade de estabelecimentos que comercializam esses produtos.

Jomalinis (2022), ao abordar essa questão na capital fluminense, disserta que a redução de alimentos *in natura* e aumento de ultraprocessados está associada tanto a fatores culturais modernos, como a racionalidade de otimização de tempo e quanto os custos dos alimentos, que levou os consumidores a concentrarem suas compras em supermercados e hipermercados, por oferecem grande diversidade de produtos e serviços em um único local. No entanto, essa predominância é maior nas áreas mais metropolizadas e entre famílias de maior renda, evidenciando as desigualdades socio-espaciais no acesso aos alimentos sob o ponto de vista da escala, tendo em vista que mesmo nas periferias urbanas, há diferentes segmentos de renda.

Assim como a lógica da segregação urbana criou desigualdades que se apresentam de maneira multidimensional, é preciso cuidado para não desconsiderar características histórico-geográficas das localidades. “Essa noção mais multidimensional da desigualdade ajuda a entender os limites de uma destituição de ambientes alimentares classificados como “desertos” pela via apenas do mercado, que ignora elementos de

diferenciação dentro do próprio setor e a existência de práticas informais construídas pelas próprias localidades” (Jomalinis, 2022, p.325).

A redução da renda das famílias fluminenses, combinada com o persistente encarecimento dos alimentos (acentuado a partir de 2014 por eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e agravado pela pandemia de Covid-19), tem um impacto direto no acesso à alimentação. Trabuco (2022) destaca o custo adicional imposto por milícias em territórios controlados, que obrigam os moradores a adquirirem produtos com sobretaxas. Segundo a autora, o encarecimento provocado pelo controle de territórios por milícias obriga os moradores a adquirirem produtos nestas localidades, cujos preços incorporam a sobretaxa imposta pelos milicianos aos comerciantes, além do lucro destes grupos na exploração de atividades que incidem no custo da alimentação.

Mais à frente, no capítulo seguinte, será debatida a especificidade do contexto fluminense sobre como a questão do controle dos territórios por grupos criminosos armados, que corrobora as desigualdades e a violência exacerbada, afeta o acesso à alimentação da população periférica e favelada, e mais especificamente na favela Terra Prometida. A respeito do abastecimento nessas localidades periféricas, como a aqui analisada, (Jomalinis, 2022) discute que as milícias têm tomado papel significativo em algumas regiões do Rio de Janeiro com baixa presença de equipamentos populares (AP4 e da AP5), como as feiras livres e, também, atuado no controle de redes supermercadistas, exigindo mesada de milhares de reais, neste último caso.

2.3 Experiências de abastecimento popular e solidário no estado do Rio de Janeiro

Em 2023 eu tive a oportunidade de colaborar, em conjunto de outras pesquisadoras da análise do “Mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário do estado do Rio de Janeiro”, sob coordenação de Claudia Schmitt, Denis Monteiro, Ingrid Pena, da AS-PTA. O Mapeamento faz parte do projeto “Da prática à política: experiências e redes de agroecologia em defesa da alimentação saudável e adequada no Brasil (Afluentes do Rio)”, promovido pela AARJ e elaborado por um conjunto institucional diverso e colaborativo, constituído por movimentos sociais, movimentos de agricultores e agricultoras, ONGs, instituições de pesquisa e redes de pessoas e organizações com atuação em diferentes escalas.

O processo de mapeamento das experiências foi importante para meu processo de pesquisa desta tese, ao me colocar em contato com diversas experiências ligadas ao campo agroecológico e que, de alguma forma, competem com o abastecimento do estado e se conectam entre si, ao se articularem em redes. Suas características diversas expressam os desafios político-econômicos e a resistência a sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis e acesso à alimentação nas localidades.

A análise do abastecimento pelo movimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro, com o olhar nas “experiências emblemáticas” veio no sentido de fazer evidente que ao longo do processo histórico de configuração em termos socioespaciais, a agricultura tomou formatos e se estabeleceu por diferentes culturas. A história do estado do RJ ao longo do processo colonial, imperial e republicano do Brasil construiu uma multiplicidade cultural em várias ordens. Na agricultura, pelos saberes dos povos negros e quilombolas, indígenas, caiçaras, migrantes de várias regiões do Brasil, sobretudo nordestinos, possivelmente resultou em uma agricultura múltipla.

Sociedades indígenas, comunidades quilombolas, camponeses (proprietários e não proprietários), pequenos agricultores urbanos e periurbanos, caiçaras e pescadores artesanais desenvolveram sistemas produtivos baseados em conhecimentos tradicionais, adaptados às especificidades ecológicas locais e sustentados por redes comunitárias de reprodução social (Couto; Paulino, 2020; Wanderley, 2009). Essas formas de produção expressam uma resistência histórica à homogeneização do espaço rural e reafirmam a centralidade das agriculturas de base familiar e camponesa na construção da soberania alimentar e na conservação socioambiental (Carneiro, 1997; Schneider, 2010).

Foram mapeadas 260 experiências que se cadastraram de maneira autônoma ou por meio de mobilizadores indicados pela AARJ, na Plataforma Agroecologia em Rede (AeR) entre 31 de julho e 09 de outubro de 2023. As experiências de abastecimento popular de alimentos estão presentes em oito regiões administrativas do estado fluminense: Metropolitana (31,5%), Médio Paraíba (24,2%), Noroeste (12,3%), Serrana Leste (10,8%), Serramar (10%), Norte (5%), Costa Verde (3,8%), Serrana (1,7%).

A região Metropolitana apresenta uma maior densidade de grupos, onde residem 31,5% das atividades. Esse valor está relacionado ao fato de ser a região de maior densidade populacional do estado, como discutido nas seções anteriores. Em termos de

abrangência de atuação, é significativo o dado de que grande parte das ações e dos alimentos produzidos pelas experiências ficam nos municípios em que estão localizadas.

2.3.1 Produção para o autoconsumo, redes de solidariedade e acesso às políticas públicas

Nesse sentido, as experiências de abastecimento popular de alimentos no estado do Rio de Janeiro em suas ações localizadas têm potencial de ampliar as capacidades dos circuitos curtos de fortalecer a cultura alimentar e ampliar os mecanismos de SSAN. No entanto, os maiores desafios são integrar os dispositivos de políticas públicas de fomento e fortalecimento da agricultura familiar. A maioria das experiências indicou não acessar nenhuma política pública (63%). Das que participam, estão integradas nos dispositivos institucionais, como o PAA (33%) e o PNAE (45%) e feiras livres (76%). O PRONAF (26%), a PNATER (18%), e o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, conhecido como Rio Rural (8%). Há aquelas que estão articuladas com o Sistema Participativo de Garantia (SPG) (26%), além das cestas agroecológicas (46%).

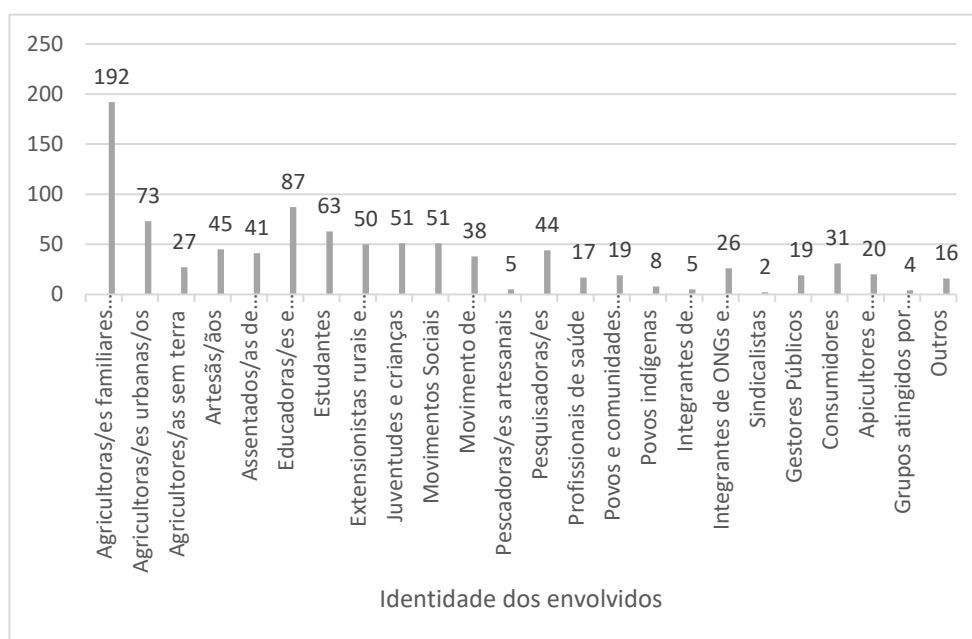
A dificuldade de competir no mercado faz com que cerca de 80% das iniciativas tenham sua produção destinada para o autoconsumo, com forte participação em redes de solidariedade (aproximadamente 30% das experiências fazem doações). 58,5% estão articuladas em redes, como a AARJ (97), Rede CAU (33), Articulação de Agroecologia Médio Paraíba do Sul (21), Rede Fitovida (16), Rede Favela Sustentável (8), Arranjo Local de Guaratiba (6), Teia de Solidariedade da ZO (3), Rede Ecológica (3) e Associação de Produtores Orgânicos do Baixo Noroeste (3), sendo 54% em redes de alcance municipal.

A maioria das experiências concentra-se na produção de alimentos (180 experiências), em seguida no comércio, feiras e outras formas de venda de produtos (124); beneficiamento (81) e as iniciativas relacionadas à construção do conhecimento (ensino, pesquisa e extensão), categoria citada por 77 iniciativas. O mapeamento mostrou que os quatro campos temáticos de atuação mais apontados pelas experiências em todo o estado são: Alimentos, Segurança e Soberania Alimentar (SAN) (206); Manejo dos Agroecossistemas (134); Educação e Construção de Conhecimento Agroecológico (116) e Agricultura Urbana e Periurbana (95).

A categoria de construção do conhecimento inclui a educação ambiental, como a mobilização de hortas escolares e a formação em gestão de resíduos, por exemplo. Além disso, quatro Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) participaram do mapeamento. Os relatos refletem uma diversidade de atuações e semânticas que caracterizam essas categorias. Por exemplo, termos como cuidado (da terra, do alimento, da soberania e segurança alimentar, da saúde, das mulheres), ações relacionadas a medicinas tradicionais, economias populares e solidárias, construção social de mercados e promoção de biodiversidade e bens comuns foram frequentemente utilizados para descrever e qualificar as atividades desenvolvidas.

Com base nos registros, o abastecimento popular de alimentos possui os seguintes atores envolvidos:

Gráfico 9: Identidades dos envolvidos no abastecimento popular de alimentos no ERJ, 2023



Fonte 30: Elaboração própria com dados da AeR (2023).

Os atores envolvidos disseram que a gestão da experiência é comandada por 37,7% de mulheres, 15,4% de homens e 46,9% de maneira igualitária. Já as respostas sobre a raça/cor dos envolvidos disseram que 38,8% são negros, 37,3% brancos, 1,2% indígenas. Quando se atenta para a importância dessas características de abastecimento para fomentar os circuitos curtos de comercialização, podem ser capazes de (re)construir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território das pessoas envolvidas nas práticas agroecológicas de produção.

Diferente da lógica apresentada nas seções anteriores, sobre o processo de deslocalização dos alimentos e a dependência de produtos importados, as características de abastecimento localizado, como estas identificadas, se tornam imprescindíveis para fomentar os circuitos curtos de comercialização. Ao encurtar a distância entre o produtor e o consumidor, os alimentos chegam mais frescos às mesas, preservando melhor suas propriedades nutricionais. Isso é particularmente importante para alimentos perecíveis, como frutas, vegetais e produtos lácteos. Circuitos curtos envolvem produtores locais que adotam práticas agrícolas sustentáveis e orgânicas. Essas práticas podem resultar em alimentos mais nutritivos, sem a necessidade de aditivos ou conservantes para prolongar a vida útil durante longos períodos de transporte. Além disso, a redução das distâncias percorridas pelos alimentos implica em menor consumo de combustíveis fósseis e emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte de longa distância. Isso contribui para maior sustentabilidade ambiental na produção e distribuição de alimentos.

Ao comprar diretamente de produtores locais, os consumidores contribuem para a economia local, apoiando pequenas empresas agrícolas e promovendo a criação de empregos na comunidade. Também são importantes no incentivo à diversidade de cultivos, pois os produtores podem se especializar em produtos da cultura alimentar local que atendem às preferências e necessidades locais. Isso pode resultar em uma maior variedade de alimentos disponíveis para os consumidores. Esses sistemas promovem uma maior interação entre produtores e consumidores. Os consumidores têm a oportunidade de conhecer os produtores, entender as práticas agroecológicas e até mesmo participar e fortalecer as iniciativas que envolvam conhecimento sobre os alimentos e economia popular e solidária.

No que tange às estruturas do sistema alimentar brasileiro que repercutem no abastecimento, retornamos à discussão proposta nas seções iniciais deste capítulo, ao abordar os sistemas alimentares na ótica da descentralização e a necessidade de uma política de abastecimento que fomente essas iniciativas tradicionais e sustentáveis para o acesso à alimentação nas localidades. O abastecimento no referencial de “alimentação pelo mercado” prioriza o controle privado que avança cada vez mais sobre os territórios em detrimento das práticas agroecológicas localizadas, que são fragilizadas por essas dinâmicas de comercialização.

Diante do que foi exposto sobre a história do estado fluminense e seu processo de desagriculturização, fica mais evidente nestes dados como a RMRJ é a mais emblemática,

consonante à atual organização de políticas e equipamentos de varejo públicos ou por ele ordenados. Isso revela uma desigualdade e insuficiência na disponibilidade de equipamentos públicos e de políticas de abastecimento, como as feiras livres, orgânicas e agroecológicas que sejam capazes de disputar o abastecimento alimentar e fazer com que alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos sejam acessados pela população periférica (Rover, 2021).

Os resultados são diversos, mas seus efeitos recaem sobre grupos populacionais mais pobres e vulnerabilizados, dadas as desigualdades sócio-espaciais dessa região que concentra a maior parte do contingente populacional do estado. As dinâmicas de abastecimento já configuradas de segregação sócio-espacial, marcadas pelas dimensões de centro-periferia, processos de favelização e de existência de multicentralidades em regiões distantes do núcleo central da capital fluminense. Em conjunto, esses processos geram fome, inseguranças alimentares, desvalorização de toda uma diversidade de alimentos presentes em dietas de culturas milenares, devido à dificuldade de produção e distribuição especializada e em larga escala destes alimentos.

Outro fator que apareceu foram os conflitos que elas enfrentam no seu cotidiano. Além da questão das questões que foram mais citadas como pertinentes nas problemáticas que ameaçam a SSAN e a realização do DHAA, como uso de agrotóxicos, seguido pela especulação imobiliária, as monoculturas e a pecuária, outras questões de ordem da segurança pública, como o domínio territorial pelas milícias e o narcotráfico, que apareceram em pelo menos 20 experiências.

2.4 Um Rio de desigualdades: os impactos da dinâmica de reestruturação socioespacial na capital fluminense

Após fazer uma contextualização histórica sobre o abastecimento alimentar fluminense e a RMRJ, percorre agora a espacialidade da cidade do RJ e seu histórico paradigma sócio-econômico: desigualdade social com acumulação e pobreza em poucos metros quadrados de distância. Sua geografia é um clássico na literatura da Sociologia Urbana para explicar as desigualdades sócio-espaciais. Aqui busca fazer uma breve apresentação dessas questões para se ter uma visão geral.

Na atualidade, a RMRJ tem uma população estimada em torno de 12 milhões de habitantes e é composta por 22 municípios, incluindo a capital. Como já vimos, o

município é dividido em 5 áreas administrativas e de planejamento urbano. Em 2022 registrou um contingente populacional de 6.211.223 habitantes (IBGE, 2022). São 1.074 favelas com 1.434.975 habitantes, correspondendo a 22 % da população.

Tabela 4: Síntese de Indicadores, Município do RJ.

Síntese de Indicadores	Município	Ano de Referência
Índice de Desenvolvimento Humano	0,799	2013 ⁽¹⁾
Índice de Progresso Social ³²	60,85	2018 ⁽²⁾
Rendimento médio 14 ou mais ocupadas	População geral: R\$ 3.551,00 Raça/Cor Branca: R\$ 4.714,00 Raça/Cor Negra (pretos e pardos): R\$ 2.555,00	2024 ⁽³⁾
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade	População geral: 10,1 Raça/Cor Branca: 8.3 Raça/Cor Negra: 11.6	2024 ⁽⁴⁾

Fonte 31: (1) - PNUD/FJP/IPEA 2013; (2) - IPP/SPI 2016; (3), (4) – IBGE (2024), Síntese de Indicadores Sociais, Rio de Janeiro.

A cidade encontra-se na faixa de desenvolvimento considerado alto - 8ª posição entre as capitais brasileiras. Dentro da cidade, os territórios com o menor IDH são respectivamente: Bairro Canaã, Cesarão, Nova Palestina - 0,604, todos na região de Santa Cruz, ZO do município (AP4). Os melhores índices estão na Zona Sul (ZS), nos Bairros Jardim Botânico e Parque Lage - 0,959, na região da AP2.

O ERJ apresenta a maior desigualdade social da região sudeste. Apresentou um índice de Gini de 0,540 em 2023. Entre todas as Unidades Federativas, esteve como quarto colocado, superando a média nacional (0,518). O indicador mostra que o ERJ supera o índice de desigualdade apresentado em São Paulo (0,504), Espírito Santo (0,486) e Minas Gerais (0,476) (PNAD Contínua, 2024).

Quando se atenta ao acesso aos dados apresentados acima, ao acesso ao trabalho e à renda mensal, observa-se que, em 2024, o município possuía uma média salarial ligeiramente superior à nacional (R\$ 3.404,00) (IBGE, 2023). No entanto, ao considerar

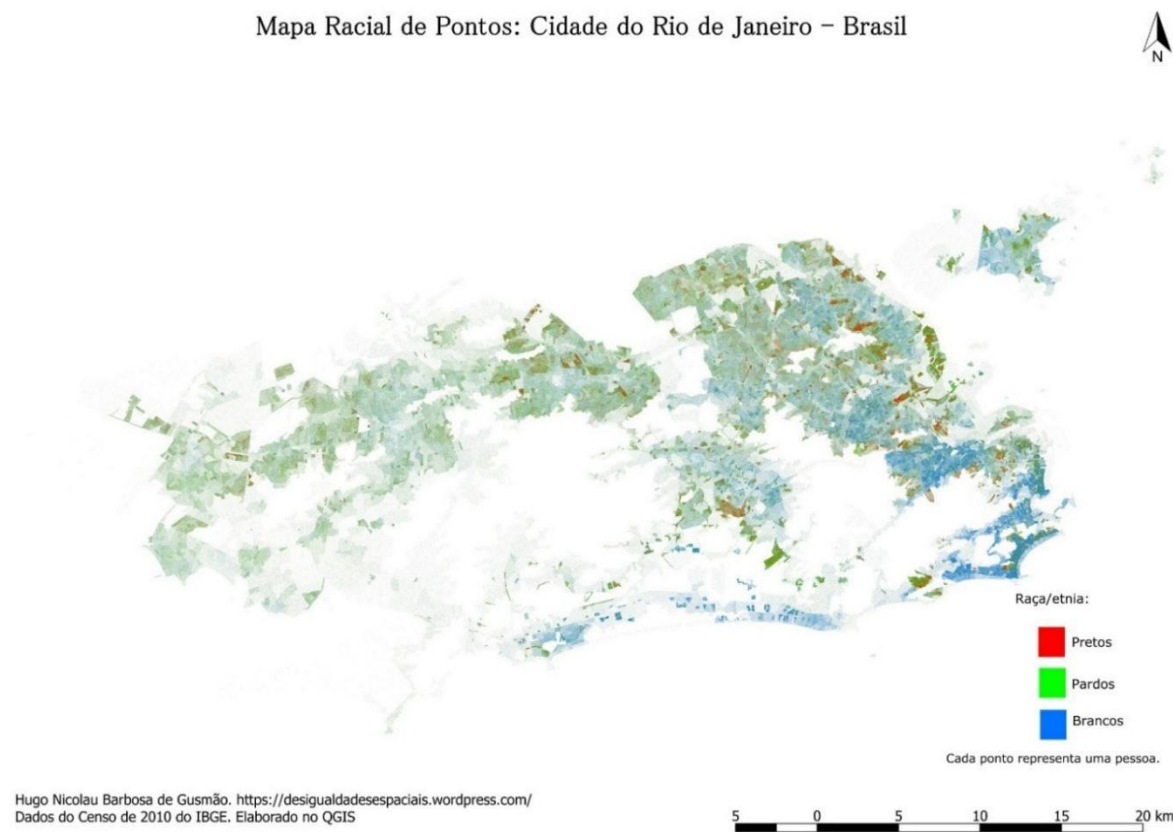
³² O Índice de Progresso Social (IPS) é uma abordagem de mensuração direta do desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação, saúde, saneamento, moradia, segurança pública, mobilidade urbana e cultura (www.ipsrio.com.br)

o quesito de raça/cor, evidencia-se uma desigualdade racial significativa no acesso à renda e à empregabilidade formal. A população branca apresenta melhores condições de inserção no mercado de trabalho, com uma taxa de desocupação de 8,3%, menor, quando comparada à taxa de 11,6% da população negra - valor superior, inclusive, à média geral do município (10,1%). Além disso, a população branca possui a maior média de renda, superando tanto a média municipal quanto praticamente dobrando a renda média da população negra.

Além do contraste de renda e trabalho formal, a cidade do RJ e RMRJ apresentam uma divisão espacial contrastante. Gusmão (2015), utilizando dados do censo do IBGE (2010), evidenciou que 80% dos residentes da ZS se autodeclararam brancos; no bairro mais rico do RJ, a Lagoa, esse número sobe para 90%. Enquanto parte da população negra da ZS da cidade está concentrada nos morros, nas favelas, como no Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Rocinha e Vidigal. Grande parte da população que se autodeclara negra (preta ou parda) no município está espalhada nas áreas nas regiões da ZN e ZO (à exceção de algumas localidades, como a Barra da Tijuca) do município. A partir da Figura 21 abaixo, é possível visualizar o Mapa Racial da cidade em que pretos e pardos estão concentrados em pequenas áreas, em sua maioria, nas localidades dos Complexos de favelas da ZN.

Figura 21: Mapa Racial de pontos do município do RJ, 2010

Mapa Racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil



Fonte 32: Barbosa, 2015

Os mapas oferecem uma representação visual sobre as desigualdades raciais existentes na cidade em termos de infraestrutura urbana. São dados pertinentes, pois evidenciam o racismo estrutural na sociedade carioca, sobretudo pelos dados recentes de que mais da metade (54,3%) da população em 2022 se autodeclarou negra, e a população branca na cidade representa 45,4%. Isso significa que, no RJ, há 3,4 milhões de pessoas negras e 2,8 milhões de pessoas brancas. Há também a considerada população autodeclarada indígena (6.531 hab.), que, entre desigualdades e segregação, lutam por reconhecimento e pelo direito à cidade.

Tabela 5: Percentual da população no município RJ, por raça/cor

Raça/cor	Percentual
Branca	45,43%
Parda	38,7%
Preta	15,59%
Amarela	0,17%
Indígena	0,11%

Fonte 33: IBGE, 2022

O dado de que o RJ é majoritariamente negro é algo não inédito em sua história. Uma estatística de 1796 mostrou que 60% da população da então Capitania era formada por pardos e pretos, o que correspondia a 109.811 pessoas. A capitania tinha no total 182.757 habitantes, sendo 72.946 brancos (Patricio, 2002). A cidade que hoje carrega as marcas do processo colonial escravagista foi território do desembarque de cerca de um milhão de pessoas originárias de África, corresponde a 40% de todos os africanos que chegaram vivos nas Américas, entre os séculos XVI e XIX (IPHAN, [S.d.]). O território foi batizado pelo compositor e sambista Heitor dos Prazeres como Pequena África³³ e tem como símbolo o Cais do Valongo, um sítio histórico, que marca a chegada de muitos africanos escravizados e libertos, tornando-se um ponto de resistência cultural e social ao longo dos séculos.

A segregação como política pública no pós-abolição fez da Guerra aos cortiços o que hoje se apresenta como a Guerra às favelas. A preocupação com as moradias

³³ Situada na região portuária do Rio de Janeiro, é um território de grande relevância histórica e cultural, marcado pela presença africana desde o período da escravidão até a diáspora contemporânea. O Decreto Municipal nº 34.803/2011, criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Em 2017, o Cais do Valongo foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, simbolizando o sofrimento, a resistência e a resiliência do povo africano no Brasil.

populares, mais precisamente, seu destino, sempre esteve no centro das preocupações da administração pública desde o período colonial (Valladares, 2015). O autor associa essa preocupação à mobilidade da população negra e sua distribuição espacial e disserta que a população negra traçou diversos processos de resistência, alguns ruidosos e outros silenciosos, na disputa tanto pela liberdade como pela ocupação do solo urbano e seu “direito à cidade”.

Diante dessas questões socio-espaciais, raciais, econômicas e simbólicas, reside uma longa discussão teórica acerca dos processos de segregação e desigualdades entre os diferentes grupos sociais que habitam as cidades e regiões metropolitanas. Uma breve análise da literatura sobre o tema revela que, nos anos 1960, quando a sociologia urbana era dominada pela teoria da marginalidade, diversos estudos passaram a destacar a situação da formação das favelas e os baixos níveis de renda e de escolaridade da população favelada como uma anomia social (Valladares, 2015). Foi apenas na década de 1970 que a favela começou a ser interpretada como um produto das transformações sociais impulsionadas pelo padrão de industrialização brasileiro - responsável pelo intenso crescimento demográfico dos centros urbanos do Sudeste, sobretudo em função das migrações campo-cidade. O processo de favelização, assim, passou a ser compreendido como uma das expressões do modelo de urbanização excludente e desigual que se consolidou no país, especialmente a partir da década de 1950 (Lago, 2015).

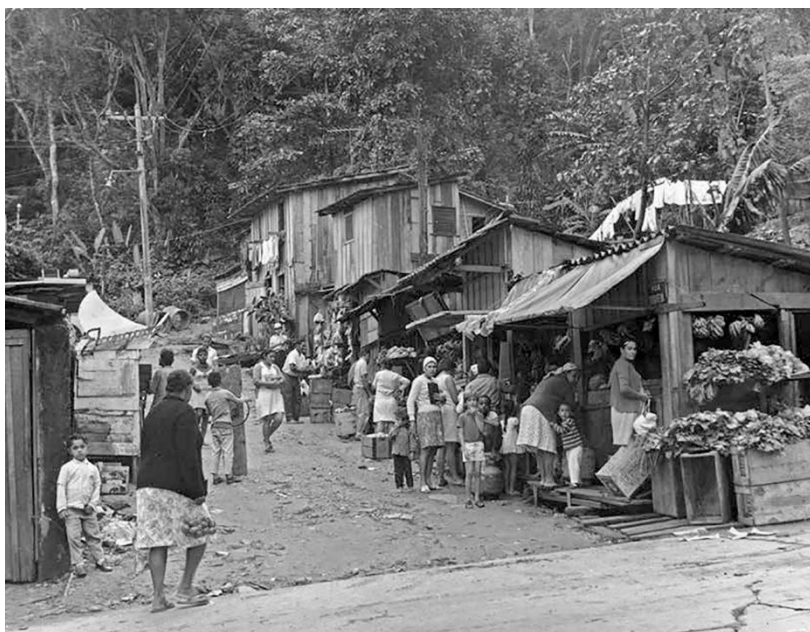
Dois pesquisadores se destacam nos estudos sobre favela, os antropólogos Anthony Leeds (1925-1989) e Elizabeth Leeds (1942-). Os Leeds foram um dos primeiros antropólogos a estudarem as favelas brasileiras de forma sistemática. Anthony Leeds rompeu com a ideia de que as favelas eram espaços “marginais” ou disfuncionais em relação à cidade formal, argumento dominante na sociologia urbana latino-americana dos anos 1960. Argumentava que as favelas eram parte integrante da estrutura urbana e não fenômenos à parte, mas expressão legítima e estrutural do modo como as cidades latino-americanas, especialmente no Brasil, foram sendo produzidas sob o capitalismo dependente.

Com forte empiria, o pesquisador se apropria da etnografia em territórios para dar ênfase à organização social das favelas como um projeto social de trabalhadores empobrecidos que se autonomiza, devido à ausência de um Estado garantidor de seus direitos fundamentais. Em um de seus diversos registros sobre a vida nas favelas, Anthony Leeds capturou a questão social da relação de limites entre as favelas e a cidade.

Acompanhou a formação dos contrastes sociais da cidade com os fluxos migratórios e a mobilidade residencial nos anos 1970, demarcando os territórios.

Sua análise apontava a favelização como uma consequência do processo de urbanização excludente, vinculado ao êxodo rural e à concentração da terra e da renda. Em seus registros, é possível ter uma lente das políticas urbanas de planejamento pela lógica das remoções, também o papel da agência dos atores sociais favelados e seus sistemas complexos de reciprocidade, solidariedade e organização local, desafiando a ideia de anomia. E sim uma comunidade ativa, pelas organizações comunitárias na construção de moradias de madeira, as mulheres carregando latas d'água na cabeça para abastecer as casas³⁴, o desenvolvimento comercial, como bares, armazéns e feiras livres.

Figura 22: Feira livre, Rocinha 1966.



Fonte 34: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz Fundo Anthony Leeds

A fotografia foi uma ferramenta de documentar as várias maneiras de viver nas favelas e as relações de sociabilidade entre seus habitantes. Trouxe as favelas como território pulsante, evidenciando os esforços comunitários em busca de melhorias, por meio dos “mutirões”, suas estratégias de acesso a mercados, desenvolvendo uma economia popular própria, responsáveis pela sustentação das formas de ali se viver (Leeds, 1964, 1969, 1998; Leeds; Leeds, 2015).

³⁴ Essa experiência de carregar latas d'água na cabeça foi relatada por moradoras idosas da Penha na Roda de “Memória Climática da Penha”.

Elizabeth Leeds (1998) aprofundou o olhar para as relações entre Estado, violência e territórios populares, especialmente no contexto das políticas de segurança pública e repressão nas favelas. Ela também foi pioneira ao tratar da criminalização da pobreza e das dinâmicas do aparato policial em áreas periféricas. Ambos os pesquisadores ajudaram a consolidar uma visão mais complexa e processual sobre a formação e a dinâmica das favelas, especialmente no Rio de Janeiro.

Neste período em que os Leeds e outros pesquisadores associados se concentravam na formulação de novos olhares sobre a problemática urbana e a questão das favelas, observava-se um processo dinâmico de reestruturação do mercado imobiliário empresarial na cidade e na RMRJ. Segundo Lago (2015), no início da década de 1970, grandes e médias empresas do setor imobiliário passaram a direcionar suas ações para a transformação do padrão de uso do solo em bairros das ZS e ZN da cidade, áreas de baixa densidade demográfica e já ocupadas por população de renda mais elevada, como Ipanema, Leblon, Botafogo e Tijuca. Simultaneamente, o segmento empresarial de pequeno porte expandiu sua atuação nas áreas suburbanas, voltando-se para o atendimento de uma população de renda média e média-baixa. Esses pequenos empreendedores modificaram o padrão unifamiliar de ocupação do solo, substituindo-o por construções multifamiliares, com a edificação de prédios com até 60 apartamentos. Tal processo, ao final da década de 1970, já provocava mudanças significativas na morfologia urbana de bairros suburbanos como Méier e Penha.

Enquanto esses setores ampliaram o financiamento para a classe média baixa, o que resultou na estruturação dos padrões de valorização e de transformação do uso do solo na cidade e na metrópole, por outro, sua participação quanto à quantidade de unidades produzidas em relação ao volume global de novos domicílios foi relativamente pequena. A produção empresarial representava apenas 12% dos novos domicílios (Ribeiro et al., 1990, *apud* Lago, 2015). Na realidade, observou-se uma crescente autoprodução da habitação, articulada tanto com a ocupação ilegal da terra quanto com a compra do lote; foi a forma de provisão da moradia que possibilitou a disseminação da casa própria (passível ou não de titulação) entre as famílias com baixo poder aquisitivo.

Lago (2015) disserta que a autoprodução da moradia foi a forma dominante de provisão habitacional encontrada na metrópole na década de 1970. Uma primeira forma de realização da autoprodução é através da ocupação ilegal do solo, alternativa mais barata de acesso à moradia. Esta dinâmica de provisão de moradia, que evidencia as demandas das classes populares na luta por direitos, garantiu a reprodução da classe

trabalhadora por moradia com menor custo. Segundo a autora, o processo de favelização em curso no Rio de Janeiro desde o início do século XX chega em sua expressão mais acabada na forma de provisão habitacional, na contramão dos esforços de erradicação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, que vigoravam pelo poder público nos anos 70.

Com base nessa referência, além de não impedir o aumento da população nesses assentamentos, as políticas de remoções e combate às favelas orientou tal crescimento para determinadas áreas da cidade: “com efeito, a população favelada cresceu, no período, a uma taxa superior à da população como um todo, concentrando-se nos subúrbios e ZN, em função do caráter seletivo da política de remoção que interveio basicamente na ZS do município (Lago, 2015, p.60).

As ocupações mais precárias e de baixa remuneração continuaram absorvendo a população migrante, que compunha a maior parte dos trabalhadores metropolitanos: em 1980, cerca de 27% eram compostos de trabalhadores do comércio e prestadores de serviços, 16% eram trabalhadores manuais da indústria e serviços especializados e 13% eram trabalhadores da sobrevivência (empregados domésticos, ambulantes e biscateiros). Enquanto na região do Centro e nas regiões administrativas (Portuária, Centro, Rio Comprido e São Cristóvão) abrigaram os migrantes jovens e adultos até 44 anos e muito poucas crianças até 14 anos, as regiões de Ramos e da Penha, na ZN, onde já se concentravam grande parte das favelas da cidade, receberam um contingente significativo de crianças (cerca de 30% dos migrantes). Nos anos 1980 já era expressiva a participação da população residente em favelas nos subúrbios, cerca de 18% dessa população. Na ZS, 10% dos moradores residiam em favelas.

Como exposto acima, a conformação da problemática urbana no período foi marcada por profundas desigualdades socioespaciais, sendo a industrialização emergente orientada por uma lógica seletiva de apropriação e controle do espaço urbano. Enquanto se expandiam os loteamentos periféricos, tanto formais quanto informais, o poder público concentrava investimentos em infraestrutura nas áreas suburbanas mais próximas ao centro, com o intuito de direcionar e racionalizar a localização industrial na cidade.

No contexto metropolitano, as intervenções de saneamento e drenagem realizadas na Baixada Fluminense, longe de promover a dinamização da produção agrícola voltada ao abastecimento urbano, contribuíram para a abertura de novas fronteiras à expansão do capital imobiliário, reforçando dinâmicas excludentes de urbanização sem uma estrutura política de fomento à agricultura e ao abastecimento alimentar. Vejamos a seguir algumas questões na seara do abastecimento na capital e na RMRJ que hoje reverberam no acesso

à alimentação adequada e saudável por parte da população periférica, sobretudo favelada, tendo em conta as questões históricas e estruturais apresentadas acima e a estrutura de abastecimento desenvolvida no estado fluminense.

2.4.1 Acesso à alimentação na periferia carioca, com base em indicadores e estratégias adotadas no âmbito estadual e municipal

Os dados do II Inquérito da Rede PENSAN (2022) evidenciaram que nos últimos cinco anos (2018 a 2025), houve um aumento de 400% no percentual de pessoas sem ter o que comer, correspondendo a 15,9% da população fluminense. Apenas 48,9% das famílias fluminenses possuem segurança alimentar, cerca de metade da população fluminense, 2,7 milhões de pessoas, estava em situação de InSAN no período analisado. Isso significa que quase um em cada cinco lares no estado enfrentou dificuldades para garantir acesso regular a alimentos adequados.

A diferença também aparece quando se atenta para a raça/cor das famílias: 37,61% dos chefes de família pretos e pardos vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional (InSAN) grave no RJ. Por outro lado, 55,63% dos chefes de família que se identificaram como brancos não sofrem com nenhum tipo de restrição. Quando feito um paralelo com os dados registrados pelas experiências cadastradas na plataforma AeR, cerca de 38,8% dos responsáveis pela gestão se autodeclararam negros e 37,3% brancos, 1,2% indígenas. Isso indica que a presença de pessoas negras em espaços que auxiliam no acesso à alimentação da população mais vulnerabilizada é significativa para reverter esse quadro geral de insegurança alimentar no estado fluminense.

O estado também possuía a cesta básica mais cara do país e mantém o título até hoje (Neogrid; FGV, 2025). O número de pessoas desempregadas no estado, em 2020 (11,3%), chegou a 1,5 milhão, sendo o 4º maior do país (IBGE, 2023). De acordo com o CECAD de junho de 2022, 2.623.305 famílias que vivem no ERJ e que estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), 61% estavam em situação de extrema pobreza, 7% em pobreza, 14% em baixa renda. Além disso, o estudo “Pandemia na Favela” do Instituto DataFavela, com apoio da Central Única de Favelas e Locomotiva, em 2022³⁵ revelou que quatro de cinco famílias

³⁵ O estudo foi realizado em 2020, no período da pandemia de Covid-19, por meio de 3.321 entrevistas digitais, conduzidas entre 19 e 22 de junho com moradores de 239 favelas diferentes em todos os 26 estados brasileiros.

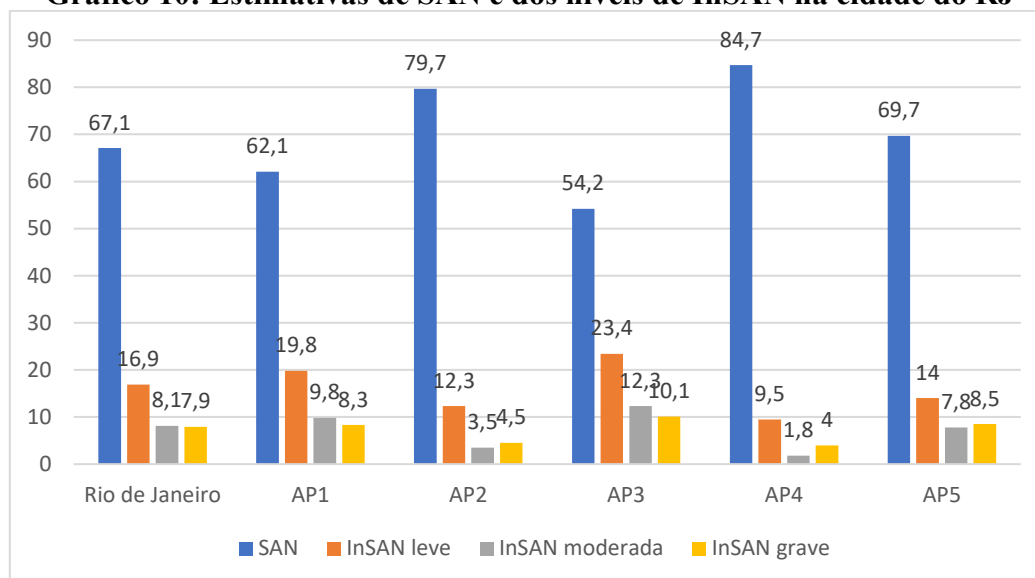
residentes em favelas (80%) pelo país estão vivendo com menos de metade da renda que recebiam antes da pandemia; 82% da população de comunidades e favelas depende de doações para se alimentar.

De acordo com o Mapa da Fome da Cidade do RJ, com dados do I Inquérito sobre Insegurança Alimentar e Nutricional na cidade do Rio de Janeiro (Salles-Costa, 2024), o percentual da população do município que vivencia algum grau de InSAN atinge 32,9%, sendo significativamente mais elevado entre os domicílios chefiados por pessoas desempregadas, alcançando 65,4%. Dentre esses, 18,3% enfrentam situações de InSAN grave, caracterizadas pela fome. Em números absolutos, quase meio milhão (488.709) de pessoas, incluindo adultos e crianças, tiveram redução da quantidade de alimentos e vivenciaram a fome, considerando a estimativa populacional do Censo 2022. São 61,1% da população em situação de SAN; 16,9% em InSAN leve; 8,1% em InSAN moderada e 7,9% em InSAN grave.

Os dados do Inquérito de InSAN/RJ mostram também que a proporção de cariocas que convivem com a fome (7,9%) foi mais alta que os dados nacionais (4,1%) e mais do que o dobro da proporção de famílias do ERJ (3,1%) em InSAN grave em algum momento, durante o período de três meses de referência da EBIA. Um aumento de 300% (de 2,0% para 7,9%) no município e redução de 8,8% (de 73,6% para 67,1%) no total de famílias que garantiam o DHAA.

O município do RJ apresentou desigualdades expressivas nas proporções de SAN, quando analisado pela distribuição de APs. As APs 1 e 3 foram aquelas que apresentaram proporções mais baixas de SAN (62,1% e 54,2%, respectivamente) e as maiores prevalências de InSAN moderada e grave (AP 1 = 18,1%; AP 3 = 22,4%). Como evidencia o Gráfico abaixo:

Gráfico 10: Estimativas de SAN e dos níveis de InSAN na cidade do RJ



Fonte 35: I Inquérito de InSAN/Rio, Rio de Janeiro (2023/2024)

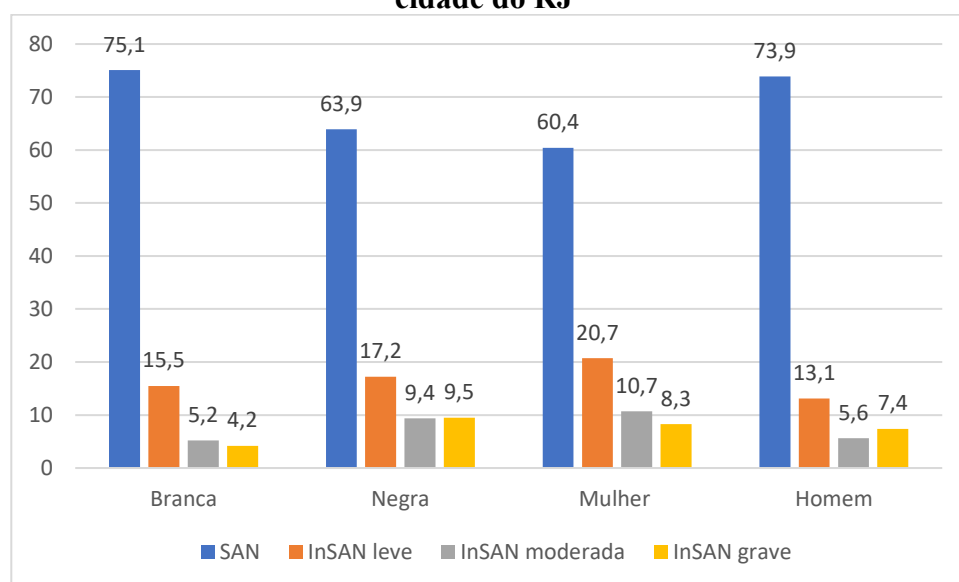
O Mapa da Fome escancara as desigualdades no acesso à alimentação adequada e saudável. Os dados do Inquérito, com base na EBIA, por áreas de planejamento, demarcam esse acesso. O Gráfico 10 acima representa a distribuição geográfica dos níveis de InSAN (leve, moderada e grave) nas APs. Observa-se que a AP 2 (região de moradores da ZS do RJ) e a AP 4 (região dos moradores da Barra da Tijuca e do Recreio) foram aquelas que apresentaram os maiores níveis de SAN. A proporção de InSAN leve, foi menor nestas mesmas localidades (AP 2 = 12,3%; AP 4 = 9,5%). Como dados não consideram a sócio-espacialidade das áreas administrativas locais, como por exemplo trazendo as especificidades das favelas dentro dos bairros, não se pode inferir o quanto desses números diz respeito aos habitantes de menor renda, nestas localidades.

Nas APs 1, 3 e 5 (18,1%, 22,4% e 16,3%, respectivamente), os percentuais apresentaram as formas mais severas da InSAN (moderada/grave), em destaque para a AP 3, na ZN do RJ, com o menor índice de SAN (54,2%) e os piores indicadores de InSAN (12,3% e 10,1%, moderada e grave, respectivamente), dentre as 5 áreas. É uma região que compreende bairros de população com menor renda, como a Pavuna, Vigário Geral, Madureira, Maré, e a maior população residente em favelas é no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha. Mais à frente, será dedicada uma seção para apresentar os dados populacionais por APs do município, mas já adianto que a AP3, além da área mais populosa da cidade, concentra o maior número de pessoas residentes em favelas

(45%), em relação à população total da cidade. Também concentra a maior parte da população negra, como mostrado no Mapa racial do Rio de Janeiro na seção 2.4.

Quando se atenta para os quesitos raça/cor e gênero, é possível afirmar que eles são determinantes da SAN, quando a população que se autodeclara branca possui melhor segurança alimentar (75,1%) e menor insegurança e fome (24,9%), quando comparada à população negra (preta parda) com 63,9% de SAN e 36,1% de InSAN. O Gênero também informa o acesso ao DHAA, com 39,7% em algum grau de InSAN, enquanto para os homens 26,1% experienciam algum grau de insegurança alimentar. No que concerne às características do/a responsável pelo domicílio, 51,3% eram mulheres, 47,5% tinham entre 18 e 49 anos de idade, 70% se autodeclararam da raça/cor de pele preta/parda e 35,3% tinham até 9 anos de estudo.

Gráfico 11: Estimativas de SAN e dos níveis de InSAN por raça/cor e gênero na cidade do RJ



Fonte 36: I Inquérito de InSAN/Rio, Rio de Janeiro (2023/2024)

Outro entrave relevante à promoção da SAN no contexto carioca refere-se ao elevado custo de vida. Entre os diferentes indicadores utilizados para mensurá-lo, dois que se relacionam diretamente com o acesso a alimentos evidenciam a posição do RJ como uma das capitais com maior custo entre as metrópoles brasileiras. De acordo com dados do DIEESE, entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024 - período em que foi realizado o inquérito populacional - a cesta básica de alimentos no município apresentou um aumento de 12,8%, sendo a mais cara do país em fevereiro. Ademais, o Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) indicou que o RJ foi, em janeiro de 2024, o terceiro maior peso no IPCA nacional entre as localidades (4,68%).

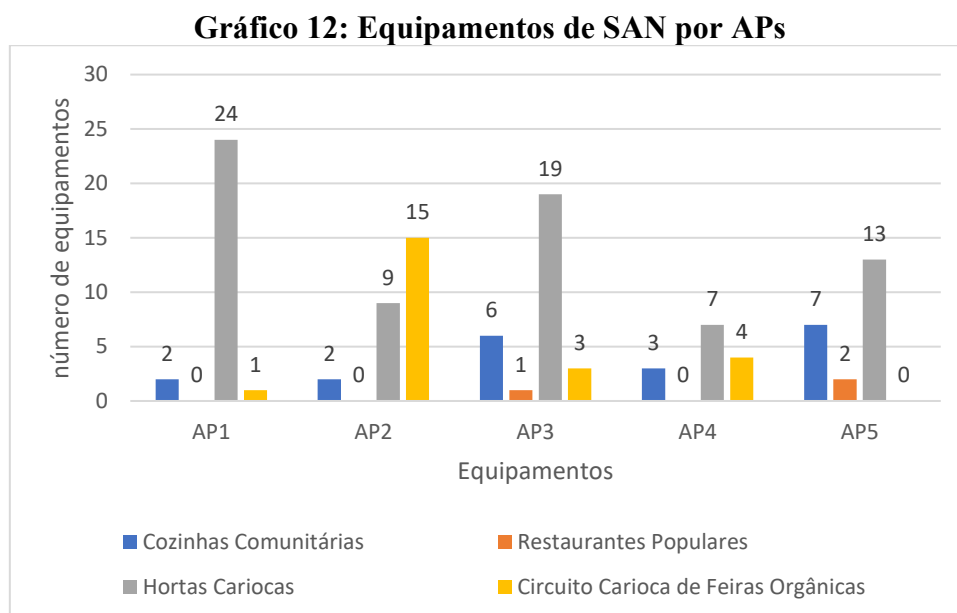
As principais estratégias adotadas pela Prefeitura e pelo governo do ERJ na ampliação do acesso à alimentação para as famílias em situação de InSAN são a transferência de renda e a oferta de alimentação adequada e saudável nos equipamentos públicos da assistência social e de segurança alimentar e nutricional. Alguns deles, de iniciativa estadual ao longo dos anos, foram descontinuados, extintos ou substituídos por outros formatos.

Em Trabuco (2022), foi possível observar que as ações públicas estaduais no abastecimento estiveram fortemente influenciadas pelos contextos político-institucionais nacionais. Apesar da implementação de programas federais e estaduais de complementação de renda e ampliação do acesso a alimentos entre 2004 e 2013, o desmonte da PNSAN a partir de 2015, com medidas de ajuste fiscal e o fechamento de restaurantes populares, levou a uma reversão acentuada na trajetória da segurança alimentar e nutricional no estado.

Programas estaduais como o Cheque Cidadão e a Sopa da Cidadania, embora tivessem como objetivo complementar a renda e distribuir alimentos, eram marcados por um viés assistencialista e denúncias de uso político e clientelismo, com seleção não transparente de beneficiários e uso dos programas como recurso de campanha. Alguns restaurantes populares foram fechados, como parte das medidas de ajuste fiscal. Demonstrando uma incapacidade operativa e fragilidade da máquina pública pela alta permeabilidade aos interesses de grandes distribuidores, o ERJ não desenvolveu uma intervenção pública consistente no abastecimento alimentar. A autora aponta que a intervenção do Estado tem sido “episódica e conjuntural”, resultando em uma atuação “meramente setorial, limitada e insuficiente”. Há uma “debilidade institucional crescente da máquina pública estadual”, favorecida por uma transição não mediada de uma estrutura burocrática pouco institucionalizada e uma cultura patrimonialista para ensaios neoliberais.

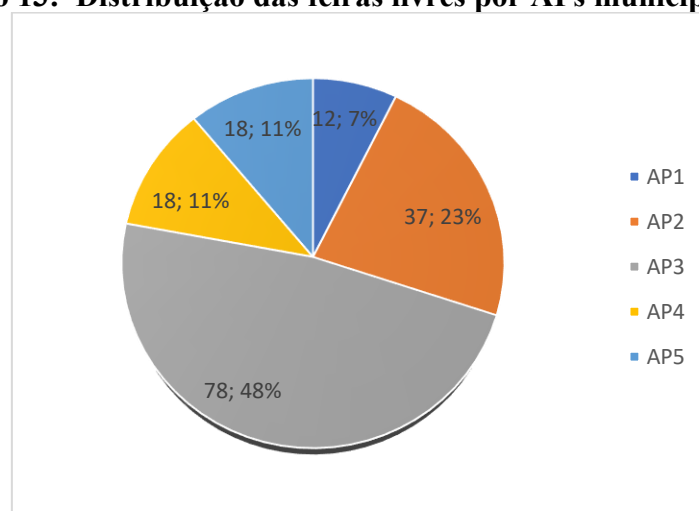
Um dos maiores gargalos para a efetivação das políticas está no pouco orçamento dos programas e ações de SAN, como a discrepância expressiva em relação à cobertura de políticas públicas potencialmente voltadas à garantia do DHAA no município, como o programa Cartão Família Carioca (2%), os Restaurantes Populares (6,9%), o Prato Feito

Carioca e as Cozinhas Comunitárias (2,1%). A limitação de áreas e o número de estabelecimentos, o fornecimento e as pessoas atendidas são exemplos dessa desigualdade regional no acesso aos equipamentos, como nas Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares, Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e as Hortas, demonstradas no Gráfico 12, abaixo.



Fonte 37: I Inquérito de InSAN/Rio, Rio de Janeiro (2023/2024)

Gráfico 13: Distribuição das feiras livres por APs município do RJ



Fonte 38: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024

Entre os principais desafios para a efetivação da SAN no município do RJ, destacam-se o reduzido orçamento destinado aos programas e ações, o que limita o

número de equipamentos, a oferta de alimentos e o alcance às populações em situação de vulnerabilidade - como ocorre com as Cozinhas Comunitárias e os Restaurantes Populares; a concentração espacial das iniciativas, a exemplo das feiras orgânicas, majoritariamente localizadas na AP2 (Gráfico 12), e das feiras livres (Gráfico 13). Nas APs 2 e 3 é possível identificar a permanência de práticas de feiras livres, mas sem consistência política, com a predominância de ações com caráter assistencialista e focalizado, em detrimento de abordagens estruturais voltadas à transformação dos sistemas alimentares locais. Também a dificuldade de articulação existente intra- e intersectorial entre as secretarias compromete a integração, a eficácia e a sustentabilidade das políticas públicas. Soma-se a isso a carência de equipamentos voltados ao fomento da agricultura urbana, apesar de sua expressiva presença no território municipal.

Um estudo realizado por (Lima, 2019) revelou que na cidade do RJ, cerca de 73% dos agricultores urbanos cultivam em seus próprios quintais, enquanto 18% utilizam hortas coletivas e 9% produzem de forma empresarial para o comércio. A maioria desses agricultores (56%) tem uma renda mensal inferior a R\$1,5 mil com os produtos da AU, enquanto cerca de 20% conseguem uma renda superior a cinco salários mínimos. Além disso, 54% da agricultura no município é gestada por mulheres e destas, 70% são agricultoras de quintal.

A AU enfrenta a dificuldade de reconhecimento, como o baixo empenho da Política Municipal de Agricultura Urbana, estabelecida pela Lei nº 6.691 de 2019, com vistas a promover práticas agroecológicas, buscando minimizar o impacto ambiental na produção de alimentos dentro da cidade e em suas áreas adjacentes. Essa política engloba o Programa Hortas Cariocas e outras iniciativas, com o objetivo de gerar emprego, renda e segurança alimentar, além de promover a sustentabilidade urbana. O movimento agroecológico do município e região metropolitana conquistou que a política também estivesse presente no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do RJ:

XI - o estímulo à agricultura urbana e à atividade pesqueira, por suas importâncias econômicas e de autonomia e segurança alimentar, bem como pelo fortalecimento dos circuitos curtos de produção, conforme estabelecido no Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, do qual o Município do Rio de Janeiro é signatário (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024).

Em suas versões anteriores, este era fortemente urbanizado, com forte influência do setor imobiliário, com os megasempreendimentos e a desterritorialização dos agricultores familiares³⁶. Embora haja a Política Municipal de referência para fomentar a agricultura urbana e a segurança dos agricultores na cidade, atividade muito expressiva nos quintais e comunidades, não há base político-institucional no governo que fortaleça e amplie os programas já existentes. Dessa forma, os agricultores possuem muito pouca agência na busca de seus direitos, evidenciada pela falta de acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que favorece a emissão de notas fiscais, abertura de crédito e aposentadoria para os agricultores.

2.5 A experiência do CEM diante da disputa do abastecimento e do Campo Agroecológico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Minha participação na análise dos resultados do Mapeamento de experiências populares de abastecimento me permitiu analisar o CEM por um outro ângulo, como uma das experiências envolvidas na RMRJ, bem como seu envolvimento no conjunto maior do movimento agroecológico, tendo em conta o que o levantamento conseguiu abarcar.

O CEM se cadastrou no mapeamento como experiência de abastecimento alimentar popular articulado em redes na regional metropolitana e com atuação municipal, precisamente no Complexo da Penha.

Quadro 5: Cadastro CEM, Plataforma Agroecologia em Rede

O Centro de Integração na Serra da Misericórdia é uma experiência de “Agricultura urbana para além do plantar, cultivando territórios do bem viver na Serra da Misericórdia”. Com foco em competir no abastecimento da cidade e região metropolitana em várias etapas do processo produtivo, desde a lida com a terra, com a água, com as sementes, passando pela gestão dos projetos, a compra coletiva de insumos, a gestão de espaços coletivos, e a comercialização. Enfoca a produção agroecológica no Complexo da Penha, no município do Rio de Janeiro. Fomenta uma escola popular, encontros de quintal, roda de mulheres, cozinha coletiva, trabalho em saúde e agroecologia, com um olhar para a formação política, a preservação ambiental, a produção da soberania e o resgate de saberes populares sob as bases da cidadania, da comunicação e da agricultura urbana.

Fonte 39: AeR (2023)

³⁶ Carta Política Rede Carioca de Agricultura Urbana V Semana da Alimentação Carioca, outubro 2014. Disponível em https://aspta.org.br/files/2015/04/CARTA-POLITICA-2014_2a-edicao-web.pdf. Acesso em 25 de jun. 2025.

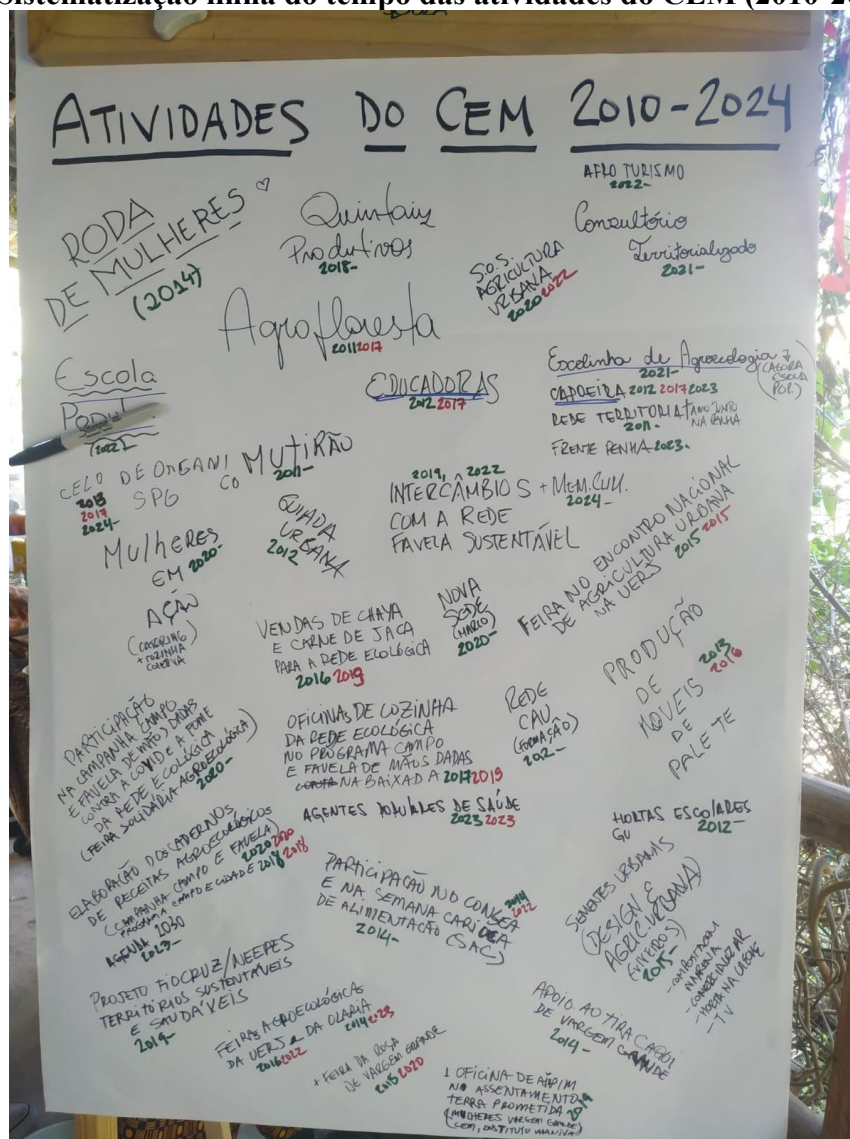
A AS-PTA reconhece o CEM como a experiência de produção e abastecimento popular em favelas do Rio de Janeiro que mais se alinha aos seus critérios. Para a instituição, o CEM fortalece organizações comunitárias, promove o protagonismo de mulheres negras, oferece alimentos saudáveis provenientes da agricultura familiar a populações de baixa renda (por meio de cozinhas solidárias, cestas e refeições), incentiva a produção urbana de alimentos e desenvolve ações de educação e comunicação sobre alimentação, saúde e direitos. Além disso, já contou com apoio de políticas públicas como o PNAE e o PAA.

Estas questões foram discutidas em conjunto com o CEM e a comunidade Terra Prometida, no dia 15 de julho de 2024, quando a AS-PTA promoveu uma sistematização das iniciativas dentro do eixo “Soberania Alimentar” da equipe de gestão da RFS, junto de quatro outras redes (MPA, MST, MTST, Rede CAU), um dos desdobramentos do Projeto Afluentes do rio.

Neste dia o coletivo pode revisitar sua história e debater as questões enfrentadas ao longo de mais de uma década de mobilizações. Discutiram como no decorrer do tempo, desenvolveram o trabalho de promover maior conhecimento com as mulheres e crianças sobre a falta de informação sobre alimentação saudável; em driblar a forte presença de alimentos ultraprocessados no ambiente alimentar da comunidade; o aproveitamento integral de alimentos e educação alimentar como a carne de jaca; geração de renda com a cozinha e participação em feiras-livres; adoecimento associado à violência e como afeta o consumo alimentar; baixa disponibilidade de estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis a preços acessíveis na região; falta de tempo para preparar refeições pela sobrecarga de trabalho das mulheres dentro e fora de casa; o cuidado com as crianças na escola popular de agroecologia pelo constante risco de bala perdida quando surge tiroteios, dentre outras questões.

A figura 23 abaixo traz as questões que as mulheres foram revisitando em suas memórias ao longo dos anos de atuação. Algumas foram descontinuadas, como a produção de móveis de pallets, projetos de pesquisa com o (Neepes/Fiocruz, 2022) durante a pandemia, o selo de orgânico, com a perda da primeira sede em 2019. Outros se mantêm desde a chegada na Terra Prometida, como a Roda de Mulheres, a agrofloresta, a escola popular, os mutirões e os quintais.

Figura 23: Sistematização linha do tempo das atividades do CEM (2010-2024)



Fonte 40: Fotos de campo (2024)

Além de “competir no abastecimento da cidade e região metropolitana” diante das questões socio-espaciais da cidade, marcada por desigualdades, como visto nos dados anteriormente, o CEM também tenta se colocar como uma experiência dentro do campo agroecológico do município e da RMRJ. Considerando as multiplicidades existentes entre as iniciativas e suas particularidades, o coletivo disputa espaço no âmbito do movimento agroecológico tendo em conta que as desigualdades estruturais, como o racismo e o sexismo, também estão presentes e são reproduzidas dentro dos movimentos sociais (Cida Bento, 2002). Dentre as questões mais pertinentes está a segurança pública, questão que se apresenta como uma de suas maiores barreiras e pouco discutida nos espaços da Agroecologia em que se insere.

O Seminário “Afluentes do Rio: experiências mapeadas pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e o desafio das políticas públicas” ocorrido na Fundação Progresso em 2023 foi um dos encontros de lançamentos de dados preliminares do levantamento, com resultados da pesquisa-ação que identificou as experiências de agroecologia no território fluminense. Também foi evento de preparação para o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia que ocorreu na cidade do Rio (CBA, 2023), com o tema “Agroecologia na boca do povo”. Nesta oportunidade eu pude identificar algumas questões pertinentes sobre a presença do CEM nos espaços da Agroecologia e quais os sentidos atribuídos para sua afirmação na agricultura urbana do Rio de Janeiro.

No encontro havia pessoas públicas ligadas ao governo federal, como Marcos Sorrentino, Diretor do departamento de educação ambiental e cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, discutindo sobre o projeto de construção de “Centros de formação e cooperação socioambiental” no centro da Metrópole fluminense, a Lapa, e suas diversas manifestações presentes como um lugar possível para se criar esse centro de referência de construção múltipla de atores: presença Terreiros das religiões de matriz africana; AU; profissionalização de jovens. Além do CEM, também havia representantes de movimentos sociais como a AARJ, o Consea-Rio, AS-PTA, universidades como o CPDA/UFRRJ, UFRJ, EMBRAPA, EMATER/RJ, juventude agricultora e outras experiências de agricultores familiares.

Figura 24: Seminário “Afluentes do Rio”, em 29 de setembro de 2023



Fonte 41: AS-PTA (2023)

No encontro foram apresentados os dados que já haviam sido tabulados e analisados e as questões emblemáticas já observadas, com destaque para o acesso às políticas públicas de fomento à agricultura, como o PRONAF, PNAE, PAA, que demonstram enorme fragilidade no ERJ. Os representantes das experiências relataram seus desafios na produção, na comercialização e no acesso a mercados para ofertar seus produtos. A questão da “Agroecologia na prática” ficou evidente em uma fala em que o representante questionou sobre a dificuldade de acessar recursos e, por isso, parte dos agricultores querem estar ligados ao agronegócio, do que ser orgânico e agroecológico, devido aos desafios de obter certificação. Em referência ao dado de que a maioria, representando aproximadamente 68% das iniciativas levantadas, não possui certificação orgânica.

O contexto histórico do mapeamento se deu no período de mudança política com a eleição do Presidente Lula. As palavras que ficaram em destaque neste período eram de “retomada de políticas públicas” e “reconstrução” das instâncias sócio-estatais de participação popular. Além da conjuntura política, com o novo governo, mas de retomar as políticas nos territórios. O mapeamento foi endossado com um instrumento para mostrar como as organizações continuaram atuantes nos territórios, mesmo com os desmontes das políticas. Os resultados mostraram como essas iniciativas viveram, sobreviveram, criaram tecnologia para poder substituir o que foi desmontado.

O evento abordou a educação ambiental nas escolas e novas formas de fazer agroecologia com crianças. O CEM foi mencionado como um exemplo por um rapaz que citou a presença de Ana S. e a importância de seu trabalho com a Escola Popular Agroecológica. Tomando a fala, Ana S. enfatizou que diante de tudo o que foi exposto, além da dificuldade de acessar políticas públicas e dos desafios impostos a elas em um contexto de retomada, a questão da segurança pública é algo que pouco se discute no âmbito da agricultura e agroecologia, sobretudo em contexto urbano. Mesmo em governos de propostas progressistas, a questão da violência nas favelas é sempre gerida sob o olhar do combate, do não reconhecimento das diversas formas de vida dentro desses espaços.

Em um outro momento ainda sobre a questão de como pensar os dados, eu trouxe para a discussão sobre a questão da diversidade. Além de evidenciar como o abastecimento envolve múltiplos territórios e experiências coletivas e particulares, os

dados exigem um olhar sobre as especificidades de como a noção de “agroecologia” e “solidariedade” é gestada pelas pessoas envolvidas³⁷.

No final do encontro foi ofertado um jantar para os participantes, Ana S. e eu nos reunimos em uma mesa com um grupo de jovens negros e conversamos sobre questões pertinentes que foram discutidas no encontro. Surgiu uma questão percebida em comum entre nós: éramos os únicos negros do evento. Começamos a falar sobre como esses espaços de debates frequentemente não têm pessoas negras (ou sempre são minorias). Ana S. disse que frequenta esses espaços justamente para afirmar a presença negra, pois “nunca tem ninguém negro”, então ela participa para se colocar enquanto uma mulher negra agroecológica de favela.

Ana S. destacou algo que eu já tinha identificado sobre a presença negra nos espaços de agroecologia da RMRJ, mas foi a primeira vez em que isso apareceu em sua fala enquanto coordenadora do CEM e atuante nas redes de agroecologia, como a AARJ e a Rede CAU:

Eu participo desses eventos porque é preciso sempre reafirmar a presença negra nestes espaços. Assim como você deve ter dificuldade em ser uma das poucas alunas negras no CPDA, eu também enfrento nos espaços de debates da agroecologia. Lá no CEM temos muita dificuldade de conseguir recursos pela agroecologia, via editais, conseguimos mais pela escola, sobre educação, na área da cultura. A questão da violência é algo que não aparece nestes espaços, eu sempre tenho que reafirmar minha presença enquanto mulher negra favelada e agricultora agroecológica, porque se eu não for, não vai ter pessoas como eu para trazer sobre a violência e como a pauta da segurança pública é essencial para nós e para o movimento (Ana S. 2023).

Essa questão da afirmação da presença negra também apareceu em sua fala sobre participar de espaços de formação. Mesmo que a discussão proposta seja sobre assuntos de que ela e as demais mulheres do CEM já têm conhecimento, ela sempre movimenta o coletivo da comunidade para marcarem presença. A questão da segurança pública é pertinente para a Agroecologia porque, além de toda questão da vida e do viver nesses territórios (como discutido no capítulo anterior), a violência nos territórios, imposta pelos grupos criminosos armados e a política de enfrentamento do Estado, dificulta e inviabiliza muitos projetos que são desenvolvidos em parcerias com as Redes e organizações ligadas à agricultura e agroecologia, como a assistência técnica do AS-PTA, por exemplo.

³⁷ Certamente as respostas foram induzidas pela forma que o formulário foi montado; como as perguntas foram feitas para esses grupos responderem. E isso abre um leque de possibilidades de outras questões que poderiam ter mais destaque ou não. Quais outras perguntas poderiam ser feitas? Quais talvez não tenham tido identificação? São formas diversas de lançar um olhar sobre as questões que estão por traz e envolvidas na agroecologia nesses territórios.

Também a continuidade e resultados dos projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos em parceria com as universidades. Sobre isso, algumas das jovens presentes nessa conversa, que são estudantes atuantes no CEM e em outros projetos em comunidades, relataram como é preciso ficar sempre atentas a “não dar bobeira” por conta de tiroteios.

Outra questão destacada por Ana S. em entrevista a Paulo Schueler, (2024), é o fortalecimento desses vínculos de trabalho colaborativo, mas também a necessidade de apoio via políticas públicas, a exemplo do PNAE para a garantia de sustentabilidade econômica do CEM:

“Para sermos autônomos, precisamos de apoio. Precisamos de equipe, de equipamentos, sementes, com isso conseguiremos avançar. E precisamos de assistência técnica continuada, com acompanhamento sistemático de nossas ações. Buscamos o diálogo nas três esferas de governo, e junto a alguns deputados estaduais da Alerj [Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro] conseguimos dar mais visibilidade para o projeto através do Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão [documento lançado em 2022 que consolida a articulação de organizações e lideranças locais que lutam por melhorias naquele território a partir de 11 temáticas, dentre elas Saúde, Educação e Meio Ambiente]”.

Alguns produtos do CEM, como alimentos e demais produtos do coletivo - como sabão, repelente e xaropes naturais - já são ofertados na rede de ensino, na Escola Popular de Saúde do Complexo do Alemão, em feiras livres, e consumidos atualmente e através do serviço de *catering* por instituições parceiras. O CEM já efetuou cadastro para fornecimento na Ceasa-Rio, no programa Mesa Brasil, à Rede Nacional de Bancos de Alimentos do Serviço Social do Comércio (Sesc); no entanto, a prioridade é a alimentação da comunidade, visto os desafios à SSAN impostos pelas dinâmicas no território e as exigências necessárias para cumprir os requisitos das políticas: “Mas não pretendemos comercializar a produção até que a gente consiga abastecer a nossa comunidade”.

A professora e pesquisadora Vivian Motta (2020, 2021, 2023), coordenadora do GT Mulheres da ABA-Agroecologia no quadriênio (2018-2021), tem produzido uma discussão crítica sobre Agroecologia e seu papel no antirracismo. As questões levantadas dizem respeito às estratégias utilizadas pela agroecologia para apontar a existência da desigualdade de gênero no universo agroecológico, sem pensar em uma tática para que a equidade chegue às mulheres negras. O que requer o enfrentamento do racismo em uma proposta de ruptura epistemológica afro-latino-americana, com conhecimento ancestral em contrapartida aos fundamentos científicos eurocêntricos que ainda regem a fundamentação da agroecologia enquanto prática, ciência e movimento. Esta, que enfatiza

a ciência nos termos hegemônicos, não visibiliza a vida, as pessoas que a constroem, e peça ao desconsiderar saberes outros. Nas palavras de Motta (2022):

A Associação Brasileira de Agroecologia, entidade em que atuo a exatos 5 anos, é um espaço importante para a construção do conhecimento agroecológico no Brasil e que apresenta o seguinte conceito de agroecologia: (...) define-se a Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA Agroecologia, 2015). Por mais que esse conceito seja amplamente repetido, quase como um mantra automático quando nos perguntam o que é agroecologia, uma análise mais aprofundada nos mostra o quanto está dissociado da luta que as mulheres vêm construindo no campo da agroecologia e especial (e contraditoriamente) dentro da própria ABA (Motta, 2022, p. 149)

Segundo a autora, a agroecologia focaliza o eixo científico como ponto central desse processo sem se relacionar fortemente com as transformações econômicas, políticas, sociais, ambientais, culturais, afetivas que a agroecologia preconiza. Isto porque não firma um compromisso da agroecologia com a justiça social e a luta contra as desigualdades históricas e o racismo estrutural no Brasil. Motta (2022) argumenta que não é possível dissociar a prática agroecológica das realidades vividas por corpos políticos e coletivos, especialmente os de mulheres negras periféricas.

De forma bem recente, nós mulheres brancas, negras, indígenas, camponesas, quilombolas, mulheres das águas e das florestas, dos fundos de pastos, dos mares, dos mangues, estamos nos arriscando a propor novos conceitos de agroecologia. E para algumas de nós, pautando que não existe um único conceito de agroecologia, entendo que a agroecologia só existe na pluralidade: são Agroecologias! (Motta, 2022, p. 151)

Mesmo que o conceito de agroecologia seja disputado e mobilizado por diferentes segmentos (como o MST, MPA) que fizeram nos dias de hoje dar fortes indicadores de que a agroecologia no Brasil requer vencer as desigualdades e opressões sociais impostas pelo sistema capitalista em conjunto das mulheres, da população LGBTQ, dos negros, indígenas, dentre outros grupos sociais, expressos nos lemas: “Sem feminismo não há agroecologia”, “Se tem racismo não tem agroecologia”, “e tem LGBTQ fobia não tem Agroecologia”; a presença de pessoas não brancas nos espaços de visibilidade da agroecologia é diminuta. Como as pessoas inseridas na agroecologia, fazem parte estão inseridas em uma sociedade racista, a autora acredita que a agroecologia tem o racismo em suas bases estruturantes, e ainda alimenta sua prática racista quando não insere em seus paradigmas epistemológicos o antirracismo:

O termo racismo é o que mais expressa toda a perversidade da manutenção e da reprodução da desigualdade racial sobre a população negra e indígena. As

palavras: preconceito, discriminação, injúria não possuem a carga simbólica que o termo racismo possui. Sendo assim, mesmo nos espaços internos da Agroecologia podemos denominar as ações e pessoas como racistas. É difícil, muito difícil companheiras e companheiros assumirem que são agentes de uma prática racista. Não creio, de forma alguma, que meus companheiros e minhas companheiras ligadas/os a Agroecologia são conscientemente racistas, mas afirmo que exercem práticas racistas e consequentemente as práticas racistas reproduzidas por eles e elas são alimentadas por pessoas inseridas em uma sociedade racistas (não existe práticas racistas sem pessoas racistas). No universo agroecológico as práticas racistas são dotadas de novas e antigas conotações, são ações sutis que as vezes me fazem realmente pensar se é uma ação que fortalece as opressões raciais ou se é coisa da minha cabeça, uma “neurose” de quem já está tão vigilante que “vê racismo em tudo” (Motta, 2021, p.5).

Os questionamentos da crítica de Motta (2020) giram em torno das seguintes questões: “Para quem é esse lugar?”, “Que feminismo serve para a agroecologia? Que mulheres são invisibilizadas por esse feminismo sem “S”?

Nas últimas décadas o feminismo tem se tornado uma lente analítica da Agroecologia para pensar a realidade das mulheres rurais, em destaque os trabalhos da antropóloga Maria Emília Pacheco nos anos 1990 e a tese de Emma Siliprandi (2015): *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. De lá para cá, foram significativos os avanços do debate feminista e na estratégia para apontar a existência da desigualdade de gênero no universo agroecológico. No entanto, aponta Motta (2020, p.2): “As pesquisas vinculadas à temática agroecologia e ao feminismo são construídas, principalmente, por mulheres brancas, com os olhos voltados para um feminismo que reconhece a existência do racismo, mas o considera uma desigualdade 'menor'”. E continua a lançar questões caras à agroecologia: “como podemos considerar o impacto das desigualdades raciais menores que as desigualdades de classe e de gênero? Como garantir a vida das mulheres não brancas sem o combate ao racismo? Qual o papel das mulheres brancas nesse debate”?

Sobre os questionamentos da pesquisadora, e analisando as questões levantadas pelas mulheres do CEM, endosso as críticas de Motta (2020, 2021, 2022) ao questionar a realidade das mulheres negras agricultoras urbanas e periféricas, em contextos de favelas. Estas vêm insistindo no bem-viver, antirracismo e nos “feminismos favelados” (Jorge, 2023), em uma disputa para que os espaços da agroecologia, além de capaz de dialogar e aprender com as que estão na linha de frente das lutas sociais nas periferias, seja um espaço integrativo (nos termos de raça, gênero, sexualidade, território, dentre outros) para que a luta seja construída de dentro dos espaços de poder, não de maneira “entrecruzada”.

Mesmo que a Agroecologia reconheça o racismo como determinante social, este não pode ser considerado como caminhos que se entrecruzam³⁸. A luta antirracista não deveria cruzar com a agroecologia como se fosse uma variável exógena, mas como algo carnal, inseparável do corpo agroecológico. Como discute Motta (2020), uma ciência prática, “o movimento cresceu absorvendo o conhecimento ancestral das mulheres não-brancas e não ganhou o lugar de destaque na construção dessa história. O embate, nesse momento, é ampliar o olhar, construindo uma pauta de enfrentamento que contemple todas as mulheres. Que a agroecologia possa ser plural, democrática, feminista, decolonial e antirracista (Motta, 2020, p.3).

Com a reafirmação das mulheres negras, como as mulheres do CEM, a agroecologia e seus espaços de articulação e construção de conhecimento vêm sendo questionados por meio da insistência, como é possível perceber nos espaços da ANA, a exemplo dos debates do Seminário Nacional “Mulheres em Luta contra o Racismo Ambiental e por Justiça Climática” (2024). Segundo a ANA, “a história da Articulação Nacional de Agroecologia vem sendo ressignificada com o engajamento crescente das mulheres e o fortalecimento da perspectiva feminista e antirracista”³⁹.

Para finalizar, estas questões também estão inseridas nas disputas sócio-políticas e históricas em torno do abastecimento alimentar e se inserem e influenciam as dinâmicas da alimentação no subúrbio carioca. As desigualdades socio-espaciais que permeiam o abastecimento alimentar na cidade do RJ e o acesso à alimentação adequada pela população nas periferias são questões que dizem respeito ao abastecimento e que precisam ser entendidas no conjunto de iniciativas populares.

As experiências que refletem as carências deste modelo e procuram enfrentar os limites do abastecimento dominante se fazem nas bases da agroecologia, uma rede de diversos coletivos e instituições, buscando contemplar as pontas da cadeia produtiva de alimentos: do cultivo ao consumo. Em meio aos desafios, procuram enfrentar características centralizadoras e os determinantes sociais da alimentação no território.

³⁸ Como aparece no texto produzido pela AS-PTA em 2021 para o dia 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil. Disponível em <https://aspta.org.br/2021/05/13/agroecologia-e-luta-anti-racista-caminhos-que-se-cruzam/>. Acesso em 31 de jul. 2025

³⁹ Carta Política GT Mulheres da ANA (2024). Disponível em <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2024/06/CARTA-POLITICA-Seminario-Mulheres-em-Luta-contra-o-Racismo-Ambiental-e-por-Justica-Climatica-GT-Mulheres-da-ANA.pdf>. Acesso em 01 de agos. 2025.

A centralização do abastecimento alimentar na cidade do RJ constitui um elemento estruturante das desigualdades socio-espaciais que incidem sobre o DHAA. Tal configuração que concentra os fluxos de produção produz uma lógica territorial que combina má redistribuição de recursos materiais e desvalorização simbólica de territórios racializados. O Mapa da Fome da cidade torna visível essa geografia de injustiças: as áreas com maior incidência de InSAN coincidem com aquelas mais distantes dos centros de abastecimento e com menor presença de políticas públicas de apoio à agricultura urbana e aos circuitos curtos de comercialização.

Em contrapartida, as experiências populares de abastecimento solidário e autogestionário atuantes em territórios periféricos emergem como práticas de reconfiguração do alimento, articulando redistribuição, reconhecimento e representação política. Essas experiências, ao descentralizarem o acesso à comida e afirmarem o alimento como bem comum e não mercadoria, confrontam o paradigma hegemônico de abastecimento e inscrevem-se como formas transformadoras, que ampliam os esforços coletivos. Estes, por sua vez, carecem de maior valorização política pelo acesso às políticas públicas de SAN e agricultura.

Desde a ótica da promoção da SSAN, uma política de abastecimento alimentar abrangente, portanto, as ações e instrumentos que promovam a ampliação do acesso a alimentos adequados e saudáveis oriundos de formas de produção e distribuição socialmente inclusivas, ambientalmente sustentáveis e valorizadoras da diversidade em suas várias expressões. Essa perspectiva analítica permite afirmar também que o abastecimento alimentar não é uma questão equacionada em nosso país, por mais produtivo e eficiente que se afirma ser o sistema alimentar nacional.

3 - SOBERANIA ALÉM DO PLANTAR E JUSTIÇA NO COLHER E COMER: CONTESTAÇÃO DAS INJUSTIÇAS ALIMENTARES POR RAZÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Os capítulos anteriores contribuíram para apresentar a problemática e enveredaram pelas questões de injustiças por razões étnico-raciais, os anseios e anúncios da experiência das mulheres do CEM. Seus esforços buscam defrontar e superar as dinâmicas predominantes de abastecimento alimentar na direção de dar conta da realidade da favela Terra Prometida de sua população e, particularmente, das mulheres negras que estão em ação pela soberania alimentar emancipatória.

Em meio aos seus desafios de produzir alimentos em um território não reconhecido pelo poder público, a segurança pública é questão-chave na luta das mulheres por soberania alimentar. Aqui discutimos essa problemática com análise das favelas cariocas e sua consolidação como uma “ameaça existencial” a ser securitizada. Estas questões podem ser visualizadas na experiência da Terra Prometida, com as ações de violência institucional do ERJ, que faz da região da SM alvo das políticas de morte, estimuladas na sociedade pela representação da região como *locus* do crime organizado e, pelo governo municipal como “o inferno verde”. Os discursos midiáticos e as práticas institucionais transformaram as favelas em territórios de exceção, justificativas de intervenções violentas e militarização que seguem em curso nos territórios, ceifando vidas.

Decorre daí o entendimento de que o acesso aos alimentos nesses contextos não pode ser analisado apenas pela ótica do acesso físico e/ou pela prática da agricultura como alternativa à dificuldade de acessar alimentos nos mercados pela distância e pela falta de renda. O que não deixa de ser fator significativo para a realidade analisada. A disputa do CEM pelo abastecimento, na perspectiva da AUAF, também sua disputa pelo campo da agroecologia e da AU na cidade e no RMRJ. Uma questão que precisa estar na centralidade dos debates públicos dos sistemas alimentares urbanos é a especificidade das experiências de agricultoras negras urbanas em território controlado pelo crime organizado, onde o trabalho de plantar e colher oferece riscos à vida.

Além de jogar luz sobre experiências populares de abastecimento das cidades, que defrontam a centralidade do abastecimento e a ótica dos mercados, também surgem críticas ao movimento agroecológico e à soberania alimentar que precisam dialogar mais

com as periferias urbanas e entendê-las como agentes ativas nesse processo. Com um olhar nas desigualdades históricas, estruturais e territoriais que impactam diretamente as condições de vida da população, os contextos de favelas revelam desigualdades no exercício de direitos humanos e sociais fundamentais para a dignidade e qualidade de vida. A fome e a InSAN expressam nestes territórios como a população favelada é sistematicamente violada e castrada de sua cidadania na busca por direitos, quando não pode reconhecer no Estado um agente de garantia, mas sim de ameaças, com o uso da força e violência.

Com base no que analisamos, agora se faz necessário percorrer questões de ordem conceitual sobre justiça e soberania para podermos qualificar melhor esses termos no contexto de favela. Um diálogo para além de perspectivas condicionadas de pensar a fome e a InSAN como efeito das desigualdades, mas destrinchar essas desigualdades que se apresentam de maneiras particulares e interseccionais entre os grupos. Considero aqui que, se o olhar local sobre as favelas for exclusivamente pela ótica do local como um espaço de desigualdades e dominação hegemônica por parte dos grupos criminosos, da exploração ambiental e do próprio Estado com o uso da força e violência sobre os moradores, esse olhar seria radical, como discute DuPuis; Goodman, (2005) quando propõe um “localismo reflexivo”.

Os autores analisam as conexões que os movimentos alimentares urbanos estabelecem, laços cada vez mais fortes entre a localização dos sistemas alimentares e a promoção da sustentabilidade ambiental e da justiça social. Para os autores, em vez de declamar o “particularismo radical” do localismo, é mais produtivo questionar um “localismo irrefletido” e forjar alianças localistas que levem em conta a igualdade e a justiça social. O artigo explora como esse tipo de política localista poderia se manifestar. Compreende a política dos alimentos no plano local como reflexiva e processual, assumidamente imperfeita e associada a uma concepção igualmente reflexiva de justiça alimentar.

Este capítulo então apresenta as principais lentes teóricas que guiaram a construção do olhar a ser empregado à realidade estudada sobre as noções de justiça e soberania alimentar. Primeiro, percorre as formulações tradicionalistas da teoria da justiça, com destaque à formulação clássica da teoria da justiça como equidade de John Rawls. Depois evidenciamos as críticas antirracistas e feministas negras à perspectiva normativa da justiça. As formulações propostas por Amartya Sen (justiça imperfeita) e

Nancy Fraser (reconhecimento) são postas em destaque para compreendermos questões dos direitos humanos, da liberdade, do reconhecimento e da democracia.

3.1 A ideia de Justiça e a crítica às soluções perfeitas

A Teoria de justiça iniciada pelos contratualistas marca uma divisão temporal da filosofia política clássica à moderna no pensamento moral sobre as sociedades democráticas e o que é devido a todos. A Teoria ideal de Rawls (2016) parte de uma perspectiva filosófica de organização racional para pensar o dever ser da sociedade e, assim, tomar decisões acerca do que é justo. Em outras palavras, a proposta rawlsiana é organizar as instituições e lidar com a justiça institucional de maneira mais sólida.

A questão maior imposta à justiça é explicar como as instituições sociais, econômicas, políticas e jurídicas, à base de uma democracia moderna, deveriam ser concebidas sem perder de vista as liberdades individuais de cada pessoa ao mesmo tempo que respeitam as demandas por igualdade democrática. Se capaz de responder essa questão, a Teoria da justiça de Rawls renova a ideia sobre o papel das instituições ao abandonar a concepção clássica utilitarista de que os direitos básicos dos indivíduos podem ser sacrificados em prol de um objetivo maior, que vem a ser a maximização do bem-estar social.

Rawls (2016) concebeu a Teoria da Justiça como capaz de conjugar os dois principais valores morais do mundo moderno: liberdade e igualdade. A primeira exprime o valor supremo na natureza humana e o segundo o valor fundamental na convivência política. Esses princípios conflituosos entre si moldam a questão maior que a filosofia política busca responder: o que é uma sociedade justa?

A proposta desde dois tópicos iniciais do capítulo é percorrer a crítica proposta por Amartya Sen (2009) à perspectiva contratualista, para compreendermos o que é devido a todos na estrutura básica, bem como compreender as circunstâncias da justiça para as desigualdades, com destaque para pensar raça e gênero nos processos de superação de injustiças na sociedade. Uma pergunta motora desta literatura circula na seguinte questão: é possível traçar uma régua que consiga identificar o que é justo ou injusto na estrutura básica para alcançar o ideal na sociedade democrática? Se a raça é pensada como arbitrariedade moral, isso resolve o problema do simbólico, mas e as desigualdades materiais? Por conseguinte, as formulações universalistas liberais

igualitárias de uma teoria da justiça comportam raça e gênero para resolver o problema das desigualdades materiais e simbólicas? Se sim, como essa formulação ajuda a ler realidades concretas que fundamentam as ações dos grupos nos territórios?

A retomada das questões de cunho ético e moral na economia e o foco voltado para o desenvolvimento do bem-estar fizeram com que Amartya Sen trilhasse uma discussão sobre a justiça. As ideias sobre o que é “justo” ou “injusto” emergem de modo natural como consectários dos pontos de análise propostos pelo economista, ao lado das noções de liberdade, divisão de recursos econômicos do Estado, políticas públicas, capacidade dos cidadãos para agir em prol de seus interesses e da coletividade, entre outras temáticas.

Amartya Sen, formulador de uma importante definição de desenvolvimento como liberdade e expansão de capacidades (Sen, 2010), propõe em “A ideia de Justiça” (2009) uma abordagem nova da justiça para se pensar questões transnacionais e plurais. De acordo com o autor, essa ideia de não traçar acordos sobre como seria um mundo perfeito, é o que dá esperança de realizar ações, pois sugere caminhos possíveis, caminhos estes que se constroem no decorrer dos processos. O autor destaca “os desvios” do institucionalismo transcendental na teoria rawlsiana, abordagem que se concentra na identificação de arranjos institucionais justos para uma sociedade. Para Sen, o limite dessa teorização tradicional da justiça “transforma muitas das questões mais relevantes da justiça em retórica vazia” (SEN, 2009, p.41). Isto porque trabalha com a busca de um cenário sequencial e priorizado para o desdobramento de uma sociedade perfeitamente justa.

Sen (2009) apresenta uma mudança substancial nas teorias da justiça predominante nos dias de hoje, com a necessidade de centrar-se no melhoramento da justiça, por meio da mudança institucional. O autor propõe essa abordagem sem perder de vista que a natureza da sociedade resultante de determinado conjunto de instituições depende, também, de características não institucionais, tais como os comportamentos reais das pessoas e suas interações sociais. Por essa formulação, Sen busca compreender a natureza e as fontes da privação de capacidades e da iniquidade para eliminar as injustiças manifestadas, que podem ser identificadas pela argumentação pública.

Ao reformular a Teoria da Justiça como “imperfeita” e “corrigível”, o autor aponta que as injustiças estão conectadas com as transgressões de comportamento, e não

com os defeitos institucionais, pois a justiça está fundamentalmente ligada ao modo como as pessoas vivem, e não meramente à natureza das instituições que as cercam. O que não se pode desconsiderar é o que inibe as capacidades dos indivíduos. No entanto, para o autor, o papel das instituições não deixa de ser importante. As instituições também podem ser significativas para facilitar a capacidade de examinar minuciosamente os valores e as prioridades consideráveis, sobretudo por meio de oportunidades para o debate público. A justiça de uma ação, então, deve ser medida em termos de sua capacidade de promover as liberdades.

Subjacente a essa forma analítica de abordar as manifestações de justiça para propor ações e seu equacionamento, está a necessidade de reconhecer que estes processos estão diante de questões com múltiplas dimensões e condicionantes. Com o olhar voltado às questões de desigualdades e injustiças por razões de raça e gênero, que aqui interessa, ao que parece, é possível associar as duas abordagens (Rawls e Sen) e tecer questionamentos que possam melhor compreender e assegurar o compartilhamento de todos os benefícios dos recursos existentes (econômicos, políticos, sociais, culturais etc.), e seus riscos, de maneira equitativa.

Esse ponto é importante para a análise aqui proposta, pois ao ter em sua marca de nascença uma essência contratualista, as teorias de justiça tradicionais não concebem indivíduos com identidades. Nesse sentido, as críticas aos contratualistas baseiam-se no fato de que estes constroem universais ahistóricos, pois se baseiam em princípios de ordem normativa, e não de teoria social. Um ponto de divergência entre Amartya Sen e a teoria da justiça de Rawls está no fato de que este último fundamenta sua análise em circunstâncias perfeitas e de arbitrariedades morais, com base em recursos internos.

Para Sen (2009, p.36), o que faz as pessoas de moverem, de “n” formas, não é a compreensão de que o mundo é privado de uma justiça completa, mas, combater as injustiças e iniquidades remediáveis que se deparam no caminho. São motivos que levam à ação. Nas palavras do autor, servem de exemplo as razões que levaram os parisienses a tomarem de assalto a Bastilha, Gandhi a desafiar o império onde o sol costumava não se pôr e Martin Luther King, com seu célebre discurso: “*I Have a dream*”. Eles não queriam alcançar um mundo totalmente justo, mas um em que pudessem remover as injustiças até onde fosse possível.

O que importa para essa abordagem de justiça proposta por Sen (2009) é a identificação de injustiças corrigíveis. Essa é uma questão apontada por Sen, pois para o autor, há um equívoco em formular que aspectos distributivos dão conta de problemas da injustiça, como discriminação de gênero, a fome, a desigualdade de distribuição dos recursos, por exemplo. Para Sen, essa ideia de não traçar acordos sobre como seria um mundo perfeito é o que dá esperança de realizar ações, pois propõe caminhos possíveis, caminhos estes que se constroem no decorrer dos processos. O que cabe a ser feito são diagnósticos que levam à ação para superação.

A “nova abordagem de justiça” proposta busca responder os seguintes questionamentos: “Qual é a necessidade de irmos além do nosso senso de justiça e injustiça? Por que precisamos de uma teoria da justiça?” Para além dessas perguntas, o autor salienta que é preciso perguntar também que tipos de argumentação racional devem contar na avaliação de conceitos éticos e políticos, tais como justiça e injustiça. O autor então apresenta uma teoria da justiça em um sentido amplo. O objetivo é esclarecer como proceder para enfrentar questões sobre a melhoria da justiça e a superação da injustiça, em vez de oferecer soluções para questões sobre a natureza da justiça perfeita. Isso se diferencia claramente das teorias da justiça predominantes na filosofia moral e na política contemporânea. Abordagem iniciada por Thomas Hobbes no século XVII e seguida, de diferentes modos, por destacados pensadores, como Jean-Jacques Rousseau.

Na abordagem apresentada por Sen, os princípios de justiça não são definidos com relação às instituições, mas quanto à vida e às liberdades das pessoas envolvidas. No entanto, as instituições não podem deixar de ter um papel instrumental importante na busca da justiça. O problema em questão é que muitas das teorias da justiça se concentram predominantemente em como estabelecer “instituições justas” e atribuem um papel acessório e secundário à capacidade de agência dos indivíduos.

Essa é a crítica de Sen para a teoria de “Justiça como equidade” de John Rawls, pois produz um único conjunto de “princípios de justiça”, que dizem respeito exclusivamente às instituições como agentes na constituição da estrutura básica da sociedade. Embora requeiram que o comportamento das pessoas cumpra integralmente as exigências do funcionamento apropriado dessas instituições. Essa perspectiva supõe que o comportamento seja apropriadamente obediente. Neste sentido, o autor aponta algumas inadequações dessa concentração dominante sobre as instituições, que não leva em conta questões básicas sobre a capacidade dos atores envolvidos.

O foco sobre a vida real na avaliação da justiça tem muitas implicações de longo alcance para a natureza e o alcance da ideia de justiça. A orientação da teoria da justiça que é explorada nesta obra tem influência direta sobre a filosofia política e moral, também apresenta relevância dos argumentos para algumas das disputas em andamento no direito, na economia e na política.

A perspectiva comparativa que interessa o autor está em fazer ligações em termos de promoção da justiça quando combatente de opressão, como no caso da escravidão, da sujeição das mulheres, nos protestos contra a negligência médica sistemática, ou na rejeição da tolerância silenciosa da fome crônica. Nessa linha de raciocínio, a democracia tem papel fundamental, pois quando essas questões são levantadas, elas trazem consigo a relevância de diversas considerações sobre “igualdade” e “liberdade” - que são princípios basilares à filosofia moral e política moderna. Dessa forma, a conexão evidente entre perseguir a justiça e buscar a democracia está inserida no governo por meio do debate, sua viabilidade e o alcance das reivindicações dos direitos humanos.

De acordo com o autor, para além disso, a democracia tem de ser avaliada não somente pelas instituições que existem formalmente como formula Rawls, mas também por diferentes vozes, de diversas partes da população, na medida em que de fato possam ser ouvidas. Para além da argumentação racional pública, resultando em uma compreensão da democracia como “o governo por meio do debate”, a democracia também precisa ser vista de forma mais genérica quanto à capacidade de enriquecer o debate fundamentado por meio das melhorias da disponibilidade informacional e da factibilidade de discussões interativas.

Para Sen (2009), a Democracia é também a Justiça, quando pensadas dessa forma, podem ter impacto sobre a busca em um nível global transgredindo o Estado-nação. Isto ocorre quando a ideia de democracia avança para além do estabelecimento de algumas instituições específicas (eleições e governos democráticos). Nas palavras do autor: (...) “tanto a democracia global como a justiça global podem ser vistas como ideias eminentemente compreensíveis que com toda a probabilidade podem inspirar e influenciar ações práticas para além das fronteiras” (Sen, 2009, p.11). Isto porque ambas permitem avançar em relação à possibilidade e ao alcance da argumentação racional pública, com a intenção de promover e não de aperfeiçoar as condições sociais.

Uma questão que o autor pontua ser importante da teoria proposta e que demarca uma novidade em termos analíticos sobre a teoria da justiça está na elucidação extensiva de ideias oriundas de sociedades não ocidentais, mais especificamente sobre a história intelectual indiana. Essa escolha analítica do autor merece atenção porque as teorias de justiça tradicionais (nas quais ele apresenta suas críticas) são em grande parte da filosofia política ocidental, com exigências da justiça, “limitada e até mesmo, paroquial”, como discorre Sen (2009, p.12).

Nesse sentido, Sen argumenta que “a necessidade de uma teoria da justiça está relacionada com a disciplina de argumentar racionalmente sobre um assunto do qual é muito difícil falar” (SEN, 2009, p.26). É uma questão difícil porque às vezes a justiça não é referida com base em argumentação racional, geralmente relacionada a eventos sensíveis que indicam situações de injustiças. Segundo o autor, em casos extremos, é tentador pensar assim: “como quando deparamos, por exemplo, com uma alastrada fome coletiva, parece natural protestar em vez de raciocinar de forma elaborada sobre a justiça e a injustiça”. No entanto, continua o autor: “uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se pudesse ter sido evitada, em especial se aqueles que poderiam ter agido para tentar evitá-la deixaram de fazê-lo”.

A exposição usada pelo autor busca explicar que, seja qual for o raciocínio argumentativo, ‘ele só pode intervir partindo da observação de uma tragédia e chegando ao diagnóstico da injustiça’. A injustiça é um campo complicado de se tratar porque, muitas das vezes, os casos de injustiça podem esconder questões muito complexas e sutis que uma estimativa de calamidade observável pode prever. Neste sentido o tratamento dado às noções de justiça e injustiça envolve diferentes argumentos, o que pode significar diversas conclusões não muito evidentes.

Um ponto importante a se destacar entre o marco da formulação da teoria da justiça de Rawls e suas interpretações está no fato de que dela é possível derivar leituras tanto progressistas quanto conservadoras, pois seus princípios pressupõem arbitrariedades morais. Outro ponto é que há várias concepções de liberalismo em disputa da ideia de igualdade e liberdade civis para a afirmação da prioridade dos valores individuais.

Mesmo com críticas, a maior responsabilidade da justiça está no papel conferido às instituições. Como visto por Amartya Sen, considera o papel das instituições como

locus de ação dos indivíduos para a superação das injustiças. Em Rawls, é a peça central para formar e reger os jogos morais. O que está em aberto é a necessidade de alcançar princípios da distribuição dos encargos e benefícios da estrutura básica social, para se fazer a justiça na igualdade humana fundamental.

Como visto no tópico acima, há em disputa uma ideia de justiça que rejeita os universalismos, a imparcialidade moral, neutralidade, razão universal e igualdade moral quando o assunto são injustiças. A teoria ideal compreende as questões no plano do dever ser e a teoria não ideal vem como crítica para evidenciar que é importante pensar no plano de como as coisas são. São apontamentos interessantes em termos analíticos, pois permite fazer leituras em dois planos diferentes da realidade social e política, como vistos em Rawls e Amartya Sen.

3.2 A substância da justiça e as desigualdades interseccionais: onde estão raça e gênero na teoria da justiça?

3.2.1 Raça e Gênero na perspectiva crítica da justiça normativa

Este último tópico sobre perspectivas clássicas sobre a justiça tem a pretensão de enveredar sobre a seara das críticas das teorias de justiça sobre o olhar da raça. Ou seja, perspectivas normativas antirracistas. A pergunta que o norteia é: como as desigualdades e injustiças são construídas? Essa pergunta é importante porque a raça em Rawls é a maior arbitrariedade moral na ordem da disputa da razão. Nesse sentido, pensar as desigualdades raciais e de gênero, dentre outras, e a justiça como um espaço devido a todos, é importante reconhecer como as desigualdades da estrutura básica são reforçadas e como seus componentes constroem racialização e desenvolvem contingências históricas de desigualdades injustas e alteram as posições dos indivíduos na sociedade.

As críticas antirracistas acerca do corpo duro das teorias tradicionais de justiça, estão voltadas para evidenciar que a teoria rawlsiana não incorpora em seu ideal de sociedade as desigualdades de raça e gênero. Dessa forma, gera um problema ao colocar tais questões à margem da teoria. E, dessa forma, é preciso criar uma teoria ideal que seja capaz de comportá-las na centralidade do debate.

Há em curso uma discussão, seja no campo da raça e do feminismo negro, de que gênero e raça estão nas piores posições, pois não se trata somente de desigualdades de classes econômicas, mas também sociais (simbólicas e materiais). Além disso, se

pensados a fundos os princípios de Rawls, tampouco existirão desigualdades distributivas dos recursos e meios de sobrevivência em uma sociedade perfeitamente justa, pois questões distributivas não resolvem o simbólico, e raça e gênero possuem consequências materiais e simbólicas.

Tommie Shelby (2016) argumenta que alguns filósofos políticos e teóricos jurídicos (como Anita Allen e Seana Shiffrin) expressaram perplexidade e desapontamento por Rawls não abordar questões de raça na sua teoria de justiça, nem quando dedicou maior extensão em seus escritos à justiça social. Na interpretação de Shelby, os pensadores liberais universalistas não negam a existência de problemas raciais. Segundo este autor, em dimensões formais e substantivas, a teoria de Rawls, se bem avaliada e aplicada, indiscutivelmente descartaria a maioria, senão todas as formas familiares de discriminação racial e injustiça.

O autor ainda salienta que na atualidade, a teoria rawlsiana continua possuindo aplicabilidade sobre o real, tais como a permissibilidade da discriminação racial, a justiça da ação afirmativa e a aplicação de leis antidiscriminatórias. No entanto, Shelby admite que Rawls não extrai essas implicações ou as elabora. Elas são passíveis de interpretação com base nos pressupostos fundadores, já que Rawls estava interessado nos princípios que regulavam uma sociedade bem ordenada. Dentro de tal sociedade, presume-se que todos ajam com justiça ao desempenhar sua parte na defesa de instituições justas. Nesse sentido, sobre questões de justiça racial, Rawls considera fora do alcance de suas principais preocupações teóricas, assim como outros pensadores de seu tempo e seus seguidores.

Tal posicionamento aparente de Rawls, ao silenciar-se sobre questões de raça em seu foco na teoria ideal, levou até mesmo alguns críticos a serem céticos quanto ao potencial de sua teoria estruturada para aprofundar nossa compreensão do problema da injustiça, levando-os a optar por uma estrutura teórica alternativa (Shelby, 2016). Freeman (s.d.), ao analisar a crítica de Charles Mills (2020) a Rawls e os rawlsianos, argumenta que se há erros graves a serem encontrados nas obras de grandes filósofos políticos, eles não devem ser descobertos focando em alguma inconsistência aparentemente menor, mas se são em grande escala e dizem respeito aos pressupostos fundamentais da teoria.

A crítica de Mills (2020) circula no caráter a histórico e apolítico dos contratualistas ao desconsiderar diversos acontecimentos que configuram as sociedades modernas e são marcadores de injustiças raciais e de gênero, dentre outras discriminações (contra latinos, chineses, japoneses, imigrantes etc.), sobretudo sob controle do ocidente, onde a filosofia política domina o pensamento. De acordo com Mills, a publicação do livro “Teoria da justiça” de Rawls inaugura um novo padrão de filosofia política e reorienta o foco normativo do campo a partir da questão de política, colocando as instituições, sobretudo o papel do Estado, com a questão da justiça da “estrutura básica” da sociedade.

A questão que fundamenta as críticas do autor está no fato de que o ambiente conceitual e teórico ideal foi criado para falar sobre questões de justiça racial, que marcam a segunda metade do século XX, especialmente na esteira dos protestos dos anos 1960, nos Estados Unidos em prol de direitos civis, munidos pelo pós-guerra global e pela descolonização. No entanto, o tema foi marginalizado não apenas em Rawls e rawlsianos, mas em toda e vasta literatura secundária de seu trabalho que foi desenvolvido no percurso dos acontecimentos do século. Além também dos teóricos da direita do espectro liberal e dos não-liberais da tradição comunitária. Isso marca um padrão de negligência em todo o campo do liberalismo.

Mills (2020) lança então um olhar desconfiado à tradição da filosofia política e faz alguns questionamentos bem contundentes: como o projeto de justiça liberal afetou seus conceitos cruciais, normas, estruturas e hipóteses? Que silêncios, opacidades, inadequações poderíamos encontrar no liberalismo, dado seu percurso ao longo da história? Por que gênero e raça não estão envolvidos?

Mills (2020) então elabora algumas questões pertinentes às falhas do liberalismo:

A questão é, então, que, uma vez reunidas todas as exclusões de fatos históricos reais, liberalismo, devemos ser capazes de ver que uma conceituação que os representa como “anomalias” e “desvios” é fundamentalmente errado. As variedades dominantes do liberalismo histórico excluíram a maioria da população mundial de igual consideração normativa. Mas se exclusão é modal – se homens brancos proprietários são os maiores beneficiários da modernidade liberal – então como pode a narrativa convencional de uma transição clara do mundo de “estados” hierárquicos para um mundo de “indivíduos” iguais sejam sustentados? (MILLS, 2020, p.6; Tradução livre).

De acordo com o autor, a explicação para a exclusão de indivíduos na epistemologia do pensamento liberal se deu devido à branquitude demográfica da academia ocidental que promoveu um arcabouço conceitual branco. A injustiça racial nos

estados liberais na modernidade tem muitos fragrantos de injustiças, bem como gênero, envolvendo grandes atrocidades. Segundo o autor, somente com o impulso relativo de mulheres no campo filosófico a partir de 1970 foi que a questão começou a ser debatida.

Shelby (2004) argumenta que é na justiça da estrutura básica que o racismo institucional e individual deve ser pensado. Pois, nela se encontra a abstração de que o preconceito racial não é codificado por nossa concepção compartilhada de justiça. As partes do contrato social são realmente pessoas brancas, pois somente esses indivíduos eram considerados como pessoas, sem preocupação com gênero. No entanto, é sabido a todos que não há subpessoas em uma concepção de justiça. Neste sentido, a concepção de justiça deve ser derivada unicamente de ideais fundamentais, valores e princípios implícitos na cultura política de uma sociedade democrática. Para o autor, a construção do modelo de Rawls permite uma formalização de sua teoria ideal para chegar na realidade, que é racista.

Portanto, a pergunta que tiramos das críticas antirracistas é: como construir uma teoria da justiça racial com base nos fundamentos da teoria clássica da justiça que consiga superar universalismos, sem desconsiderar as desigualdades por questões étnico-raciais no conjunto de injustiças construídas na estrutura básica da sociedade? Uma resposta para isso é pensar como raça e gênero se entrelaçam, questionando que concepções teóricas não dão conta de abarcar completamente a realidade, mas são uma forma de lê-la e propor questionamentos e soluções que incluem todos os indivíduos e suas particularidades de raça e gênero.

Digo isso, porque o universalismo político constitucional (regido por lei, como Constituição Federal de 1988) postula direitos civis por decreto, mas este não passa a existir na realidade concreta do cotidiano das pessoas. Lembrem-se do dilema do trem, na busca pelo acesso às plataformas de direitos. Em Rawls, a liberdade e a igualdade humana são termos constitutivos. Sendo basilar a liberdade igual a todos os indivíduos e a igualdade de liberdade. Dentro dessa formulação, há o liberalismo igualitário que só é compatível com uma ideia de liberdade efetiva. Essa liberdade tem um lastro com a justiça distributiva que assegura que as pessoas de fato tenham liberdade diante dos recursos e dos meios de sobrevivência, liberdade de estar bem nutridas, de escolher sua profissão, de transitar e da segurança pessoal.

Em uma sociedade em que há a cultura de direito efetivo de liberdade, é plausível pensar o que é devido a todos. A justiça então deve neutralizar aquilo que moralmente afeta a definição arbitrária do que não deve intervir sobre o exercício dos direitos dos indivíduos, como raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outros. O ponto da teoria rawlsiana é construir um tipo de ontologia em sua teoria normativa que evita incorporar teoria social; isso o respalda na construção dos princípios de justiça. Justifica a sobrevivência da justiça mesmo quando comparada e projetada com formas de pensar diferentes teorias.

O ponto-chave que se pode tirar de tais referências aqui abordadas, primeiro, a justiça como equidade de Rawls, segundo a crítica de Amartya Sen e a aplicabilidade da Teoria da Justiça para pensar raça e gênero, é o fato de que todos estão buscando um tipo de ideia de igualdade e liberdade civis. Neste sentido, cabe a tais formulações acerca de quais princípios de justiça se fundamentam, se esta viola a liberdade dos indivíduos. Como um conceito que implica questões morais e éticas, o diálogo e a comunicação não são apenas partes do objeto de estudo da teoria da justiça, como disserta Sen (2009, p.89), mas também “a natureza, a robustez e o alcance das próprias teorias propostas dependem de contribuições com base em discussões e debates”.

Rawls estava preocupado em conceber uma sociedade pela teoria normativa em que pudesse especular, neste sentido, nada mais justo que uma teoria ideal fundamentada em princípios imunes de contingências, e que sejam capazes de caber em quaisquer sociedades. Mas, como postula Amartya Sen, na busca por justiça na realidade concreta, os indivíduos em sua agência estão interessados em superar as questões de desigualdades promotoras de injustiças até onde seja possível, não partindo da ideia de perfeição.

Em contrapartida, Sen (2009) busca fazer uma análise da justiça sob uma perspectiva do social (atores sociais), ao elaborar uma abordagem teórica da razão prática, uma escolha do social como uma abordagem teórica da justiça. Uma teoria que lê a justiça como uma estrutura que não ignora a perspectiva mais ampla das realizações sociais, e a pluralidade de suas normas e valores políticos.

Uma abordagem transcendental não pode, por si só, responder a perguntas sobre como promover a justiça e comparar as propostas alternativas para ter uma sociedade mais justa, a não ser propor utopicamente dar um salto para imaginar um mundo perfeitamente justo.

(...)

Na verdade, as respostas que uma abordagem transcendental à justiça dá — ou pode dar — são completamente distintas e distantes do tipo de interesses que levam as pessoas a envolver-se nas discussões sobre a justiça e a injustiça no mundo (por exemplo, as iniquidades da fome, da pobreza, do analfabetismo, da tortura, do racismo, da submissão feminina, do encarceramento arbitrário ou da exclusão de tratamento médico, como características sociais que necessitam de reparação) (Sen, 2009, p. 93-94).

Existem então duas formas diferentes de análise, uma no plano de “como as coisas são” e outra no plano de “como as coisas devem ser”. Cada ponto de partida recai diferente sobre a realidade social e política e a essa leitura fica então em aberto a seguinte questão: existem condições e possibilidades de base pública (instituições) razoáveis para a justificação de posições normativas na estrutura básica sobre questões políticas fundamentais, como raça e gênero? Em outras palavras, que mecanismos institucionais temos para reverter as injustiças que sejam capazes de alcançar equidade de raça e gênero?

A perspectiva proposta por Amartya Sen parece se acomodar melhor a esta questão ao valorizar a agência dos indivíduos como atores do processo de superação de injustiças e construção de justiça pelas capacidades. Acerca da liberdade e da capacidade, Sen considera que “o conjunto de capacidades representa a liberdade pessoal de realizar várias combinações de efetivações” (Sen, 2010, p.7). O indivíduo que possui liberdade detém escolhas disponíveis a seu critério. Nesse sentido, a possibilidade de escolha é uma experiência valiosa, relacionada “ao fato de que oferece à pessoa oportunidades para alcançar várias situações desejáveis” (Sen, 2010, p.7). O autor insiste na necessidade de que a racionalidade ceda mais espaço para uma percepção mais ampla da natureza humana, ao mesmo tempo que aponta caminhos para a ação.

3.2.2 Por uma teoria da justiça antirracista e de gênero

Assim como fundamentou Durkheim (1970) ao postular “As regras do método sociológico”: “um fato social só pode ser explicado por outro fato social”. Neste sentido, a raça, como uma construção social, nos termos da sociologia, é um conceito que requer lastro com o social. Quando a teoria da justiça se coloca como uma forma de ler e produzir análises sobre a estrutura básica da sociedade ela assenta sobre uma diversidade de questões imbricadas na Sociologia que tem sua marca de nascença na disputa entre indivíduo e sociedade: “primazia de indivíduos” (tradição weberiana), “primazia da sociedade” (tradição durkheimiana); “relação recíproca” (pós-estruturalistas) e a quebra

da dualidade com Marx (1984) que afirma de forma categórica: “o indivíduo é o ser social”.

Nas diferentes visões clássicas, a sociedade implica-se em interações que resultam em fenômenos sociais, como as desigualdades sociais, fruto das relações sociais e econômicas. A raça é fruto da ciência (dentro da biologia e da antropologia física, que agora é entendida como pseudociência), uma categoria analítica da criação de indivíduos divididos em raças humanas, em que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, associada ao desenvolvimento diferenciado de valores morais, psíquicos e intelectuais. Essa foi uma forma de pensar os indivíduos e populações e hierarquizar as sociedades e fundamentou o racismo (Guimarães, 2003). Uma doutrinação que sobreviveu à criação das ciências sociais e, mesmo nos tempos atuais, ainda guarda seu espectro na forma de conceber as sociedades nos diferentes cantos do mundo.

O fato é que somente muito recentemente a sociologia tem se dedicado a compreender o racismo como uma categoria analítica, seja como uma propriedade das estruturas sociais (Almeida, 2019), como uma forma social oriunda da escravidão (Sodré, 2023), ou como um dispositivo (Carneiro, 2023), sobre relações raciais e quilombos com Abdias Nascimento (1978, 1980) e Clóvis Moura (2021)⁴⁰, em larga produção. Também como legado da colonialidade (Quijano, 2008). A racialização e o racismo são indissociáveis dessas experiências de opressão, que afetam grandes parcelas da população da maioria dos países do globo, quando não comunidades nacionais inteiras. Assimetrias ligadas à racialização se manifestam em uma pletora de relações humanas, sejam elas políticas, jurídicas, econômicas ou culturais.

Neste sentido, a teoria política normativa, que trata de questões morais da centralidade do racismo das desigualdades contemporâneas, em especial, as teorias políticas da justiça, tem pensado, predominantemente, as desigualdades políticas e econômicas como objeto de teorias políticas ideais, relegando as desigualdades raciais às teorias políticas não ideais. A pressuposição é que há possibilidade de desigualdades econômicas justas, mas desigualdades raciais são injustificáveis e devem desaparecer.

⁴⁰ A respeito destes dois autores, abre-se um parêntese para dizer estão dentre os mais citados, sendo, por vezes, os únicos mencionados ou convidados a integrar coletâneas das quais quase nenhuma mulher negra participa, como discute Nascimento (2021).

Essa aparente radicalidade da abordagem, contudo, acaba por contribuir para a subterfuge das desigualdades de raça.

Aqui parte-se do entendimento de que teorias da justiça devidamente universalistas, tanto no plano do entendimento da igualdade quanto da liberdade, são e devem ser antirracistas tanto no plano das teorias ideais quanto não ideais. Em outras palavras, o fundamento teórico-normativo subjacente é a de que a racialização é um fenômeno que deve ser considerado tão perene quanto a construção das desigualdades econômicas e deve estar no centro da fundamentação e da justificação, tanto quanto os processos econômicos de construção de desigualdades no acesso a direitos, liberdades, capacidades, qualidade de vida, bem-viver etc.

Como adiantou Beatriz Nascimento (2021, p.34): “Um trabalho que trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas socioeconômicos como também raciais”. Dessa forma, como este trabalho estabelece relações entre ideias de justiça, direitos, soberania e segurança numa lógica de emancipação social, é preciso ter em mente que assim como a teoria da justiça proposta por Rawls produziu uma abstração total sobre a sociedade, ignorando a questão da raça, para propor instituições perfeitamente justas, no Brasil, a sociologia regida pela branquitude⁴¹ (quando não mais podendo se alicerçar no racismo científico pós-escravatura) criou a democracia racial⁴² para eximir a raça da complexidade social, promotora de injustiças entre os indivíduos na sociedade. Nascimento (2021, p.58) discute que essa negação do preconceito racial, antes de constituir uma “reflexão consciente de nossa situação, traduz uma certa urgência de aliviar os possíveis conflitos decorrentes do confronto de poder entre as etnias que formam nossa sociedade”.

Nascimento (2021, p.54) entende o racismo como: “Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçar sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios.” Ao propor uma leitura da realidade brasileira por uma perspectiva histórica da formação da sociedade em hierarquias raciais e de gênero (“Uma história feita por mãos negras”), Nascimento abriu caminhos para uma

⁴¹ Em referência ao “Pacto narcísico da branquitude” de Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento, 2002), um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas.

⁴² Gilberto Freyre foi o grande ideólogo do termo “democracia racial”, com obra pioneira neste sentido, da tolerância racial brasileira e que se vangloriava do Brasil cada vez mais moreninho (Nascimento, 2021).

discussão sociológica da raça e de gênero na sociedade brasileira, descosturando uma ideia do tecido social alinhavado pela democracia racial.

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial. A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra.

Em perspectiva complementar, Gonzales (1984), discute que no Brasil, a interpretação do duplo fenômeno da questão racial e de gênero depende do lugar em que nos situamos. A sociedade brasileira forjou uma naturalidade das condições de vida da população negra que domesticou as relações raciais de dominação (democracia racial) ao passo que a população negra, “infantil e preguiçosa”, não avança em termos sociais e econômicos por “irresponsabilidade e incapacidade intelectual”. Para Gonzales (1984, p. 224), o “racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”. A discussão proposta por González, bebendo da psicanálise, vai de encontro ao “Dilema axiológico” proposto por Clóvis Moura na década de 1970, para retratar o problema social brasileiro que destituiu de agência pessoas negras; e, por isso, estão sob jugo da moralidade (de Bom Escravo a Mau Cidadão) (Moura, 2021).

Nascimento discute que a naturalidade em que a sociedade brasileira age sobre a pobreza e vulnerabilidade da população negra os relega à sua própria responsabilidade. Dessa forma, as condições de vida dos moradores de favelas resultam de sua incapacidade de desenvolver.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzales, 1984, p.225-226).

Nestes termos, quando se discute o que é “justo” ou “injusto” na estrutura básica da sociedade, o princípio de “cooperação entre cidadãos que se consideram iguais”⁴³, não está presente em grande parte das sociedades com diferentes grupos étnico-raciais a exemplo do Brasil, dentre outros países.

A literatura norte-americana tem produzido uma série de derivações sobre a perspectiva rawlsiana, do ponto de vista crítico antirracista e de gênero e defesas. Uma dessas produções é a questão levantada por Shelby (2016) para discutir os guetos americanos, com a maioria negra vivendo na pobreza. Para o autor, o problema é não reformular a questão da justiça como implicada na ação. Ao invés de tratar o problema da pobreza das comunidades negras sob duas relações destituídas de agência negra, que os tornam incapazes de agir sobre sua realidade ou causadores de seu próprio destino: (i) como ausência estatal que não desenvolve uma estrutura de oportunidades que permita que aqueles nascidos ou criados em “guetos” escapassem da pobreza; (ii) ou apontar para as atitudes e condutas dos moradores, argumentando que os negros pobres deveriam fazer escolhas melhores e parar de culpar o governo ou o racismo pelas dificuldades que efetivamente impuseram a si mesmos.

Ambas as visões tradicionais da justiça tendem a tratar aqueles que enfrentam as injustiças como vítimas passivas, em vez de potenciais contribuintes para uma solução. Shelby chama isso de “problema da agência rebaixada”. Um modelo que não questiona, por si só, o privilégio injustificado daqueles que se beneficiam de estruturas injustas, levando assim ao que o autor chama de “vantagem injusta”.

Essa vantagem injusta se expressa na espacialidade nas cidades como injustiça estrutural. Para o autor, a emancipação do “gueto” deve envolver a ação política daqueles que vivem nele. Embora relativamente tenha desenvolvido pouco sobre como isso deve ser feito, ou como catalisar e acelerar os movimentos sociais existentes, sua abordagem vai de encontro com a visão de justiça de Amartya Sen, com a perspectiva da liberdade e das capacidades com escolhas, como pano de fundo uma nova estrutura básica justa que reconheça que as soluções para os problemas (injustiças) não estão no plano do perfeito, mas do alcançável.

⁴³ O princípio fundamental da justiça em Rawls pressupõe reciprocidade, ou mutualidade, para a sociedade considerada como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos livres e iguais, de uma geração para a outra (Rawls, 2016, p.64).

Essa interpretação de Shelby (2016) para pensar o problema social escancarado pelos guetos americanos vai de encontro à perspectiva proposta por Cida Bento (2002) sobre o pacto narcísico da branquitude para refletir sobre a sociedade brasileira. De acordo com essa abordagem do racismo, o pacto não verbalizado⁴⁴ perpetua as iniquidades raciais e de gênero ao passo que o mesmo segmento masculino e branco se mantém institucionalizado em todas as instâncias de poder que influenciam o país (governos, organizações públicas, privadas e da sociedade civil, dentre outras). Ao mesmo tempo que fortalece o mesmo grupo de iguais, este exclui os que não pertencem; dessa forma, as desigualdades são sustentadas pelo “mérito” daqueles que estão dentro dessas instituições e daqueles que não estão devidamente preparados.

Cida Bento (2002) inova ao propor uma abordagem da raça e do gênero no Brasil ao jogar luz sobre a “branquitude” como uma categoria racializada, com privilégios e poder. Ou seja, “branco” também é uma raça e deve ser analisada como tal, pelas Ciências Sociais. Enquanto na realidade norte-americana, Shelby (2016) propõe que o problema da justiça está nas vantagens injustas e expõe as tentativas de “consertar” guetos ou “ajudar” seus habitantes pobres ignorando questões fundamentais de justiça. Uma proposta de solução que não consegue enxergar os pobres urbanos como agentes morais que respondem à injustiça. Já no Brasil, o pacto da branquitude desvela a responsabilidade branca no centro do debate em enfrentar o racismo institucional e as injustiças que esta provoca. Além de se beneficiar de condições institucionais, este grupo cria os mecanismos que perpetuam suas posições de igualdade nos espaços de decisão, enquanto as iniquidades são destinadas aos grupos não brancos.

O pacto narcísico é isso, é olhar para um país como o Brasil e perceber, em todo o tipo de organização, que as lideranças são brancas. O Judiciário, o Executivo, o Legislativo, as grandes empresas, as organizações da sociedade civil, as esquerdas, as direitas e o centro são brancos. E tem um jeito de assegurar a presença branca contínua, que é o fortalecimento, a preferência silenciosa e profundamente ideológica de iguais.

(...)

o pacto narcísico é um pacto também de morte. O conceito de narcisismo é um conceito de morte, ele é um pacto de morte no sentido de que é uma sociedade toda totalmente desumanizada e desfigurada por um grupo que quer se manter no poder a qualquer preço, cada vez mais assustado com a ampliação das vozes que apontam a branquitude. E é esse pacto que os mantém nessa condição de privilégio e poder (Bento, entrevista à DiAngelo, 2020; p.18-19).

⁴⁴ A autora explica que por “pacto” sua análise não diz respeito a um acordo combinado, mas uma estrutura social baseada na raça em que brancos se auto beneficiam entre si e criam laços entre seus iguais.

Nos capítulos anteriores vimos como essas questões assentam sobre as experiências de mulheres negras que se capacitam em prol do bem-viver na favela. Elas jogam luz sobre a agência das mulheres negras nos territórios favelados, sobre a violência acometida à SM. Sob a perspectiva da “vida sob cerco” (Machado da Silva e Leite, 2008), e da necropolítica de (Mbembe, 2016), do controle das populações pelo “fazer morrer”, analisamos como a vida é cerceada por um conjunto complexo de relações, com forte presença do Estado como ator deliberador da morte e da violência (sem perder de vista as ações dos contraventores da lei no território).

Não obstante, as mulheres do CEM constroem levantes de uma favela pela perspectiva do bem-viver. Memo que suas ações são constantemente podadas por operações policiais, conflitos de terra e ausência de infraestrutura urbana; concepções de vida com qualidade, direito e justiça pela soberania alimentar são embasadas pelo trabalho e pela coletividade de mulheres negras, munidas de intelectualidade ancestral. Mas a realidade cotidiana das atividades com a Cozinha Solidária, com a Roda de Mulheres em parceria com o SUS, na agrofloresta e com atores das redes de agroecologia do RJ não deixa de se expressar como o racismo está institucionalizado em todas essas relações.

Como bem analisou Cida Bento na citação acima, quando olhamos a fundo, percebemos que “em todo o tipo de organização, as lideranças são brancas”. Como observado no cotidiano do CEM e ouvido das mulheres do território sobre a questão do reconhecimento financeiro do trabalho e da representatividade negra nos espaços de lideranças dos movimentos sociais da alimentação, faz despertar neste trabalho de tese como essa questão é fundamental para pensar as capacidades de contestações de injustiças e promoção da soberania alimentar.

No capítulo II foi discutida a experiência do CEM diante da disputa do abastecimento e do Campo Agroecológico na RMRJ que passa pela necessidade de afirmar a presença negra favelada e a pauta da segurança pública nos espaços de debate da Agroecologia. Vimos que a crítica feminista antirracista e antissexista à agroecologia enquanto ciência, prática e movimento vêm no sentido de constranger a branquitude agroecológica e despertar nestes grupos a necessidade de ruptura epistemológica em todas as instâncias. Mais à frente, quando entrarmos em questões sobre os movimentos por soberania e justiça alimentar, trataremos mais a fundo de como essas questões são debatidas sob o ponto de vista teórico e metodológico, como a experiência brasileira e

latino-americana tem potencial de fazer da agroecologia uma estratégia transformadora da sociedade.

A respeito disso, antes podemos pegar subsídio na formulação de justiça social proposta por Nancy Fraser (2001, 2006), para pensar os dilemas da justiça que os grupos sociais marginalizados fizeram emergir. Essa virada de “identidade”, “diferença” e “dominação cultural” deu novos subsídios para pensar ideias de justiça concorrentes com a perspectiva tradicionalista que pontua a igualdade como solução perfeita.

Amartya Sen (2009) ampliou a noção de justiça ao enfatizar a expansão das liberdades e capacidades reais das pessoas, deslocando o foco da mera distribuição de bens para as condições efetivas que permitem o exercício da autonomia e a realização de uma vida digna. No campo alimentar, isso significa assegurar não apenas a disponibilidade de comida, mas também o direito de acesso, escolha e produção autônoma de alimentos adequados e culturalmente significativos. Para pensar a justiça alimentar a partir disso, busca-se, na seção seguinte, inteirar a perspectivas antirracista e antissexista ao trazer as contribuições de Nancy Fraser. Com vistas às questões postas acima, entendemos que é necessário ir além da dimensão física e nutricional dos alimentos e da alimentação, para compreender o acesso à comida como uma questão étnico-racial, de gênero, social, política e ética, que envolve reconhecimento, redistribuição e liberdade.

3.2.3 Os dilemas da justiça: o reconhecimento da igualdade na diferença

As lutas por reconhecimento marcam o final do século XX e inauguram a forma paradigmática de conflitos políticos pelo “reconhecimento da diferença”. De acordo com a pensadora Nancy Fraser (2001, p.233), as históricas dominações como etnicidade, “raça”, gênero (e sexualidade), “um princípio estruturante básico da economia política”, denominadas pela autora como “*coletividades bivalentes*” se tornam combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras de pertencimento e em busca de justiça (econômica e cultural). Para a autora, gênero e raça são paradigmas de coletividades bivalentes porque são afetados tanto na esfera do econômico, a começar pelo passado de colonialismo e escravização e socio-culturalmente inferiorizados; e das *mulheres*, por muito tempo confinadas ao trabalho doméstico-reprodutivo ou subempregadas no

mercado de trabalho empregadas em condições desiguais de remuneração comparativamente aos seus pares homens⁴⁵.

Fraser propõe que as lutas por justiça se organizem em torno de duas dimensões principais: a redistribuição e o reconhecimento. A primeira refere-se à dimensão socioeconômica da injustiça, relacionada à má distribuição de recursos e oportunidades. Envolve enfrentar desigualdades estruturais de classe e promover uma reorganização das estruturas econômicas, de modo que todos tenham acesso equitativo a bens, renda e poder. Justiça do reconhecimento, por sua vez, aborda a dimensão cultural e simbólica da injustiça, que se manifesta por meio do desrespeito, estigma e desvalorização identitária. Envolve o reconhecimento igualitário das diferenças culturais, étnicas, raciais, de gênero, sexuais etc., conferindo dignidade.

A autora argumenta que essas duas dimensões são interdependentes e se reforçam mutuamente, e, portanto, é necessário um modelo integrado de justiça, capaz de redistribuir recursos e reconhecer diferenças ao mesmo tempo. Segundo Fraser, a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. Dessa forma, não é coerente formular uma ideia de justiça com redistribuição sem o reconhecimento. O reconhecimento cultural aglutina a redistribuição socioeconômica e contesta as injustiças e se torna objetivo da luta política.

Ao invés de concorrer a “reconhecimento cultural” e “igualdade social”, a autora busca teorizar como os meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente. Como ambas tratam de processos de injustiça, é preciso recorrer às perspectivas políticas em torno de concepções sobre “justiça econômica” e “injustiça cultural”. A solução para a primeira deriva de uma síntese que a autora denomina de “redistribuição” e, a segunda, uma mudança cultural ou simbólica, o “reconhecimento”.

Quando se usa a lente analítica de Fraser para pensar a injustiça de gênero, ela pode ser interpretada como uma espécie de injustiça distributiva-cultural que clama por compensações redistributivas, mas também reconhecimento da diferenciação cultural, pois *gênero*, por si, é um modo bivalente de coletividade. No entanto, quando colocamos raça na equação, que estrutura a divisão capitalista do trabalho por meio de construção

⁴⁵ Destaco aqui a questão das mulheres negras, que, como discutido por Nascimento (2021), estão em posição social diferentes das mulheres brancas, pelo dispositivo racial e de gênero.

autorizada de normas que privilegiam o ser branco. Nestes moldes, a injustiça racial aparece como uma espécie de injustiça distributiva que clama por compensações redistributivas e dimensões culturais-valorativas, que a inserem no universo do reconhecimento.

Uma vez que as pessoas de cor sofrem, no mínimo, de dois tipos de injustiça analiticamente distintos, elas necessariamente precisam, no mínimo, de dois tipos de remédios analiticamente distintos: redistribuição e reconhecimento, que não são facilmente conciliáveis. Enquanto a lógica da redistribuição é acabar com esse negócio de “raça”, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade do grupo. Eis, então, a versão anti-racista do dilema da redistribuição-reconhecimento: como os anti-racistas podem lutar ao mesmo tempo para abolir a “raça” e para valorizar a especificidade cultural dos grupos racializados subordinados?

Para tal efeito, Fraser (2006) elabora de maneira mais aprofundada a abordagem da justiça sob o dilema da justiça no livro “O que é a justiça Social? Reconhecimento e redistribuição”, por meio de duas hipóteses com soluções transversais: remédios corrigíveis e remédios transformativos. A primeira vertente propõe soluções corretivas para a injustiça nos resultados injustos da organização social sem tocar em suas causas profundas, tanto nos termos distributivos quanto culturais, pois não abandona as estruturas de divisão racial e de gênero. Por outro lado, a segunda sugere soluções transformadoras, que visam as causas profundas. A oposição se dá entre sintomas e causas, não entre mudança gradual e transformação radical. Numa perspectiva de desconstrução antirracista socialista, visando desmantelar o eurocentrismo. A desconstrução é uma cultura em que dicotomias hierárquicas raciais são substituídas por uma rede de diferenças múltiplas que se entrelaçam e que permanecem: o reconhecimento da igualdade na diferença.

Fraser (2006) é categórica ao afirmar que o dilema é real e não deve ser compreendido apenas como um exercício teórico. Uma formulação de justiça precisa estar no plano que abarque o contexto de lutas múltiplas e cruzadas que enfrentam as injustiças de mesma característica. E essas formas são ainda mais difíceis de combater por ações corretivas.

Suspeito que o socialismo no plano econômico e a desconstrução no plano cultural constituem a combinação de melhor qualidade para enfrentar esse dilema no caso de grupos mistos como gênero e raça, pelo menos quando os considero isolados. Resta demonstrar que essa combinação funciona em nosso contexto sociocultural mais amplo. Afinal, gênero e raça não são totalmente disjuntos, mais do que eles não são disjuntos do aparelho de classe ou da sexualidade. Esses diversos eixos de injustiça surgem de uma maneira que afeta os interesses e a identidade de cada grupo e estes podem se cruzar entre si (Fraser, 2006, p.40).

Para a autora, a complexidade da classe, da raça, do gênero e da sexualidade torna-se, portanto, mais premente a necessidade de remédios transformadores e mais prejudicial à combinação do socialismo e da desconstrução. É preciso dar mais consideração às concepções alternativas de redistribuição e reconhecimento que realmente nos permitam fazer justiça a todos.

Posto dessa forma, mulheres negras estão diante de dois tipos de injustiça (raciais e de gênero), cada uma com seus respectivos polos bivalentes compostos por lutas múltiplas e cruzadas. Os “dilemas da justiça” propostos por Fraser são perceptíveis na luta por reconhecimento do trabalho de construir soberania alimentar na favela pela AUAF (em termos culturais e econômicos), enfrentados cotidianamente pelas mulheres do CEM na disputa pelo território da Terra Prometida, pelo direito à cidade, pelo abastecimento alimentar e pelo campo agroecológico que está inserido. Neste sentido, além da bandeira do “sem feminismoS não há agroecologia”, o CEM levanta a bandeira do “por uma agroecologia antirracista, se tem racismo, não tem agroecologia” e a de que a favela também possui um sistema alimentar. Questões discutidas nos capítulos anteriores que são expressas no lema do coletivo: “fortalecer a soberania alimentar, feminista, antirracista e emancipatória na Serra da Misericórdia construindo bem-viver na favela”.

Lembra-nos, Fraser, que seu propósito ao formular o dilema da “redistribuição-reconhecimento” é abolir ou mitigar, o mais possível, as desigualdades arbitrárias de um grupo com relação aos outros, que institucionalmente, no campo das políticas públicas, se refere a abolir ou mitigar os privilégios enquanto opostos aos direitos. Embora a perspectiva de Fraser (2001, 2006) de justiça transformadora pareça contrapor-se à abordagem de justiça corrigível de Amartya Sen, a autora não deixa explícito que, mesmo com um compromisso com o igualitarismo, não se compromete com nenhuma abordagem de teóricos igualitários em particular. Se bem observados, ambos os autores guardam consigo que a justiça para todos está no campo do possível, tendo em conta a arbitrariedade presente nas relações sociais e econômicas.

O diálogo entre justiça corrigível e transformadora forma um cimento de perspectivas que nos permitem analisar, na realidade concreta em que agem os movimentos sociais - em especial, os interessados na alimentação como direito -, bem como o que movem as pessoas para processos justos na sociedade, tendo em vista a cesta de valores na ordem dos indivíduos e coletivos. Atrelada à análise multidimensional do

tema, com a abordagem do reconhecimento nos termos das diferenças, ficou evidente que estas podem ser vias paralelas na construção de sujeitos livres e capazes de construir futuros desejáveis, enquanto agem sobre o que conhecem. Por via disso, análises unidimensionais, universalizantes e perfeitas, geralmente dissimuladas, de todo modo, não condizem com as “carências objetivas” que grupos minoritários sofrem.

3.3 A Agroecologia como potencial transformador mais amplo da sociedade

Após firmadas algumas questões teóricas acerca da justiça que fundamentam a perspectiva teórico-metodológica desse trabalho, dessa seção em sequência, abordarei como o tema da justiça é mobilizado pelos movimentos alimentares, tendo em vista as narrativas, ideias e proposições contrastantes de atores-chave em disputa sobre os termos “sustentabilidade” e “justiça” em sistemas alimentares (Maluf et. al., 2022).

No Brasil, uma expressão dessa arbitrariedade está na política social que se mune de critérios e princípios para garantir que os interesses dos grupos sociais e políticos (e os recursos econômicos) sejam condensados na sociedade. Decorre daí o desafio de operacionalizar os diferentes tipos de demandas. A exemplo da política alimentar com suas práticas e instituições que se organizam pela coexistência de antagonismos entendidos por Maluf et. al. (2022 *apud* Mouffe, 2005) como componentes da política alimentar constituídos de poder e conflitos que dão dimensão política à alimentação.

Estes diferentes atores são analisados pelo autor por dois grandes grupos (não homogêneos em seu interior): (i) Processos econômicos sustentáveis, com uso econômico eficiente dos recursos naturais; baseadas na ciência e tecnologias de ponta para aumentar a produtividade; (ii) Ecossistemas sustentáveis, com mudanças de paradigma, agroecologia, democracia e direitos, por meio de sistemas alimentares democráticos e equitativos, saudáveis que promovam SSAN, DHAA, justiça climática e ambiental enquanto enfrenta as desigualdades de gênero, e étnico-raciais.

No primeiro deles, a justiça (nos termos distributivos e ambientais) seria alcançada por meio de novas tecnologias para os segmentos marginalizados da agricultura (agricultura familiar) para estimular a renda e o desenvolvimento de território com direito a um meio ambiente saudável para todos. Na segunda, a noção de justiça (distributiva, processual e de reconhecimento) implica em alterar os mecanismos geradores de

desigualdade de renda, no acesso à terra que comprometem princípios de igualdade e justiça, dentre outros ⁴⁶, para todos.

Com base nessa última perspectiva, as enormes desigualdades na sociedade brasileira dificultam a construção de um ambiente efetivamente democrático e a equidade se torna ferramenta para enfrentar os determinantes oriundos dos sistemas alimentares criadores de desigualdades étnico-raciais, geracionais e de gênero. Para isso, requer maior presença ativa destes grupos desfavorecidos nos espaços institucionais em perspectiva multiescalar, desde as esferas das comunidades com menor visibilidade social, poder econômico e influência nos processos decisórios e na produção de conhecimento. A ciência como bem público deve enfrentar desigualdades em termos de conhecimento, poder de influência e visibilidade, o que envolve a forma como a pesquisa é financiada, como os problemas são estruturados e as prioridades são definidas, e como os dados são coletados e disponibilizados.

A discussão proposta pelos autores em torno dos repertórios discursivos e narrativas e a disputa em torno da sustentabilidade, das mudanças climáticas e das transições dos sistemas alimentares (Maluf et al. 2022, p.186) envolvem essas duas categorias. Estas nos fazem retornar às duas hipóteses de soluções para os dilemas da justiça sobre “reconhecimento e redistribuição” propostas por Fraser (2005): “remédios corrigíveis e remédios transformativos”. Nestes termos, podemos elucidar que, enquanto a primeira propõe mudanças imunes às questões raciais e de gênero, e, por assim dizer, sem alterar suas causas profundas que promovem processos injustos nos sistemas agroalimentares. A perspectiva transformadora, por outro lado, propõe a desconstrução antirracista, visando dismantelar os determinantes das desigualdades e injustiças, fundadas na cultura. Uma quebra paradigmática dos sistemas alimentares pela agroecologia, baseados na soberania alimentar, que respeitam a biodiversidade e fortalecem os grupos de agricultores familiares no campo e nas cidades.

Podemos dizer que a justiça de reconhecimento busca dar visibilidade a determinados segmentos sociais (agricultores familiares rurais e urbanos, povos e

⁴⁶ No Brasil estes princípios estão versados na Carta Cidadã de 1988: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. (BRASIL, 2014)

comunidades tradicionais, dentre outros) e destacar sua própria diversidade. Eles valorizam os saberes e as práticas envolvidos em seus modos de vida, produção, extração, processamento, distribuição e consumo de alimentos, tendo a agroecologia como noção-chave. Essa perspectiva está intimamente relacionada às referências à soberania alimentar lançadas como a transformação da sociedade como um todo. Para Maluf et. al. (2022, p. 188) “novos paradigmas seriam pautados em direitos e justiça, soberania alimentar, sociobiodiversidade, igualdade étnico-racial e de gênero e redução das assimetrias de poder como soluções verdadeiras e justas para a crise climática”.

O caráter transformador está na Agroecologia como ciência e prática que requer o antirracismo em suas bases, baseada na diversidade capaz de promover transformações que se relacionam com as manifestações e disputas em torno das desigualdades e injustiças. Uma ruptura de várias ordens, como nos termos propostos por Anderson (et. al., 2019): acesso a ecossistemas naturais, conhecimento e cultura, sistemas de troca, redes, discurso, gênero e equidade.

3.3.1 Movimentos sociais alimentares e as dimensões-chave para a justiça

Renata Motta (2021) argumenta que os movimentos e iniciativas engajadas com a questão alimentar, oferecem uma lente analítica produtiva para observar a mudança social. Isso porque identificam injustiças e dinâmicas de desigualdades nos sistemas alimentares e estão ativamente engajados na transformação destes.

Eles jogam luz e se colocam como reagentes dos impactos ambientais das relações alimentares globalizadas, que comprometem de maneira diferente os grupos humanos. Destacam como o ônus dos sistemas alimentares afeta e vulnerabiliza grupos étnicos especificamente, como negros e imigrantes. Os movimentos por justiça ambiental e alimentar e pela soberania alimentar destacam as desigualdades de classe e assimetrias de poder no sistema alimentar que comprometem o direito humano à alimentação. Estes movimentos apontam o racismo institucional, as desigualdades de gênero e desigualdades persistentes no processo de produção ao consumo de alimentos.

De acordo com a autora, estes movimentos são frequentemente mapeados em diferentes regiões do mundo, no entanto, movimentos de justiça alimentar são mais presentes nos EUA, já os movimentos por Soberania Alimentar estão mais presentes no

Sul Global. Bem como movimentos alimentares feministas são mais ativos na América Latina. E os movimentos alimentares locais comumente no Norte Global.

A autora se propõe a produzir uma discussão no campo da Sociologia da Alimentação e envereda sobre as vertentes de ativismo ao se enveredar na pesquisa sobre desigualdades sociais. Essa conceitualização guarda relação com a alimentação sob um olhar conceitual das *desigualdades alimentares* que contribui para um mapeamento da geopolítica do conhecimento sobre a mudança social por trás da crescente mobilização em torno das questões alimentares.

Os movimentos de justiça alimentar têm denunciado o privilégio branco nos movimentos alimentares e o racismo institucional no sistema alimentar, como a falta de acesso a alimentos nutritivos em comunidades não brancas e pobres (Alkon; Agyeman, 2011; Guthman, 2008; Slocum, 2007).

Nesse sentido, por diferentes enquadramentos, os movimentos alimentares fornecem lentes excepcionais para identificar dimensões-chave para a justiça. Os movimentos por justiça alimentar questionam a dinâmica das desigualdades sociais, pois identificam injustiças relacionadas à alimentação na medida em que constroem soluções para superá-las.

A dinâmica de transformação dos sistemas alimentares reúne diversas organizações e movimentos da sociedade civil engajados, cada um com foco em eixos específicos de injustiças, por meio de alianças, solidariedade e críticas contundentes ao conjunto do movimento social alimentar hegemônico. As origens da fundamentação sobre as desigualdades alimentares estão firmadas nas lutas feministas negras com fortes fundamentos críticos e normativos em relação aos seus objetivos emancipatórios. Assim, estão formados em epistemologias feministas negras, com compromissos políticos na mudança social. Motta (2021) disserta que o conceito de desigualdades alimentares interseccionais serve como um guia para avaliar exclusões e potenciais de construção de solidariedade entre esses movimentos.

Com base nessa referência, o conceito está imbricado em alguns princípios basilares, de alcance global, quais são: (1) estrutura múltipla de forças (socioeconômicas, sociopolíticas, socioecológicas e culturais), produzindo ordenações nas relações de produção, comercialização, preparo, consumo de alimentos e resíduos; (2) uma perspectiva multiescalar e relacional, com foco nas interdependências entre fenômenos

nos níveis macro, meso e micro. Compreendem que as desigualdades podem ser observadas desde os níveis de corpos, famílias, comunidades, organizações de movimentos sociais nacionais, movimentos e alianças transnacionais e em suas relações com a dinâmica global do sistema alimentar; (3) as desigualdades são também interseccionais, afetando grupos sociais categorizados em vários eixos de diferenças, influenciando as dinâmicas de transformação; (4) está em constante expansão para incluir muitas outras categorias de desigualdades.

A autora examinou as limitações nas lutas emancipatórias quando, por exemplo, transições agroecológicas ou a construção de sistemas alimentares comunitários não são acompanhadas pela discussão sobre poder e desigualdades raciais e de gênero dentro dos movimentos. O conceito de desigualdades interseccionais foi construído indutivamente, seguindo as reivindicações dos movimentos sociais contra as injustiças no sistema alimentar hegemônico, bem como derivações críticas de políticas pré-figurativas de construção de práticas alimentares alternativas. A politização do consumo abriu novos contornos nos sistemas alimentares: por vezes, aparece como alternativa à política e à ação coletiva e cria novas desigualdades em termos de classe e raça (e seu gênero), como dietas alimentares oriundas de mercados locais e da agricultura apoiada pela comunidade acessadas por uma classe média branca.

Motta (2021) também realiza um debate crítico que vai de encontro à discussão feita na experiência das mulheres do CEM, e endossada por Viviam Motta (2020, 2021, 2022), apresentada no capítulo anterior sobre o posicionamento antirracista efetivo nos movimentos agroecológicos. A autora disserta que há inexistência de alianças entre os movimentos camponeses tradicionais e os movimentos negros, mesmo que, demograficamente, sejam as pessoas negras o maior contingente populacional rural⁴⁷. De acordo com Renata Motta (2021), embora as agendas populares feministas e de soberania alimentar articulem desigualdades de classe e gênero, há uma ausência de um posicionamento antirracista claro nesses movimentos, tais como a ANA, as mulheres ativistas da Via Campesina, a Marcha das Margaridas (uma aliança de movimentos rurais e feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres), e o MST:

⁴⁷ É importante destacar que a maioria da população brasileira, que reside no campo é negra e, somente em 2017, o Censo Agropecuário levantou informações sobre a raça/cor dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários. O IBGE aponta que em 54,4% dos estabelecimentos da Agricultura familiar as pessoas se autodeclararam pardas e pretas.

A adoção de uma forte crítica antirracista nos movimentos sociais brasileiros organizados para desafiar as injustiças no sistema alimentar permanece um desafio político. Nos movimentos camponeses mencionados acima, quase não há alianças com movimentos negros. Apesar da demografia de suas bases, compostas em sua maioria por membros não brancos, os movimentos camponeses falharam em abordar as desigualdades raciais, em contraste com as agendas de gênero - uma ausência que tem sido notada por ativistas e acadêmicos. Provocativamente, uma ativista-acadêmica chama a atenção para a ausência de organização feminista interseccional nas redes agroecológicas: “se há racismo, então não há agroecologia, nem [há] feminismo” (VD Motta, 2020, p. 3). Nos documentos oficiais da Marcha das Margaridas, interseções de classe, gênero, raça e etnia são mencionadas, mas há um longo caminho para a adoção de uma postura antirracista clara (MOTTA, 2021, p.612-614, tradução livre).

Compreendendo que o movimento agroecológico tem ganhado notável expressão urbana, é preciso analisar como as expressões do racismo podem ser observadas dentro destes movimentos, visto que estes ganharam maior popularidade com a politização do consumo. A discussão feita pelos relatos do CEM no movimento agroecológico urbano que constantemente se vê no desafio de enfatizar a presença de agricultoras negras e favelizadas e de abordar questões vivenciadas nestes territórios, como a pauta da segurança pública.

Como uma crítica antirracista explícita, os movimentos por justiça alimentar buscam expandir as críticas aos sistemas alimentares ao incluir diretamente questões de equidade. Rejeita estruturas individualistas de escolha, com base nos conceitos como “desertos alimentares” e “pântanos alimentares” que ajudam a explicar a maior prevalência de insegurança alimentar, desnutrição e obesidade entre grupos de menor renda e afrodescendentes na sociedade norte-americana. O racismo institucional presente no planejamento urbano (intencional ou não) é responsável pela falta de acesso a uma dieta diversificada, nutritiva e acessível. Por sua vez, cria segregação espacial que sistematicamente desfavorece a população negra e imigrante.

Uma forma de reação, o movimento pela justiça alimentar visa fortalecer sistemas alimentares comunitários locais, justos e sustentáveis. Com base em Allen (2010), os sistemas alimentares na perspectiva dos movimentos por justiça alimentar devem ser justos e imparciais, abordando a injustiça racial e socioeconômica, com benefícios para a saúde e o meio ambiente. Os sistemas alimentares locais devem ser acessíveis também a todas as comunidades marginalizadas. Essas iniciativas enfatizam a mobilização de base, a dinâmica organizacional comunitária e o acesso ao poder decisório em políticas e questões que afetam suas comunidades.

Está em observação (Alkon, 2012; Smith, 2019) a questão sobre como são tratadas as intersecções pelo caráter de gênero dentro dos movimentos por justiça. Como, por exemplo, a definição acima, de “comunidade como sujeito político de sistemas alimentares emancipatórios” que deve ser acompanhada de ressalva (Motta, 2021), visto que são compostas por diferentes atores e estruturas de poder, e, dessa forma, podem reproduzir desigualdades múltiplas, como é o caso das questões observadas na Serra da Misericórdia, especificamente na Terra Prometida, pelo olhar na experiência do CEM. Quando olhamos para essa realidade específica, fica evidente que não há como existir um movimento alimentar nos termos de justiça, que seja feminista e não comporte raça, e um movimento alimentar antirracista que não comporte gênero. A mudança social não será completa a menos que essas sejam inseparáveis. Na visão de Renata Motta (2024), “Sistemas alimentares alternativos e contra-hegemônicos exigirão a construção de solidariedades de classe, coalizões inter-raciais e novas ordens de gênero.”

Embora os debates raciais brasileiros historicamente bebam de fontes norte-americanas, como pode ser observado na vertente tradicional do pensamento feminista negro⁴⁸ no Brasil, ainda não podemos especificar movimentos por justiça alimentar, pois aqui o termo “Justiça alimentar” não é uma expressão e denominação comum. Uma mobilização que já se observa nos movimentos negros são os termos de “justiça ambiental” e “justiça climática” (irmãs da justiça alimentar), a exemplo da organização nacional da sociedade civil, o Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC). O centro compreende que a solução das injustiças passa pelos entrelaçamentos entre a justiça climática, ambiental e alimentar e é categórico no entendimento da justiça racial como princípio inegociável para a justiça social⁴⁹.

Mesmo que seja difícil especificar movimentos que trazem em seu centro a bandeira da justiça alimentar, podemos citar exemplos que evidenciam uma crescente visibilidade do engajamento do ativismo negro com questões alimentares, como movimentos negros urbanos e ativistas negros têm usado termos ligados à saúde para evidenciar o racismo na alimentação (“nutricídio” de Llaia O'Afrika)⁵⁰ e no ativismo

⁴⁸ A exemplo da pioneira Lélia Gonzalez, e Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento

⁴⁹ Em 2024 o CBJC desenvolveu três boletins informativos nos quais é possível notar como as perspectivas das justiças se entrelaçam e formam um conjunto de dimensões-chaves para a justiça racial: “(In)segurança Alimentar e clima; “Saúde, Raça e Clima” e “Emprego, Renda e Clima”. Disponível em <https://cbjc.com.br/pt/biblioteca/>

⁵⁰ Ele se refere à degradação da saúde da população negra em relação à mudança nas dietas e na cultura alimentar devido ao crescente papel do poder corporativo na promoção da alimentação industrializada.

feminista afro-vegano e periférico (Motta, 2021). Com mais afinco, podemos observar nos movimentos negros nos debates sobre a SSAN, como a Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN) que atua a 17 anos buscando incidência política negra nos espaços de participação social e de políticas públicas e o MNU, que congrega diversas mobilizações dos variados temas, incluindo a alimentação, como observados na pandemia de Covid-19 (Rocha, 2023).

Os movimentos negros brasileiros, sobretudo movimentos de mulheres negras, sempre estiveram mobilizados na luta pelos direitos da população negra, com as ativistas e intelectuais Edna Roland (1995), Fátima Oliveira (2003), Fernanda Lopes (2004) e Jurema Werneck (s/d, 2012, 2015, 2016) que construíram o campo da saúde da população negra. Também movimentos negros que atuam na luta pela política de SSAN e o DHAA, a exemplo dos Agentes de Pastoral Negros – APNs e, mais recentemente, em 2015 no âmbito do Encontro Temático da 5ª Conferência Nacional de SAN: “Soberania e Segurança Alimentar para a População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais”, que propôs a aprofundar o debate e construir compromissos para efetivar o DHAA saudável e garantir a comida de verdade para a população negra e povos e comunidades tradicionais, no contexto da SSAN⁵¹.

Uma questão que pode ser apontada para que a questão da alimentação não ganhe tanta notoriedade por meio de um “movimento por justiça alimentar” está na própria diversidade de “movimentos negros” existentes no Brasil. Estes, além de lutar contra as diversas expressões do racismo na sociedade que relega a população negra às piores condições de vida em várias ordens, como saúde, educação, emprego, moradia, acesso às políticas públicas, dentre outros; muito lutam para romper ideologias da esquerda brasileira com a primazia da classe e da democracia racial nos debates sobre direitos humanos e enfrentamento das desigualdades, como bem definiu Carneiro (2011, p.17)

(...)as duas ideologias – o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes – têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas.

⁵¹ Carta do Encontro Temático da 5ª Conferência Nacional de SAN “Soberania e Segurança Alimentar para População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais”. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/FINAL%20-%20Carta%20Pol%C3%ADtica%20PopNegra%20e%20PCT.pdf

Um desses fenômenos de “invisibilidade da intersecção de raça” está na questão alimentar no Brasil. A racialização da questão alimentar e a presença negra nas questões sobre o alimento e a alimentação na literatura brasileira estão voltadas, comumente, pela ótica do seu hibridismo alimentar com as cozinhas portuguesas e indígenas, em referência à herança africana no preparo de alimentos desde o período colonial (Cascudo, 1967). Essa vertente também resultou em estudos sobre a mulher negra como parte importante na economia brasileira e a comida como foco na resistência negra e substancial para o abastecimento alimentar desde a colônia (Figueiredo, 1997; Figueiredo; Magaldi, 1985).

Mesmo em obras clássicas que avançam em abordar o caráter político da fome, como “Geografia da Fome” por Josué de Castro (1984), a questão racial aparece de maneira semelhante à perspectiva tradicional do abastecimento com a contribuição negra no Nordeste e indígena na Amazônia, bem como na cultura alimentar, com a mandioca, feijão, arroz e o milho. A raça aparece também para descrever as “vantagens” e “desvantagens” entre os três grupos (negros, indígenas e brancos), nos tipos de alimentação, resistência física e trabalho.

Uma menção é feita sobre a agência negra na resistência à monocultura, no entanto, de maneira comparada à indígena:

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas as suas raízes culturais violentamente arrancadas, é o que podemos verificar através do estudo da organização econômico-social dos quilombos, dos núcleos de negros fugidos e escondidos no mato (Castro, 1984, p.124).

A fome, propriamente dita, é interpretada como “não mais do que uma expressão - a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico” (p.291); em contrapartida, a ótica das políticas públicas assistencialistas, para tratar do problema social. Hora também é apresentada por Castro (1984) como “as negras manchas de miséria de nossa geografia da fome” ou “fome negra”.

Josué de Castro, “o primeiro a mostrar a fome como questão política”⁵², nas palavras de Frei Beto, uns dos idealizadores do Programa Fome Zero, despertou o olhar para a fome como expressão de projetos político-econômicos. É indiscutível que o sociólogo foi inovador em sua análise e até os dias de hoje repercute nas políticas e programas sociais e no campo de pesquisa das políticas de SSAN como estratégias de desenvolvimento. No entanto, no período em que o sociólogo estruturou seu pensamento, estava em auge, a “democracia racial brasileira” fundamentada pelas Ciências Sociais moldava um forte projeto nacionalista, tanto em termos econômicos quanto culturais⁵³. Esta passou a enxergar o contingente negro como “integrados na sociedade de classes”, ou seja, integrados como “trabalhadores” e como “brasileiros negros” (Guimarães, 2001).

Com isso, no imaginário da época, com a “solução da questão negra”, não requer o esforço de enfrentar as desigualdades raciais, assim como pensar a miséria e o flagelo da fome como fruto do racismo. Em perspectiva histórica, esta pode ser uma forma de interpretar por que, assim como Castro, os cientistas sociais não foram capazes de colocar a questão do racismo em suas análises como força estruturante, mesmo que a democracia racial na época não fosse suficiente para calar o protesto social dos negros (Guimarães, 2001). Como disserta Eugênio (2023), “tornar-se negro é o grande desafio desse Brasil que se pretende democrático, inclusivo e justo”. Não somente reconhecer sua negritude, mas reconhecer que suas estruturas sociais, econômicas, jurídicas, acadêmicas e políticas são responsáveis por reforçar o racismo: “a democracia racial pode também ser vista como a institucionalização de um sistema de orientação de ação (práticas, expectativas, sentidos e valores arraigados no senso comum)” (Guimarães, 2001, p. 129).

Muito recentemente com a mobilização de movimentos negros rurais e urbanos ao denunciar o racismo dos sistemas alimentares, a racialização da questão alimentar, mesmo que marginal, vem ganhando presença nas discussões acadêmicas e não acadêmicas. Hoje podemos ler trabalhos e ouvir intelectuais negros(as) e indígenas, que enfatizam que a fome requer soluções emergenciais, mas também estruturais, aliadas às

⁵² Em entrevista concedida ao jornalista Vandek Santiago, autor do livro Josué de Castro “O Gênio Silenciado” (2008)

⁵³ A ciências sociais, além das artes e literatura, inventaram o Brasil moderno, como nas obras seminais de Gilberto Freyre (1933 e 1936), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Jr. ([1937, 1965).

lutas para o acesso a direitos fundamentais como terra, moradia, educação, trabalho e renda.

Dentre outras que acompanho e vem se tornando referências no debate da SSAN sob a perspectiva antirracista e protagonismo negro e indígena no campo da pesquisa da alimentação, estão: Rute Costa, com a alimentação e educação quilombola; Célia Patriarca, com a alimentação e nutrição Afrocentrada; minhas colegas do CPDA, Franciléia de Castro (Fran Paula), com a perspectiva do racismo e sistemas alimentares, e Inara Tavares, com o corpo-territórios das mulheres indígenas para uma concepção de soberania alimentar. Rede de Pesquisadoras Negras em SAN; Rede de Nutricionistas e Estudantes de Nutrição Negros e Negras (Rede Ajeum); e o trabalho destacado das mulheres do CEM, sob coordenação de Ana Santos.

3.3.2 Soberania Alimentar e Justiça Alimentar: categorias analíticas radicais e de ação no contexto latino-americano

A perspectiva da justiça e da soberania que aqui se busca desenvolver para analisar o que tem por trás do plantar e colher, nos intui para o que os autores Cadieux; Slocum, (2015) propõe ao corpo acadêmico, um olhar mais rigoroso sobre o assunto, bem como maior responsabilização no ativismo alimentar: praticar a justiça alimentar significa intervir nas áreas de trauma/desigualdade, troca, terra e arranjos usando processos que permitem que as pessoas lidem com relações de poder em escalas relevantes com o objetivo de efetuar mudanças sistêmicas.

Os conceitos e práticas da soberania alimentar e da justiça alimentar são elementos-chave para me conduzir nas veredas da construção desta tese. A escolha de produzir um trabalho no campo temático da SSAN pela ótica da Justiça Alimentar advém do interesse em me juntar a outros pesquisadores que clamam por teorizar raça, racismo e justiça nos sistemas alimentares.

A Justiça Alimentar é um conceito e prática que surge para explicar a realidade das populações negras e periféricas estadunidenses no acesso à alimentação. Na primeira década do século XXI, o termo “justiça alimentar” floresceu em todo o léxico do movimento alimentar norte-americano, juntando-se ao conceito sul-americano igualmente radical para análise do sistema alimentar, a “soberania alimentar” (Martínez Alier, 2010; Wekerle, 2004). O conceito hoje ganha proporções diversas, como visto na

seção acima. A que este trabalho busca enveredar, carrega consigo a forte presença feminina negra na luta por bem-viver.

O campo da justiça alimentar (Glennie; Alkon, 2018) está interessado em entender como as iniquidades de raça, gênero e classe são (re)produzidas e contestadas dentro dos sistemas alimentares. Segundo os autores, justiça alimentar como área de pesquisa é altamente interdisciplinar, organizada em torno de três eixos centrais: ativismo de movimento social, desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis e análises de desigualdades nos sistemas alimentares convencionais bem como os que se apresentam “alternativos”, mas que também reproduzem racismo.

O crescente campo da justiça alimentar busca entender como as desigualdades de raça, classe e gênero são reproduzidas e contestadas dentro dos sistemas alimentares. Ativistas e pesquisadores reuniram conceitos de justiça ambiental e climática, agricultura urbana e estudos alimentares para desenvolver o campo da justiça alimentar nas últimas duas décadas (Alkon; Agyeman, 2011). Embora existam entendimentos concorrentes, a definição de Hislop (2014) se apresenta pertinente para as discussões aqui propostas ao abordar a justiça alimentar como representante da luta contra o racismo, a exploração e a opressão que ocorrem dentro do sistema alimentar ao abordar as causas-raiz da desigualdade, dentro e além da cadeia alimentar.

Apesar da interdisciplinaridade que o tema consegue abarcar, considerando que a justiça alimentar abrange muitas questões, incluindo as condições de poder cultivar ou comprar alimentos saudáveis; acesso à terra, recursos e renda, condições de trabalho na agricultura, moradia, processamento de alimentos e condições dignas de trabalho em restaurantes e *fast food*. Também estão inseridas evidências de disparidades no acesso à saúde e maior vulnerabilidade às dietas ricas em ultraprocessados. Apesar dessas áreas temáticas variadas, os estudos sobre justiça alimentar são unidos por um foco no que Julian Agyeman (2013) chama de “sustentabilidade justa”, ou seja, a fusão de preocupações com a sustentabilidade ecológica com princípio inegociável da justiça social pela raça e pelo gênero.

A justiça alimentar abraça a temática das emergências ambientais e climáticas e apresenta as injustiças e iniquidades produzidas e reproduzidas dentro dos sistemas alimentares fundamentados no racismo, sexismo e demais desigualdades. É uma forma

de ampliar as discussões sobre desigualdades nos sistemas alimentares ao evidenciar lutas por justiça de maneira integrada nos territórios, de dar centralidade à esfera local.

Embora as desigualdades estejam presentes em todo sistema alimentar, a concentração de terras e recursos na posse de poucos, sobretudo pessoas brancas, seja nos EUA ou nos países da América Latina, impediu que negros, povos originários e mulheres agricultoras pudessem se desenvolver e ter condições de vida no campo e, nos dias de hoje, estão relegados à “margem do sistema” (Gilbert et al 2002, Minkoff-Zern, Sloat, 2016). Ao longo desse processo histórico, os agricultores brancos puderam criar uma imagem de “produtor rural” e assim, disputam mais recursos e podem se articular melhor dentro dos movimentos alimentares (Fairlie, Robb, 2008; Reynolds, 2015).

Abre-se um parêntese aqui para trazer o exemplo dos movimentos alimentares do agronegócio brasileiro que hoje se consolidam como o rosto da agricultura familiar. O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que menos de 1% dos estabelecimentos rurais concentram cerca de 50% do valor da produção neste ano. Em versão inédita, trouxe o quesito raça/cor no levantamento dos empreendimentos agropecuários no Brasil e evidenciou que em 54,4% dos estabelecimentos da Agricultura familiar as pessoas se autodeclararam pardas e pretas. O Censo revela ainda que 69,9% dos agricultores pretos ou pardos possuem uma área de menos de 0,1 hectares, enquanto 79% dos agricultores brancos possuem uma área de 10 mil hectares ou mais. Dessa área para cima, os brancos ultrapassam os negros em todas as categorias. Quanto mais se aumenta o tamanho da propriedade de terra, menos pessoas negras são produtoras rurais.

A justiça alimentar vai dizer que é preciso “garantir que os benefícios e riscos de onde, o que e como os alimentos são cultivados e produzidos, transportados e distribuídos, acessados e comidos sejam compartilhados de forma justa” (Gottlieb; Joshi, 2010, p.6). A perspectiva da justiça compreende a necessidade de erradicar as desigualdades e transformar o sistema alimentar pela abordagem “*seed-to-table*” (da semente à mesa) explorando a justiça alimentar nos campos e nas cidades, em ambientes urbanos e suburbanos onde os consumidores tentam acessar alimentos nutritivos na arena da política alimentar local, regional e nacional.

Para além dos estudos sobre desigualdades e iniquidades no acesso à alimentação adequada e saudável, existem dimensões diversas que passam pela ordem dos indivíduos, dos grupos sociais, das instituições, ou seja, tudo o que forma o sistema social. Nestas,

está imputada uma história secular de relações desiguais de poder e colonialidade imprimidas sobre o alicerce do racismo, exploração do trabalho (Quijano, 2005) e vulnerabilização socioespacial.

Já a Soberania Alimentar, como uma essencialidade latino-americana, surgiu nos anos 1990 pela iniciativa de união de lideranças camponesas de vários países em prol de uma articulação mundial que se denomina Via Campesina. O conceito se tornou bandeira de luta de muitos povos, uma revolução pelo direito à terra, à vida e à sua reprodução. O conceito surge com uma preocupação de apropriação dos povos rurais de seus sistemas alimentares tradicionais e uma radicalização das populações do Sul Global tomando parte das escolhas da política agrícola, alimentar e do desenvolvimento rural e, recentemente, do planejamento urbano⁵⁴.

No Brasil, a soberania alimentar ganha expressão popular nos movimentos que compõem a Via Campesina no país, como o MPA, que tem sua essência fundada na diversidade e na luta popular e organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesa, e se une ao lado de outros movimentos populares do campo, como o MST, e compreendem a soberania alimentar como:

O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos e o direito dos consumidores de poder decidir o que consomem, e como e por quem seus alimentos são produzidos (Via Campesina, 2003).

No MPA, a soberania alimentar é compreendida como “o eixo articulador entre campo e cidade” para a construção de um projeto popular de país baseado na soberania e pelos valores da justiça social. As populações urbanas são vistas pela Via Campesina como “consumidores que deveriam ter o direito de poder decidir o que consomem”. A perspectiva se fundamenta no entendimento de que o campo cumpre o papel de plantar e as cidades são onde se destinam os alimentos para o consumo: “Se o campo não planta, a cidade não janta”. Este é o lema das(os) trabalhadoras(es) do campo, uma forma de

⁵⁴ A Estratégia Alimenta Cidades lançada em 2024 pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) se torna um marco federal na agenda política institucional da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional para o enfrentamento da fome e desigualdades nas cidades.

traduzir a importância da agricultura familiar para o abastecimento das cidades com a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Dadas as suas origens no movimento camponês, a soberania alimentar é frequentemente considerada uma questão rural; no entanto, cada vez mais as suas exigências por sistemas alimentares justos estão ganhando natureza urbana. Mais recentemente, a questão das cidades passa a ganhar destaque nos estudos alimentares pelos movimentos de AU em disputa do abastecimento nas regiões periféricas e pelas desigualdades no acesso à alimentação adequada e saudável. A agenda de pesquisa sobre AU e sistemas alimentares locais tem se desdobrado para desenvolver conceitualmente no âmbito dos fenômenos de produção e reprodução socioespacial causadores de desigualdades e iniquidades nas áreas urbanas, sobretudo nas cidades de grande porte. O conceito está em debate e disputas, sobretudo por invocar a velha discussão sobre “rural e urbano” (Almeida, 2016).

Essa diversidade de experiência, como as reunidas no Coletivo Nacional de Agricultura Urbana – CNAU em diálogo com os princípios da agroecologia da ANA, ao longo de mais de uma década de luta histórica vem construindo as bases para a institucionalização de uma *Política Nacional de Agricultura Urbana*, e se fundamenta nos marcos do contexto de participação social e política em torno da SSAN que se desenvolveu no Brasil. Em 2023, a conquista popular veio com o Decreto 11.700/2023 que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, fomentando os pressupostos para segurança alimentar, a inclusão socioeconômica e a resiliência climática nas áreas urbanas.

Feita essa breve contextualização sobre o panorama de como aparecem os conceitos e lutas dos movimentos alimentares no campo e nas cidades, é possível compreender como a abordagem da soberania nasce no meio rural e a AU surge como um chamado para jogar luz sobre os sistemas alimentares urbanos e evidenciar outras lutas por soberania alimentar, que, conseqüentemente, advêm das transformações de um país majoritariamente urbano e metropolizado⁵⁵.

Nesse sentido, no Brasil, a ideia de “justiça nos sistemas alimentares” pode não aparecer como no contexto norte-americano explicitando como as iniquidades de raça,

⁵⁵ De acordo com o Censo do IBGE 2022, 87% da população brasileira vive em áreas urbanas.

gênero e classe são reproduzidas dentro dos sistemas alimentares. O que já era de se esperar, dado que a formação econômica alicerçada pelo escravagismo construiu dinâmicas e estruturas diferentes em todo o continente. No Brasil, a bandeira central dos movimentos alimentares camponeses sempre ficou mais evidente nas denúncias das desigualdades no acesso à terra e a recursos naturais e econômicos, acesso à alimentação adequada e saudável, das violações de direitos e busca por transformações dos sistemas alimentares e é protagonizada por diferentes povos: indígenas, quilombolas, descendentes dos imigrantes europeus, ribeirinhos, população negra, no campo e nas cidades.

Na América Latina, o Congresso *Justicia y Soberanía Alimentaria en las Américas, desigualdades, alimentación y agricultura* (JySALA), realizado na Cidade do México em 2019, com publicação do livro de mesmo nome, marca as discussões em solo latino-americano acerca das questões conceituais da justiça alimentar, tendo em conta o contexto e especificidade da região.

Com base em Le Gall et al. (2020), um contexto econômico e político regional abalado que emergiu e denunciou a crescente injustiça social reservada aos mais vulneráveis pelo sistema que os originou, as questões alimentares emergem como ferramentas poderosas, tanto para análise quanto para experiências alternativas. Práticas cotidianas que descrevem sistemas estabelecidos, a exposição das populações ao risco, mas também sua capacidade de resiliência e adaptação. Com base nos autores, esse movimento parece se frutificar ao fomentar um diálogo sobre as noções de justiça e soberania alimentar.

A noção de justiça alimentar, pela perspectiva distributiva e processual em conjunto com a noção de soberania alimentar pela ideia de autonomia se complementam pela dinâmica na medida em que enfatiza os processos socioespaciais que criam essas situações de injustiças e justiças alimentares e dependências e soberania alimentar. “Isto se refere a todos os espaços, interações, processos e atores envolvidos na alimentação (Le Gall et. al., 2020, p.16).

Segundo Le Gall et al. (2020), esta proposta, focada nos processos que promovem ou limitam a soberania e justiça alimentar, requer análises dos processos históricos em curso no tempo e no espaço e carece de pesquisas focadas em como estes processos são vivenciados pelas iniciativas e experiências alimentares, bem como as estratégias

políticas adotadas. Também os fatores culturais, políticos e normativos que criam ou reduzem as desigualdades relacionadas com a alimentação.

Trabalhar de forma conjunta a justiça e a soberania alimentar significam, finalmente, convocar a base comum dos sistemas alimentares: a agricultura, seus atores e seus espaços. A justiça e a soberania alimentar têm em comum que são movimentos nascidos de mobilizações cidadinas (Gottlieb, Joshi, 2010), urbanas ou rurais, de lutas camponesas locais levadas a cena global (Via Campesina, 2018) como reação ao sistema agroalimentar dominante. Ambas as perspectivas destacam os impactos das grandes empresas agroalimentares e as organizações representativas do sistema econômico neoliberal (OMC, FMI) e a exclusão de setores inteiros de pobreza e, cada vez mais, o clima. Estes movimentos, em que se hibridam “as questões ambientais, alimentares, sociais e espaciais” (Paddeu, 2015), tem a ambição de ser vetores de mudança e, além de seus objetivos, de modificar esta “geometria de poder” (Slocum *et al.* 2016). (Le Gall *et al.*, 2020, p.16-17).

Um primeiro ponto que merece destaque é o fato de que ambos os movimentos são impulsionados (politicamente, cientificamente) por minorias desfavorecidas (trabalhadores pobres, mulheres, camponeses, entre outros), visibilizando suas questões. Dessa forma, um dos principais obstáculos para a justiça e soberania alimentar segue sendo o sistema agroalimentar que funciona graças a esses indivíduos “deixados à sombra, invisíveis, não porque estão insuficientemente organizados, mas porque organizar-se seria um risco demasiado grande frente à incerteza de sua posição econômica, política e administrativa”.

Desde uma perspectiva latino-americana, a noção de soberania alimentar e justiça alimentar, tendo em conta seus contextos adversos, Maluf (2020) disserta que é necessário considerar a dupla denominação que diferencia os alimentos: como bens ou produtos e a alimentação como os modos em que estes são apropriados. Segundo o autor, a justiça alimentar se insere no cenário internacional como um conceito em permanente disputa, assim como a SAN, a soberania alimentar e o DHAA. Tendo em vista os diferentes atores (organizações e movimentos sociais, governos, corporações e institutos privados, a academia), é preciso o esforço de identificar as complementaridades, diferenças e conflitos entre estes diferentes conceitos que são mobilizados, que influenciam as ações e políticas públicas.

As disputas e conflitos conferem maior complexidade na América Latina, considerada como o continente das desigualdades. Dessa forma, fome e insegurança alimentar refletem esse contexto de pobreza, reforçadas sobretudo pelos entrelaçamentos de gênero, étnico-raciais, geracionais, escolaridade e acesso a recursos (terra, patrimônio,

biodiversidade, serviços públicos etc.). Nos contextos urbanos, as desigualdades sócio-espaciais fruto de fatores de urbanização devido aos grupos periféricos têm seu acesso à alimentação condicionado ao econômico e à disponibilidade física. Um fator crescente nos sistemas alimentares é o controle de corporações que chegam em áreas urbanas por um abastecimento majoritariamente pelos supermercados.

O autor se inclina à formulação de justiça alimentar reflexiva (Goodman, *et. al.*, 2012) que admite contradições, enfatizando processos, sem centralidade de escala. Isto passa por redefinir o localismo e considerar a existência de distintas abordagens e territórios, além do que se considera comida de qualidade. Para Maluf (2020, p.57), “em todos os casos, se trata de promover justiça social por intermédio dos alimentos, o que remete a identificar manifestações de desigualdades nos sistemas alimentários”.

3.3.3 A Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em diálogo com a justiça alimentar

Cadieux e Slocum (2015) enfatizam que “a verdadeira segurança alimentar é impossível de ser alcançada sem a compreensão da justiça social como um dos pontos de partida para analisar a insegurança alimentar e encontrar soluções para ela”. Neste sentido, a SAN é resultado de processos justos e soberanos que se interagem de maneira multiescalares, ou seja, que sejam relevantes nos níveis dos indivíduos, dos grupos sociais, dos governos e nos espaços nacionais.

Salvador; Torres (2020, p.64) consideram que justiça, soberania e política alimentar diante da situação alimentar atual da América Latina (um sistema alimentar que não oferece a todos alimentos, sustentabilidade e saúde) exigem que estes temas sejam elevados a conceitos políticos. Isto porque o sistema industrial, mediado pelo governo, é quem fabrica a fome: “Ironicamente, são precisamente as pessoas que constituem a base do sistema alimentar a quem o atual sistema industrial não reconhece e converte em famintos”. É preciso então que o Estado seja o garantidor da justiça, respeitando a soberania, mas, “para melhorar o sistema alimentar, antes devemos melhorar nossos mitos econômicos e políticos”.

No capítulo anterior, vimos as disputas sociais e políticas em torno do abastecimento alimentar e o papel dos atores sociais na implementação e regulação das políticas públicas para superação da fome e da realização do DHAA. Ao longo da história

da política alimentar no Brasil observamos o que Mouffe (2005) considera como a dimensão política dos alimentos (*the political*) e as questões que movimentam os atores para a ação (justiça, equidade, direitos iguais etc.), e a política dos alimentos em si (*food politics*), que se trata da prática, do processo de institucionalização, no âmbito da esfera estatal. Em conjunto, elas conformam contextos de conflitos e disputas.

A disputa pelo abastecimento alimentar das cidades enfrenta dilemas do paradoxo da fome com crescente produção suficiente para alimentar a população. O predomínio é do referencial global neoliberal; este, por sua vez, é munido pelos interesses da agricultura patronal que desenvolveu capacidade influente de interferir na elaboração das políticas públicas, além do predomínio de suas narrativas nos setores midiáticos (Pompeia; Schneider, 2021; Maluf; Zimmermann, 2021).

Em contrapartidas, a agricultura familiar representada por uma diversidade de atores (povos e comunidades tradicionais, pescadores, mulheres negras e indígenas, dentre outros grupos), política e institucionalmente falando, estavam excluídos de participar da agricultura nacional, sobretudo estavam limitados a uma atuação mais crítica e propositiva a partir da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo essa a principal representação dos “pequenos agricultores” na época (Grisa, Schneider, 2015). Como discute (Delgado, 2010, p. 42), os “novos personagens” surgiram por meio de distintos movimentos com objetivos diversos, mas, em comum, procuravam jogar luz às precárias condições de reprodução social e à falta de políticas públicas adequadas à realidade deste grupo. A pauta se firmou no reconhecimento dos povos do campo pelo resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), endossando forças autônomas de luta permanente por soberania alimentar.

A luta por reconhecimento da identidade e valorização do trabalho, das diversidades e em respeito à cultura (soberania alimentar) que garantam o acesso permanente (SAN e DHAA) marca a luta contra opressões históricas no campo e nas cidades que culminaram nas políticas de SSAN e de fomento à agricultura de base familiar. Este conjunto de políticas conflui com esses arranjos nos espaços políticos alimentares e os diferentes fins que estes gerenciam. Os equipamentos públicos de SSAN possuem critérios baseados nas noções de desigualdades (múltiplas), como a especificação dos grupos e territórios (e os diferentes grupos dentro destes). O desafio de operacionalizar as políticas públicas como estratégias de promoção de justiça social

requer então instituições sólidas. Estas detêm o poder de equacionar a questão social com ação política que pode reforçar ou reverter as iniquidades sociais ao integrar e interagir com diferentes atores.

Os princípios de equidade na base das políticas de SSAN e seu caráter intersetorial a colocam na interface da justiça social. Isto porque permite ações conjuntas entre Estado e sociedade na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnico-raciais. O primeiro passo é a coordenação entre os diferentes setores do governo e da sociedade civil, articulação entre orçamento e gestão, abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais. Uma política de SAN avança em relação aos seus princípios basilares quando existe solidez e rigidez institucionais que não sejam sensíveis a quaisquer mudanças de governos.

Dessa forma, a noção de justiça alimentar encontra no Brasil um terreno fértil, tanto devido a sua histórica mobilização da sociedade civil na luta por direitos, quanto por ainda possuir quadros significativos de desigualdades no que tange ao acesso aos direitos conquistados. Neste sentido, o conceito se mostra relevante para analisar nossa sociedade.

O país é referência em construção de políticas transversais de superação da fome e pobreza, resultando da saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, por meio de políticas públicas mundialmente reconhecidas, como trazem a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Novamente em 2025, com a retomada das políticas públicas desmontadas no período de governo austero (2019-2022) que se intensificou com a pandemia de Covid-19. Na fala de Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: *“Mostramos que, com o Plano Brasil Sem Fome, muito trabalho duro e políticas públicas robustas, foi possível alcançar esse objetivo em apenas dois anos. Não há soberania sem justiça alimentar. E não há justiça social sem democracia”*.⁵⁶

Mesmo com esse aparato institucional, as políticas de SSAN estão em constante disputa. O retorno ao Mapa da Fome e da ampliação do grau das desigualdades sócio-espaciais latentes, de indicadores alarmantes de fome e insegurança alimentar e

⁵⁶ Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em 31 de jul. 2025.

nutricional e o desmantelamento de políticas públicas que poderiam estancar o problema vivenciadas no Brasil nos últimos anos, fizeram regredir os direitos dos brasileiros em 15 anos (2018-2003) (Salles-Costa, 2021). Esse foi um fato de que a luta por justiça social, a política de SSAN requer mudança nas relações de poder, colocando aqueles que sofrem de injustiças no acesso ao alimento no centro das políticas. Diante do constante ataque aos direitos sociais, emergem diversas iniciativas para promover a justiça combinando sua característica alimentar, ambiental e climática.

Recentemente, o racismo e o sexismo dentro dos sistemas agroalimentares vêm sendo colocados na centralidade da luta. Ativistas, pesquisadores, movimentos negros e indígenas, do campo, das cidades, das florestas e das águas, têm exigido maior enfrentamento dos fatores estruturais de desigualdades sociais moldadas na classe, gênero, raça/etnia e território, pois são determinantes para inferir no acesso à terra, recursos, à alimentação (De Castro et al., 2022). Há uma gama infindável de exemplos no que compete à construção espacial do racismo ambiental, que não se restringe apenas aos quadros de catástrofes e crimes ambientais de amplo conhecimento, como inundações ou secas, erosão, contaminação dos solos, das águas e das florestas. Esses são apenas os resultados de um sistema econômico e produtivo que transfere para as populações étnico-diversas as consequências de suas próprias ações. A distribuição desigual de poder, dos recursos naturais, materiais e econômicos, e o controle dos meios de vida e sobrevivência são aspectos centrais para entender essa construção espacial, porque são dinâmicas que ocorrem em nosso dia a dia.

Em dimensões teóricas, o conceito de Racismo Ambiental é relativamente novo, sendo o resultado de um esforço coletivo na construção de uma expressão que visa estabelecer um entendimento - ao mesmo tempo unificado e contextual - sobre um determinado fenômeno social e político. Alguns pesquisadores têm se dedicado à questão, como Tânia Pacheco, Selene Herculano e pesquisadores da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA, e a vários mapeamentos de situações e processos que caracterizam racismo e injustiça ambiental e conflitos no país (Leroy, 2014).

Com mais afinco nos movimentos sociais, têm se apropriado dos conceitos de racismo ambiental e levantado a bandeira da justiça ambiental, justiça climática e apontado as injustiças por razões étnico-raciais no acesso à alimentação. Como sabemos, são conceitos emprestados do movimento negro norte-americano e ganham morada nos

movimentos alimentares negros e indígenas brasileiros para jogar luz sobre como os sistemas alimentares estão alicerçados na escravização e no domínio dos povos negros e indígenas desde os tempos coloniais e, na atualidade, se expressam pela concentração de terras, exploração do trabalho, apropriação dos territórios indígenas e quilombolas, fome e vulnerabilidade aos eventos climáticos e à degradação ambiental.

O racismo ambiental é determinante dos processos geradores de injustiças que comprometem o acesso a direitos fundamentais, como à alimentação adequada e saudável. Neste sentido, há uma relação direta com a SSAN, quanto à sua capacidade de se constituir como fonte de justiça social. Com base em (Pacheco, 2013), as noções de justiça não se separam quando se trata do direito à vida:

O direito à alimentação é um direito básico, o direito à vida, então é uma questão de justiça, essa garantia ao alimento. Ao mesmo tempo, nós também queremos chamar atenção para associar a justiça social com a justiça climática, porque as populações mais vulneráveis, mais pobres, não só vivem numa situação de desigualdade, portanto de injustiça social, como também elas são em geral as mais submetidas à devastação dos seus territórios, à destruição dos seus modos de vida. Se for parar e observar, por exemplo, onde ficam os lixões, ficam perto dessa população mais pobre; são essas populações que estão perdendo hoje o controle, o direito a ter o acesso à água, aos bens que estão na floresta. E isso nós costumamos associar a uma falta de justiça ambiental. Então por isso essas duas vem juntas.

Le Gall et al. (2020) dissertam que uma forma de relacionar soberania alimentar e justiça alimentar, além de que as diferenciam e convergem em termos teórico-práticos é aprender com as iniciativas comunitárias, que devem ser observadas à luz das políticas e estratégias dos governos nacionais, a exemplo do Programa Fome Zero (PFZ). Uma estratégia de circulação entre o que acontece na escala dos corpos, no nível das organizações intermediárias, e das entidades administrativas e as políticas.

As questões nutricionais nos recordam que os corpos individuais expressão primeiro as consequências das injustiças alimentares e a dependência ao sistema alimentar mundial, a exemplo de incidências de obesidade, desnutrição, doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), bem como aquelas que ocorre nos processos de contaminação de trabalhadores nos sistemas alimentares e de consumidores, oriundas de dietas ricas em sódio, gorduras e açúcares, (Abrasco, 2023), sendo que além destes ingredientes comuns nos ultraprocessados, também já apresentam resíduos de agrotóxicos (Idec, 2024). Dessa forma, os efeitos na saúde se tornam um instrumento para relacionar mais a justiça, a soberania e a insegurança alimentar e nutricional.

3.3.4 Uma discussão sobre “acesso” e “acesso ao alimento de qualidade”

Vivemos em uma era de crescente má nutrição em um mundo de abundância (EAT-Lancet, 2019). Dessa forma, quando se levanta a questão do acesso a alimentos, é preciso evidenciar: acesso a que alimentos? Na experiência do CEM, na Terra Prometida, apresentada no capítulo I, vimos como o acesso ao alimento de qualidade é mobilizado pelo coletivo como um motor de engajamento comunitário. “Onde tem uma presença muito grande de fome e que todo mundo precisa comer” (Santos, 2022), o alimento é uma forma de condensar as demandas tocando em um ponto sensível de olhar pela Serra da Misericórdia. Uma concepção de soberania alimentar com significado de direito à terra, moradia digna, saneamento básico, áreas verdes, conhecimento ancestral que inicia com a comida de verdade plantada pelas próprias mãos.

Mesmo em contextos adversos, de maior vulnerabilidade à fome, como foi a pandemia de Covid-19, as doações mobilizadas traziam um diálogo com os moradores sobre a alimentação de qualidade como um direito político. Nas falas dos moradores entrevistados pelo (Neepes/Fiocruz, 2022), o trabalho do CEM fez com que: o “levantou o povo, chegou na hora certa”; “o CEM tem nos ajudado bastante, tem nos mostrado com as palestras, vários conhecimentos”.

Uma expressão popular que enche a boca do brasileiro é a de “comida de verdade”. Muito comum nos movimentos agroecológicos para se referir a uma alimentação adequada e saudável livre de venenos e rica nutricionalmente, esta, se coloca como uma contravenção aos ultraprocessados. Embora sua denominação pareça unânime, seu caráter político a imputa disputas em torno dos seus significados em termos práticos. O Ministério da Saúde (2022) vai dizer que “comida de verdade é aquela que atende não apenas às nossas necessidades nutricionais, mas também a respeitar as nossas demandas psicossociais, culturais e as do meio ambiente”. Uma prerrogativa presente no Guia Alimentar para a População Brasileira (2021), baseada nas diretrizes oficiais para dietas com a combinação de diferentes alimentos *in natura* e minimamente processados.

Para o Consea, “Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, lema da 5ª Conferência Nacional de SAN (2015), “é aquela que erradicar a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos”. Ao mesmo tempo que promove acesso físico aos alimentos, este deve ser de qualidade. Ao dizer que “comida de verdade” é produzida pela agricultura

familiar, com base agroecológica, revelam-se as injustiças e os graves problemas de ordem alimentar, social, ambiental e econômica gerados pelo sistema alimentar global (Schottz, 2019). Mas a conceituação de “comida de verdade” não se restringe aos movimentos agroecológicos, também se encontra uma remota alusão deste termo fundamentada pelos influenciadores do agronegócio (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022), quando se autorefereem como os responsáveis por fazer o feijão com arroz chegar na mesa dos brasileiros.

A perspectiva da comida de verdade na política pública como direito, remete aos aspectos socioculturais da alimentação brasileira (Guerra, 2022), baseada em cereais, leguminosas, verduras e proteínas animais, combinadas no mesmo prato. O famoso arroz com feijão, invariável no cardápio alimentar cotidiano. No entanto, a dupla vem perdendo espaço na mesa cada vez mais pelos ultraprocessados. Uma pesquisa do IBGE, com dados da POF 2008-2009 e 2017/2018, mostrou que o Brasil está passando por um processo de transição nutricional: observa-se no período uma redução dos índices de desnutrição e aumento do excesso de peso e obesidade.

O consumo de frutas também tem reduzido, mas de maneira desigual entre os níveis de renda. Nessa categoria, a diferença entre as faixas de rendimento familiar é muito expressiva. Famílias com renda de até R\$1,9 mil mensais adquirem 14,3 quilos de frutas ao ano, *per capita*. Já na faixa de renda acima de R\$ 14,3 mil, são 59,3 quilos de frutas por pessoa ao ano. Essa transição acontece em grande medida por conta do aumento do consumo de produtos ultraprocessados. Mas também há mudanças relacionadas com aumento de doenças crônicas, como por exemplo a diminuição do consumo de arroz em idosos; e diminuição de proteína bovina, que está relacionada com o aumento do preço dos alimentos. Nas palavras dos moradores da Terra Prometida: “a carne sempre falta pelo preço. Até o ovo tá caro!” “O valor dos alimentos dificulta muito”, “Saudável é mais caro que antes. Cenoura está 11 reais”. O fator preço foi apresentado como um dos maiores compromissos no acesso aos alimentos e na mudança de hábitos (Neepe/Fiocruz, 2022).

A volatilidade no preço dos alimentos ocupa lugar central para SAN quando abordada com as perspectivas da soberania alimentar e do DHAA em contextos de alta inflação (Maluf; Speranza, 2014) e em países cujos gastos com comida representam a maior parte do orçamento familiar (SILVA, 2008). Sobretudo quando os alimentos no regime de *commodities* agrícolas são especulados no mercado internacional pelos setores

de monocultivo, em detrimento da agricultura de base familiar, que possui baixas oportunidades de estímulo para inserção produtiva e o suprimento de alimentos para seu autoconsumo e para dar conta da demanda interna e mundial. Um mecanismo que privilegia o setor empresarial e relega anualmente, milhões de agricultores à pobreza extrema, como disseram os autores referenciados acima.

Outro fator de mudança na alimentação é um hibridismo alimentar, um prato com uma combinação da dieta tradicional brasileira com ultraprocessados. Como toda cultura, a cultura alimentar está em constante movimento. Este hibridismo representa as relações singulares das influências externas da cultura alimentar globalizada (também denominada padronizada) que exerce um grau de influência no acesso de qualidade (Luz, 2020). Lembram do mercadinho de Dona Maria, apresentado no capítulo anterior? Entre os produtos ofertados estão alimentos *in natura*, cultivados em seu quintal e em outros quintais da comunidade, também há os ultraprocessados. A oferta destes alimentos na comunidade não faz da agricultora uma inconsciente sobre o que são os alimentos de qualidade, pois para Dona Maria, um alimento mais saudável é aquele que se planta, colhe e vai direto para a panela (como vimos no capítulo I). Como vimos nos relatos do capítulo 1, para os moradores da Terra Prometida o alimento de qualidade possui um gosto “completamente diferente” do que se encontra nos supermercados, possui mais nutrientes, pois não está contaminado e auxilia em maior saúde.

Arelado a isso, temos uma questão em disputa cultural e político-econômica (até nos termos judiciais) referente ao que se considera por “ultraprocessados”. O termo foi cunhado por Carlos Monteiro, juntamente com outros pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) (Monteiro et al., 2019). O epidemiologista considera que ultraprocessados não são alimentos de verdade, mas sim, artigos feitos a partir de alguns componentes dos alimentos (Monteiro et al., 2010). Essas questões incidem nos marcos regulatórios para a alimentação no Brasil.

Isso nos leva a um outro debate que nos convida a explorar os tipos de ações que promovam a justiça e a soberania alimentar. O de decifrar o discurso normativo e frequentemente binário que rege a forma como a agricultura ou a alimentação são consideradas (distinguidas entre alimentos “bons” e “maus”). Essas questões também estão presentes na avaliação de movimentos e organizações. Le Gal et. al. (2020) dissertam que, embora as chamadas ações “alternativas” sejam particularmente representadas em termos de justiça e soberania alimentar, também é necessário dar

visibilidade às atividades, ações, atores, espaços e estruturas que alimentam o maior número de pessoas: é inegável que a agricultura convencional, os supermercados, os intermediários, os mercados atacadistas alimentam grande parte da população, sobretudo nas cidades.

Quando jogamos luz sobre experiências que se colocam na contra-hegemonia de processos dominantes, como pela ênfase: circuitos curtos de alimentos agroecológicos nas grandes cidades versus grandes redes de supermercados; está presente uma diversidade de consumidores, como os de comunidades periféricas que transitam entre acessar alimentos pelos supermercados e de varejos informais. Temos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, discutido no capítulo anterior, em que sua socio-espacialidade foi forjada por dinâmicas urbanas de periferização, segregação socio-espaciais, e de favelização como Jomalinis (2022) constatou em sua pesquisa de tese:

Para além de um cenário de deserto alimentar há uma diversidade de cenários identificados da distribuição do setor, tais como a expansão de atacarejos e de supermercados para localidades mais centrais em áreas periféricas e na sua interação com o varejo informal de alimentos, inclusive de alimentos frescos, ora remetendo a uma função repulsiva deste varejo, ora atrativa (Silva, 2023, p.38).

Dessa forma, ao elaborar projetos transformadores sem considerar as dinâmicas entre o “dominante”, o “alternativo” e o “existente” - que muitas vezes se configuram em formas híbridas -, corre-se o risco de reproduzir sistemas voltados às elites, restringindo novas propostas e modos de compreender a alimentação a partir das experiências concretas dos territórios. Mesmo grupos que lutam por uma alimentação saudável e pela “comida de verdade” nas periferias urbanas, como é o caso do CEM, permanecem condicionados à geografia do abastecimento alimentar pautada pelo mercado, sendo, em muitos casos, obrigados a recorrer aos supermercados. A pesquisa do Neeps/Fiocruz (2022), realizada na comunidade Terra Prometida, apontou que 50% dos moradores entrevistados adquirem alimentos em supermercados e 37% em feiras livres. Quando enfrentam algum problema de saúde, recorrem preferencialmente às feiras e aos quintais, em busca de ervas e alimentos livres de agrotóxicos.

Embora a pesquisa do Neeps/Fiocruz (2022) aponte que o termo “comida de verdade” “não parece ser um conceito conhecido entre a expressiva maioria das pessoas pesquisadas”. Os moradores da Terra Prometida possuem uma noção construída sobre a diferença entre “comer” e se “alimentar” e o que é “alimento de verdade”.

O que significa alimento? “sem agrotóxicos”; “Hoje em dia estou dando mais valor trabalhando no CEM”. Maioria responde com exemplos: “Arroz, feijão, legumes, carne”. -Diferença entre comer e alimentar?: “Comer é se manter se alimentar é ter saúde no que você come...”; “Comer é qualquer coisa, hambúrguer...Se alimentar é verdura, arroz, coisas que nos alimenta”; “Comer é besteira, comida saudável se alimentar”. O que entende por “Alimento de verdade”? “Alimento de verdade é o que for mais sem agrotóxicos veneno. O mais saudável possível frutas legumes verduras”. “Arroz, feijão, legumes, carne” (Neepe/Fiocruz, 2022).

Neste sentido, a luta por soberania e justiça alimentar na prática passa por reconhecer essas encruzilhadas que as pessoas enfrentam em seu cotidiano, tendo em vista as questões de renda, território, disponibilidade, influência cultural, política e midiática, dentre outros que influenciam nas suas decisões diante de caminhos possíveis. São escolhas que não são fixas e inconscientes. O princípio da autonomia que rege a soberania alimentar e a equidade no acesso ao DHAA da justiça alimentar vem no sentido de deixar o menor número possível de pessoas fora da agricultura agroecológica e da alimentação de qualidade.

3.4 Soberania e justiça alimentar em território favelado: para além de uma proposta teórica

Abordadas e contextualizadas essas questões conceituais, no geral, devido às diferenças históricas, contextos geográficos e relações com o Estado e o capital, a “Justiça Alimentar” e a “Soberania Alimentar” diferem como estratégias e abordagens. No entanto, estes movimentos operam a partir de vários pontos de vista ideológicos baseados em direitos.

Quando aplicada à questão da escala, com a noção de sistemas alimentares multiescalares discutidos no capítulo anterior, se torna possível, por meio da empiria, investigar como os atores sociais e políticos lidam com essas diferenças e desigualdades, como no acesso a recursos produtivos, alimentos de qualidade, mercados, e seus desenhos nos territórios que perpetuam desigualdades superpostas (gênero, classe e raça).

Em comum, os dois conceitos oferecem uma crítica mais forte ao capitalismo, neoliberalismo, racismo sistêmico e patriarcado. As abordagens fazem entender que era um compromisso com a justiça racial que faltava na agricultura sustentável e nos esforços para o enfrentamento das desigualdades no acesso à alimentação adequada. Em outras palavras, poderíamos ver algo diferente no que os coletivos e organizações do movimento

alimentar por soberania e justiça alimentar fazem, ou como elas trabalham que indicaria uma mudança em direção à busca de uma mudança social transformadora?

Com base na Via Campesina (2003), aqui se lê sobre a soberania alimentar como uma condensação das lutas populares em disputa dos sistemas alimentares. Essa se baseia na ideia de que o nível nacional é onde os movimentos sociais que lutam pela justiça no direito de produzir e acessar os alimentos podem intervir na elaboração de políticas públicas que reverberam na esfera local e têm por finalidade a promoção da segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, para a realidade brasileira, podemos acoplar o conceito de “justiça alimentar” como um motor de luta que se insere dentro do corpo da soberania alimentar para capacitar os grupos sociais em suas esferas locais e encorajá-los a evidenciar as injustiças em seus territórios e reconhecer o que os impede de alcançar maior soberania na realização do DHAA? Se sim, é necessário compreender as especificidades territoriais e como se criam as desigualdades por razões étnico-raciais e de gênero; analisar como estes fenômenos podem ser lidos como expressões de injustiças nos territórios.

3.4.1 Soberania e justiça alimentar em contexto de violência e feminização da pobreza

A Via Campesina reunida em sua quinta conferência internacional em Maputo (2008) fez ecoar que a “soberania alimentar *significa o fim da violência contra as mulheres*” (Patel, 2009, p. 670). A organização entende que a violência contra as mulheres se expressa de diversas formas: violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. A organização defende que o corpo das mulheres é também território de disputa, e que a autonomia das mulheres sobre seus corpos, trabalho e territórios é central na luta contra a violência.

Kristin Reynolds (2020) disserta que a violência contra as mulheres, considerando que grande parte do setor agrícola mundial é sustentada por elas, pode ser uma porta de entrada para analisar o sistema alimentar em contexto de violência estrutural. Para a autora, “as formas estruturais de violência são uma injustiça” (p.75). Dessa forma, podemos ajudar a compreender melhor e conceber possibilidades de soberania.

A violência estrutural é compreendida pela autora como exercida sistematicamente e indiretamente sobre determinados corpos tendo em vista sua racialização e gênero, na sociedade organizada por hierarquia social (racismo estrutural e

o patriarcado), que estabelece o cenário para permitir tanto a violência física direta como os resultados negativos em forma de morte, dano, enfermidades, subjugação, estigmatização e inclusive terror psicológico. Outra forma de violência que pode ser derivada destas outras é a insegurança alimentar e nutricional e a fome, uma espécie de “violência lenta” como uma das causas de mortalidade em comunidades negras (Jones, 2019).

As dimensões da violência dizem respeito aos indivíduos, à comunidade e ao trabalho. O movimento da soberania alimentar aborda estruturas de poder que permitem difundir as injustiças no sistema alimentar a níveis sistêmicos e a escalas globais. O fim da violência é uma tarefa difícil, pois exige maior autonomia dos povos e suas autodeterminações para quebrar os paradigmas dominantes (racismo, patriarcalismo e neoliberalismo) que geram traumas históricos conectados com a agricultura e os alimentos que perduram como um fluxo contínuo de escalas temporais.

No dia 31 de outubro de 2024, o grupo de mensagens da Equipe de Planejamento Agroecologia e Saúde do CEM recebeu a seguinte mensagem:

Oi, mulheres. Boa tarde. Passamos por essa situação hoje. Como não dá pra denunciar pra polícia foi preciso conversar internamente. O marido da (integrante do CEM) hoje ainda rasgou os documentos dela e o cartão do Bolsa Família. Que situação... gente. Ela está bem.

A mensagem veio acompanhada de um vídeo que atesta a violência física, patrimonial e psicológica sofrida pela integrante do CEM. Seu corpo marcado, seus documentos rasgados e sua casa revirada. Quando falamos de violência e feminização da pobreza em território favelado, como discutido no capítulo I, está evidente como ela se expressa como uma violência de gênero. Esta, por sua vez, está descrita na Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU, 1993) para a Eliminação da Violência contra a Mulher como Violência Baseada em Gênero (VBG). Se refere a atos físicos, sexuais ou psicológicos de danos contra as mulheres e meninas, que ocorrem nas esferas privada e pública da família, comunidade e Estado, envolvem a ameaça de violência, coerção e detenção arbitrária e podem incluir questões financeiras e emocionais, perpetradas por parceiros íntimos masculinos e de diferentes gêneros e sexualidades, pais, irmãos, avós, parentes estendidos, bem como empregadores. Por estar entranhada na estrutura patriarcal e nas relações coloniais, possui um aspecto complexo, múltiplo e interseccional. Se materializa em práticas racistas, socialmente excludentes, sexistas, homofóbicas e transfóbicas.

Em todo o país, segundo os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/MS), analisados pelo Ministério das Mulheres (Brasil, 2025) nos casos de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas. A renda menor dos domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas se reflete no maior peso da população negra no Cadastro Único. Em agosto de 2024, das 94,6 milhões de pessoas inscritas no Cadastro, 68,6% se declararam pretas ou pardas. Estes números também se expressam na InSAN, como já havia sido mostrado na pesquisa da (Rede PENSSAN, 2022).

Esses dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras, resultado de como a raça influencia o gênero como determinante das desigualdades em contextos de violência. A pesquisa do IPEA (2020), com dados de 2017 e 2018, vai dizer que, embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% nesse período, olhados a fundo, os dados evidenciam que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial e de gênero. Estes dados mostram que a Lei Maria da Penha tem servido para diminuir a incidência da violência contra mulheres brancas, mas não tem surtido o mesmo efeito para a proteção das mulheres negras (Bernardes, 2020).

Da mesma forma, nessa cartografia de vulnerabilidades, as mulheres vítimas de violência de gênero em contexto militarizado expõem com seus relatos que elas frequentemente não possuem acessos de serviços de apoio adequados, como centros de atendimento psicológico, de segurança e justiça. As instituições públicas, se presentes, não concedem proteção para o enfrentamento da violência de gênero. Como o Estado pode oferecer proteção se muitas vezes, suas instituições são as que também violentam, como o exemplo da PM, que abusa do poder e se sente resguardada para o cometimento de crimes? Discutimos essa questão no capítulo I, com base em (Poole, 2004) quando abordamos a relação entre o Estado como ‘garantia e ameaça’.

A violência de gênero em contextos militarizados ocorre por diversas facetas, seja quando mulheres são violentadas fisicamente e sexualmente pelos agentes do Estado; ou, pela perda de seus filhos, nas chacinas de homens e jovens negros, pelo terror psicológico do fogo cruzado, violência nos equipamentos de saúde, e/ou a violência que ocorre pelos seus companheiros, na esfera doméstica (Martins et al., 2020). Uma pesquisa realizada pela Redes da Maré, com mulheres residentes no Complexo da Maré (McIlwaine et al., 2022) mostrou que 57% das participantes experimentaram uma ou mais formas de

violência direta de gênero no âmbito privado e na esfera pública (34% física, 30% sexual e 45% psicológica), com mulheres negras sendo mais propensas a sofrer violências (69% das mulheres pretas em comparação com 55% das pardas e 50% das que se identificam como brancas). Quase metade (47%) da violência foi perpetrada por parceiros íntimos.

No caso da integrante do CEM, agredida pelo seu companheiro, a ação de rasgar os documentos e o cartão do Programa Bolsa Família (PBF) representa uma forma de violência patrimonial. Um mecanismo comum utilizado por homens para impedir as mulheres de acessarem seus direitos e as políticas públicas. O PBF, criado em 2003 e instituído pela Lei Federal n. 10.836/2004 é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de outros programas do SUAS, SUS, SISAN e educação básica, destinado às famílias em situação de pobreza. Em 2025, com as novas regras, abarca famílias com renda mensal de até R\$218,00 e garante o valor mínimo de R\$600 por família, além de acréscimos por criança e gestantes.

Foi preocupado com a questão das desigualdades de gênero no acesso a renda e das mulheres como responsáveis pela manutenção das famílias nos contextos de vulnerabilidade social, que o PBF, pelos dados do Cadastro Único, definiu a mulher como titular preferencial (Decreto nº 6.135/2007), experiência aprendida em outros programas anteriores de transferência de renda condicionada. Embasada em análises empíricas sobre os gastos domiciliares, a transferência monetária direta à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família, sobretudo na compra de alimentos e material escolar. Hoje, 83,4 % das famílias beneficiárias têm mulheres como titulares (Brasil, 2024). Um instrumento para remediar injustiças e promover cidadanização das beneficiárias, pela “redistribuição e reconhecimento” nos termos de Nancy Fraser (Rabelo, 2014).

Neste contexto de violência de geografia das incertezas, mesmo com lei que rege sobre a proteção dos direitos das mulheres, os mecanismos de amparo e acolhimento nas favelas requerem outras tratativas: “Como não dá pra denunciar pra polícia, foi preciso conversar internamente”. A respeito disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2017) diz que as mulheres da favela sofrem violência silenciosa. Primeiro, porque existem falhas do sistema de Justiça e de segurança na assistência à população em favelas. Segundo, porque poucas são as mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica que recorrem às instituições do Estado diante da violência familiar em favelas, até mesmo em aquelas em que não há presença do crime organizado.

Segundo a juíza Adriana Ramos – presidente do Fórum de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ) –, quando vizinhos ou a própria mulher denunciam um episódio de violência à polícia ou à Justiça, muitas vezes ela precisa mudar de comunidade. “A situação passa a ser um problema para o estado paralelo que existe ali, uma situação de risco; o agressor se torna *persona non grata*”. Não há dados oficiais sobre número de casos ocorridos em favelas ou como eles se desdobram, mas integrantes do sistema de Justiça reconhecem que faltam políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais das mulheres nessas situações (CNJ, 2017).

O (CNJ, 2017) disserta que, não podendo usar de meios legais para se proteger, um caminho percorrido por algumas mulheres foi recorrer aos mecanismos da “lei” do crime organizado. A pesquisa das Redes da Maré citada acima discute que essas ações têm como resultado mais violência, pois o agressor será ameaçado ou punido, e a mulher vai sentir medo de que tudo se volte contra ela. Embora prevaleça essa ideia, a pesquisa na experiência das mulheres da Maré evidenciou que elas desenvolvem estratégias coletivas sem recorrer ao poder paralelo, no enfrentamento da violência com práticas formais e informais, no curto prazo e nos médio/longo prazos.

Ao longo dos anos de atuação do CEM na Penha e, desde 2019, na Terra Prometida, o coletivo tem se constituído como uma estratégia de enfrentamento da violência na medida em que cria uma rede de apoio e cuidado. Durante as Rodas de Mulheres e outros encontros, sempre que o assunto violência surgia, as mulheres diziam como nos dias de hoje elas se sentem mais confortáveis em falar em espaços públicos. Antes quando havia encontros na comunidade, eram os homens que falavam pelas mulheres e as silenciavam em todo momento. A estratégia foi criar encontros sem a presença masculina, para que elas pudessem se sentir mais à vontade. Além de construir tecnologias para o fortalecimento da autoestima das mulheres.

Como foi possível observar, pensar a violência de gênero à luz da soberania e justiça alimentar requer passar por essas diversas camadas que condensam a sociedade e os sistemas alimentares. Recorro à frase que introduz esta tese, dita por Ana S., ao explicar por que produzir soberania alimentar em contexto de favela envolve uma multiplicidade de questões, que passa pelo enfrentamento da violência, pela segurança pública e pela emancipação das mulheres.

Além do acolhimento em contextos de violência física e patrimonial, como no caso relatado acima, as atividades do CEM têm repercutido em maior autoestima. Não somente na questão da valorização da estética negra, que, por si só, já é uma significativa estratégia, mas como uma multiplicidade de questões para desconstruir o racismo que

desumanizou o negro no contexto de diáspora e retirou deste a possibilidade da intelectualidade (Nascimento, 1978).

A mulher negra na sociedade brasileira, como disserta Beatriz Nascimento (2019), sofre a continuidade da “herança escravocrata”; sendo elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher. Sua posição social ocupa os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão: “as sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada a assumir empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais.

Bem como Nascimento (2019) discute sobre a mulher negra no mercado de trabalho, permanecendo ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial; Carneiro (2011, p.118) discute que “a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima”. Essa condição social as coloca em menor expectativa em relação às das mulheres brancas⁵⁷; em um menor índice de casamentos; e, sobretudo, no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

A discussão de Carneiro (2011) sobre os duplos marcadores de opressão e desigualdade - racismo e sexismo - é analisada sob diferentes aspectos que aparecem na estrutura da sociedade e suas instituições, dentre eles, o “matriarcado da miséria”. O termo foi cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, em referência aos significativos lares brasileiros em situação de vulnerabilidade, chefiados por mulheres negras, que se encontram ocupadas nos trabalhos precários, com baixa escolaridade⁵⁸. Carneiro disserta que esta expressão revela também sua capacidade de resistir e de criar formas autônomas de vida como “liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país” (Carneiro, 2011, p.121).

⁵⁷ Quando Carneiro escreveu sua análise, a expectativa de vida entre mulheres brancas e negras era de 5 anos. Hoje, a expectativa está em cerca de 4 anos de vida a mais para mulheres, brancas (IMDS, 2024)

⁵⁸ A pesquisa do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RESEAM) (Brasil, 2025), traz os dados completos sobre a situação socioeconômica das mulheres. Um destaque aqui para o dado que nos domicílios com chefe mulher preta ou parda, quase 70,0% tinham rendimento domiciliar de até um salário-mínimo per capita. Entre chefes mulheres brancas, uma proporção menor estava nas primeiras faixas de renda (43,8% até 1 SM).

3.4.2 Os pobres urbanos se apropriando da soberania e justiça alimentar

Discutimos até aqui as questões que dizem respeito à justiça e às dimensões-chave para reverter injustiças, na medida do possível, tendo em conta uma diversidade de concepções e suas implicações teórico-práticas, bem como seus aspectos políticos e desdobramentos nas políticas públicas entendidas como ferramenta de equidade. No tópico acima vimos como a questão da violência estrutural e a feminização da pobreza comprometem a realização da soberania e justiça alimentar em território favelado e requerem estratégias para além do que as propostas teóricas podem elucidar.

Quando olhamos para essa realidade específica, como no caso das favelas do RJ, observamos que coletivos têm se dedicado a trazer a soberania alimentar como conceito e prática por um olhar que parte da periferia. Ao lançar um olhar sobre como se alimenta a favela, buscam evidenciar as injustiças em seus territórios e reconhecer o que os impede de alcançar maior soberania na realização do DHAA. Quanto a isso, Vradis; Bartholl (2019), com intuito de aterrizar a problemática nos espaços urbanos, propõem que “o conceito de soberania alimentar terá que ser visto de um ângulo que permita diferentes escalas de análise, bem como de prática e formulações de teoria, e que ainda precisa ser urbanizado mais amplamente e profundamente” (NutriCidades, 2019, p.3).

Com o exercício de olhar para dentro das cidades, e, mais ainda, para as periferias urbanas, os pesquisadores do *Nutricidades* lançaram questões pertinentes:

Ao refletir a relação entre periferia urbana e segurança alimentar qual é o papel que os pobres urbanos têm na construção deste conceito e vice-versa, que papel o conceito tem, ou pode ou deveria ter, para os pobres urbanos e(m) seus territórios? (...) que nexos existem, ou que conexões existem entre a periferia urbana e a soberania alimentar? ((NutriCidades, 2019), p.2).

O esforço dos pesquisadores foi de trazer a experiência de luta social urbana dos moradores do Complexo de Favelas da Maré, na ZN do RJ, em contato com o horizonte da soberania alimentar no sentido de que os movimentos sociais das áreas rurais e urbanas cruzem e articulem suas perspectivas e horizontes de luta e construam novos aportes conceituais, teóricas, práticas para explicar suas próprias realidades:

Qual o nosso acesso a alimentos na favela e como nós nos alimentamos? Quais formas encontramos aqui de produzir, distribuir, vender, comprar, preparar, processar e consumir alimentos? Qual o nosso papel nisso (enquanto moradores, pesquisadores, militantes de movimentos sociais da base)? Considerando que a soberania alimentar como horizonte é um conceito que sustenta-se em práticas de agroecologia e com isso também de agricultura urbana, como as favelas se organizam diante destes saberes e

destas práticas? Quais intervenções são possíveis para disseminar conhecimentos e práticas rumo a uma periferia menos dependente do(s) (super-)mercados, da agroindústria e das redes convencionais de distribuição de alimentos, muitos dos quais envenenados com agrotóxicos? ((NutriCidades, 2019), p.4).

Os autores discutem que a soberania alimentar lida como o direito de ter direitos sobre o sistema alimentar não alcança as favelas, porque direitos nestes territórios são uma promessa adiada. As favelas são como “uma sala de espera da História”. A insegurança alimentar é um dos efeitos da violência utilizada pelo Estado para mascarar os cidadãos destes territórios como seres de direitos. “Como podem cidadãs e cidadãos terem o direito de ter direitos quando o Estado é o inimigo?”

Os pesquisadores do Complexo da Maré se esforçam para elaborar um conceito de soberania alimentar com base na vivência e experiência de seus moradores, na estrutura comunitária, no abastecimento alimentar local, na sua agricultura, no cardápio alimentar, dentre outras questões específicas de seu território. Vimos no capítulo II que há também em outras favelas e territórios periféricos mobilizações em torno do tema da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional que podem ser lidas como experiências de abastecimento popular solidário em disputa do abastecimento do RMRJ e das políticas públicas.

Especificamente, na cidade na RMRJ, temos além do CEM o exemplo do morro da Providência com as “hortas inteligentes” e a agrofloresta⁵⁹; a iniciativa Favela Orgânica nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, na zona sul da cidade. Há tantas outras experiências integradas e articuladas em redes, como a RFS, Rede CAU e Rede Ecológica.

Nesse sentido, para o campo da pesquisa alimentar, um caminho analítico relevante para se buscar respostas sobre o que vem a ser considerado promoção de “justiça alimentar” é se perguntar o que é considerado como “injusto” por aqueles que denunciam suas lutas cotidianas. Dessa forma, a concepção de injustiça permite identificar parâmetros sobre os problemas que são duráveis e persistentes. De acordo com Slocum, Cadieux e Blumberg (2016), não é possível responder com substância ao questionamento sobre o que vem a ser a justiça alimentar e sua prática, sem levar em conta a importância do espaço.

⁵⁹ Ver: Um Sistema de Agrofloresta Urbana Está em Curso no Morro da Providência. Disponível em <https://rioonwatch.org.br/?p=45399>; Favela Orgânica em <https://favelaorganica.com.br/pt/>

Os autores sugerem um exame mais radical que exige uma análise das estruturas sociais subjacentes às desigualdades presentes na organização socioespacial dos sistemas alimentares. Neste sentido, as escalas espaciais são uma porta de entrada para alcançar um conjunto mais complexo de relações que têm efeitos na construção de determinadas espacialidades marcadas por desigualdades e injustiças. Uma forma de produzir questões sobre a sócio-espacialidade da justiça alimentar é a perspectiva situada no contexto da crescente securitização das periferias urbanas, no caso brasileiro, e dos obstáculos decorrentes causados ao direito de suas populações à cidade. Uma apropriação pelos pobres urbanos para reivindicar direitos urbanos fundamentais, que incluem o acesso a alimentos acessíveis e de boa qualidade.

O direito à cidade, termo originalmente cunhado por Lefebvre (2001, p.118), significa o “direito à vida urbana, transformada, renovada”. Nesta perspectiva, “o urbano” é lugar de encontro, com prioridade do valor de uso, bem como aparece em Santos (2005) “território usado”. É pela inscrição no espaço de um tempo gasto em oposição à supremacia de bens e valores gerados pelo processo de industrialização e encontra sua base na realização da prática-sensível. Segundo o autor, somente a classe operária pode tornar-se a agente portadora dessa realização, negando o processo secular estratégico da classe dominante.

Com base nos relatórios de pesquisa do NutriCidades (2018a, 2018b, 2019), a abordagem agroecológica é um caminho potencial para alcançar a soberania alimentar popular nas áreas das periferias urbanas, onde essa perspectiva parece mais distante atualmente. Uma forma de aproximar a agroecologia e a noção de soberania alimentar é construir uma abordagem que tenha os pobres urbanos no centro do debate dos seus interesses em acessar uma alimentação saudável e o direito de estar nas cidades. Uma abordagem, que, nas palavras dos pesquisadores, “poderia, por sua vez, ajudar a amenizar, mesmo que de forma mínima, os resultados devastadores dessa injustiça sistêmica contra as populações que vivem nas periferias urbanas hoje” (Vradis; Bartholl (2019, p. 2)).

A pesquisa-ação colaborativa com pesquisadores da maré, o Minhocas Urbanas, com no esforço que denominaram de “levar a soberania alimentar ao rio e à periferia urbana”, foi possível identificar que no caso do Complexo de favelas da Maré, há pelo menos duas características principais em relação à perspectiva da soberania alimentar:

Primeiro, em termos de recursos primários, os moradores da Maré têm pouca ou nenhuma escolha sobre a origem de seus alimentos ou como eles são

produzidos. Podemos dizer que há um alto grau de não soberania em jogo quando se trata da produção primária de alimentos nas favelas, embora o papel de iniciativas em pequena escala da agricultura urbana ainda precise ser considerado e discutido mais extensivamente. Em segundo lugar, porém, está nossa observação de que grande parte dos alimentos disponíveis nas favelas foi processada (ou seja, alimentos crus transformados em alimentos consumíveis) e preparada localmente, em unidades de produção de pequena escala. É evidente que uma alta proporção da força de trabalho empregada na Maré é ocupada no setor alimentício em geral, frequentemente organizada como pequenos negócios familiares (restaurantes, lanchonetes, padarias, vendedores ambulantes) (Vradis; Bartholl (2019, p.1)).

Concluindo como não sendo possível traçar respostas sobre como, no caso da Maré, os pobres urbanos podem superar o papel de “apenas consumir e influenciar as políticas alimentares por meio de campanhas ou votação, ou apoiando movimentos sociais rurais”, os pesquisadores lançam perguntas sobre o que pode ser feito para que os moradores da periferia urbana possam obter mais soberania sobre o que comem e como se abastecem nas favelas.

Para finalizar, este Capítulo buscou percorrer questões conceituais da justiça e desaguou sobre a realidade nos aspectos da soberania alimentar para nos ajudar a reconhecer que o abastecimento alimentar é também uma questão de enfrentamento de injustiças e instrumento estratégico na promoção de direitos, como o DHAA em territórios vulnerabilizados, que também o coloca em referência ao direito à cidade. O valor em promover um diálogo entre os aspectos e dilemas da “justiça” e da “soberania alimentar” reside na compreensão das tradições e trajetórias na resistência de grupos populares ao regime alimentar corporativo e nos processos de vulnerabilização nos centros urbanos. Com os pobres se apropriando destes conceitos, ocorre maior identificação e caminhos viáveis em direção a sistemas alimentares equitativos e socialmente justos, de propriedade comunitária.

O campo da justiça alimentar reúne os esforços dos grupos que se movem na direção de compreender o que os impede e o que os capacita para o acesso a direitos. Quando Amartya Sen trata das capacidades, da liberdade e da justiça na esfera do possível, deixa aberto um leque de possibilidades de se debater as questões humanas, como por exemplo, o caso do “feminismo favelado”, tratar da emancipação das mulheres negras como forma de libertá-las da opressão do patriarcado racista. Com isso, quero dizer que, embora a literatura e a experiência aqui analisadas nos ensine que lutar contra a dependência de processos históricos em curso geradores de injustiças, não significa nenhuma certeza; é preciso dar mais consideração às concepções alternativas de soberania

e abastecimento das experiências locais que agem sobre o que conhecem, para que não sejam capturados para uma ideia de justiça inalcançável, e sim como um propósito que realmente nos permitam fazer justiça a todos.

Fraser, tanto quanto Sen (2009) traçam caminhos para a justiça que me permitiu identificar que os anseios para solucionar as injustiças estabelecem-se no tempo e no espaço. Fraser permitiu estabelecer aproximações nas realidades sociais que conformam as relações de dominação de gênero e raça. Se a autora postula que os fatores que replicam as desigualdades arbitrárias entre negros e brancos, homens e mulheres são geradores de injustiças distributivas e culturais, podemos retirar de sua análise que na esfera de dominação masculino/feminino, e nas ações da branquitude (Cida Bento, 2002), que a condição da mulher negra na sociedade, é multicausal e interseccional. Para a realidade brasileira, vimos com base em Sueli Carneiro (2011) como as desigualdades e iniquidades se comportam como causa e efeito do sexismo e do racismo.

Nessa perspectiva, a alimentação não é lida somente como objetivo de políticas públicas, mas também como um direito social e político, vinculado à participação efetiva dos sujeitos nas decisões que moldam os sistemas alimentares. Inspirada em Fraser, essa abordagem revela que as injustiças alimentares vividas em territórios racializados não se reduzem à escassez material, mas expressam também formas de não reconhecimento cultural e de exclusão política, que negam o valor dos saberes e modos de vida construídos nas periferias urbanas. Em diálogo com Sen, a justiça alimentar exige a ampliação das liberdades reais das pessoas e comunidades - isto é, o fortalecimento de suas capacidades de escolha, produção e autonomia alimentar. Assim, a luta pelo DHAA nas favelas deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de justiça social, que articula redistribuição de recursos, reconhecimento de identidades e saberes subalternizados e a ampliação das condições para o exercício da dignidade humana.

4 - MULHERES NEGRAS EM AÇÃO POR SOBERANIA E JUSTIÇA ALIMENTAR EMANCIPATÓRIA NAS ENCRUZILHADAS

O conjunto dos capítulos anteriores já deve ter revelado que a luta por soberania alimentar na experiência do CEM, na favela Terra Prometida, bem como sua presença significativa na SM envolve múltiplas questões, como moradia digna e geração de renda, acesso à água e saneamento básico, espaços verdes, comida de verdade, saúde, segurança pública, dentre outras. Embora pareça uma declaração axiomática, que pode ser referida a qualquer experiência de agricultura em territórios vulnerabilizados, a relação entre promover soberania alimentar e alcançar justiça não é linear e muito menos um fim predestinado. Quer dizer, pode haver lutas por soberania alimentar que não alcancem todas as pessoas de maneira ‘justa’. Assim sendo, está em aberto a necessidade de enfatizar o que repele e converge em ambas as noções e lutas políticas.

O capítulo anterior mostrou como movimentos agroecológicos por soberania alimentar, ao longo dos seus processos de mobilização e enquadramentos teórico-práticos, não incluíram gênero e raça em suas bases. Foi necessário que mulheres (e depois as mulheres racializadas, em relevo) e os grupos étnico-raciais não brancos se levantassem para evidenciar o racismo e o sexismo dentro do próprio movimento que busca emancipação dos povos. Ainda não está palatável para todos os envolvidos na luta por autonomia, que não há como existir um movimento alimentar nos termos de justiça, que seja feminista e não comporte raça e um movimento alimentar antirracista incompatível com gênero.

Faço uma pergunta similar à que insiste Bell Hooks (2019): como mulheres e homens que passam uma vida trabalhando para resistir e se opor a uma forma de dominação podem apoiar sistematicamente outras? Dessa forma, para a pensadora, não faz sentido uma mulher racista considerar a si mesma feminista, se o feminismo quer para todas as pessoas a emancipação de toda e qualquer opressão. O questionamento vale para homens que invisibilizam o trabalho das mulheres como essenciais para os sistemas alimentares e o abastecimento alimentar das famílias.

Na seção final do capítulo anterior vimos que a insegurança alimentar em periferias urbanas, em contextos de favelas, como no caso da Maré analisada pelos pesquisadores do *Nutricidades*, necessita investigar as dinâmicas envolvidas na agricultura urbana tendo em vista os mercados agroecológicos, a distribuição de

alimentos, as genealogias da pacificação, seus esforços para alimentar a favela na medida em que enfrentam os obstáculos decorrentes de habitar as cidades. Em outras palavras, o alcance da soberania alimentar na favela, com acesso a alimentos acessíveis e de boa qualidade, passa primeiro por direitos urbanos fundamentais, como o direito à cidade que carrega consigo um bojo de outros direitos. Quais sejam: usufruir plenamente da vida urbana, com participação na produção e gestão do espaço, moradia digna, acesso a serviços e bens urbanos, áreas verdes, trabalho, mobilidade, liberdade para expressar sua identidade e cultura, dentre outros.

No que tange ao abastecimento urbano periférico, os autores constataram que, em termos de recursos primários, os moradores da Maré têm pouca ou nenhuma escolha sobre a origem de seus alimentos ou como eles são produzidos. Já a experiência comunitária vizinha na ZN, o CEM na Terra Prometida, no Complexo da Penha, tem ensinado que as periferias e as favelas em especial têm se apropriado dos conceitos e práticas agroecológicas e têm construído outras abordagens, desde suas vivências, como a pauta da segurança pública, pela perspectiva da comida livre de violência.

Este capítulo busca enfatizar os diversos elementos envolvidos pelo CEM que são lidos como práxis compartilhada na construção de soberania alimentar e justiça, destacando suas estratégias e ações por meio da agricultura urbana agroecológica favelizada. Suas ações em busca de autonomias se dão na medida em que percorrem as avenidas do gênero, da classe e da raça em território vulnerabilizado. Aqui se utiliza a perspectiva das “*encruzilhadas discursivas*”, propostas por Carla Akotirene (2019, 2023), um diálogo crítico com o conceito de interseccionalidades criado por Kimberlé Crenshaw. Akotirene (2023) propõe uma encruzilhada discursiva que supera as abordagens eurocêntricas ou neutras cientificamente, defendendo uma perspectiva que atravessa o Atlântico e valoriza a ancestralidade e as epistemologias negras.

Considera-se uma abordagem que mais se aproxima da necessidade de sensibilidade analítica para pensar as interseccionalidades territoriais da favela, tendo em vista suas “geografias incertas” (Poole, 2005). A encruzilhada em alusão à figura de Exu, orixá que representa o espaço de trânsito e encontro entre saberes, memórias e potências políticas, possibilita percorrer o entrelaçamento indissociável entre *identidades* e *opressões*. Também aproxima o conceito da ancestralidade e epistemologias afro-diaspóricas aos *corpos-territórios* de mulheres negras faveladas, uma outra abordagem utilizada aqui para compreendermos com o feminismo comunitário que soberania

alimentar, justiça e emancipação das mulheres negras começam com a escala do corpo, estando este ligado a um território.

4.1 O apagamento de epistemologias negras e a enunciação da margem

O que é Tecnologia? Uma fórmula de xarope que só sua avó vai fazer, que ela elabora e capta esse conhecimento, ninguém reconhece mais como tecnologia. A falta de valorização do nosso povo e a questão da dignidade de se reconhecer enquanto cidadão de direitos, pra gente que é negro, a gente não reconhece mais as nossas tecnologias (Ana Santos, Curso Saúde nas favelas- Perspectivas antirracistas, 11 de jul. 2025).

Quando se discutem conceitos como “soberania alimentar”, “justiça alimentar” e “agroecologia” - entre outros que buscam compreender a relação entre humanos, natureza e a reprodução da vida pelos sistemas alimentares -, não se trata apenas de uma disputa ontológica sobre a vida e o dever ser já debatida nas dimensões normativa e ética da justiça e no papel dos movimentos sociais na formulação de pautas que dizem respeito a todas as pessoas. Está em jogo também uma disputa epistemológica: sobre quem fala, o que é dito e para quem se fala. Como apresentado no capítulo de abertura desta tese, o CEM se posiciona como um porta-voz da favela enquanto território do bem-viver.

Assim como ensinou Beatriz Nascimento (2019, p.34-40), “Não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. *Somos a história viva do preto, não números*; este tópico busca como compromisso ético-político ancestral em “não aceitar mais nenhuma forma de paternalismo, especialmente intelectual” entender como as mulheres do CEM, por meio da Roda de Mulheres, tem produzido conhecimento desde seus corpos/território, como uma forma de elaborar o que chamam de “agricultura urbana agroecológica favelizada”, uma forma de aproximar esses conceitos para a realidade que vivem.

4.2.1 Entre Encruzilhadas e Confluências

Durante as atividades da Roda, algumas mulheres da comunidade, as educadoras populares, são escolhidas, com base em suas experiências, para conduzir os temas escolhidos, como por exemplo, a oficina de ginecologia natural ensinada por Leildes Xavier, indígena especialista em ervas. É comum nos momentos de debates relatos de mulheres que se sentem constrangidas em espaços em que o conhecimento agencia as relações ali pretendidas, como por exemplo, uma sala de atendimento médico do SUS.

Como no caso relatado por Helena, de origem cearense, muito conhecedora das ervas. Ela contou que no Ceará, as mulheres de sua família se cuidavam com as ervas e com a alimentação. Quando procurou atendimento médico no SUS, relatando questões de hipertensão, falou para o profissional de medicina que fazia uso do chá da folha do chuchu como um calmante. Segundo ela, o médico desacreditando da utilidade da erva no tratamento para sua questão de saúde, de maneira arrogante, disse que ela “poderia então comer chuchu para o resto da vida e não tomar mais remédio”. Depois desse episódio ela tem dificuldades de procurar a unidade de saúde e prefere se cuidar somente em casa. Este fato reluz a questão da hegemonia da ciência ocidental para os cuidados em saúde (formadora dos profissionais de saúde) sobre os saberes tradicionais e populares, sobretudo da população negra e indígena.

Uma importante referência na perspectiva crítica ao processo de apagamento dos saberes e na valorização dos conhecimentos outros é Antonio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, quilombola e piauiense, intelectual (que prefere ser chamado de “relator de pensamento e saberes”). Seu conceito de “contracolonialidade” se coloca como uma aversão aos modelos coloniais de produção e reprodução da vida, da mercantilização do saber e do ser. O pensador defende, em contrapartida, a confluência cosmológica e o compartilhamento de conhecimentos. O conceito de confluência advém do processo de análise da contracolônização dos saberes. Refere-se à lei que rege a relação de convivência entre elementos da natureza e ensina que “nem tudo o que se ajunta se mistura”.

A respeito de construção de projetos de futuro, Nego Bispo (Santos, 2015) propõe a “retomada dos saberes”, um chamado para o reconhecimento do pensamento negro, quilombola e indígena, apagado desde o período escravocrata e que mesmo com a Lei Aurea não foi reconhecido como saberes. Nem mesmo a Constituição de 1988, que instituiu os quilombolas e indígenas como povos de direito, mas um direito colonialista, não o direito originário. Para Nego Bispo, a retomada dos saberes, é um diálogo com a sociedade em geral, não sobre o “*devir*”, mas, sobre o que “*nós queremos ser*”.

O pensamento contracolonial apresenta um conjunto de sistemas de conhecimentos que, além de resistir à dominação colonial, também oferecem propostas epistemológicas que enfatizam a interconexão entre humanos e o ambiente natural, a importância do respeito às tradições e à sabedoria ancestral e a autonomia dos povos na gestão dos recursos naturais. Nego Bispo nos ensina a olhar para as tradições ancestrais

como projetos de vida para vislumbrar futuros possíveis, no sentido de ampliar os diálogos e leituras da realidade para equacionar os problemas postos à ordem do dia. Acredito que esse olhar epistêmico se alinha à perspectiva da igualdade na diversidade.

Na contra-hegemonia do modelo de conhecimento único, surgem rupturas epistemológicas no contexto brasileiro e latino-americano que fazem ecoar vozes femininas, negras, indígenas, diaspóricas e periféricas. A interpelação dos espaços hegemônicos de legitimação do conhecimento tem produzido efeito extraordinário quando pessoas historicamente racializadas e subalternizadas passam a ocupar a academia como sujeitos, como corpos-territórios produtores de cultura, saberes e sentidos de mundo (Silva, 2022).

Carla Akotirene (2023, p.31) faz uma analogia interessante sobre o conhecimento eurocentrista que não entende que conhecimentos outros podem coexistir sem que nenhum deles precise ser excluído. A pesquisadora pensa a cozinha intelectual como fundamental para desfazer “os preparos hegemônicos da casa-grande”, que promove escassez de divulgação ampla dos sistemas filosóficos das civilizações à margem da brancura”:

Diante desse cenário, a fome espiritual africana busca por epistemes locais e tradicionais. Procura irmandades, santuários, terreiros de candomblé. Busca produções teóricas movidas pelo apetite ancestral de Exú, divindade da boca e dos caminhos intelectuais indispensáveis à validação das oferendas analíticas preparadas pelas intelectuais negras que viveram como estrangeiras na cozinha das academias brasileiras. Apesar disso, arranjam caminhos para abrir cozinhas maiores com ingredientes descoloniais. E seguem alimentando a necessidade epistêmica dos intelectuais do lado de fora da academia, situados no trânsito, desde 1492 (Akotirene, 2023, p.31).

Isso me faz querer retornar à conceituação de “cozinha como trincheira de luta” para produzir “comida livre de violência”, uma estratégia de mulheres intelectuais não acadêmicas que, assim como as feministas negras dentro dos espaços tradicionais de conhecimento, insistem na metodologia de reparação da imagem da mulher negra na sociedade pelos fundamentos de uma teoria e prática política progressista.

A exemplo de Patricia Hill Collins, que acolhe a autodefinição como ruptura do estereótipo intelectual conferido às pensadas negras, vistas pelos seus contrterrâneos das ciências sociais como somente capazes de abordar a condição da mulher como vítima do racismo patriarcal. A pensadora disserta que o passo dado pelo pensamento feminista negro na crítica a esse lugar sistematicamente desfavorável, deve ser dado para reparar a imagem racializada da mãe preta, da empregada, da assistencializada e sexualizada.

A perspectiva de encruzilhada desenvolvida por Akotirene (2023) refere-se às “avenidas de raça, gênero e classe” marcadas pelo sistema-mundo colonial. Em contrapartida, são postas em ação outras encruzilhadas que percorrem as avenidas discursivas do pensamento feminista negro, chão epistemológico acolhedor de pluralidades teóricas. Como exercício antropológico transcultural, a abordagem que se origina da perspectiva da interseccionalidade formula uma ideia filosófica de oposição às cosmovisões e matrizes de inteligibilidade que retiram dos corpos não brancos a intelectualidade.

As epistemologias feministas negras, com foco na ação política e na transformação social, oferecem uma abordagem crítica para pensar as desigualdades sociais. A perspectiva da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw e, no Brasil, desenvolvida por Carla Akotirene (2019, 2023) e outras pensadoras já apresentadas aqui possui uma capacidade metodológica de perceber as singularidades e de aproximar as mulheres negras da diáspora. O conceito de matriz de dominação de Patricia Hill Collins (2019) também contribui para o desenvolvimento teórico-metodológico das abordagens interseccionais, ao conceber uma análise de como os diferentes mecanismos dos sistemas de opressão estão interligados em uma estrutura social mais ampla. Mas que se expressam em relações cotidianas.

Na visão do médico que atendeu a erveira Helena, o conhecimento que ela lhe compartilhou questionava seu aprendizado na escola de medicina. Mas como uma mulher negra favelada poderia saber mais do que anos de dedicação que atribui a um médico, o direito de usar a ciência para diagnosticar, tratar e prevenir doenças?

As intelectuais feministas negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, se debruçaram sobre o epistemicídio no apagamento das mulheres negras como agentes construtoras de conhecimento e detentoras de intelectualidade. A exemplo de Carolina Maria de Jesus, que na década de 1950, relata seu cotidiano no esforço de garantir comida na favela e nos ensinou como a fome é professora. Pode-se dizer, pelo que Conceição Evaristo (2005) chamou de “escrivência”, que Carolina tenha tentado usar as palavras para preencher a vazia do estômago.

Seu primeiro livro, o “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” (Jesus, 2014/1960), a escritora constrói uma leitura sobre a fome e sua condição de pobreza extrema por conta de ser uma mulher negra: “Eu sou negra, a fome é amarela e dói

muito”. Provavelmente Carolina de Jesus não precisou ler Josué de Castro para entender de maneira sociológica como a fome é fruto de projetos políticos e econômicos quando disse que “a fome é a escravidão moderna”. Também não precisou revisitar a história colonial para explicar a fome, pois conhecia a fome no seu corpo e no olhar de seus filhos e assim soube que “é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”.

Com isso quero dizer que ambos produziram análises pertinentes para pensar a fome no tempo em que viveram, o primeiro com um olhar de pesquisador e a segunda pela experiência vivida. Ambos são intelectuais da fome. Os trabalhos de Carolina hoje são lidos por diversos campos de pesquisa, como nesta tese, um esforço que almeja percorrer a fome dos favelados para concorrer a um título de doutora em Ciências Sociais.

Assim como Carolina de Jesus, as mulheres do CEM buscam construir conhecimento nas encruzilhadas:

A encruzilhada de Exú condiz com a interseccionalidade das mães de família moradoras de espaços populares. Elas são lideranças comunitárias que lidam com o proibicionismo, uma violência estatal tão perversa quanto a violência contra a mulher, que, por sua vez, tem vigor punitivista menor, considerando em parte o racismo e o patriarcado institucionalizados nas leis (Akotirene, 2023, p.15)

Quando se lê essas autoras e observa as mulheres do CEM, se nota como, mais de seis décadas depois, a realidade de mulheres negras e faveladas pouco mudou. Os dados do acesso à alimentação na Terra Prometida evidenciam essa afirmação, quando as mulheres mães precisam escolher ficar com fome para alimentar seus filhos: “num curto período de tempo eu optei por passar fome pra não ver minha filha passar... então o que eu poderia comer eu deixava pra ela”. “Quando precisam recorrer a catar sobras em lixões e xepa das feiras e na CEASA-Rio: “Já catei muito... já catei na rampa em Caxias... xepa... Ceasa... eu criei meus filhos muito com xepa”.

Também é possível compreender como ao longo da história, as mulheres negras são as mais sobrecarregadas e responsáveis por se desdobrar para sustentar seus filhos e garantir comida, muitas vezes sozinhas. A solidariedade e união com outras mulheres se tornam uma alternativa de sobrevivência. Essa carga histórica está refletida na densidade de trabalho e questões que perpassam no cotidiano dessas mulheres, no esforço de garantir comida de verdade, segurança, educação, arte e cultura, dentre outras necessidades em um território marcado por violência, disputas de poder, negligência estatal e degradação ambiental.

4.2.2 Corpo-território de mulheres negras faveladas: confluências de saberes outros

Ao longo do trabalho de pesquisa, eu não me mantive somente como observadora do trabalho do CEM, mas como uma pesquisadora integrada, colaborando com as atividades. Então, faço o esforço de considerar válidos os processos participativos de construção de conhecimento que possam entrelaçar os saberes populares e científicos, como trazem os esforços de Donna Haraway (2009) com a perspectiva dos Saberes Localizados. A perspectiva corpo-território, utilizada pelas mulheres do CEM, também se faz necessária aqui para conduzir a análise. Uma forma metodológica responsável de analisar o coletivo, ao me manter identificada com a questão de estudo, com uma leitura objetiva em uma objetividade corporificada.

Existe uma diversidade de produção de conhecimento produzido por mulheres ao redor do mundo, nesse sentido, são muitas as reivindicações epistêmicas dos feminismos. No entanto, de maneira geral, o campo teórico dos feminismos precisa ser constantemente reafirmado, pois está na contra-hegemonia da Epistemologia das Ciências Sociais, tendo em vista que o *mainstream* dos espaços de produção científicos acadêmicos é majoritariamente homens e brancos e com um bom poder aquisitivo, baseados em uma “objetividade neutra” e métodos “desincorporificados”. Donna Haraway (2009) disserta que essa neutralidade só é possível nos discursos privilegiados que aceitam a dimensão do apagamento do corpo e da experiência pela universalidade e seus espaços de poder.

O trabalho de Donna Haraway está circunscrito a dois moldes de análise, o primeiro diz respeito a: (a) *Construção social do conhecimento*: para a sociologia das ciências, o conhecimento é visto como fruto de relações sociais e poder. Nesse sentido, Donna Haraway discute o conhecimento que se julga basilar para a compreensão das sociedades, uma construção elaborada por homens e brancos da história ocidental; (b) Empiricismo feminista: uma corrente que busca sua adesão à legitimidade da ciência ao mesmo tempo que busca projetos de ciência mais plurais no que diz respeito aos corpos que produzem conhecimento.

O primeiro é importante para a construção epistemológica dos feminismos porque permite questionar e revisar os conhecimentos ditos científicos e biológicos sobre as categorias de sexo e gênero. Haraway mostra os limites da perspectiva do construtivismo social relacionado ao conhecimento e a argumentos feministas. Para a autora, a ciência

enquanto método e realidade são construções sociais e toda abordagem feminista também seria uma construção social, ou seja, somente uma narrativa a partir de uma perspectiva de leitura da realidade. Isso manteria o feminismo preso a uma narrativa relativista da realidade, afastando as mulheres do jogo científico ao invés de aproximá-las.

Já o que Haraway chama de *empiricismo feminista* se fundamenta em evidências que demonstram um ponto de vista particular feminista na ciência. Nesse sentido, as investigações feitas a partir de visões feministas descobriram fatos diferentes sobre a natureza e a objetividade do mundo. Isso criaria uma ciência feminista crítica à ciência tradicional, masculina, que teria como centro metodológico uma interpretação constantemente em contato com a experiência de opressão da mulher. Nessa linha de raciocínio, quando os feminismos discutem questões como saúde pública da mulher, direito e escolha reprodutiva, cuidado, segurança, dentre outras, desenvolvem um outro tipo de conhecimento. Esse conhecimento é pautado por métodos e análises empíricas, como qualquer outro, mas tendo como base o lugar específico de fala e experiência das mulheres, o que forja um novo saber.

Haraway está interessada em articular as duas concepções, aquela que enxerga a subjetividade de origem social presente nos conhecimentos e aquela que mobiliza o empiricismo feminista. Ela chama de subjetividade com atenção às objetividades da realidade em que determinados corpos são posicionados em diferentes formas. A visão objetiva tomaria responsabilidade analítica parcial, mostrando um conhecimento situado na relação entre sujeitos e objetos, contrariando e não caindo em equívocos tomando uma análise universalizante da realidade. Os saberes localizados defendem a importância da responsabilidade na construção do conhecimento.

Tanto do ponto de vista dos produtores de conhecimento, os pesquisadores, como também os “subjugados” à pesquisa, possuem essa responsabilidade. Pois estes também devem prestar contas com revisões críticas sobre aquilo que produzem. Seus posicionamentos “não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes” (Haraway, 2021, p.23). De acordo com a autora, elas são preferidas porque têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Por fim, Haraway fundamenta sua proposta articulando uma posição do conhecimento como exclusiva construção social e a empiria feminista. Busca pensar um

“eu cognoscente parcial” que jamais está completo, mas que busca conhecer a partir da ciência. Associado a uma identidade com o objeto a ser investigado e objetividade em uma conexão parcial.

A teoria da prática social proposta por Haraway, com a perspectiva dos saberes situados, faz voltar à problemática do lugar. (Escobar, 2005) Propõe uma crítica ao lugar da natureza e à natureza do lugar. Com uma nova ecologia política do lugar, capaz de trilhar espaços de esperança para reintroduzir uma dimensão baseada no lugar e capacitar articulações que saem em defesa do lugar. Nas palavras do autor: “deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconhecer e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas no lugar” (Escobar, 2005, p.2).

Assim como Haraway ensina a colocar um pé no chão para se situar na realidade como o corpo, também podemos encontrar na perspectiva das práticas de Escobar a possibilidade de situar no tempo-espaço os processos históricos em curso, sem desconsiderar a diversidade de modos de vida, de saberes e de práticas culturais. A teoria das práticas propõe uma chave analítica que valoriza os lugares como espaços onde se constroem resistências, alternativas e sentidos outros de existir. E como seus vínculos múltiplos entre identidade, lugar e poder. Ou seja, compreender as interações entre os atores e como agem sobre o território e são influenciados por ele. Temos então que o lugar mantém uma relação dialética, e não “natural” inata, ou “identidades autênticas e essencializadas”, como bem define o autor. Nessa linha de raciocínio podemos pensar que as ações desses atores sobre o que compreendem por processos geradores de injustiças, que interferem nos seus modos de vida, fazem surgir lutas que saem em defesa do território e propõem outras ecologias políticas (Martínez Alier, 2010).

A ecologia das práticas pode ser lida em Santos (2015, 2023) como “confluências cosmopolitas” em que a confluência é a energia que move para o compartilhamento, para o reconhecimento e o respeito. Quando as pessoas confluem, elas não deixam de ser quem são, mas passam a ser quem é somado ao outro. A confluência é uma fórmula que rende, que aumenta e amplia. Podemos então pensar a perspectiva do corpo-território das mulheres negras faveladas como a confluência de saberes outros, na medida em que reúnem a valorização da ancestralidade das mulheres do território, compreendendo suas diversas origens, saberes e práticas, como também a presença do conhecimento indígena. O que Nego Bispo (Santos, 2015) chama de conhecimento dos povos afro-pindorâmicos.

Quando lançamos um olhar sob o ponto de vista das políticas públicas sociais, a exemplo da SSAN como um parâmetro de saúde pública (fome, InSAN, desnutrição, contaminação etc.), a escala dos corpos dos indivíduos se torna uma estratégia analítica para compreender a circulação entre o que acontece na escala dos corpos, no nível das organizações intermediárias, e das entidades administrativas das políticas (Le Gall, et. al. 2020). Neste caso, a saúde pode ser uma dimensão-chave para a soberania alimentar e a justiça na medida em que o corpo sintomiza as carências e dinâmicas do território.

O diferencial da abordagem corpo-território, aliada à perspectiva dos saberes localizados, está para além de compreender os indivíduos como receptáculo dos fenômenos produtores de desigualdades e à mercê das forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Permite compreender a agência das pessoas envolvidas e como elas lidam com diversas questões no dia a dia de suas lutas, no trabalho, nas relações familiares, dentre outras interações. Ainda mais quando se trata de pessoas que estão lidando com questões de necessidades básicas para a manutenção de suas vidas e de seus pares. Outro ponto metodológico é o de entender que as pessoas dos grupos pesquisados não são “objetos” puramente militantes de uma causa, mas são humanos, como mostrou o trabalho de Rosa (2011) junto a um militante sem-terra sul-africano.

O termo “corpo-território” foi cunhado por mulheres latino-americanas e caribenhas, principalmente por mulheres indígenas organizadas em defesa de seus territórios, com os dizeres: “meu corpo é meu território” ou “nem as mulheres nem a terra são territórios de conquista”. Enunciados por mulheres diversas a exemplo das contribuições das intelectuais, Lorena Cabnal, que inaugura o termo; Glaus Tzul Tzul; Maira Millán, Mapuche; Julieta Paredes. Hoje, na literatura, existem diversas correntes feministas com a proposta emergente de discutir a proposta iniciada pelas feministas comunitárias e zapatistas. A perspectiva vem sendo retomada por algumas mulheres amazônicas, indígenas, negras, rurais e urbanas da América Latina e do Caribe que defendem seus territórios (Hernández, 2017). Elas discutem o colonialismo interno das epistemologias ocidentais com imaginários racistas e lançam outra ideia de feminismo localizado, o “feminismo comunitário”, evidenciando os laços comunitários e solidários.

A intelectual Julieta Paredes Carvajal, indígena do povo Aymara, fundadora do “Movimento Feminista Comunitário de Abya Yala”, na Bolívia, uma de suas maiores pensadoras, disserta que o feminismo comunitário é uma provocação, pois as feministas

comunitárias querem revolucionar tudo. Elas estão interessadas em destruir o patriarcalismo e construir o bem-viver para mulheres e homens e sua comunidade. Enquanto movimento, tem a sua origem nas lutas de resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e colonial das mulheres indígenas frente às práticas sistemáticas de violação dos direitos de suas comunidades e povos, assim como dos direitos da natureza e da exploração selvagem dos recursos naturais.

O feminismo comunitário recupera a memória ancestral. Uma forma de não esquecer o que existia antes da invasão colonial, o que permaneceu e o que as gerações neste novo contexto de tempo-espço, com novas formas que se estruturaram, a dominação é importante posicionar os corpos. Para Paredes (2011, 2019), neste mundo tomado pelo domínio colonial, racista, capitalista e neoliberal, que ela reconhece como patriarcado, nos está lançando desafios, se correspondermos somente ao científico, corremos o risco de sermos afastados dos nossos lugares de origem, em referência à sua natureza indígena. A pensadora discute que é preciso partir de um lugar específico, posicionado em um mundo globalizado, e aí, defender também suas próprias raízes de conhecimento. O “feminismo” como um paradigma que se alia ao comunitário, (re)conceitualizando o feminismo na luta da descolonização, é uma forma da geração atual se situar no mundo sem tirar seus pés do chão (Paredes, 2019).

Assim como Julieta Paredes, Lorena Cabnal, outra feminista comunitária, traçaram uma linha de pensamento que tem contribuído para repensar a conexão entre corpos e territórios, com uma crítica ao pensamento decolonial. Quando as feministas entram no movimento decolonial, uma das premissas que apontavam é a cegueira de gênero desse movimento. O primeiro marco de referência foi criar um programa feminista que abrace uma perspectiva histórica e geopolítica situada, a partir da colonialidade, que se manteve por corpos discriminados por gênero e raça. Cabnal (2010) discute que os corpos das mulheres foram o principal veículo para a expropriação de suas terras, territórios, recursos e conhecimento.

Paredes (2019) chama a atenção para o fato de que os atores das revoluções, como na Revolução Francesa, eram os homens, não a comunidade. Na comunidade existe um corpo-território que é homem, mas que também é mulher e transgênero. A comunidade é lugar de identidade comum, de memória ancestral, de conjuntura particular. Com um olhar desde as mulheres originárias, o feminismo comunitário em seu campo teórico-prático objetiva o protagonismo do Sul e uma ruptura com o Norte.

Tavares (2019), formada no conhecimento indígena, tece uma análise que parte do “corpo-território das mulheres indígenas” a uma concepção de soberania alimentar’. A intelectual se posiciona na luta dos povos indígenas e das mulheres para dizer como elas enfrentam as políticas de morte que chegam nos territórios e tombam seus corpos. Sob a perspectiva do corpo como princípio da defesa, a autora discute a missão de defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável:

Levo a reflexão primeiramente à ideia de defender. Defendemos algo que está sob ameaça, sob ataque. Defendemos na intenção de proteger de algum perigo. Defender da ameaça do veneno na nossa comida. Nossa comida está sob ameaça, está banhada de veneno (Tavares, 2019, p.60).

O DHAA passa por reconhecer que os povos indígenas possuem sistemas tradicionais de agricultura e produzem alimentos. “Os povos e comunidades tradicionais do território brasileiro também manejam conhecimento ancestral de cuidado com o território e o saber-fazer brotar alimento” (Tavares, 2019, p.60). A perpetuação do corpo, seja matéria ou espírito, passa pela comida da cultura, alimentos tradicionais como resistência, uma forma de “continuar perpetuando nosso corpo existencial”. No entanto, uma comida que mantém vivo o corpo não basta ser sem veneno, mas requer conexão corpo-território sem violência.

Se a comida vem com o espírito da violência nos territórios, com o sangue das lideranças tombadas na defesa das terras, com veneno, com exploração, essa comida não nutre; adocece. É comida oriunda de genocídio, para mencionar como a parenta Tayná Marajoara se refere à comida que violenta nossos territórios (Tavares, 2019, p.63).

Nesta perspectiva, há encontros com o lema da Via Campesina de que a soberania alimentaria significa o fim da violência contra as mulheres, mas vai além, ao dar práxis e corpo às mulheres e para além delas, a seus pares e seus territórios. Tavares disserta que o corpo-território é um caminho para o alcance da soberania alimentar, mas existe uma diversidade de corpos-territórios.

As perspectivas indígenas do feminismo comunitário e a abordagem do corpo-território muito têm a ensinar para realizar uma leitura sobre experiências de mulheres em diferentes territórios, sobretudo aquelas que vivem da terra, na produção de comida e gestão dos territórios desde seu corpo, resistindo em meio às violências diversas que recaem sobre seu corpo, seus filhos e o território que vivem. Essa sua característica permitiu uma extrapolação da noção para além das mulheres indígenas e se tornou ferramenta de outras mulheres, como as aqui analisadas.

O feminismo comunitário chama a atenção para as escalas da violência patriarcal e da agência das pessoas, do corpo-território que está na comunidade, mas que se posiciona em um mundo globalizado. No caso da Terra Prometida, podemos ver mulheres em sua diversidade, seja de origem (maranhenses, pernambucanas, mineiras, cariocas, dentre outras); seja étnico-racial (maioria negra, mas há também presença indígena); de conhecimento (erveiras, bezendeiras, agricultoras, cuidadoras, professoras); de crenças (evangélicas, candomblé e outras crenças não cristãs). Entre suas particularidades e semelhanças, as mulheres nutrem esforços de fazer da favela um lugar possível para construir a soberania alimentar e gerar meios de vida e sobrevivência pela agricultura.

A primeira delas é a do esforço intelectual e físico de exercerem várias funções de trabalho todos os dias. O trabalho comunitário e coletivo na agrofloresta, na escola com as crianças, na cozinha e nos mutirões, dentre outros, se confunde com o trabalho individual do cuidado doméstico, dos filhos e dos animais que cada uma exerce. Ao mesmo tempo que buscam desenvolver a agricultura nos quintais e espaços comuns da comunidade, elas também são diaristas, empregadas domésticas, dentre outras funções que correspondem à maior fonte de renda que buscam fora dos espaços da favela.

Essa questão nos faz retornar à discussão proposta por Fraser (2005) sobre justiça como reconhecimento, para pensar a história das mulheres na agroecologia. (Moreira; Ferreira; Siliprandi, 2018) fez um trabalho de resgatar a memória de mulheres e suas trajetórias no movimento agroecológico no Brasil desde a redemocratização. As autoras destacam que, embora as mulheres guardem a história e memória da agroecologia, seja nos movimentos sociais, nas ONGs, na busca por políticas públicas, na academia, na agricultura, auto-organizadas em diálogo com “o movimento feminista”, elas seguem sem reconhecimento. “As lideranças masculinas dos movimentos agroecológicos, assim como nos movimentos rurais em geral e de outros setores da sociedade, têm demonstrado enormes dificuldades em aceitar o protagonismo das mulheres, lado a lado com os homens, na construção de mudanças sociais” (Moreira; Ferreira; Siliprandi, 2018, p.62).

Embora as autoras tenham tomado uma noção analítica de mulher como categoria universal (nos termos de Audre Lorde, 1983), não especificando questões raciais, mas sim os aspectos territoriais (mulheres camponesas, das florestas e das águas) para tratar da articulação em espaços institucionais e de debates, como no Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, podemos dizer que muito se avançou no entendimento de sua importância na conquista de direitos e políticas públicas de fomento à agricultura.

Com base nessa referência, o avanço é significativo porque sinaliza as vias necessárias a se percorrer, rumo à emancipação das mulheres agricultoras:

Estes esforços foram e são empregados, porque as experiências vivenciadas mostram que a condição para que a perspectiva agroecológica realize seu potencial emancipatório para mulheres agricultoras é o respeito às suas demandas, o reconhecimento aos seus conhecimentos e a valorização do seu trabalho (Moreira; Ferreira; Siliprandi, 2018, p.70).

Para Schottz (2019), são as mulheres que muitas vezes promovem iniciativas em defesa dos territórios de projetos extrativistas, promovendo transição agroecológica na salvaguarda de sementes e conhecimentos principalmente a partir dos seus quintais produtivos. Estão na responsabilidade de garantir comida e saúde da família, dos seus pares comunitários, com as trocas e comercialização, o que alcança escalas maiores, com a conservação da biodiversidade e a resistência ao agronegócio. Seja no campo ou nas cidades, elas desempenham a práxis agroecológica. Enfrentam não só a ameaça de fora, mas também a resistência por parte dos maridos, como discute a autora e como já visto aqui no caso do CEM.

Neste sentido, a emancipação das mulheres tendo em vista as ecologias de suas práticas em defesa de que nem a terra nem as mulheres são territórios de conquista, ao revelar os corpos-territórios como inseparáveis, expõe as contradições do capitalismo patriarcal de fronteira, que extrai valor de territórios e corpos precarizados. Quando olhamos para a realidade das favelas e a reivindicação deste território como bem-viver por mulheres negras pela soberania alimentar, não podemos perder de vista que o corpo é a escala inicial da violência.

4.3 A experiência da soberania e justiça alimentar como práxis compartilhadas

Apoiadas em conhecimento e práticas ancestrais como alternativas contemporâneas, orientadas na perspectiva da soberania e justiça alimentar territorializadas para a realidade das comunidades periféricas, questionamos se é possível uma favela se alimentar. Pelo que vimos até aqui, esta pergunta não encontra respostas diretas, mas sim percorre por diversos cruzamentos nas avenidas interseccionais em termos de corpos-território. Se lemos os esforços de alimentar a favela pela perspectiva das encruzilhadas das mulheres negras moradoras de espaços populares, que acumulam funções de mães de família, lideranças comunitárias, trabalhadoras na agricultura, diaristas, dentre outras, que lidam com a violência institucional e de gênero, como nos

ensina Akotirene (2023); temos que buscar enxergar as práxis, examinar as “experiências”, especialmente as cotidianas, que “constituem oportunidades e incentivos para aprender, avaliar, engajar-se e assumir o controle da própria nutrição” (Tornaghi, 2017).

Sem perder de vista as questões globais em que a temática da soberania e justiça alimentar se insere, aprendemos que a ancoragem territorial de ambas as propostas, com a articulação do mundo acadêmico, com outras esferas surge como uma forma de práxis para a justiça e a soberania alimentar. Na experiência analisada vimos que a busca por autonomia reside nos laços firmados com diversos atores institucionais e na solidariedade e união entre si e com outras experiências correlatas que buscam fazer da agroecologia projetos de bem-viver.

Le Gall et al. (2020), de olho nas especificidades da América Latina, nos chamam a questionar sobre quais os riscos da práxis da justiça e da soberania alimentar, para entendermos que possibilidades existem para empoderar populações cada vez mais marginalizadas e territórios cada vez mais fragmentados. Não somente nas favelas do Rio de Janeiro, mas em toda a região do globo, a deterioração do processo democrático levanta questões sobre o espaço que resta para a democracia alimentar. As práxis de experiências engajadas têm ecoado a necessidade de ampliar a cidadania crítica sobre os mecanismos que melhoram o acesso a uma alimentação adequada.

4.3.1 A atuação e a influência do CEM em relação ao acesso à alimentação na Terra Prometida

O CEM desenvolveu papel crucial no enfrentamento da fome durante a pandemia. A Campanha de Doação de alimentos do CEM na comunidade chegou a 10 toneladas de alimentos agroecológicos, um total de 1200 cestas, abastecendo 200 famílias. Dentre estas, foram mais de 500 cestas agroecológicas doadas pela AS-PTA-RJ. Também foram ofertadas outras cestas, como a “cesta de cuidados”⁶⁰ da ANA e outros movimentos sociais, como o do MNU, nos complexos de favelas da Serra da Misericórdia.

⁶⁰ A estratégia de cuidado veio do GT de Mulheres da ANA, no período da pandemia, com a questão: “quem cuida de quem cuida?”. A cesta continha quatro homeopantias, quenturas, pomada milagrosa, sabão artesanal, tudo produzido pelo GT.

Figura 25: Feira Solidária CEM no período da pandemia (2021)



Fonte 42: Neepes/Fiocruz, 2023

A pesquisa do Neepes/Fiocruz já apresentada no Capítulo I, que resultou em dados e materiais construídos coletivamente, reconheceu a solidariedade ativa, a reciprocidade e a cooperação que o coletivo envolve nas lutas por justiça e alimentação saudável em territórios periféricos urbanos (Palm et al., 2024). Dos moradores entrevistados, 17 relataram que a atuação do CEM tem influenciado em mudanças na sua relação com os alimentos com destaque para os conhecimentos em relação ao plantio e alimentação:

“Muito porque é um aprendizado que eu não tinha antes... estou tendo agora através do CEM”; “A gente aprende a plantar e a colher... para se alimentar de uma forma boa”; “Eu conheço o CEM a mais de 10 anos... na pandemia fui mais ativo... tanto em organização quanto em distribuição... isso me mudou para caramba porque dali também saiu o alimento que ia para minha casa... fazia parte daquilo”; “Porque quando vieram as coisas foram melhorando. As crianças tavam se alimentando melhor. Os alimentos levantou o povo, chegou na hora certa”; “Influencia a plantar mais, aprendeu a gostar mais da coisa”; “Nos ajudou muito a dar valor aos nossos alimentos... os nossos legumes”; “O CEM tem nos ajudado bastante, tem nos mostrado com as palestras vários conhecimentos. O CEM trouxe essa ideia de passar alimentos sem agrotóxicos, e é possível”; “Os conhecimentos terra pra plantar. Das comidas sem veneno. Das produções locais (produção de sabão, carne de jaca etc)”; “Eu não vou dizer que mudou... na minha vida eu sempre conheci o que vem direto da terra. Mas, foi uma maneira de despertar, numa cidade grande dessas... que ainda tem jeito: a gente consegue ter um cantinho com uma horta... O CEM me mostrou que isso é possível” (Neepes/Fiocruz, 2022, p.35).

Essas falas advêm da experiência da pandemia em que o CEM desenvolveu um formato de doação com interações. O momento envolveu uma solidariedade comunitária, além de doar os alimentos, compartilhar conhecimento sobre a agroecologia e soberania

alimentar, os sentidos envolvidos no acesso à alimentação por parte da população favelada em um período crítico de carestia e de saúde pública.

O compartilhamento de alimentos e saberes da agroecologia se deu por meio de uma “educação que mantenha viva a soberania alimentar dos nossos ancestrais” como ensina o coletivo, na Escola Popular de Agroecologia’. Uma forma de destacar o caráter político que os alimentos empregavam neste contexto histórico, sobretudo naquele território: “a pessoa não vem e pega uma bolsa como se ela estivesse precisando, mas ela escolhe o que ela quer levar e opina no que ela quer levar” (Ana S. Neepes/Fiocruz; 2023). Esse formato de doação possibilitou a emergência de um conjunto de diálogos entre o CEM e os moradores do território. Foi quando o coletivo se tornou mais forte e conseguiu construir mais laços e presença no território.

Além do compartilhamento de alimentos, as ações solidárias envolviam mutirões coletivos, iniciados pelas mulheres. A revitalização da escadaria da Rua Aymoré, ponto de encontro e local de nascer das Mulheres em Ação. O trabalho iniciado por elas engajou outros moradores, como homens da comunidade, a construir uma cisterna de 75 mil litros, um financiamento coletivo para abastecer suas comunidades que não tinham acesso à água. Um projeto que viabilizou o abastecimento das famílias e o cultivo de alimentos nos quintais e na agrofloresta.

Surgiu então a Rede de Viveiros, uma produção de mudas na Serra da Misericórdia, que contribuiu para abastecer agricultores urbanos na região e na cidade. Um início de um projeto de doação, geração de renda e autonomia. Com a interação e dinamização dos atores da Terra Prometida e outras áreas do Complexo da Penha, as ações do CEM por meio da ação pública em agroecologia, chamada por Nêgo Bispo de “confluências cosmopolitas”, dão novos relevos aos encontros e fricções, conflitos e cooperações e às diferenças que existiam no território. Como, por exemplo, a capacidade de saber lidar com as linhas de tensão, seja com gestores públicos, dos movimentos sociais, dos representantes da sociedade civil em conselhos, as universidades e instituições de pesquisa, organizações de fomento à filantropia, bem como também do movimento paralelo ao Estado, como milicianos, narcotraficantes “dono dos morros” e do setor empresarial, como a Pedreira.

4.3.2 A Cozinha Solidária e a Escola Popular de Agroecologia como tradução política do cotidiano

Vimos na perspectiva feminista comunitária que o corpo-território das mulheres é unidade de defesa da vida. Outra pensadora feminista, Silvia Federici (2017), em discussão paralela sobre o capitalismo e a expropriação dos territórios e corpos, também ensina que esta ferramenta não se limitou ao roubo das terras comunais na Europa e à colonização das Américas. Para a autora de “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, foram igualmente fundamentais a expropriação do corpo das mulheres e o controle sobre sua reprodução.

Com esta referência podemos dizer que o cercamento das terras comunais retirou das comunidades camponesas a autonomia produtiva, submetendo-as à lógica do trabalho assalariado. Para Nascimento (2019), as sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fizeram com que a mulher negra advinda do campo fosse recrutada a empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação. Paralelamente, a caça às bruxas e a perseguição às mulheres, sobretudo as guardiãs de saberes ancestrais, operaram como um verdadeiro “cercamento dos corpos”, retirando das mulheres o controle sobre sua sexualidade, fertilidade, saúde e formas de subsistência coletiva. Incluída aí, a construção de forças de organização política.

Com foco maior a esse caráter político das mulheres, Federici (2020) se empenha em analisar a especificidade das mulheres latino-americanas, “na luta para mudar o mundo”. Segundo a autora, por meio de ações coletivas pela transformação do trabalho cotidiano, social e reprodutivo, elas promoveram uma nova definição de política e democratização. Uma resistência que se observa desde a invasão colonial, mas que ganha novos contornos, tendo em vista as resistências organizadas desde os anos 1970, com mobilização em massa, na luta por direitos efetivos em um momento de realinhamento das políticas institucionais latino-americanas. Nas cidades, além de iluminar a grande lacuna existente entre os direcionamentos das políticas oficiais e das políticas dos movimentos sociais de base; despontam como expressão do papel de liderança neste processo na luta para a produção dos comuns urbanos:

É nas periferias das megacidades em expansão da América Latina, nas áreas ocupadas principalmente pela ação coletiva e diante da permanente crise econômica, que as mulheres estão criando uma nova economia política baseada em formas cooperativas de reprodução social, estabelecendo seus “diretos à cidade” e abrindo caminho para novas práticas de resistência e regeneração (Federici, 2020, p. 6).

Para a autora, o maior exemplo do que chama de “revolução silenciosa” é a agricultura urbana, um fenômeno global iniciado em 1970 pelas mulheres na África que,

expulsas das áreas rurais e forçadas a urbanizarem-se, começaram a cultivar em lotes vazios da terra pública, transformando as paisagens das cidades e borrando os limites entre rural e urbano. Segundo Federici, é mais um conhecido exemplo da “revolução silenciosa” que as mulheres vêm provocando. A exemplo da organização das mulheres do Chile, nos anos 1980, com as cozinhas populares que foram vistas pelas autoridades chilenas como atividades comunistas subversivas. Mesmo com a intervenção militar: “Uma cozinha comunitária? Então por que vocês estão fazendo isso, se sabem que é proibido? Porque estamos com fome.” “Parem de cozinhar!” “Eles disseram que era político”. “Eles vieram muitas vezes, mas a cozinha continuou...” (Federici, 2020, p.7).

É geralmente sabido que tais estratégias de sobrevivência impulsionaram o senso de solidariedade e identidade da comunidade e demonstraram a capacidade das mulheres de reproduzir suas vidas sem serem completamente dependentes do mercado. Não somente no Chile, mas também na Venezuela, no Peru, na Argentina, no Brasil, as mulheres trabalhadoras estavam fazendo revolução por meio da organização de cozinhas públicas, juntamente com seus filhos e muitos outros jovens.

A revolução pelas “cozinhas públicas”, que no Brasil encontramos suas versões “solidárias” e “comunitárias”, evidencia, segundo a autora, que as mulheres reconhecem que a luta contra projetos genocidas sobre os meios de vida e subsistência das pessoas deve estar enraizada nas atividades que reproduzem a vida. Uma forma de traduzir, em termos políticos, o cotidiano, na medida em que entenderam que, sem vida cotidiana, não há organização, e sem organização, não há política.

No Brasil, de acordo com o De Sordi (2020), as cozinhas alcançaram cifras impressionantes de distribuição de alimentos. Em grande parte, adquiridos diretamente de pequenos produtores, com destaque para o MPA e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) e o MST. A proporção do destaque que estes movimentos deram à experiência de organização popular foi primordial para promover o acesso. Isso porque extrapola a característica de oferta de alimentos a populações empobrecidas pela lógica da entrega do alimento em si, a exemplo das cestas básicas. Mas, pela construção de redes comunitárias que integram campo e cidade, enfrentando a pobreza de ponta a ponta enquanto viabiliza o DHAA.

No entanto, como discute a autora, embora tenha tomado tamanha expressão nestes movimentos, o que hoje se reverbera em políticas públicas como o

Programa Cozinha Solidária, instituído pela Lei nº 14.628/2023; a experiência de abertura de cozinhas coletivas para a distribuição de refeições, na história contemporânea, advém das associações comunitárias de bairro. Essas diversas experiências surgiram sobre diferentes formatos que hoje acabam por confundir-se nas denominações "Cozinhas Comunitárias", "Cozinhas Solidárias" e os Restaurantes Populares. Mas cada uma delas guarda suas origens e particularidades e não deve ser tomada como sinônimo, salienta a autora.

A diferença das Cozinhas Solidárias das Cozinhas Comunitárias é a entrega gratuita de alimentos. O que coloca ambas em diferença também aos Restaurantes Populares que cobram pelas refeições. Embora ambas as experiências de cozinhas desempenhem papel estratégico localizado, o termo "solidariedade" merece destaque. Para De Sardi (2022), o termo remete a uma solidariedade de classe; ou seja, a um valor de sobrevivência social e não a um valor individual. "A solidariedade enquanto um valor de classe nos lembra não só que estamos mais próximos dos nossos que estão nas filas das quinquinhas do que parece, mas também que são nossas ações e expectativas coletivas que modelam a sociedade na qual vivemos".

Segundo a autora, a solidariedade dimensiona as Cozinhas a um valor social que está localizado na própria experiência de formação, organização e mobilização dos movimentos sociais rurais e urbanos. Um ensinamento de que a entrega da refeição não é o fim, mas o meio, pontes de convivência, trocas e acolhimento coletivos e pessoais para fortalecer a luta no processo de emancipação no acesso contínuo à alimentação de qualidade.

A Cozinha Solidária Coletiva Mulheres em Ação

Certa vez em uma conversa com as mulheres do território elas me contaram que não conheciam Ana, mas que seus filhos e outras crianças chegavam em casa e falavam que "a tia Ana da Ong tinha ensinado elas tal coisa, que tio Marcelo as levou para ver as plantas". Segundo Sandra (a Sandrinha), quando o CEM se instalou na Terra Prometida, as mulheres conheceram "a famosa tia Ana e o tio Marcelo". Por meio das crianças, as mulheres que antes não se conheciam ou por anos somente se cruzavam pelo caminho e trocavam um "bom dia" passaram a interagir entre si, a conversar. Nesta interação, foram surgindo as ideias sobre mutirões de limpezas nos quintais, nos terrenos que antes eram depósitos de lixo, trocas de mudas e sobre ervas, cozinham juntas. "E tudo acontecia

na escada’’, que dá acesso à Terra Prometida e onde nascem as ‘‘Mulheres em Ação’’, e a primeira sede onde se doavam as cestas de cuidados da AARJ (Souto et al., 2024).

Deste movimento, as crianças, primeiras participantes do CEM, foram contempladas com a Escola Popular de Agroecologia. Elas também foram o engajamento para que as mulheres permanecessem unidas. Elas indagavam: ‘‘ô tia, a senhora não tá na Ong mais não’’. Nasce também nesse movimento de mulheres na escada, o compartilhamento dos cuidados, que, segundo Ana S., nessa conversa: ‘‘os cuidados não começou com as cestas, começou com a comida, era um banquete nessa escada, a amizade pegou a gente pelo estômago’’.

A Cozinha Solidária é realizada pelo Coletivo de Mulheres em Ação, uma iniciativa das mulheres do território, e atua por direito à alimentação, terra, água, moradia, dignidade, saúde, infância, mobilidade e segurança. Criado a partir da articulação de mulheres no espaço do CEM, durante a pandemia do Covid-19, em 2020, hoje o coletivo é um espaço de mobilização específico das mulheres, onde são realizadas reuniões mensais voltadas para o Termo Territorial Coletivo com a organização Comunidades Catalisadoras, espaço onde nasce o Consultório Médico Territorializado, junto ao SUS. Também onde acontece a Roda de Mulheres. O espaço abriga oficinas formativas e intercâmbio dos quintais produtivos, assim como as atividades da Escola, sendo as mulheres da cozinha as responsáveis pelo preparo da alimentação e pelo cuidado com as crianças.

Uma das conquistas no ano de 2024 foi o selo de ‘‘Cozinha Solidária’’ do Programa da Secretaria Nacional de SAN do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) regulamentado pela Lei nº 14.628/2023 e pelo Decreto nº 11.937/2024. O programa tem por objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e em insegurança alimentar e nutricional. Para as mulheres da Terra Prometida que atuam na cozinha: ‘‘A cozinha gera muita autonomia pra gente, e renda também. Trabalhamos com uma alimentação bem diversificada’’.

Envolve mulheres e mães que participam do CEM e de outros grupos e organizações das redes que integram. A cozinha é fundamental em atividades formativas, como a preocupação de Formação de Educadoras Populares, para a construção civil além da agricultura. Trocas sobre culinária, plantas e cuidados com a saúde, encontros,

intercâmbios, mutirões e cursos que acontecem no CEM e fora também, em outras comunidades e locais da cidade. Algumas mulheres não moram mais na Penha, mas continuam conectadas à comunidade pela experiência do CEM. Antes do selo do Programa Cozinhas Solidárias, as Mulheres em Ação estabeleceram laços com ONGs e instituições públicas, como a ENSP/Fiocruz.

No capítulo inicial desta tese, foi debatida a cozinha como trincheira, para além dos seus aspectos de retirar a violência do alimento, seus esforços colocam no lugar o alimento como cuidado e como meio de solidariedade. Suas experiências de promover autonomia pela cozinha são uma forma de mudar o trânsito histórico do trabalho das cozinheiras negras no Brasil, descrito por Machado (2022), como um confinamento à cozinha. A autora buscou percorrer uma análise socio-histórica sobre a cozinha como lugar enquanto “espaço geográfico de mulheres negras”, um mecanismo analítico que lhe permitiu ampliar as definições de agência e de resistência com base nas experiências.

Além de produzir uma crítica à cozinha como a expressão das hierarquias da sociedade brasileira⁶¹, a autora subverte o olhar da posição das mulheres negras enquanto subordinação e enfatiza seus recursos de ação social e política enquanto classe trabalhadora. Machado (2022) aborda como as mulheres cozinheiras ousam se definir a despeito de e a partir de suas experiências dos mais variados modos que utilizam para construir e manter laços familiares e comunitários com seus pares negros.

Essa abordagem desenvolvida pela autora para pensar as cozinhas e as cozinheiras vai de encontro ao trabalho proposto pelas Mulheres em Ação do CEM, pela Cozinha como trincheira de lutas que retira a violência dos alimentos. Uma forma de valorizar a comida ancestral, suas intelectualidades em aproveitar os alimentos por completo, e gerar renda. Uma forma de conceber as cozinheiras negras além da sobrevivência dos seus (que é um fator muito importante), mas também, uma estratégia de produzir autonomia e autogestão.

⁶¹ Não podemos esquecer que uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil foi uma mulher negra cozinheira, Cleonice Gonçalves, uma senhora negra de 63 anos de idade, trabalhadora doméstica há 50 anos. Enquanto o mundo entrava em um cenário alarmante de saúde pública, com sérias preocupações sobre os cuidados necessários, uma mulher negra morreu exercendo um trabalho secular de cuidar de famílias brancas. Esse fato expressa a continuidade da posição precária das trabalhadoras negras e da desigualdade da estrutura trabalhista brasileira, sustentada pelas mulheres negras e periféricas (MACHADO, T. D. S., 2020).

Escola Popular de Agroecologia

Outra tradução política do cotidiano é a Escola Popular de Agroecologia, com os moldes da educação como prática de liberdade e pedagogia da esperança, nos termos de Freire (2013, 2020). A educação é estratégia originária do centro de integração e ainda se mantém presente na prática e no nome que anuncia a organização. CEM faz referência ao nome de fundação do coletivo “Centro de Educação Multicultural”. De acordo com Ana S., ao longo de sua trajetória, alguns fatores fizeram mudar o nome para o atual, dentre eles, a questão de dar maior centralidade à comida, por influência dos trabalhos de Luiz Poeta, liderança sócio-ambiental da SM.

Neste contato, Ana S., com o trabalho de professora, pela educação popular, e Marcelo C., atuante na organização Verdejar, se unem e passam a entender que o trabalho não era “somente” de educação, mas era de AU, e que era possível reunir as demandas comunitárias nestas frentes de atuação social. Neste processo, surge a colaboração do CEM, no processo de ocupação da Terra Prometida, com atividades com as crianças, como dissemos acima.

A experiência de educação popular fez com que o contato iniciado e intermediado pelas crianças se tornasse a potencialidade que o coletivo hoje possui em incidir sobre o território e de promover espaços de autogestão com as mulheres. Além de atuar como uma ferramenta de promover segurança às crianças no período fora da escola formal, reduzindo os danos de risco à violência, atua no resgate da cultura alimentar desde antes do plantio até o consumo. Promovendo a SAN com as mulheres e crianças por meio do aproveitamento integral dos alimentos, ensino do preparo e do descarte adequado, com o sistema da compostagem.

O ensino da agroecologia é um projeto de educação que busca manter viva a sabedoria ancestral negra e indígena, com a relação intergeracional:

Uma educação que liberta é aquela em as crianças retomam com a natureza o movimento pelo direito e plantar. Ao se reconectarem com os saberes ancestrais, elas acessam a noção de território, pertencimento e comunidade de uma forma potente e grandiosa. Pra gente não esquecer que toda vez que uma criança aprende com a natureza dentro da favela, estaremos vencendo (CEM agosto de 2025. Disponível em <https://www.instagram.com/p/DNNkj6du0PZ/?igsh=ajF2aTk3NjFsc2h5>).

Além do ensino da agroecologia, as crianças acessam pela Escola um conjunto de práticas de cultura, lazer e esportes. Pela professora de Judô Isis Saboia, elas

conquistaram medalhas de participação na primeira “Copa Iguaçuana de Judô”, em julho de 2025. Uma forma delas de ampliarem espaços de ação e vivência da cidade e de mundos. Com a professora Ana Terra, com o tema “Alimentação e Diáspora”, elas aprendem sobre as raízes afro-pindorâmicas, nos termos que ensinou Nego Bispo (Santos, 2015).

Participam de atividades de intervenção artística na comunidade, com pinturas e colagens de desenhos nos espaços comuns, e dos mutirões de plantio de mudas, com educação ambiental e popular na favela, com direito às áreas verdes e de brincar. Uma ferramenta libertadora para fortalecer a construção de confiança, criatividade, autoestima, autonomia e coletividade.

Além de promover a organização política das mulheres, o trabalho com as crianças é semeadura de futuros, com maior reconhecimento e autonomia, cumprindo a sua missão potencializadora de pensamentos críticos e práticas de transformação da sociedade, pelas mulheres e crianças. Não é possível promover a emancipação das mulheres sem o cuidado e proteção de seus filhos.

A esperança nasce do coração mesmo da pedagogia que tem o oprimido como sujeito. Pois ela implica uma denúncia das injustiças sociais e das opressões que se perpetuam ao longo da história. E ao mesmo tempo anuncia a capacidade humana de desfatalizar esta situação perversa e construir um futuro eticamente mais justo, politicamente mais democrático, esteticamente mais radiante e espiritualmente mais humanizador (Freire, 2013, p.35).

Como ensinou Freire em Pedagogia da Esperança, não um esperar por teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.

4.4 Mulheres negras em ação: autogestão nas encruzilhadas

Pelo que foi discutido até aqui, nesta tese e, como base na proposta de leitura da interseccionalidade de raça, gênero, classe, proposta por Akotirene (2023), podemos conceber a favela como uma encruzilhada discursiva e material, onde essas avenidas - ou as veredas, tendo em vista sua geografia de becos e vielas - se encontram e não podem ser dissociadas. Com base nisso, podemos compreender a segurança pública não somente como violência do crime organizado e policial, mas também como uma questão atravessada pela raça (perfilamento racial), classe (criminalização da pobreza) e gênero (mães que sofrem perdas de filhos, mulheres violentadas pelo Estado e por seus pares masculinos).

Além disso, pensar a segurança pública não como uma política de combate e controle de corpos-território, mas, como uma política pública e, alimentação, educação, cultura, lazer, dentre outras, como debatem o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP em conjunto da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (OMS) (Nery, 2025), o Instituto Fogo Cruzado com a UNICEF (2025), e também o CEM, ao pontuar a necessidade dos movimentos agroecológicos introduzirem nos seus debates a pauta da segurança pública para a garantia do DHAA e a promoção da soberania alimentar das(os) agricultoras(es) urbanas(os) nas favelas e demais periferias.

Da mesma forma, não podemos ler o abastecimento alimentar e o acesso à alimentação adequada e saudável nas periferias urbanas, nos contextos de favelas, pela lógica exclusiva da ausência, carestia, embora a fome e a InSAN nestes territórios possuam o componente significativo das distâncias físicas, como define a CAISAN (2014, p. 7). Como vimos no capítulo II, com base em Jomalinis (2022), é preciso cuidados analíticos para não desconsiderar características histórico-geográficas das localidades, suas dinâmicas informais de comercialização de alimentos. Outra questão é a de que a insegurança alimentar no acesso aos alimentos não é apenas efeito da pobreza e da marginalização, mas também envolve sobrecarga feminina no cuidado e na busca de estratégias de sobrevivência e futuros outros.

Posto dessa forma, ao ler os esforços que as mulheres negras destinam a capacitar seus pares nas encruzilhadas, temos que estas estão configuradas em diferentes escalas de análise: no espaço dos grupos sociais, das comunidades, no espaço doméstico e na esfera do corpo-território. Assim, podem ser verificadas, por exemplo, nas relações e laços entre famílias, entre os grupos sociais, entre comunidades distintas, que estabelecem e mantêm relações com outras famílias, grupos sociais e comunidades estabelecidas para além do espaço territorial em questão. Uma das formas de manifestação dessas encruzilhadas é justamente o fato de uma mulher negra estar entre as categorias sociais mais vulneráveis, à fome, ao trabalho precário, à violência de gênero, ao sustento solo de suas famílias, dentre outros indicadores sociais, como analisou Beatriz Nascimento (2019).

Decorre daí o entendimento de que a capacidade dessas mulheres em questão, organizadas, de se enveredar na busca por diálogo nos âmbitos governamentais, institucionais, públicos e da sociedade civil, filantrópicos, dentre outros, por um lado exige esforço imenso, mas, também, quaisquer conquistas se tornam um feito coletivo, por carregar com elas as bases da estrutura social (Davis, 2017). Com a frase “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, em

referência à experiência de mulheres negras brasileiras, Angela Davis, ensina que transformar a vida das mulheres negras é o caminho para transformar a sociedade.

4.4.1 Estratégias para autogestão

Embora as favelas condensem as múltiplas violências do capitalismo racializado e patriarcal, elas também são espaços de invenção, resistência e construção de mundos outros. Akotirene (2023) sugere a encruzilhada não somente como lugar de opressão, mas de identidades e movimentos, reinvenção e resistência. Nas favelas, as mulheres negras organizam redes de solidariedade por meio de estratégias coletivas, como as cozinhas, as hortas coletivas e os quintais produtivos.

Como ocorreu com o CEM após a perda da sede. No início resultou em muitas dificuldades e exigiu uma transformação em sua perspectiva de atuação. Novos arranjos precisaram ser estabelecidos; isso possibilitou a conexão do CEM com diferentes demandas emergentes do território. Como aponta Ana S.:

O ineditismo da parceria foi trabalhar a agroecologia de maneira intersetorial, entendendo que a agricultura urbana está para além do plantio, mas também no cultivo das relações. A capacidade de articulação em rede do CEM dentro do território possibilitou dar continuidade ao trabalho iniciado em 2012 mesmo sem sede. Nesse período, o CEM atuou em formato de arranjo ampliando o trabalho no território com foco na agricultura urbana, através do fortalecimento a juventude da E.M. Bernardo de Vasconcelos; do coletivo de mulheres usuárias da Clínica da Família Felipe Cardoso, que se transforma num grupo autônomo; dos agentes da saúde da NASF (Núcleo de Assistência da Família); da Arena Carioca Dicró / Parque Ary Barroso; do Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Maria de Lourdes, do CRAS Carlos Drummond de Andrade, do CRAS João Fassarela e chegando mais posterior, da E.M. Brant Horta e do EDI Almir Leite (Benfeitoria, 07 de agosto de 2025. Disponível em <https://benfeitoria.com/projeto/cem>).

Na pandemia, o CEM mostrou a capacidade de autogestão comunitária pela solidariedade, na medida em que capturou que a estratégia passa por entender as fragilidades dos moradores e do território com escuta. Um processo que vinha se costurando desde a perda da sede:

Ao mesmo tempo que estávamos nos reconhecendo nesse território com toda a experiência que já tínhamos, diante de um novo cenário, com essas mudanças e a pandemia, o processo de escuta foi excelente. E ainda conhecer as lideranças... Eu lembro da dona Maria falando que no morro as pessoas já passaram fome, que nesses últimos dez anos o povo vem passando fome e agora com a pandemia é que as pessoas estão preocupadas. Essa foi uma frase muito forte para pensar a estratégia desse processo de escuta e como poderia se dar a incidência política. Nós não queríamos fazer apenas um trabalho assistencial, mas um trabalho de amparo e de virada de chave. Construímos em abril de 2020 a Feira Solidária e Agroecológica, uma feira quinzenal dentro da comunidade. A feira trabalhou muitos valores, a sororidade, o cuidado com o

outro e com a outra e o ato de compartilhar, além de também despertar o interesse de alimentos já menos esquecidos ou desvalorizados, trazer assentados, agricultores familiares da reforma agrária para dentro da comunidade para um café com prosa, para conversar, para falar de terra e de direitos. Uma frase minha que é batida, mas que eu gosto de dizer é: “a batata roxa tanto enfeita o prato como vai pra debaixo da terra”, porque as pessoas se motivaram ainda mais para plantar. Esse plantar também veio como resposta para nós trabalharmos em uma área verde. O trabalho de preservação ambiental dentro de uma comunidade carente é ir de trás para frente. Ninguém vai deixar de trabalhar, de fazer sua faxina para plantar uma árvore, mas elas deixam de fazer essas coisas para ir para a cozinha produzir um alimento, para ir para um quintal e plantar, para se juntar para fazer xarope. Foi importante para entender mais de perto essas fragilidades, me entender como parte disso e como a gente vira potência. A pandemia causou muitos danos, perdas, muitas vidas se foram por falta de um socorro imediato, por falta de uma casa melhor, por falta de água – e por isso tivemos que fazer a campanha da cisterna (Santos, 2021).

A agroecologia se tornou ferramenta para a autogestão no enfrentamento da fome, do vírus, da desinformação, dentre outros fatores:

A falta de alimentação de qualidade foi muito impactante, uma vez que as crianças sentiram falta da merenda escolar, que é uma comida diversa, tem 30% de origem da agricultura familiar. E com a pandemia, tivemos esse desafio de apresentar uma cesta agroecológica, não foi em paralelo porque nós ainda não estávamos em articulação para as doações da Ação da Cidadania e do PACS, mas a gente investiu em agricultura familiar porque sabíamos para onde o dinheiro estava indo e o que estávamos comendo, em um momento em que mais precisamos de nutrientes. Essa frase foi permeando as entregas, o interesse das pessoas e fortalecendo de fato a soberania alimentar e nutricional. É claro que não estamos falando de uma história de amor onde só tivemos grandes frutos, mas estamos falando de árvores frutíferas em que mesmo que o fruto não nasça agora, ele ainda vai nascer. Falar dos desafios da pandemia é pensar nossa existência enquanto coletivo de autogestão, enquanto essa formação e troca que nós temos com os nossos parceiros e parceiras. É pensar em como a autogestão no território fez toda a diferença na pandemia (Santos, 2021).

Outra questão fundamental para a continuidade das ações e a autogestão é o apoio, financiamento das atividades. A experiência com articulações por diferentes frentes na arena dos movimentos sociais da cidade, como o movimento negro unificado e o movimento agroecológico, com as redes não é suficiente para manter de pé as ações e atividades, mas sim um compromisso comunitário. Olhar para as tecnologias sociais ancestrais e promover um aquilombamento não romantizado, mas como um plano de ação, nos termos de Abdias do Nascimento (1980).

Sabemos que quando um projeto vem é muito bom, com valor alto e às vezes não conseguimos movimentar de uma vez, mas sabemos que o que paga as nossas contas e o que vai gerar um território de bem-viver aqui dentro da favela, no nosso aquilombamento, é a autogestão, são outras alternativas de geração de renda, de autonomia, de troca aqui dentro da comunidade (Santos, 2021).

Estes trabalhos permitem surtir efeitos práticos no território, como remuneração do trabalho das mulheres e demais pessoas que trabalham para que as conquistas se

efetivem na comunidade. Évelin Dias também salienta a importância da legitimação dos territórios que, ao contrário de um processo de gestão e exploração estatal ou privada de bens comuns como a água, o solo ou a mata, que coloca em risco a permanência e o bem viver das comunidades, deve ser construído um processo participativo real com as pessoas que nele vivem e com os movimentos e as redes que ali atuam. Além disso, ressalta a importância da aproximação dos vários movimentos populares e suas diversas lutas, como por melhores condições de trabalho; contra o racismo, o machismo e a homofobia e outros tipos de opressões, pois fortalecem parcerias estratégicas para o enfrentamento de violências e exclusões que se expressam nos territórios (Porto et al., 2024d).

Um dos maiores agravantes da continuidade das atividades e da autogestão do CEM, além da violência policial e das disputas territoriais pelo narcotráfico, são as ameaças anônimas sofridas pelas mulheres do coletivo. Embora seja de significativa importância o CEM na gestão da comunidade Terra Prometida, no que pese ao acesso à alimentação, apoio na construção de moradias, no fortalecimento dos quintais produtivos, na busca por saneamento básico, energia elétrica, água, na Escola Popular, com o cuidado das crianças, na saúde, levando o SUS para dentro de um território não oficializado pelo poder público; essa presença causa reações de repulsa.

No ano de 2025, além da continuidade da exacerbada do contexto intenso de operações policiais, a liderança territorial Ana S., cofundadora do CEM e do Coletivo Mulheres em Ação que desenvolve a Cozinha Solidária, recebeu ligações e mensagens de ameaças diretas à sua vida e à continuidade da organização no território. Segundo ela, não é possível identificar a origem desses contatos, embora ela pressuponha que podem estar ligados a sujeitos desde o crime organizado no território à própria força policial, que são cooptados pela dinâmica de disputa territorial, e empregam essas ações em busca de imputar o controle total do território. Outras mulheres do coletivo também relataram recorrentes abordagens na comunidade, como no caso da liderança dos quintais, Leildes Xavier, que sofreu episódios de constrangimentos relacionados ao terreno que ela possuía dentro da favela, provocando a desapropriação de parte do terreno de plantio em que desenvolvia sua horta.

O CEM é um projeto coletivo que dialoga com diferentes organizações, gestores, políticos, universidades, pesquisadores, dentre tantos outros atores de fora da comunidade, e em momentos necessários, com o crime organizado. No processo de instalação da sede na Terra Prometida, houve um episódio de lideranças do narcotráfico

buscarem parceria com o CEM, o que não foi aceito pelos seus gestores. As ações do coletivo promovem um trânsito significativo dando visibilidade à favela, para o que acontece nela. Ao jogar luz sobre sua experiência, como uma força autônoma em disputa das forças de controle do território, um exercício de reconhecer a potência do território como bem-viver, pela perspectiva da “comida livre de violência”. Ana S. é o rosto do CEM, é reconhecida como uma liderança dentro e fora do território, devido não só às atividades internas, mas também aos contatos com outras organizações, redes e parceiros. Já tendo levado o relato da experiência da Terra Prometida para outras regiões do Brasil e países, como Argentina e Estados Unidos.

Ameaças são práticas comuns realizadas por atores resistentes aos movimentos em defesa dos territórios e de regularização fundiária⁶², por reforma agrária e direitos humanos são comuns na história do ativismo não só no Brasil, mas em toda a América Latina, a exemplo do assassinato da liderança quilombola e ialorixá Bernadete Pacífico, de 72 anos, em Simões Filho (BA) no ano de 2023. Vimos anteriormente neste capítulo, com base nas contribuições de (Federici, 2017) sobre o surgimento do capitalismo e a guerra contra as mulheres, examinando os efeitos em termos da divisão sexual do trabalho e da expropriação dos territórios que se confundem no tempo com as violências e expropriações dos corpos das mulheres. Essas ações são tentativas de expropriação da capacidade de ação política das mulheres, como as discussões propostas pelo feminismo comunitário (Cabnal, 2010; Paredes, 2011, 2019), que relaciona a expropriação de territórios com a expropriação dos corpos das mulheres.

Nas cidades e, sobretudo, nas favelas, a ameaça de lideranças e a morte também são estratégias recorrentes de controle de grupos criminosos⁶³. No entanto, a violência urbana contra lideranças encontra particularidades, no sentido de que pode se confundir com a violência já existente nos territórios, até mesmo premeditadamente, como por exemplo, podendo estar associada a mortes “acidentais” no curso de operações policiais,

⁶² Para o meio rural, os dados de 2018 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) registraram 28 casos de assassinatos no campo em 1489 conflitos e em 2017 o número de assassinatos chegou a 71, em 1431 conflitos. Nos quatro primeiros meses de 2019, a CPT registrou 10 casos de assassinatos em comunidades rurais. Em 2021 e 2022 identificaram o crescimento de ameaças, destruição de roçados, violência pela contaminação por Agrotóxico e violência contra mulheres, e aumento do assassinato de lideranças femininas.

⁶³ A exemplo dos casos de Vargem Grande recentemente em 2025: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/04/24/em-mensagem-suspeito-de-morte-de-lider-comunitaria-manda-aviso-a-chefe-de-quadrilha-vou-pegar-ela-deixa-comigo.ghtml>. O caso do Alemão em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lider-comunitario-do-alemao-e-morto-a-tiros-em-centro-cultural-ehme61gllly52praea6n90a6ha/>

ou pela ferramenta de criminalização dos sujeitos, com dissimulação de sua imagem, representando-a (o) como integrante do crime organizado⁶⁴.

Além do risco de morte, as ameaças e violência possuem um componente perverso ao colocar em risco também a saúde mental das mulheres em ação na continuidade. O que tem potencial de comprometer a continuidade das atividades, que já estão prejudicadas pelo contexto de violência armada no território. Como vimos no capítulo I, no ano de 2017, Ana S., já na liderança na Penha, foi expulsa do território, desapropriada da sede do CEM, e passou um período fora até encontrar estratégias para retornar à Serra. As estratégias adotadas no período de retorno, que coincide com a pandemia, foram cruciais para a garantia da SAN e para o fortalecimento dos moradores em estágio de ocupação da Terra Prometida.

Na primeira ocasião, a violência de desapropriação da sede impactou no abastecimento alimentar de famílias na Penha, no sentido de que o CEM possuía uma produção de cerca de 6 hectares de alimentos orgânicos, com selo SPG, promovendo geração de renda e acesso à alimentação adequada, por meio de feiras livres, como a Feira Alternativa de Olaria. Atualmente, os impactos tomam a proporção de mais de 200 famílias residentes na Terra Prometida, no desenvolvimento e acesso à alimentação das crianças na Escola Popular, na geração de renda, formação e autonomia das mulheres da Cozinha Solidária e no fortalecimento das redes de cuidado e afeto da Roda de Mulheres. Também a Agrofloresta com restauração da Mata Atlântica na região e produção de comida para abastecer as famílias locais e a região.

Neste sentido, a autogestão é um processo, um projeto coletivo marcado por encontros e fricções, conflitos e cooperação entre diferentes atores de dentro e de fora e no entremeio, que sobrevivem sem estabilidade e sem promessas de progresso linear. Uma forma de vida que “ocupa as ruínas”, como proposto por Anna (Tsing, 2019). Ocupar é “dedicar-se ao trabalho de viver juntos, mesmo onde as probabilidades estejam contra nós” (Tsing 2019: p.87). Ocupar os espaços pode parecer não brotar vida, mas germinam e produzem comida, mesmo com sinais de ruína dos humanos e não humanos do nosso tempo.

⁶⁴ A exemplo do caso de Salvador <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/08/04/moradores-contestam-morte-de-lider-comunitario-em-acao-policial-em-salvador-pessoa-do-bem-lamenta-advogada.ghtml>

4.4.2 “Como a gente deixa de ser dado e passa a ser protagonista dessa ação?”

A gente não quer ser o tempo todo pesquisada, porque a gente também faz pesquisa, a gente faz pesquisa quando a fila do almoço aumenta na Cozinha Solidária, quando mais mulheres nos procuram, quando na universidade, um jovem preto não consegue assistir aula e só uma professora racializada vai entender. Quando os dados que não aparecem no IBGE vão aparecer em cada um de nós, dentro do nosso território (Santos, 2025).

Uma questão de poder envolvida no epistemicídio de conhecimentos tradicionais é a construção de dados territoriais e populacionais dos grupos vulnerabilizados. A geração cidadã de dados e comunicação popular é outra forma de iluminar essas questões. Diante da invisibilidade imposta pela mídia de massa e da falta de dados oficiais que reflitam suas realidades, as comunidades se organizam para gerar seus próprios dados e utilizar a comunicação popular e independente como ferramenta de luta e visibilidade.

As periferias urbanas (não exclusivamente) têm feito da Geração Cidadã de Dados (GCD) um fenômeno global, com crescente discussão e participação de cidadãos na coleta e interpretação de dados para influenciar no debate público e provocar mudanças concretas que possam melhorar a qualidade de vida desde suas comunidades. No Brasil, movidos por diferentes organizações, coletivos e instituições de modo colaborativo, muitos deles oriundos de favelas e periferias, são construídos por um conjunto de metodologias e ações práticas, com vistas a contribuir para a transformação social da realidade local (Dicionário de Favelas Marielle Franco, 2025). O LabJaca, a Casa Fluminense, Instituto Fogo Cruzado, Fala Roça, Redes da Maré, Instituto Raízes em Movimento, Rede Conexões Periféricas, RFS, entre outros, no ERJ, são exemplos de organização comunitária que atuam na produção de dados e incidência política.

Além da afirmação da identidade e do território, da valorização do conhecimento não acadêmico, essas ações têm capacidade de influenciar e decidir sobre políticas públicas pensadas *por* e *com* as comunidades, e não apenas *para* elas. Esses elementos, interligados, formam um quadro onde o protagonismo das comunidades não é apenas desejável, mas essencial e insubstituível para enfrentar as causas e consequências de projetos políticos, como o racismo ambiental, as injustiças climáticas, o acesso à alimentação, a violência institucional.

Para realizar a pesquisa desta tese, além de material bibliográfico de literatura científica, do material produzido no trabalho de campo, foi significativo o subsídio de materiais não acadêmicos produzidos por movimentos sociais, ONGs e demais

organizações da sociedade civil. Em especial as que fizeram os esforços de traduzir em textos, mapas, cartilhas, relatórios, dicionários, documentários, dentre outros formatos, os dados produzidos destes seus territórios. Muitos destes envolvendo pesquisadores locais e outros ligados à instituição de ensino e pesquisa, dentre outros órgãos públicos.

A luta e a resistência partem dos territórios e de suas gentes, mas é necessário que o saber e as tecnologias ancestrais e populares sejam reconhecidos para que as pessoas e os territórios não vivam sempre em estado de ameaça. As comunidades possuem conhecimentos e práticas desenvolvidas ao longo de gerações que são essenciais para a gestão dos recursos naturais e a própria garantia da vida futura. O resgate da memória, como por exemplo, a Roda de Memória Climática da Penha - uma forma de entender os processos em curso no território, bem como evidenciar as práticas que respondem aos desafios atuais.

Essas respostas já existem nos espaços de resistência. A exemplo de ações concretas que elas produzem incluem a produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia e agricultura urbana, a gestão de acervos de sementes crioulas, a organização de redes e circuitos curtos de comercialização como feiras agroecológicas; o beneficiamento de produtos e a transformação de resíduos pela economia circular.

O capítulo inicial dessa tese inaugura as ações do CEM, pela perspectiva da favela como anúncio do bem-viver. Nesse conjunto de atividades, a construção de dados da Terra Prometida, uma favela que não está no Mapa da cidade do RJ, se torna uma estratégia para iluminar o que acontece ali. Não somente sobre as questões estruturais das desigualdades, mas ações para promover autonomia. Um trabalho que exige tempo, dedicação e recursos, e que, como todo o conjunto de ações realizadas pelo coletivo, não significa uma certeza de que os problemas serão solucionados. Nas palavras de Ana S., “é um peso tão grande que você deita com o peito sempre acelerado, bate aquela sensação de que você nunca vai dar conta, que seus dados nunca vão existir, uma frustração, cansaço e desânimo”. Uma invisibilidade não somente do território, mas das pessoas que estão nele.

Podemos ler essa frase da seguinte forma: é importante que as populações periféricas, pelo processo de produção de dados, extrapolem as barreiras do “deixar de ser dado” e passem a ser “protagonistas das ações”, por meio de recurso, pois, mesmo que se produzam dados desde os territórios, estes não necessariamente significam mudanças estruturais na comunidade, no trabalho dos coletivos organizados. É preciso

reconhecer que se existe pesquisa no território, é porque existem pessoas lá, que estão trabalhando para que estes dados sejam produzidos, diretamente ou indiretamente.

Os conceitos de “emancipação”, “equidade”, “diversidade” e “inclusão/integração” não encontram consenso na literatura. Aqui foram lidos pela perspectiva feminista negra e abordagem da justiça, com base em Amartya Sen (2009) e Nancy Fraser (2001, 2005). O fato é que estes conceitos vêm sendo revisitados pela população periférica, sobretudo pelas mulheres negras faveladas, como Andreza Jorge, afro-indígena, coordenadora da “Casa das Mulheres da Maré”, e desenvolve o conceito de “feminismos favelados” (2023) para destacar a luta das mulheres negras e as estratégias de resistência que transformam esses territórios.

Para Jorge (2023), o feminismo favelado emerge da resistência cotidiana. Também embebida na perspectiva da interseccionalidade, demarca a luta e celebra estratégias das capacidades criativas e a necessidade de reconhecimento do coletivo que transforma favelas em espaços de potência e justiça social. Não sob uma perspectiva essencialista, mas de destacar a dialética constante, é a tecnologia de sobrevivência, é a capacidade de reinvenção de si e do coletivo entre mulheres.

Assim como Jorge (2023), revisitou o feminismo e renomeou pelas experiências de dentro, o que ela chama de “uma intelectual-*insider*”. Assim como o esforço de Andreza Jorge, as mulheres do CEM, a partir de suas experiências na Terra Prometida, insistem que é necessário valorizar não somente as denúncias, os dados produzidos pelos pesquisadores populares, mas também os anúncios. Nesta perspectiva, por exemplo, além de trazer o problema das mulheres negras em acessar os equipamentos de saúde, quando a unidade de saúde fecha por vários dias em um só mês, por conta de conflitos no território, e elas não conseguem atendimento, mas dizer também que elas estão produzindo saúde quando produzem comida orgânica e agroecológica, produzem ervas para o cuidado. A exemplo de Leildes Xavier, educadora popular e erva, que, enquanto eu escrevia esse tópico, soube que recebeu o selo de produção orgânica do SPG do antigo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (Brasil, 2008), no dia 20 de agosto.

Outra forma é, trazer os trabalhos coletivos no território, destacando a solidariedade, mas, reconhecer os trabalhos realizados com recursos financeiros. A produção de pesquisa precisa de dinheiro, financiamento. É preciso remunerar as pessoas que trabalham efetivamente para que as pesquisas aconteçam. Um exemplo de

reconhecimento justo na produção de conhecimento e dados foi o projeto do Neepes/Fiocruz (2022), desenvolvido na Terra Prometida, que produziu um conjunto de dados sobre determinada favela, como as informações sobre população, moradia e acesso à alimentação, colhidas pelas pesquisadoras populares com reconhecimento intelectual e financeiro das(os) pesquisadoras(es) populares do território. Embora a comunidade segue não existindo no Mapa da cidade ela está existindo existe para a

Os dados servem para trazer a perspectiva do anúncio de quem fala, não somente de trazer a população negra, as favelas e as mulheres negras como receptoras das desigualdades, mas um corpo político que está em seus territórios produzindo vida e bem-viver. É uma forma das pessoas se apropriarem das informações produzidas e ampliarem suas capacidades de incidência política nas esferas de governança locais.

O trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Neepes/Fiocruz se baseou na abordagem da saúde enquanto projeto emancipatório, sob perspectiva das mulheres e dos grupos étnico-raciais vulnerabilizados. Uma forma de olhar para a realidade de populações excluídas do processo de riquezas e da distribuição de seus produtos e, em conjunto, construir contrapartidas por meio de metodologias sensíveis e co-labor-ativas. Com base em (Fasanello; Nunes; Porto, 2018), as metodologias colaborativas não extrativistas não apenas se colocam como um campo de conhecimento e práticas, mas também como um componente irredutível dos possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade.

Para os pesquisadores, um compromisso firmado entre academia e a comunidade no enfrentamento das desigualdades significa também perceber os silenciamentos sistemáticos dos discursos que objetificam desconstruir pensamentos e práticas hegemônicas que excluem, de diferentes formas, os atores do território. O desafio central das metodologias colaborativas é a criação de subjetividades e espaços de interações que transformam objetos em sujeitos, ou seja, conhecer “não os outros”, e não apenas “para os outros”, mas sim “junto com os outros”. Um exercício de trabalho intercultural que cria os espaços de diálogos e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas.

Enfrentar os desafios hegemônicos do fazer ciência apoiando em performances sensíveis e criativas que propiciam relações entre sujeitos enquanto poderosos e

coprodutores de conhecimento, um trilhar paradoxalmente mais preciso na medida em que caminha sem receitas prontas.

4.4.3 Mulheres negras e o cuidado: maestria e sobrecarga

“Existe uma questão feminina e é muito importante a presença das mulheres, tanto na experiência baiana quanto na carioca, pois são elas que puxam tudo. Entretanto, também existe a questão do autocuidado, porque se elas não cuidam de si, vai chegar uma hora que vão surtar.” (Relato da pesquisadora territorial Évelin Dias, Porto et al., 2024d; p. 17).

Quando no título dessa tese enfatizamos que se trata de uma etnografia da soberania e justiça alimentar na favela a partir das mulheres do CEM, espera-se que tenha ficado intuitivo que existem homens no coletivo. O coletivo foi criado por Ana Santos e Marcelo Corrêa, como apresentado no capítulo I. Neste sentido, por mais que a pesquisa deixe as mulheres em relevo, não se nega a presença de homens. As ações do CEM são mobilizadas majoritariamente por mulheres negras, e até aqui, posso afirmar que quase exclusivamente o trabalho é feito por elas.

Não se observa homens da comunidade se organizando para formar também, grupos como a “Roda de Homens” ou “Homens em Ação” para promover saúde e compartilhar suas questões de vivência com a violência, com a baixa ou inexistente infraestrutura da comunidade, em promover intercâmbios com outras experiências de agricultores, não estão na Escola Popular contribuindo com a educação das crianças, dentre outras atividades que podem ser traduzidas como parte das esferas de cuidado.

Essa questão de gênero, embora não seja inédita, requer uma análise com maior rigor, não somente descritiva. Tanto nos trabalhos que exigem força física, como os mutirões e o manejo da agrofloresta, como os trabalhos mais voltados para produção e compartilhamento de conhecimento, como a Cozinha, a Escola, a Roda de Mulheres, os cursos de formação, dentre tantos outros, estão em destaque. Os homens participam em atividades pontualmente, como na construção da cisterna. No minidocumentário “Ações do CEM na pandemia: a favela e o campo de mãos dadas” é possível observar essa relação de gênero na comunidade, quando as mulheres estão na capina e pintando a escada, os homens estão edificando as bases da cisterna.

Este fato demonstra uma questão histórica do protagonismo das mulheres na agricultura tanto rural quanto urbana, como vimos acima com base em Moreira; Ferreira; Siliprandi (2018) e Silvia Federici (2020). As mulheres são protagonistas da história da

luta por direitos, não somente dos direitos das mulheres, mas com forte presença na luta social em geral (Biroli, 2017; Saffioti, 1969), em destaque o direito à cidade e moradia digna (Xavier, 2022), saúde (Nunes, 2018), educação (Campos, 1991) e contra a violência policial (Quintela; Biroli, 2022), dentre outros. Nas periferias das cidades, em destaque as favelas, as mulheres negras se destacam, sobretudo porque são maioria nesses espaços, como trazem os trabalhos de Santos e Henriques (2025). Com base nessa última referência, as mulheres encabeçam lutas por segurança pública, direito à vida, ao território, educação básica e superior para crianças e juventude e, para as mulheres, como estratégia contra a violência, pobreza e o feminicídio.

Neste sentido, a presença das mulheres na gestão do CEM e da favela Terra Prometida, como um projeto de autonomia, evidencia estes aspectos do protagonismo histórico, bem como transparece a sobrecarga do cuidado relegado às mulheres. Ao mesmo tempo que o CEM e seus espaços de integração se tornam ferramenta para a emancipação das mulheres em termos de saúde, acesso à alimentação, renda, educação, moradia, dentre outros, também acabam por fazê-las acumular funções para além do trabalho doméstico e fora da comunidade, visto que elas também são diaristas, por exemplo.

O livro organizado por Santos e Henriques (2025) da Organização Mulheres de Atitude, intitulado “Já cuidei de muitos, agora é minha vez! Saúde Integral das Mulheres de Favela em Debate”, é descrito por Martins como um elo das encruzilhadas com leituras sobre novos caminhos negros, feministas e favelados para o bem-viver. Formam uma chave de resposta possível para a encruzilhada atual posta à sociedade. Além de se firmar como uma aposta crítica da participação social, democracia e poder ao colocar em análise processos de vulnerabilização e potências que vinculam gênero e raça como eixos basilares para a indução de uma política de esperança tecida no fazer diário.

A discussão elaborada na referência acima, nos permite dizer que o cuidado e a construção de saúde integral das mulheres negras faveladas passa pelas diversas encruzilhadas em que atuam e enfrentam em seu cotidiano, e no reconhecimento da sua escrivências de mulheres residentes em favelas, nos termos de (Evaristo, 2005), com um caminho que se constrói no percurso dos encontros com seus pares nas diversas lutas, com valorização do conhecimento ancestral e do novo que a juventude negra e periférica provoca para a sociedade. Um processo de justiça racial e de gênero, na medida em que haja distribuição do trabalho do cuidado entre os grupos étnicos, as classes sociais,

homens e mulheres, tendo em conta também as novas demandas impostas pelas mudanças climáticas para as políticas públicas e os territórios.

O relato de Évelin Dias que abre esse tópico revela como as mulheres do CEM estão atentas a como o cuidado envolve uma relação de maestria e sobrecarga. Elas conseguem estar envolvidas em diversas questões e atividades, enfrentando as demandas cotidianas. No entanto, o cuidado de si, o “autocuidado”, é algo que elas vêm tentando fortalecer desde o início do coletivo, no período da pandemia. Como visto acima, o tema dos cuidados começou a ser compartilhado nas interações na escada, antes mesmo de acessarem as “Cesta Cuidar-se” do Grupo de Trabalho de Mulheres da AARJ (Souto et al., 2024).

O seminário “Pesquisa Popular em Saúde, Justiça Alimentar e Agroecologia: Caminhos para a Construção de um Diagnóstico Territorial e Participativo em Territórios de Favela” realizado pela Fiocruz⁶⁵, trouxe falas de pesquisadoras e ativistas negras, como na mesa composta por Débora Silva, criadora da ONG “Sim eu sou do Meio” da baixada fluminense e do Fórum de Cozinhas Solidárias do RJ (FCS), Rute Costa do CulinAfro/UFRJ, Ana Santos do CEM e Samantha Reis, do Data-Labe, trouxeram falas pertinentes sobre o trabalho de grupos periféricos organizados, em destaque às mulheres negras nos processo de construção de autonomias.

Uma questão que aparece muito nas discussões do CEM e que foi destacada em suas falas foi a linha tênue entre “solidariedade, cuidado e sobrecarga”. Ana Santos enfatizou que nos processos de pesquisa das instituições, como universidade e as organizações dentro do território, é preciso pensar no tempo das pessoas. Quando há alguma atividade, anteriormente, as mulheres gastam um tempo de trabalho, com o preparo dos alimentos, a organização do espaço, deixam de desempenhar alguma atividade doméstica, dentre tantas outras. Ao final, elas também são as responsáveis por organizar. Ana S. chamou essa sobrecarga de “uma subordinação mesmo quando está movendo”. Embora as parcerias sejam importantes, é preciso reconhecer, em termos financeiros, o trabalho que ocorre nestas atividades.

⁶⁵ Como parte do projeto “O povo cuidando do povo em diálogo com o SUS: Articulando uma rede de cuidado em Saúde, Justiça Alimentar e Agroecologia com protagonismo das mulheres e jovens”, desenvolvido com o CEM e a Clínica da Família Ana Maria Conceição dos Santos Correia, conta com a parceria Consea-Rio e a colaboração de outras unidades da Fiocruz, pesquisadoras de universidades públicas (como eu do CERESSAN/CPDA/UFRJ) e de movimentos sociais, com recursos do edital Inova TSS na Atenção à Saúde.

Débora Silva, articuladora das Cozinhas Solidárias no FCS, discute estratégias para aproximar agricultores desses espaços, enfrentando o problema da centralização do abastecimento da CEASA-Rio. Como essas centrais concentram a oferta na capital, cozinhas localizadas na ZO e na Baixada Fluminense precisam arcar com altos custos de transporte para adquirir alimentos. Débora, junto ao Fórum, critica essa lógica e defende a descentralização do abastecimento, destacando que a PNCS representa um avanço ao aproximar a produção e o acesso alimentar das populações periféricas em situação de insegurança alimentar

Neste sentido, a solidariedade implica em custos de um trabalho ora invisibilizado, ora romantizado. O reconhecimento desse trabalho, segundo Débora Silva, é dever do Estado, via políticas públicas. Débora Silva lança uma questão pertinente: a “solidariedade tem teto”, pois ela, sem recurso financeiro, não dá conta de garantir o trabalho das pessoas nas periferias, organizadas para garantir vida, como o acesso ao DHAA, a exemplo das mulheres nas Cozinhas Solidárias, promovendo estratégias de autogestão.

Neste sentido, a luta pela justiça no cuidado passa pela efetivação de cinco itens na lista dos objetivos da Política Nacional de Cuidados instituída pela Lei nº 15.069/2024 (Brasil, 2024a) que postula o cuidado como dever do Estado. No Art. 4, inciso VI, o cuidado exige mudanças, mas que só serão efetivos se estas estiverem estruturadas em raça e gênero, para que: (i) o “Reconhecimento” encontre o trabalho do cuidado em sua maioria exercidos pelas mulheres negras e periféricas, fundamentalmente em seu aspecto financeiro; (ii) a “Redistribuição” possa transferir o peso do trabalho exercido por elas com corresponsabilidade para o Estado, a sociedade civil e as empresas; (iii) a “Redução” das jornadas de trabalho com investimento em infraestrutura de serviços públicos; (iv) a “Recompensação” com garantia de remunerações justas e seus direitos previdenciários e trabalhistas; e, por fim; (v) a “Representação” destas mulheres, incluindo suas perspectivas no centro das políticas públicas (Silva, 2025).

A soberania de um povo também inclui o respeito e a valorização de seus processos de cuidado e cura. Vimos no tópico acima que a construção de conhecimento e dados deve percorrer as avenidas do reconhecimento do trabalho dos pesquisadores populares, do trabalho das pessoas das comunidades, de um reconhecimento financeiro. O cuidado também deve ser compreendido como um trabalho e, por conseguinte, também

remunerar as mulheres e retirar delas o peso de tomar conta de tudo, como alertou Évelin Dias.

4.4.4 A Roda de Mulheres: uma experiência política de Agroecologia e Saúde na promoção de cuidados.

Em 2023, quando eu comecei a pensar na pesquisa de campo da tese, eu estava mais envolvida na teoria do que na prática, no que diz respeito ao tema desta tese: promoção da soberania e justiça alimentar em território de favela. Faltava-me a experiência que me conectava com o empírico – território de favela – como expoente desses conceitos. Afinal, como já deve ter ficado claro, os conceitos de “soberania alimentar” e “justiça alimentar” tomam significados diversos com base em quem os enuncia, e nas experiências territoriais, não sendo estes fixos, mas constantes disputas.

Ao longo do tempo que me envolvi no CEM, percebi que a Roda de Mulheres, além da Escola, era o espaço que mais movimentava o coletivo, onde aconteciam encontros e atividades com maior frequência. Foi também o espaço que me foi mais demandado pelas mulheres, onde meu conhecimento poderia contribuir nos debates em grupo. Nesta altura da pesquisa o tema dos cuidados não estava no meu radar, embora eu tenha observado que esta era uma questão muito trabalhada pelas mulheres na Roda e uma discussão nova na academia. O que me demandou também estudar sobre a questão para contribuir com o debate. Ainda mais porque eu estava integrando a equipe de planejamento “Agroecologia e Saúde”, um grupo pequeno que envolve mulheres do território, pesquisadoras ligadas a universidades, movimentos sociais, da unidade de saúde Ana Maria, na condução das atividades da Roda.

No início de abril de 2024, as mulheres foram convidadas a participar da “Vivência terapêutica - Mulheres de Pedra”. Convite do Cuidado!!!”. Eu estava programada para ir a esse evento, no entanto, como houve uma limitação de participantes, por conta do coletivo Mulheres de Pedra, eu não fui, para que outra mulher do CEM pudesse participar. Ana S. me enviou mensagem dizendo que surgiu uma integrante interessada de última hora e que minha vaga seria substituída por ela.

Na Roda subsequente a esse intercâmbio, durante a arrumação do salão da rua Aimoré, para começar o encontro, eu perguntei à Ana S. como foi a vivência. Ela disse que eu “ia amar estar lá”, que ela lembrou de mim, porque conheceu um conceito novo e

que para minha tese seria importante: foi apresentado por Elô Nunes o conceito de Justiça Restaurativa. Ana S. disse que gostou muito de aprender uma ideia de justiça que não servia somente para se referir às questões de desigualdades, pobreza, violência, mas também para um olhar para dentro de si, como lidamos com as questões, o cuidado. Então disse que lembrou da minha qualificação de doutorado quando eu trouxe o conceito de justiça e cuidado. Achei interessante como ela enxergava minha pesquisa, porque embora tenha trazido o tema, não tinha essa questão tão aberta no conjunto da pesquisa. Meu olhar sobre justiça alimentar, racial e de gênero não trazia essa perspectiva do cuidado, mas na prática, ao estar com as mulheres na Roda, esse tema passou a ganhar muito mais corpo.

Foi a partir desse diálogo que construímos a “Roda de Conversa: Autocuidado, Trabalho e Solidariedade”. Ao final, estava organizada uma oficina de sabão, ministrada por Valdirene Militão, agricultora urbana referência na luta pela autonomia das mulheres na favela Roquete Pinto, no Complexo da Maré. Quando foi por volta das 8h30, a médica Luiza enviou uma mensagem no grupo de Planejamento: *“Bom dia, gente! Tá tendo operação no juramento e a clínica ficou amarela, por enquanto não posso sair da unidade. Espero que fique verde à tarde”*. Ana S. disse que estava ouvindo tiros, mas que iria aguardar e a esperança era de que a operação não alertasse para a Penha para que à tarde, tudo já estivesse resolvido. De fato, quando foi por volta das 11h30, ela mandou a cartilha de sabão que Valdirene iria utilizar e as coisas já estavam tranquilas na comunidade.

Na estrada da Terra Prometida pela rua Aimoré estava com o “clima tranquilo” (Menezes, 2017), crianças indo para a escola, pessoas em suas casas, no entanto, a tranquilidade era sintoma da operação no Juramento ocorrida mais cedo. “Os meninos” da Penha devem ter se resguardado, imaginei. Fui subindo e quando cheguei na boca, isso se confirmou, havia cerca de quatro ou cinco no *front*.

Ficamos cerca de quase uma hora esperando aparecer mais gente, porque, como ocorreram atividades no sábado e no domingo, poucas mulheres estavam disponíveis para participar da Roda na terça-feira. Nos finais de semana, a presença de mulheres costuma ser mais difícil, devido à necessidade maior da presença delas em casa. No final de semana aumentam-se as atividades domésticas, cuidados integrais com os filhos, limpeza e organização, preparo das refeições, a presença dos maridos de folga, dentre outras, como também as atividades da igreja. Kátia (Kal) mesmo disse que não foi no domingo, na

atividade das mulheres de Pedra, porque já tinha participado no sábado, na oficina de produção de geleia. E que ela precisa estar em casa, com o marido, além de ir à igreja também.

A atividade começou sem formalidades (geralmente ocorre uma rodada de apresentação de todas as presentes, de onde são, qual a familiaridade com a temática do dia). O interessante dessa Roda foi que, neste dia, como havia somente as mulheres do território (e a presença exclusiva de um homem, o agente comunitário em saúde que às vezes observa a Roda) não tinha a presença das extensionistas do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), houve bem mais participação das mulheres do CEM, elas falaram mais, se entrosaram bastante, até mesmo puderam discordar e discutir umas com as outras sobre o assunto. Foi tanto que o formato de fala que havíamos programado não ocorreu, a “Roda foi girando” e eu vi que teria que começar a trazer o tema proposto no ritmo dessa roda. Dessa forma, Luiza Teixeira, a médica da Clínica Ana Maria que também é responsável por conduzir a Roda eu, fomos tomando a palavra e falando coisas com base no que ia surgindo.

Figura 26: Roda de Mulheres “Autocuidado, Trabalho e Solidariedade”



Fonte 43: Fotos de Campo (2024)

As mulheres falaram com facilidade das experiências delas sobre os cuidados. Valdirene, responsável por ministrar a oficina de sabão, também trouxe sobre sua experiência com o sabão, sobre o processo que a fez começar a praticar, sobre questões envoltas, como violência e controle financeiro dos parceiros para com as mulheres; na organização da casa; sobre a importância da autonomia, da geração de renda e da economia doméstica na soberania das mulheres, nestes contextos.

Eu estava sentada do lado de Tatiane Pacheco (Tati), uma das participantes assíduas das atividades do CEM. Ela é muito comunicativa e sempre traz questões sobre

seu conhecimento ou o que alguém lhe ensinou. Tem o costume algumas vezes de interromper as falas com contra-argumentos. Por cuidar da mãe, dona Daura Pacheco, que vive com sequelas de uma sequência de AVC, ela adquiriu muito conhecimento sobre doenças, cuidados e questões de saúde relacionadas.

Neste dia, Dona Sandra, integrante do CEM desde sua fundação inicial em 2011, chegou relatando um episódio de agressão verbal que sofreu na unidade de saúde em que trabalha, momentos antes da Roda. Segundo ela, para não devolver a agressão, resolveu ir embora e, por isso, pode participar do encontro naquele dia. Trouxe relatos sobre suas dores, sequelas de um problema de AVC, disse que está com as pernas doloridas e dormentes. Ao relatar isso, Tati logo interveio e disse que não é “dormente” e sim “formigando”, porque quem tem dormência não sente dor. Sandra rebateu e explicou que seu problema de saúde é diferente do que a mãe dela teve, e Tati continuou a implicar. Ana S. interveio e explicou que são formas de dizer diferente e pediu explicação de Luiza, a médica. Luiza explicou que há termos científicos para explicar e que também há formas coloquiais diferentes de dizer. Tati continuou rebatendo e Ana S. voltou a dizer que são formas diferentes de dizer.

A Roda seguiu, trouxemos uma discussão sobre a autonomia das mulheres e sua relação com o cuidado e trabalho doméstico. A conversa caminhou para a discussão sobre racismo ambiental e como a população de favela, diante do problema do saneamento básico, tem que criar estratégias para descartar o lixo. O aproveitamento do óleo de cozinha é uma estratégia que concilia a economia doméstica com a redução de descarte de resíduos de maneira inadequada. Uma questão que amplifica os problemas de lixo e os danos à saúde da família e da comunidade e ao “todo” ambiente, na perspectiva de Nêgo Bispo, de que não existe meio ambiente, e sim um conjunto circular biointeiro.

Além da possibilidade de gerar renda e/ou reduzir os custos e impactos com compras de produtos nos supermercados, falamos sobre o fortalecimento dos laços entre vizinhos com a troca do óleo de cozinha pelo sabão. Neste momento, outra intervenção de Tati, nos aponta nesta pesquisa, uma questão comunitária dialética e permite abordar como não podemos tratar as experiências solidárias de forma essencialista, mas, compreendê-las como um conjunto de relações recíprocas (ou não) e diversas. Tati rebateu a fala de Valdirene sobre a solidariedade entre vizinhos ao dizer que não “tem isso de boa vizinhança não, que ninguém quer doar o óleo sem receber o sabão em troca” e demandou a palavra de Dona Sarah Fernandes, perguntando se os vizinhos dela eram

peessoas fáceis de lidar, Dona Sarah, moradora da Vila Cruzeiro, assim como Tatiane, concordou que não. As demais meninas discordaram. Sandra disse que pode ser que na Vila Cruzeiro, isso seja diferente, porque são formatos de casas e comunidades diferentes, e que na Terra Prometida, as pessoas são solidárias, elas trocam com maior reciprocidade.

Continuamos falando sobre a importância ambiental, da economia popular, o cuidado e o trabalho das mulheres. Valdirene trouxe a experiência de sua comunidade na Maré, que lá existem projetos para jovens, como o futebol, no entanto, não há atividades que incluam as meninas e mulheres. Seu sonho é construir espaços para atividades com as mulheres, um sonho ainda não alcançado, pois teve que ser redirecionado para a preocupação com a alimentação que se agravou no período da pandemia. Em sua comunidade, muita gente ficou sem renda e, com isso, a fome aumentou. Ela e outras pessoas se mobilizaram para fazer essas trocas, produzindo nas lajes e nos quintais. Sobre a presença de atividades para crianças e meninas, as mulheres do CEM disseram que na Terra Prometida e em outras regiões da Penha tinham atividades de brincadeiras na Escola Popular, graças ao CEM e às parcerias junto a outros projetos.

Para entrar mais a fundo sobre o autocuidado, diante das questões que elas trouxeram, Luiza Teixeira perguntou qual foi a última vez que as mulheres olharam no espelho. Uma ação que pode ser tida como banal, mas que revela como as mulheres se enxergam enquanto um indivíduo, separado dos filhos, do marido, da casa e demais demandas do cotidiano. Elas começaram a falar que não olhavam, que se vestem e saem de casa, Ana S. disse que nem se lembrava da última vez que tinha olhado, e me perguntou qual foi a última vez que eu tinha me olhado, eu disse que também não tenho esse hábito. Aproveitei a palavra e trouxe a questão da autoestima da mulher negra. Que muitas das vezes não aprendemos isso desde cedo, por não reconhecermos enquanto o corpo belo e inteligente, mas sim um corpo que precisa ser forte, resistente ao trabalho, sempre associado ao trabalho de cuidar doméstico.

Sobre essa questão, podemos encontrar respaldo nos dados do Boletim Emprego e Renda do CBJC (2024), que mostrou que mulheres pretas (dentro o grupo étnico negro (pretas e pardas)) têm a maior taxa de realização de afazeres domésticos (92,7%). Ou seja, mulheres negras retintas são mais responsáveis pelo trabalho de cuidado. No geral, as mulheres no Brasil dedicam 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. A economia do cuidado é altamente dependente do

trabalho das mulheres negras, sendo elas a principal força de trabalho – remunerado, como o de domésticas (65%) e não remunerado.

Como estratégias para dedicar um tempo a si, falamos sobre a dedicação de tirar um tempo para si, quando possível, do acordar mais lento, não sair levantando e indo resolver as coisas de alimentação dos filhos e dos animais. Ana S. falou que faz muito isso, que já levanta fazendo café, cuidando das galinhas, dos cachorros e, quando se percebe, está desarrumada e sem ter feito os cuidados pessoais.

O final da primeira parte da Roda foi regido sobre a questão do cuidado com os desejos, com projetos de vida e os sonhos que as mulheres tinham. Valdirene disse que até um tempo não tinha sonhos, porque já tinha seus filhos, casa própria, trabalho, mas, que ficou “batutando a cabeça” e entendeu que seu sonho era ter um espaço na comunidade para desenvolver atividades com os moradores, com as mulheres, um sonho comunitário, a exemplo do trabalho que as mulheres desenvolvem com o CEM. As mulheres trouxeram sonhos da moradia com melhor estrutura, saneamento básico na comunidade, melhor renda e saúde para sua família. Tati me disse neste momento que seu sonho é comprar uma casa fora da favela e ir morar em um lugar melhor.

Dessa Roda em questão, podemos tirar várias formas de experienciar os cuidados e a violência e as formas de lidar com elas. Além de evidenciar que as mulheres em contextos de favelas são múltiplas. Morar na Vila Cruzeiro, na Penha Circular e na Terra Prometida são experiências singulares entre si. Foi bem interessante observar esses contrastes que envolvem práticas coletivas porque são pessoas que vivem no mesmo território em termos geográficos (a SM), mas com infraestrutura e rendas diferentes. O grupo é composto por mulheres idosas pensionistas/aposentadas e mulheres jovens e adultas que vivem com o recurso do PBF, trabalhos domésticos, como diaristas, e da produção de alimentos para o autoconsumo, com dificuldades de competir nas redes convencionais, nas feiras livres e nas redes agroecológicas. Algumas possuem residências em áreas “urbanizadas”, com casa de alvenaria e ruas de asfalto, outras moram em barracos de madeira, sem estrutura pública nenhuma. Algumas são viúvas ou mães solo, outras possuem maridos.

Ao estarem juntas, suas diferenças e particularidades são integradas na Roda, e é possível perceber como elas vivenciam de maneiras diferentes, e estar junto ali configura numa diversidade de formas de produzir esse espaço. No relato acima podemos perceber que em uma oficina de sabão podemos identificar relações comunitárias, de acesso a redes

de saúde e a mercados, violência, percepção sobre cuidado e autoestima, desejos de permanecer na favela e “fazer deste lugar um local melhor” para se viver, e desejos também de partir para um “outro lugar melhor”.

O fato é que, como um reconhecimento da igualdade na diversidade, a Roda se constituiu como um espaço de interação em que elas podem construir laços e afetos diante de suas particularidades de vivências, com encontros geracionais e territoriais. As comunidades de favelas carregam consigo esse encontro de pessoas que compartilham um espaço marcado pela vulnerabilização da classe trabalhadora cerceada de seus direitos. Os complexos de favelas, como discutimos anteriormente no capítulo 1, já apresentam em seu nome o léxico de como as famílias ali vivenciam o habitar, tendo em conta que as favelas foram se construindo em diferentes momentos e de formas distintas, a exemplo da experiência de Tati e Dona Sarah na Vila Cruzeiro e de outras mulheres na Terra Prometida, comunidade de recente ocupação.

Uma questão interessante sobre a participação na Roda é a de que se observa uma participação maior das mulheres quando as atividades acontecem com uma proposta prática, para além da discussão sobre um tema. A exemplo da Roda dos cuidados apresentada acima. Outro ponto é a diferença na participação quando ocorre no território e na Clínica Ana Maria. Na comunidade a Roda é mais participativa, o que pode ser explicado pela distância, sobretudo porque no território é mais viável delas levarem seus filhos.

No dia 9 de junho em que estava prevista acontecer a Roda “Saúde da Mulher Negra - a construção das políticas públicas para acessar direitos”, na Clínica Ana Maria, não tivemos a presença de nenhuma das mulheres. Como estavam presentes parte da equipe de planejamento e as profissionais de saúde da unidade, aproveitamos para conversar sobre o que motiva e desmotiva as mulheres a participarem da Roda, tendo em vista os temas escolhidos para discussão. Como já relatado neste caso no tópico 1.3.5, do capítulo I para abordar o desestímulo que o viver cercado pela violência em territórios de “geografias incertas” (Poole, 2005), estas questões, além de comprometer as participações de atividades do CEM, produzem efeitos no cuidado em saúde das mulheres e da comunidade. As profissionais de saúde, equipe responsável pela Terra Prometida, relataram neste dia período de baixa procura ou não comparecimento a consultas médicas na unidade por parte das mulheres da comunidade.

Como já discutimos no capítulo 1, a violência por parte de operações policiais foi a maior dificultadora da realização da Roda de Mulheres e isso compromete o trabalho

do grupo em se constituir como rede de apoio das mulheres. A saúde mental é algo que aparece nas conversas no grupo das integrantes da Roda de Mulheres e no grupo de planejamento Agroecologia e Saúde. Neste dia em questão, por exemplo, Ana S. relatou queixas de saúde como asma e ansiedade, um agravante da poluição provocada pela exploração da pedreira; do seu trabalho exaustivo que realiza sendo articuladora do CEM, o que acaba por negligenciar o cuidado e a violência por conta de confrontos armados no território. Em outro momento, isso se afirmou em sua fala, quando novamente relatou que a questão mental em respeito à violência era uma questão recorrente que merecia maior atenção no grupo e desabafou sobre sua exaustão com a situação complicada que cada vez mais incide sobre a Terra Prometida: “To vendo que a questão mental é fator grande (...) território anda em crise”. “Ai meninas. Queria ficar um tempo longe sabe (...) tá difícil”.

Uma questão interessante para se pensar a Roda é sua capacidade de manter elos entre a política pública de saúde e a comunidade. Uma característica que leio aqui como estratégia para a promoção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). É preciso que estas questões estejam no conjunto de estratégias para a promoção emancipatória da saúde, em diferentes territórios, visando à promoção da equidade em saúde da população negra e valorização de sua história enquanto os desafios da saúde da população negra não se esgotam.

Um exemplo de valorização de conhecimentos outros em saúde, tendo em vista as especificidades, é colocar os saberes dos grupos assistidos no centro de debates sobre o cuidado em saúde. A Roda promove encontros em que as mulheres, educadoras populares, atuam compartilhando técnicas e cuidados que podem ser realizados em casa, a exemplo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, com a Ginecologia natural, um momento que une o saber científico da medicina com o saber de Leildes, indígena erveira, e de Débora, mulher negra e erveira, que ensinam sobre confecção de garrafada e banhos de Assento.

Figura 27: Roda de Mulheres “Ginecologia Natural”



Fonte 54: Trabalho de campo, 2024.

Foto 1 Ginecologia natural - Oficina de garrafada. Local: Salão da Aimoré, Penha. Educadora Débora.

Fotos 2 e 3: Banho de Assento e Ginecologia Natural. Local: Clínica da Família Ana Maria. Educadora Leildes Xavier.

A Roda é uma estratégia de promoção da saúde. O início se deu com a construção da Casa de Apoio durante a pandemia, com parceria da Clínica Ana Maria, pela metodologia do Programa Consultório Territorializado, em 2021, uma forma de garantir acesso e decolonizar o cuidado (Gontijo; Silva, 2024). Segundo Gontijo, Silva (2024), o programa começou com duas vivências. A primeira com atendimentos médicos e de enfermagem a cada semana, e com um agente comunitário de saúde realizando um grupo de auriculoterapia, além de atividades de educação em saúde. Na segunda vivência, além de cuidados individuais, a Roda surgiu como articulação intersetorial, com base nos saberes que entrelaçam saúde e agroecologia, a exemplo de participações no projeto “Fala Ana Maria”, um diálogo do SUS com a comunidade, e a “Feira Saúde e Agroecologia”, em que elas ofertam seus produtos, apesar desta atividade não ser contínua.

O CEM, por possibilitar um vínculo maior entre usuários e o SUS, destaca as desigualdades estruturais, raciais e socioeconômicas que afetam a saúde dessa população, considerando que a área de referência da Clínica Ana Maria possui uma cobertura de diferentes especificidades territoriais, com características de bairro e complexos de favelas. Para Luiza, médica residente que atua no consultório territorializado, a Roda tem se materializado como estratégia de saúde e agroecologia na realização da política de saúde:

A partir do diagnóstico comunitário e a implementação do consultório territorializado a equipe de saúde da família se aproximou de pessoas vulneráveis que tinham mais dificuldade de acesso aos cuidados ofertados pela unidade. Além disso, ampliou o número de consultas individuais, a partir da

iniciativa de constituir nos territórios espaços privativos que poderiam ser utilizados para o atendimento “*in locu*”, onde o processo de saúde adoecimento acontece. Outro aspecto relevante foi a ampliação do cuidado a partir de grupos de educação em saúde com temáticas escolhidas pela população, ampliando a construção coletiva do conhecimento. Permitiu também a ampliação das práticas integrativas complementares como a auriculoterapia, que apoia no cuidado das pessoas com dores crônicas, sofrimento psíquico e transtornos mentais. Destaca-se também o engajamento das mulheres que a partir do encontro semanal podem discutir assuntos relevantes como a violência, o direito à saúde, a insegurança alimentar, promovendo ações para minimizar as piores consequências desses condicionantes do processo de saúde adoecimento a partir da articulação intersetorial e com base na agroecologia (Gontijo, Silva, 2024).

Apesar que a intenção aqui não seja de dizer que a Roda pode dar conta de equacionar os problemas enfrentados pelas mulheres no território, é inegável que, sem a insistência de manter as atividades, mesmo que com a necessidade de reagendar datas, de engajar e buscar parcerias para que as ações aconteçam, de lidar com a violência, sem a Roda, a vida das mulheres envolvidas seria diferente. Para começar, a Roda impôs, por exemplo, novos desafios para potencializar a construção da saúde desde os territórios, com o fortalecimento da comunidade como parte importante na construção e promoção das políticas de cuidado. Segundo a médica Luiza:

Na experiência aqui relatada, é perceptível que em cada território em que a iniciativa foi implantada, surgiram demandas diferentes, e foi necessário readaptar a metodologia de acordo com o que era mais compatível com o perfil de cada território e de cada grupo. A existência de espaços de saúde no território, tornou não só a saúde mais acessível, mas como também mudou a perspectiva do conceito de saúde, proporcionou um cuidado melhor nas condições crônicas, ampliou as ações de promoção de saúde, incentivou o debate e a participação das comunidades em outras atividades da clínica, até mesmo no colegiado gestor e permitiu a construção coletiva do conhecimento e o empoderamento dos indivíduos (Gontijo, Silva, 2024).

Com a discussão proposta neste capítulo se aproximando do fim, podemos inferir que Agroecologia, Soberania alimentar, saúde e justiça estão conectados para potencializar as ações públicas e coletivas em meio às dinâmicas do território. O último tópico a seguir trará como esses elementos se costuram nos desafios e possibilidades do trabalho das mulheres do CEM e se tornam elos para a emancipação.

4.5 Agroecologia, Saúde, Soberania e Justiça alimentar: elos para a emancipação

A gente não é assistência, é autonomia, a partir da Terra. Quando eu dou Sandrinha o aipim da roça, ela come e lembra do passado. Lembra de que sua avó plantava. E lembra que se ela plantar ela tá fazendo revolução. Porque, se cada uma planta, a gente diz pro sistema “não vamos comprar isso não porque aqui ninguém come isso”. Eles vão ter que fazer o que? Tirar o veneno. E

fortalecer quem planta natural (Ana Santos em “Ações do CEM durante a pandemia”. Disponível em <https://youtu.be/WSFi9J7z5KU>).

As estratégias de construir um espaço de integração para unir experiências de mulheres negras, promovendo dinamismo em uma comunidade de recente ocupação, não reconhecida pelo Estado, envolvendo crianças e toda uma rede de movimentos agroecológicos, pesquisadores, profissionais dos equipamentos públicos de saúde que extrapola a lógica da assistência para a perspectiva da autonomia são uma revolução.

O passaporte das zonas de sacrifícios à emancipação está na produção de autonomias (Porto et al., 2015). Um mecanismo é a construção de um conhecimento crítico, capaz de decifrar a complexidade da realidade e colocar em questão os lugares desses agentes no processo de produção do conhecimento (Cunha, 2007). As mulheres do CEM capturaram essa sensibilidade de fazer da valorização do conhecimento das intelectualidades não acadêmicas, por meio de estratégia, ao construir a SM em “outro lugar sem violência”, com um espaço de integração que repensa este lugar, em conjunto com as crianças e mulheres, com uma leitura crítica. Em (Palm et al., 2024), essa estratégia é entendida como processo de justiça cognitiva, uma “reexistência de saberes ancestrais em contextos urbanos periféricos”.

Os eixos centrais no trabalho do CEM sintetizam a discussão dos propósitos do coletivo, questões que foram detalhadas e analisadas com profundidade nesta tese, ao propor reflexões coletivas em relação às estratégias para promover agroecologia e soberania alimentar, com foco nas experiências de produção, circulação e acesso a alimentos saudáveis.

Em pesquisa-ação anterior, o Neepe/Fiocruz em conjunto das pesquisadoras territoriais ligadas ao CEM concluíram que:

No processo de ocupação da Terra Prometida, observou-se a relevância inovadora e emancipatória de uma perspectiva de habitação que articula espaço de moradia com produção de alimentos e ervas e plantas medicinais. Ao notar a paisagem do território, explicita-se essa lógica diferenciada de ocupação, de crucial importância para garantir corredores verdes e a proteção ambiental do território. Os quintais produtivos agroecológicos dinamizados pelo CEM são estratégicos, tanto para produzir alimentos para o território como para dinamizar outras ações em torno das temáticas agroecologia e soberania alimentar. Merece destaque, nesse sentido, a ação na comunidade chamada ‘café com política’, com a realização de mutirões que impulsionam a discussão de vários temas com as pessoas envolvidas com o CEM, a exemplo da valorização de conhecimentos tradicionais e do resgate da cultura alimentar em relação à produção dos quintais. Para além da potencialidade dessas ações em contribuir para o combate da fome e da insegurança alimentar por

intermédio da produção de alimentos nos contextos urbanos, experiências emancipatórias como a do CEM parecem apontar para uma compreensão ampliada de AU, envolvendo uma ampla multiplicidade de práticas, arranjos, escalas, espaços e sujeitos, que apontam para a “a possibilidade de múltiplos alcances, em simultâneo, não unicamente com o objetivo de suprir a demanda de alimentos da cidade, embora destaque a contribuição inequívoca da AU para a segurança alimentar e nutricional” (Palm et al., 2024, p. 13).

A conclusão da pesquisa do Neepes/Fiocruz com o CEM, desenvolvimento de questões implicadas em evidenciar os desafios impostos às políticas públicas de abastecimento, alimentação, planejamento público, saúde e ambiente, dentre outras. Também apresenta as estratégias e ações das experiências do CEM para enfrentar essas questões e a contribuição que fortalece os mecanismos de participação popular e também joga luz sobre o papel do Estado em garantir e promover os direitos constitucionais, dentre eles o DHAA, à moradia digna, saúde, renda (Porto et al., 2024a, 2024b, 2024c, 2024d).

No que diz respeito às periferias urbanas e à promoção emancipatória nos termos de direitos, como alimentação e saúde, está a ênfase na “comida de verdade”, na luta por moradia digna e proteção ambiental. Na experiência do CEM, o desafio de viver bem e se alimentar está nas situações limites da favela, nas encruzilhadas que formam uma característica particular de atuação política marcada por coletividade e exaustão, sobrecarga e esperança.

A agroecologia e soberania alimentar são postas em questão para jogar luz sobre essas experiências particulares de produção e distribuição de alimentos saudáveis nas cidades. Com a concepção de abastecimento alimentar como direito, fizemos aqui transparecer os anúncios que emergem da experiência de mulheres negras em disputa da favela como território de bem viver. Com esse olhar sobre o que acontece no vão cotidiano da luta política temos que a garantia de comida de verdade em contextos periféricos urbanos, passa por questões diversas, em destaque ao acesso à terra e moradia digna; saneamento básico; fortalecimento da agrofloresta; das redes de solidariedade; trocas entre vizinhos; enquanto as mulheres, mesmo com os quintais, não conseguem abastecer-se exclusivamente do que plantam. São elementos essenciais para reduzir os conflitos socioambientais, em destaque com a exploração mineral; capacitá-las perante diversas formas de violência; maior incidência política; geração de renda, pela cozinha solidária; produção de dados e valorização do conhecimento.

Entre promover acesso, autonomia, saúde, cuidado e processos justos, enquanto lidam com a fome, InSAN, insegurança hídrica e energética na Terra Prometida, enfatiza-se que

o potencial reside nas experiências dos quintais, na escola, cozinha, mutirões e na agrofloresta, como estratégias para garantir alimentos de qualidade e para dinamizar outras ações em torno das temáticas agroecologia e soberania alimentar. Com isso, promovem novos significados de saúde, soberania, cuidado, ecologia e justiça. Evidenciando que, além das questões no sentido material, como infraestrutura pública e recursos financeiros, outras articulações têm produzido formações que conectam agroecologia e saúde como ciência e práxis compartilhadas.

Os cursos de formação têm sido uma das estratégias para ampliar a capacidade das mulheres de aperfeiçoar seus conhecimentos e técnicas que viabilizam o trabalho e possibilidades de geração de renda. São formações que estão alinhadas às demandas da comunidade, como assistência técnica para os quintais produtivos; mutirões; manejo das pragas e doenças de plantas; formação de agentes populares de saúde e de SSAN; marcenaria; economia popular; dentre outras.

O Curso de Formação de Agentes Populares de Alimentação e Saúde (APAS) é uma das conquistas das lutas das mulheres do CEM e demais experiências periféricas por direitos sociais, como saúde e alimentação. Dentro das ações do Plano Integrado de Saúde nas Favelas da Fiocruz e em conjunto com o MPA, visa reunir o conjunto de práticas nas favelas do RJ, com intuito de articular saberes populares e científicos para fortalecer a autonomia das favelas na construção de um sistema alimentar justo e soberano. Segundo o MPA (2025), garantir comida de verdade para todos e todas é também garantir saúde, dignidade e justiça.

Em destaque também o Curso de formação continuada em Saúde, SSAN e Agroecologia para agentes comunitários em saúde, mulheres do território e da juventude, como promotoras populares em saúde, justiça alimentar e agroecologia. É uma conquista da trajetória do CEM na SM, que, ao longo de mais de uma década, plantou a semente híbrida da Agroecologia e Saúde. Como parte do projeto “Pesquisa Popular em Saúde, Justiça Alimentar e Agroecologia: Caminhos para a Construção de um Diagnóstico Territorial e Participativo em Territórios de Favela”, é também uma conquista minha no processo de pesquisa desta tese e contribuição no CEM, ao acolherem o tema da justiça alimentar como eixo discursivo do coletivo, dentre a soberania alimentar, dado que na prática, estes já se faziam presentes.

De toda forma, diante do que foi discutido neste Capítulo, a ampliação de capacidades das mulheres tem produzido novos contornos no movimento agroecológico e no abastecimento popular e solidário, que vem se afirmando também com cada vez mais participação na incidência nas políticas de saúde e agroecologia. Não pretendo com o termo “incidência” dizer que provocam mudanças no rumo das políticas públicas de maneira categórica, ou em escala nacional, mas, em escala em que vivem essas políticas de saúde, de agricultura, alimentação e segurança pública. Esta última com menos margem de ação e maior dificuldade, mas que cada vez mais de torna imprescindível para a luta política e acesso a direitos.

4.5.1 As mulheres do CEM na cena carioca: projetos coletivos de bem-viver na favela

Para finalizar, vimos que as mulheres do CEM estão cada vez mais visíveis na cena carioca no que tange ao movimento de favela por direito à cidade, à terra e moradia digna, na AUAF e no movimento agroecológico. Basta uma busca em sites na internet, referente à agricultura em solo urbano em que o CEM aparece em diversas matérias e documentos de organizações da sociedade civil, de universidades, instituições públicas, movimentos de agricultores, com entrevistas e alguns resultados de pesquisas científicas e extensão.

A seguir, para fechar a análise, percorro algumas questões que julgo basilares para com potencial de reduzir o vão entre o trem e a plataforma de direitos. Em outras palavras, os desafios e possibilidades das ações do CEM que podem ser capazes de reduzir as injustiças no acesso à plataforma rumo à soberania alimentar. Promovendo processos justos no acesso a direitos fundamentais, como o DHAA, e à emancipação das mulheres negras faveladas de opressões diversas, que capacitem e reduzam o ônus na disputa pelo abastecimento alimentar da favela Terra Prometida.

O vão

Dentre as diversas questões políticas exercidas e demandadas no cotidiano das ações do CEM, para o abastecimento e realização do DHAA e SSAN, estão:

- (i) Busca por recursos para o fortalecimento da infraestrutura da cozinha, do viveiro e composteira; a bio-construção da nova sede para garantir o espaço

- pedagógico ambiental e agroecológico, de geração de renda e de fortalecimento da SSAN envolvendo crianças e adolescentes;
- (ii) Articulação continuada com moradores para tratar da problemática e potencialidades da Serra da Misericórdia;
 - (iii) Participação política do campo agroecológico e nos conselhos municipais de SAN, como no Consea-Rio, em projetos e programas públicos e de iniciativa privada;
 - (iv) Incidência política na construção do plano Diretor da Cidade e espaços de gestão, fomento e comercialização, ligados à Rede CAU; Rede Favela Sustentável, dentre outras;
 - (v) Fortalecimento do coletivo de Mulheres em Ação, pela Roda de mulheres e na Cozinha Solidária, com o eixo agroecologia e saúde, com estrutura para realização das atividades, segurança pública e capacitação diante da violência institucional e de gênero.

Como alcançar a plataforma?

Embora o CEM se mova com ações coletivas, os desafios e possibilidades do CEM passam por encruzilhadas e interseccionalidades de ordens individuais e coletivas, bem como suas junções, fricções e fluxos. O que tange as questões que trazem as especificidades de cada mulher e suas particularidades, repercutem no processo de união, apoio, solidariedade, na sua condição de agir em situação de ameaças; condição de avaliar situações de risco; visões mais ampliadas sobre o caráter político de suas ações; capacidade também de dividir responsabilidades para não sobrecarregar nenhuma delas; de manter-se fortalecida nas redes de cuidado; na sua saúde mental, dentre outras.

Já na esfera da organização, observa-se uma centralidade na liderança de Ana S. Um exercício que ela tenta descentralizar com o fortalecimento da autoestima intelectual das mulheres, incentivando-as a participar de espaços diversos, de se ausentar algumas vezes e colocá-las como representantes do CEM. Embora já se observe uma autonomia maior nas mulheres dentro do coletivo, ainda requer mais divisão de atribuições dentro da organização, em termos de coordenação e articulação das atividades. O coletivo ainda busca mecanismos para melhor trabalhar o entendimento das integrantes sobre segurança; capacidade de ação em contextos de riscos, nas práticas de autocuidado e do cuidado coletivo em momentos de conflitos.

O fortalecimento de lideranças femininas no território vem se construindo, e, ao mesmo tempo que encontra dificuldades pela sobrecarga do trabalho cotidiano com a família, os filhos, o trabalho fora da comunidade, dos quintais e animais, também se observa que o reconhecimento dos saberes de cada uma no coletivo já se repercute, na autoestima, nas falas sem timidez, nos posicionamentos, mesmo que discordantes.

As discussões propostas nas Rodas, nos intercâmbios, nos cursos de formação, dentre outros espaços que passaram a acessar, trazem um olhar crítico sobre os cuidados e têm se materializado em cada uma delas, de maneira diversa. A Cozinha Solidária, por exemplo, tem valorizado o trabalho de Scarlet, Rosângela, Maysa e Elizabete, permitindo a elas renda e acesso a espaços e um caminho de reconhecimento, como a materialização no selo de Cozinhas do MDS, recebido em 2025. Os quintais e a Roda têm valorizado a intelectualidade de Leildes, que já se apresenta e é reconhecida como uma liderança. Também na autoestima das mais velhas, que participam de todos os encontros com afincos.

No nível comunitário, estão diante do enfrentamento do sexismo e do racismo; da insegurança pública, na busca por fortalecimento político institucional; auto-organização; mobilização de mais mulheres de outras favelas da Penha; representatividade em esferas políticas, de organização de mulheres e de controle social e institucional; o autocuidado e o cuidado coletivo. Com maior apoio e integração de mais mulheres, o CEM pode ampliar sua capacidade de organização e promover maior acesso a grupos que ainda não estão inseridos, diante do complexo de favelas da Penha. Neste sentido, o Coletivo Mulheres em Ação estará mais forte, preparado, instruído legalmente e em estratégias territoriais de defesa e enfrentamento das demandas internas. Além disso, estarão mais articuladas com outros espaços e organizações de cooperação para uma rede de proteção e cuidado.

Nos termos de Bell Hooks (2013), é uma forma de “transgredir” as fronteiras raciais, sexuais e de classe a fim de alcançar a liberdade pela educação e pela valorização do conhecimento. Ao desenvolver um espaço de integração para repensar este “lugar da violência” de múltiplas facetas, com a estratégia de ensinar às crianças e mulheres uma leitura crítica da realidade, o CEM semeia projetos emancipatórios, na medida em que retira do alimento significados de vida, em contrapartida às distopias impostas aos corpos-territórios favelados. A expressão “comida livre de violência” é uma forma de incidir sobre as expectativas e perspectivas de vida no território pela transgressão de um destino imposto às crianças, mulheres e juventude favelada.

Por fim, estas questões contribuem para pontuar que a agroecologia, a soberania alimentar, a promoção de saúde e justiça são sonhos coletivos que nasceram na Terra Prometida. Este extrapolou suas fronteiras ainda não delimitadas pelo poder público ao emergirem novas formas de conceber essas práticas, que passam primeiro por um trabalho de base integrativo, ensinando e aprendendo o que precisa ser feito para além do plantar, e antes mesmo de começar a plantar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode uma favela se alimentar?

Cara(o) leitora(o), esta tese buscou firmar-se no compromisso ético-político ancestral, lançado por Beatriz Nascimento, ao analisar processos de injustiças no acesso à alimentação de mulheres negras faveladas e seus esforços de capacitação para promover soberania alimentar pela Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada. Aqui se propôs que o antirracismo e o antissexismo são pontos de partida em direção à promoção da justiça alimentar e realização da soberania. Nesse sentido, enquanto pesquisadora acadêmica e militante, eu me integro ao campo de pesquisa da SSAN que acredita que o alcance da justiça social advém do reconhecimento da justiça racial e de gênero como princípios inegociáveis.

A retórica de que a mudança social não será completa a menos que raça e gênero sejam inseparáveis é uma questão que o pensamento feminista negro nos ensinou. As endosse aqui para dizer que essa só fica evidente aos olhos quando miramos uma realidade específica e suas relações na vida cotidiana. As novas perspectivas sobre o sistema alimentar em análise multiescalar nos permitiram destacar as relações de gênero e raça que conformam os diferentes sistemas alimentares coexistentes entre si. E, com o reconhecimento da igualdade na diversidade e princípios de equidade, presentes na política de SSAN, fez com que a reflexão sobre justiça no acesso à alimentação adequada e saudável avançasse sobre a compreensão dos processos sociais em escalas que atingem o cotidiano das relações sociais e coletivas, apontando para possibilidades de qualidade de vida nos territórios.

Ao refletir sobre o abastecimento alimentar e o acesso à alimentação em contextos de fome e desigualdade de várias ordens, como na Terra Prometida, as perspectivas de justiça formuladas por Fraser e Sen oferecem importantes contribuições teóricas. A proposta de conceber a justiça pelos aspectos tridimensionais: redistribuição, reconhecimento e representação, nos permitiu olhar para as injustiças alimentares, tanto nos aspectos distributivos, como na concentração dos circuitos de abastecimento em áreas centrais e pela pouca oferta de alimentos saudáveis nas periferias; quanto no não reconhecimento de experiências populares de abastecimento solidário, especialmente aqueles protagonizados por mulheres negras. A questão racial e de gênero que impõe novas reflexões à justiça nos permite somar a isso a sub-representação política desses

grupos nos espaços de decisão de políticas públicas alimentares e dos alimentos, bem como os desafios que o racismo e o sexismo estruturado na sociedade dificultam, quando não impedem, maior envolvimento e destaque desses grupos no campo agroecológico.

Foi possível aproximar a noção de justiça de realidades concretas, ao enfatizar a expansão das liberdades e capacidades reais das pessoas, deslocando o foco da mera distribuição de bens para as condições efetivas que permitem o exercício da autonomia e a realização de uma vida digna. No campo alimentar, isso significa assegurar não apenas a disponibilidade física de comida, mas também o direito de acesso, escolha e autogestão da produção de alimentos adequados e culturalmente significativos. A articulação entre Fraser e Sen permitiu, assim, compreender a justiça alimentar como um processo que envolve simultaneamente a redistribuição material, o reconhecimento simbólico e o fortalecimento das capacidades políticas e sociais de grupos historicamente vulnerabilizados, reafirmando o papel das favelas, sobretudo das mulheres negras, que movimentam a solidariedade nestes territórios, com produção de saberes e luta por soberania e dignidade alimentar.

O CEM é descrito pelas Mulheres em Ação como as estratégias para realização do projeto coletivo de vida: morar e plantar na favela. Este projeto inclui um trabalho de produção de comida de verdade que visa abastecer a comunidade e gerar renda para as mulheres, promovendo a emancipação pela autogestão. Enquanto almejam essa melhora futura, elas se unem no resgate da memória e, ancestralidade dos valores dentro da comunidade. Com a agroecologia como cartilha de ciência e prática, elas ressignificam as noções de “soberania alimentar” na especificidade da favela, por meio de uma “Agricultura Urbana Agroecológica Favelizada”, compreendendo que produzir soberania vai além do plantar. Passa inicialmente pelo cultivo das relações, e essas relações se dão no café com política dos mutirões, na Escola popular, na Cozinha Solidária, na troca de mudas e, afetos na Roda de Mulheres, na simples escuta.

Como um balão de oxigênio, as ações do CEM percorrem as encruzilhadas territoriais da Terra Prometida e outras avenidas da cidade e RMRJ, por meio de intercâmbios de experiências de AUAF, alimentares e de saúde, junto a organizações civis e equipamentos públicos. A articulação, além de possibilitar apoio estratégico, financeiro, logístico, dentre outros, demarca e afirma a presença negra favelada no campo agroecológico da RMRJ e, sobretudo, que a favela planta e quer colher.

A sentença “*isso é que muda*” proferida por Ana Santos ao afirmar que promover “soberania alimentar” na favela envolve muito mais do que plantar foi lida em duas óticas: Pode uma favela se alimentar? Embora eu não possa concluir essa análise em sentença afirmativa, é inegável que a organização do coletivo é o que tem revertido as situações de fome e insegurança alimentar e radicalizado ações promovendo germinação em um território onde o habitar está em constante ameaça.

A segunda ótica é a da capacidade que o coletivo tem de reconhecer que é necessário criar estratégias próprias, tecnologias sociais específicas e inovadoras. Depois disso, saber reconhecer cotidianamente que o esforço vale a pena, mesmo diante da sobrecarga de trabalho e das barreiras impostas por estratégias de outras organizações no território e do próprio Estado. De enxergar o poder transformador que as ações podem ter, quando assumem a necessidade de reverter essas injustiças e criar perspectivas de vida, resistência ativa como projeto para o bem-viver.

Ao traçar uma linha temporal desde a chegada na Terra Prometida até os dias de hoje, está estampado na forma como elas contam suas histórias, que o coletivo tem se constituído como capacitador nos processos emancipatórios em curso, no que tange acesso à alimentação de qualidade, saúde, terra, moradia, valorização do conhecimento, cuidado, e ressignificação da favela e das(os) faveladas(os) pela autonomia e autoestima de mulheres e crianças.

Algo que é contundente em suas falas é o destaque de que ali se faz uma soberania alimentar que carece de construir novas bases e fundamentos, tanto em termos práticos como conceituais, diferente de outras experiências que estão articuladas no movimento agroecológico da RMRJ e nacionalmente. Destacando a excepcionalidade do coletivo, algo que é único delas, do território em que vivem. Mesmo que busquem se inserir em outras escalas (regionais, nacionais e internacionais) de discussão, seu propósito é pensar a transformação do local, que vem de dentro da favela. Uma agricultura capaz de alimentar a favela.

O trabalho iluminou a disputa do CEM na luta pelo reconhecimento de formas de agricultura em territórios favelados, que, em alguma medida, participam do abastecimento da cidade e buscam integrar programas públicos (como o PNAE e PAA), os circuitos curtos de comercialização e garantir o acesso de sua população à alimentação adequada, saudável e sustentável. O caráter propositivo do abastecimento, nos termos da

SSAN e do DHAA, como no caso analisado, faz parte desse conjunto de iniciativas que procuram enfrentar os limites do abastecimento dominante. O CEM é uma iniciativa, dentre outras, que reflete as carências/insuficiências e os vieses das dinâmicas predominantes do abastecimento e faz isso construindo processos que são diferenciados - alternativas que propõem caminhos diferentes - para promover o acesso. Caminhos mais equitativos de acessar alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis, independentemente de sua localização, raça e gênero (justiça alimentar) e pela valorização da sua produção, com base em seus modos de vida e cultura tradicional (soberania alimentar).

Pelo que foi aprendido na literatura aqui analisada e na experiência do CEM, parece que a soberania alimentar aliada ao conceito de justiça em contextos de desigualdades sociais tem ampliado a reflexão sobre o futuro dos sistemas alimentares, as dinâmicas de abastecimento, seus atores, os espaços e disputas envolvidos. Além disso, evidencia os esforços atualmente em andamento pelos grupos vulnerabilizados, não somente no campo, como tradicionalmente de observava, mas também nas periferias das cidades.

No primeiro contato, me pareceu óbvio que o CEM se configura como um espaço de afetividade, emancipação e acolhimento de mulheres reféns dos sistemas opressores. No entanto, ao longo desses anos, ao participar desse cotidiano atravessado por diferentes questões, me fez entender que o valor do coletivo reside não somente no resultado que almejam (emancipação), mas em como desempenham suas concepções de bem-viver ao longo do processo. Quer dizer, mesmo que o que seja feito por elas possa ser desfeito em um espaço de tempo tão ínfimo – como o tempo de uma bala perdida encontrar uma criança - comparado ao tempo que elas despendem para manter ativas suas atividades, o que importa não está depositado apenas no efeito, mas, naquilo que faz com que elas continuem em ação e organizadas.

Dessa forma, são estas as questões que residem no “vão entre o trem e a plataforma”. Nas estratégias e ações cotidianas que as mulheres desenvolvem para alimentar a favela, como por exemplo, a Roda de Mulheres, um espaço de trocas de saberes que lhes permitem percorrer pelas encruzilhadas e avenidas da autonomia, autoestima e afetividade para a valorização, validação e reconhecimento de suas intelectualidades.

Não digo isso com intuito de essencializar seus esforços cotidianos, pois eu mesma sou testemunha de como é difícil manter-se articuladas enquanto a polícia está invadindo suas casas e quintais; ou quando é preciso muito esforço para acessar água, por exemplo. Quero com isso mostrar como esse tem se mostrado um motor de capacitação na luta por soberania e justiça alimentar. Ver sua cultura, sua ancestralidade e seu conhecimento sendo valorizados e reconhecidos dentro do coletivo, na comunidade e fora dela (tendo em vista as parcerias institucionais), tem contribuído para potencializar seus esforços no território em busca de garantir melhores condições no caminho, enquanto buscam acessar as plataformas de direitos.

Mesmo que compreenda que a problemática do abastecimento se expressa em toda RMRJ e em outras metrópoles, o CEM, de olho no campo do possível, afirma que sua prioridade é a alimentação da comunidade: “não pretendemos comercializar a produção até que a gente consiga abastecer a nossa comunidade”. Podemos interpretar que a escala de justiça do coletivo é a da comunidade - justiça alimentar para os favelados - mesmo que a busca por autonomia do CEM passe pela integração dos pobres favelados nas esferas de poder para defrontar as dinâmicas dominantes de abastecimento alimentar. Não há como emancipar todos os oprimidos dos diferentes vagões, se ainda não está sendo assegurado que os passageiros do seu próprio vagão possam acessar direitos.

Ao analisar abastecimento na perspectiva de direitos, os passageiros famintos estão se organizando para dizer que a soberania alimentar será alcançada quando as formas autônomas dos sistemas alimentares são respeitadas e garantidas, pelo Estado, para as condições das populações de se alimentarem. Se há pessoas com fome, dá de comer, pois existem os mecanismos necessários para isso. Foi por meio de organização que a população brasileira conseguiu na Constituição Cidadã de 1988, garantir que nas normas de circulação do trem, haja a garantia de direitos fundamentais, como: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, políticos, com funções de proteção contra o poder estatal, garantia que o Estado não abuse do seu poder e respeite a liberdade e os direitos individuais; promoção da dignidade humana, assegurando que todos tenham condições de viver com dignidade, com acesso a necessidades básicas e oportunidades de desenvolvimento; a fins da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Os dados de InSAN e fome na Terra Prometida, bem como o conjunto dos indicadores da cidade do RJ como um todo, evidenciaram a necessidade de um sistema público de abastecimento, tendo em vista a histórica desigualdade de renda, problemas

estruturais de acesso a emprego e a elevada concentração populacional em regiões metropolitanas do país. Discutiu-se aqui que a proposta de construção de um sistema público de abastecimento alimentar requer como campos de atuação tanto os alimentos (disponibilidade e acessibilidade de bens) quanto a alimentação (modos de apropriação dos bens pela população).

Vimos que as mulheres do CEM reconhecem que para alcançar a autonomia, é necessário apoio. Decorre daí a identificação do coletivo de que soberania implica adentrar espaços de poder, onde conhecimento e recursos econômicos ditam vidas, como nos governos locais, articulação de organizações e lideranças comunitárias e de fora do território. Isso exige entrelaçamentos e acordos para circular entre outros vagões, que estão presentes nestes atores de dentro do estado (como universidades, instituições públicas, representantes políticos), e de fora, como organizações da sociedade civil, como visto referente às suas estratégias na disputa pelo campo agroecológico e o abastecimento, trazendo a presença negra e as questões impostas à agroecologia na realidade das favelas.

Não obstante, as mulheres do CEM constroem levantes de uma favela pela perspectiva do bem-viver. Mesmo que suas ações sejam constantemente podadas por operações policiais, conflitos de terra e ausência de infraestrutura urbana; concepções de vida com qualidade, direito e justiça pela soberania alimentar são embasadas pelo trabalho e coletividade de mulheres negras, munidas de intelectualidade ancestral. Mas, a realidade cotidiana não deixa de ser um fato. As atividades com a Cozinha Solidária, com a Roda de Mulheres em parceria com o SUS, na agrofloresta e com atores das redes de agroecologia do Rio de Janeiro também expressam como o racismo está institucionalizado em todas essas relações.

Dessa forma, as Mulheres de Ação, constroem a “cozinha como trincheira de luta” para promover “comida livre de violência” pelo enfrentamento das injustiças socioespaciais que comprometem o acesso à alimentação no território. Sua munição é a Agroecologia, conhecimento ancestral, tecnologia social para o bem-viver. Em contrapartida às zonas de sacrifícios, elas se organizam por meio do corpo-território em resistências.

O princípio da “Soberania alimentar para além do plantar” é a estratégia do CEM de levar a Serra da Misericórdia para outro lugar, diferente do território da violência, como foi historicamente construído por grupos criminosos, pela negligência estatal e pelo setor

mediático. “O espaço de integração é para repensar este lugar”, um novo olhar sobre a favela e sobre a soberania alimentar, com eixos de atuação no campo agroecológico. Engloba diversas ações que elas promovem, algumas diretamente ligadas à comida e outras de maneira articulada, evidenciando que a soberania alimentar é fruto da soberania popular, da emancipação das mulheres, sobretudo das mulheres negras, porque são elas as mais vulnerabilizadas pelo processo de feminização da pobreza e da fome. Mas são elas também e as crianças que estão na linha de frente de projetos coletivos de bem-viver, algo que não se restringe à experiência do CEM.

Por fim, “*Isso é que muda*” foi uma virada de chave que me permitiu tecer essa análise sobre a experiência das mulheres do CEM e enxergar uma dentre as infinitas possibilidades que o conceito de soberania alimentar pode atribuir à realidade das pessoas. A soberania e justiça alimentar são entendidas como capazes de convergir em questões que dizem respeito à vida das pessoas e suas possibilidades de transformar a realidade social para torná-la menos violenta, mais leve e equacionar processos que comprometem seus esforços de vida.

A soberania alimentar é mais que um fator de produção alimentar, mas de poder, justiça e emancipação, também de futuros desejáveis. Neste sentido, defender a soberania alimentar faz parte de um projeto que necessariamente tem que estar vinculado aos territórios de onde viemos. Precisamos de um projeto em que a vida esteja no centro. Precisamos construir soberania a partir dos territórios e dos movimentos populares, na integração dos povos e das mulheres negras em sua diversidade de vivências para que tenhamos a capacidade de articular um projeto de Brasil justo e soberano.

Neste momento em que encerro este texto, o Brasil já não está mais no Mapa da Fome. Espero um dia em que a vida e a dignidade das pessoas não sejam instrumentos políticos de controle e lucro. Também que a superação da fome seja pelo acesso à comida de verdade, não por consumo de ultraprocessados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio**. v. 14, n. 37 ed. Rio de Janeiro: Espaço & Debates, 1994.

ABREU, Maurício. **Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução**. 10. ed. Rio de Janeiro: Revista do Rio de Janeiro, 2003.

ABREU, Maurício Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. *In*: **ABREU, Maurício Almeida (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p. 252.

AGYEMAN, Julian. Introducing Just sustainabilities: Policy, planning and practice. | Julian Agyeman. 2013.

AKOTIRENE, Carla. **É fragrante fojado dôtor vossa excelência": audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2023.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. a

ALENTEJANO, Paulo. **A evolução do espaço agrário fluminense**. Rio de Janeiro: GEOgraphia, 2005.

ALKON, A. **Black, White, and Green**. n. Athens, GA: University of Georgia Press, 2012.

ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. Cultivating food justice - race, class, and sustainability. n. Cambridge (Ms.)/London(UK), The MIT Press, 2011.

ALLEN, Patricia. Realizing justice in local food systems. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 295–308, 1 jul. 2010.

ALMEIDA, Rafael da Costa Gonçalves de. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço** · Observatório da Geografia Brasileira. Tese. Doutorado—[S.l.]: Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Pólen Editorial, 2019.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aquilo: agricultura e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2016.

ALVES, Kelly Poliany De Souza; JAIME, Patricia Constante. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4331–4340, nov. 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Unesp, 2011.

ALVITO, Marcos. **As Cores de Acari**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. v. 1

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Leonel Vallandro; Tradução: Gerd Bornheim. 4. ed ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AUYERO, Javier; SOBERING, Katherine. The Ambivalent State: Police-Criminal Collusion at the Urban Margins. *In*: AUYERO, Javier; SOBERING, Katherine (Orgs.). **The Ambivalent State: Police-Criminal Collusion at the Urban Margins**. [S.l.]: Oxford University Press, 2019. p. 0.

AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. São Paulo: Martins, 1953.

BASTOS, Suelen. **DJ Rennan da Penha é absolvido da acusação de associação ao tráfico de drogas pelo STJ**. Portal de Notícias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/02/dj-rennan-da-penha-e-absolvido-da-acusacao-de-associacao-ao-trafico-de-drogas-pelo-stj.ghtml>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BELIK, Walter. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. v. 2, n. Segurança Alimentar e Nutricional, p. 94–110, 2012.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. *In*: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

BENCHIMOL, Jaime; ABREU, Maurício; VAZ, Lilian Fessler. Sobre a origem das favelas. *In*: Rio de Janeiro: ANPUR, 1991.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. tese—[S.l.]/Universidade de São Paulo, 24 out. 2002.

BERG, Leandro. **Autogestão na pandemia: a resistência agroecológica e comunitária do Centro de Integração na Serra da Misericórdia**. PACS, 2021. Disponível em: <<https://pacs.org.br/noticia/autogestao-na-pandemia-a-resistencia-agroecologica-e-comunitaria-do-centro-de-integracao-na-serra-da-misericordia/>>. Acesso em: 30 set. 2025

BERNARDES, Márcia Nina. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, v. 16, p. e1968, 2 dez. 2020.

BESSA, Eliane; GUIA, Eric Vidal Ferreira da. **Áreas Urbanas de Preservação: conflitos socioambientais em torno da APARU da Serra da Misericórdia na cidade do Rio de Janeiro**, v. 3º Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, n. 3, p. 13, 2014.

BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BITTENCOURT, Thaís Ponciano; ROMANO, Jorge Osvaldo; CASTILHO, Ana Carolina Aguiar Simões. O discurso político do Agronegócio | Revista Tamoios. v. 18, n. 1, n. Revista Tamoios, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Sandra *et al.* (ORGS.). **Brasil: cinco anos de golpe e destruição**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2021.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 11.346 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 19 set. 2025

BRASIL, República Federativa do. **Produtos Orgânicos: Sistemas Participativos De Garantia**. [S.l.]: Mapa, 2008.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 7272 Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências**, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 19 set. 2025

BRASIL, República Federativa do. **LEI nº 15.069, DE 23 de dezembro de 2024 Institui a Política Nacional de Cuidados**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025a.

BRASIL, República Federativa do. **Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes**. Gov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes>>. Acesso em: 11 ago. 2025b.

BRASIL, República Federativa do. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher RASEAM 2025**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/marco/ministerio-das-mulheres-lanca-o-relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-2025>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRODEUR, J. P. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. v. XVII nº2, n. Cadernos CRH, 2004.

BURLANDY, Luciene *et al.* Saúde e Sustentabilidade: desafios conceituais e alternativas metodológicas para a análise de sistemas locais de Segurança Alimentar e Nutricional. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. ág. 55-70, 28 dez. 2015.

CABNAL, Lorena. Abordagem à construção da proposta de pensamento epistêmico das mulheres indígenas feministas da comunidade de Abya Yala. *In: Feminismos diversos: feminismo comunitário*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010.

CADIEUX, Kirsten; SLOCUM, Rachel. What does it mean to do food justice? *Journal of Political Ecology*, v. 22, n. 1, 1 dez. 2015.

CAMPOS, Maria M. Malta. As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 79, p. 56–64, 30 nov. 1991.

CARDOSO, Adauto L. **Urbanização De Favelas No Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda., 2023.

CARNEIRO, Maria José. **Territórios rurais: desafios para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Monique Batista. **Milícias, Facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2023.

CASCUDO, Luis Câmara. **História da Alimentação no Brasil: cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1967. v. Vol. 1.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. n. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela consolidada. v. 1, n. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social, p. 35–59, 2008.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. **Coleção Estudos Cariocas**, v. 9, n. 1, p. 76, 1 de maio de 2012.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio do Rio de Janeiro (2017-2020)**. [S.l.]: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". ESALQ/Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/Relat%c3%b3rio%20PIB%20do%20Agroneg%c3%b3cio%20do%20Rio%20de%20Janeiro_FINAL_dez21.pdf>.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Nas favelas, mulheres sofrem silenciosamente violência doméstica**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/nas-favelas-mulheres-sofrem-silenciosamente-violencia-domestica/>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. “Negro: de bom escravo a traficante”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, p. 511–530, maio 2022.

COUTO, Jorge; PAULINO, Edigar. *Agriculturas em disputa: uma análise das ruralidades brasileiras*. n. Estudos Sociedade e Agricultura, 2020.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Construção Compartilhada do Conhecimento na Pesquisa e na Ação Social**. João Pessoa: Editora CCTA, 2019.

CTPD, Coordenadoria-Geral de Planejamento e Projetos - Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro. **Diagnóstico intersetorial integrado da Cidade do Rio de Janeiro: Relatório CTPD 2018**. Rio de Janeiro, RJ: Gerência de Macro Planejamento - Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos - Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://desenvolvimentourbano.prefeitura.rio/wpcontent/uploads/sites/52/2024/11/Relatorio_-CTPD_2018_Diagnostico_Intersectorial_Integrado_Completo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. Qual a ruralidade das Ceasas? Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas Centrais de Abastecimento brasileiras. *In*: 51. **Altivo R. A. de Almeida**. Belém: Anais Belém: Sober, 2013.

CUNHA, Altivo R. A. de Almeida; BELIK, Walter. **Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1

CUNHA, Marize Bastos da. Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro. *In*: Rio de Janeiro: 2007.

CUNHA, Marize Bastos da. Cenas históricas da participação popular na constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016. p. 29.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. O Estado e suas margens. etnografias comparativas. v. 8, n. Revista Acadêmica de Relações Internacionais, p. 39, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE CASTRO, Franciléia Paula. FERNANDES, Rosana. MATOS, Olga. MOUA, Lucyvanda. Racismo e Sistemas Agroalimentares. CESE Coordenadoria ecumênica de serviço. 2022. Disponível em https://www.cese.org.br/wp-content/uploads/2023/08/RACISMO_SISTEMAS_AGROALIMENTARES_2112.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. *In*: DELGADO, Nelson

Giordano (coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

DELGADO, N.; ZIMMERMANN, S. Políticas públicas para a soberania e a segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. **Textos para Discussão, 84**. Saúde Amanhã. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2022.

DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Geração Cidadã de Dados**. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Gera%C3%A7%C3%A3o_Cidad%C3%A3_de_Dados>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, David. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 3, p. 359–371, 1 jul. 2005.

EAT- LANCET, Commission. **Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems**. [S.l.: S.n.]. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/commissions-do/eat>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 133-168.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. de B.; SCHNEIDER, L. (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 201–212.

FARIAS FILHO, José Almir; ALVIM, Angelica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, p. e20220050, 2022.

FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **RECHS**, v. 12, n. 4, 24 dez. 2018.

FAUSTO, B. Estado e burguesia agroexportadora na primeira República. **Novos Estudos Cebap**, n. 27, p. 120–7, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1995.

FAIRLIE, R. WAND ROBB, A.M. *Race and Entrepreneurial Success* (Cambridge, MA: MIT Press), 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e70010, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

FIAN BRASIL. **Prato do dia: desigualdades**. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2023.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Mulheres nas Minas Gerais. *In*: DEL PRIORI, M. & BESSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. v. 2ª Ed.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 54, p. 50–61, 31 ago. 1985.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes., 2005.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera F. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. **Simpósio Temático: O Centro da questão: reflexões sobre os planos, projetos e propostas para a área urbana central carioca**. ENANPARQ, p. 24, 2010.

FRASER, Nancy. **Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution**. Paris: Éditions La Découverte Textes à l'appui/politique et sociétés, 2001.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição Ao Reconhecimento: Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". v. 14/15, n. Cadernos de campo, p. 1–382, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 47. ed. atual. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GLENNIE, C.; ALKON, A. H. "Food Justice: Cultivating the Field. v. 13, n." *Environmental Research Letters*, p. 1–13, 2018.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture**. [S.l.]: CRC Press, 2000.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio e Editora Pallas, 2013.

GONTIJO, Luísa Teixeira Francisco. SILVA, Marcio Henrique de Mattos. **Consultório territorializado: uma experiência para garantir acesso e decolonizar o cuidado**. 5º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde. Disponível em: <https://zandaeventos.com.br/ppgs/programacao/exibe_trabalho.php?id_trabalho=53800&id_atividade=5770&tipo=>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais (Anpocs)**, n. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223–244, 1984.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. Food Networks: knowledge, place and Politics. n. London (UK), Routledge, 2012.

GOTTLIEB, Robert; JOSHI, Anupama. **Food Justice**. [S.l.]: MIT Press, 2010.

GRISA, Cátia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. [S.l.]: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2022.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, p. e259390, mar. 2023.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. e210370, 2022.

GUIA, Eric Vidal Ferreira da. A Serra da Misericórdia como uma zona de sacrifício do Rio de Janeiro. In: **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

GILBERT, J. SHARP, G. SYDNEY, F.M. The loss and persistence of black owned farms and farmland *South. Rural Sociol.* 18 1–30, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, v. 13, p. 121–142, nov. 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93–107, jun. 2003.

GUSMÃO, Hugo Nicolau Barbosa de. **Mapa racial da cidade do Rio de Janeiro**, 5 nov. 2015.

GUTHMAN, Julie. Bringing good food to others: investigating the subjects of alternative food practice. **cultural geographies**, v. 15, n. 4, p. 431–447, 1 out. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. n. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2007.

HAESBAERT, Rogerio. Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. In: **Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. 1. ed. Porto Alegre: ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19–36.

HAESBAERT, Rogerio. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: **In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95–120.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575, 1988.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. n. CIESAS / CLACSO, p. 11, 2017.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75–97, 8 ago. 2017.

HISLOP, Rasheed Salaam. **Reaping Equity: A Survey of Food Justice Organizations in the U.S.A. - ProQuest**. Davis ProQuest Dissertations & Theses, Califórnia: University of California, 2014.

HOOKS, Bell. **O amor como a prática da liberdade**. **ENUGBÁRIJO**, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/enugbarijo/o-amor-como-a-pr%C3%A1tica-da-liberdade-bell-hooks-bb424f878f8c>>. Acesso em: 14 ago. 2025

HUGUET, Claudio Ribeiro. **Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema**. Doutorado—Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais da ENSP - FIOCRUZ, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: retratando a realidade do Brasil agrário**. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. [S.l.: S.n.].

IMDS, Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social. **Expectativa de Vida por Raça ou Cor no Brasil**. Disponível em: <<http://imdsbrasil.org/publicacao/expectativa-de-vida-por-raca-ou-cor-no-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cais do Valongo**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. Acesso em: 2 set. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10^o edição ed. São Paulo: Ática, 2014.

JOMALINIS, Emilia Jomalinis de Medeiros Silva. **Um supermercadismo carioca: apontamentos sobre a sócio-espacialidade do varejo alimentar na capital fluminense**. Doutorado—Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2022.

JORGE, Andreza. **Feminismos favelados - uma experiência no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. [S.l.]: Letra Capital, 2015.

LE GALL, Julie *et al.* Justicia y soberanía alimentaria en el continente de las desigualdades. In: **Justicia y soberanía alimentaria en las Américas: desigualdades, alimentación y agricultura / Delphine Prunier, Julie Le Gall**. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México: El Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos; Lyon: École Urbaine de Lyon, Université de Lyon; Fundación Heinrich Böll, 2020. p. 11–21.

LEEDS, Anthony. Carreiras brasileiras e estrutura social. Um estudo de caso e um modelo. In: **Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 1964.

LEEDS, Anthony. **The significant variables determining the character of squatter settlements**. 12/3. ed. [S.l.]: América Latina, 1969.

LEEDS, Anthony. LEEDS, Elizabeth. **Sociologia do Brasil Urbano, A | Portal Fiocruz**. Rio de Janeiro, RJ: Coedição Faperj., 2015. v. 2ª edição: 2015 (1ª edição: 1978, pela Zahar Editores).

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. Ameaças à democratização em nível local. In: **Zaluar, Alba & Alvito, Marco (org.). Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. v. Tradução Rubens Eduardo Frias

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEITE, Márci *et al.* **Militarização no Rio de Janeiro – Mórula**. [S.l.]: Mórula Editora, 2018. v. 1

LIMA, Aline Alves de (ORG.). **Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis**. Rio de Janeiro: PACS, 2019.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História política do abastecimento: 1918-1974**. 1. ed. Brasília, DF: Binagri, 1979.

LINS, Igor Novaes; MACHADO, Carlos Augusto Mello. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e271780, 8 dez. 2023.

LEROY, Jean Pierre. Justiça Ambiental. Disponível em https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf. Acesso em 16 de julho de 2020.

LUZ, Lidiane Fernandes da. **Cardápios, paisagens e políticas no semiárido baiano - O abastecimento alimentar sob a ótica das interações entre sistemas alimentares e do acesso a alimentos com qualidade diferenciada**. Doutorado—Rio de Janeiro, RJ: Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual**. 59. ed. Rio de Janeiro: Cad. CRH, 2010. v. 23

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Luis Antonio. A continuidade do “problema da favela”. In: **Oliveira, Lúcia Lippi (org.) Cidade: Histórias e Desafios. Rio de Janeiro**. 1ª edição — ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-237.

MACHADO, Taís de Sant’Anna. “Um pé na cozinha”: uma análise socio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 02, p. 725–726, 3 ago. 2022.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. e3610600, 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.

MALUF, Renato S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. e238782, 26 abr. 2021.

MALUF, Renato S.; LUZ, Lidiane Fernandes da. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: **Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 214–224.

MALUF, Renato S.; SPERANZA, Juliana S. Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão. n. Relatório Técnico 7. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA); ACTIONAID, CERESSAN, p. 70, 2014.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. Diretrizes e componentes de uma política nacional de abastecimento alimentar e questões de implementação. Observatório de políticas públicas para a agricultura. v. 1, n. OPPO: nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade, p. 1–14, 2015.

MALUF, Renato Jamil; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). Estudos Sociedade e Agricultura 29(3) DOI:10.36920/esa-v29n3-2. October 2021.

MANSO, B. P. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MARAFON, G. J. et al. **Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica**. Rio de Janeiro: Gramma, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Lima: Espiritrompa Ediciones, 2010. v. 4 Ed.

MARTINS, Anne Carolina *et al.* Rio de Janeiro - 2020 1ª edição, p. 24, 2020.

MATIOLLI, Thiago. **Complexos de Favelas. Dicionário de Favelas Marielle Franco.** Rio de Janeiro: [S.n.]. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexos_de_Favelas>. Acesso em: 19 set. 2025

MATTOS, L. M. de. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. v. 15 (1), n. Public Culture North Carolina, p. 11–40, 2003.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. v. n. 32, n. Arte&Ensaio, 2016.

MCLLWAIN, Cathy *et al.* **Práticas de resistência: para enfrentar a violência urbana de gênero na maré, Rio de Janeiro:** “Resistindo às violências de gêneros: construindo dignidades de meninas e mulheres através da resiliência comunitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: King’s College London (Departamento de Geografia) e Redes da Maré, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, People’s Palace Projects, Queen Mary University of London e Museu da Pessoa, 2022. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/images/f/f0/Relat%C3%B3rio_Resist%C3%A2ncias_Mar%C3%A9.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas.** Doutorado—Rio de Janeiro: Centro de Ciências Sociais: Instituto de Estudos Sociais e Políticos/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 30 mar. 2015.

MILLS, Charles. **Tanner Lecture on Human Values: “Theorizing Racial Justice”.** Disponível em: <<https://tannerlectures.org/>>. Acesso em: 7 out. 2025.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 13–25, out. 2011.

MONTEIRO, Carlos A. *et al.* Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936–941, abr. 2019.

MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 14, n. 1, p. 5–13, 20 dez. 2010.

MOREIRA, Sarah Luiza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. **Agroecologia en femenino**, 2018.

MOTTA, Renata. Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. **The Sociological Review**, v. 69, n. 3, p. 603–625, 1 de maio de 2021a.

MOTTA, Renata. **As lutas contra a desigualdade alimentar no Brasil e no mundo.** Disponível em: <<https://comidacomhistoria.com.br/as-lutas-contr-a-desigualdade-alimentar-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 2 set. 2025.

MOTTA, Vivian Delfino. Por uma agroecologia antirracista. *In*: 3. Cadernos de Agroecologia. **Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecol.** Associação Brasileira de Agroecologia, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/369374278_POR_UMA_AGROECOLOGIA_ANTIRRACISTA>. Acesso em: 6 out. 2025

MOTTA, Vívian Delfino. Por uma agroecologia antirracista: uma insistência. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 14 jul. 2021b.

MOTTA, Vivian Delfino. Para quem é esse lugar? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 3, p. 222–241, 4 out. 2022.

MOURA, Clovis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** [S.l.]: Dandara, 2021.

MINKOFF-ZERN L.-A. SLOAT, S. A new era of civil rights? Latino farmers and exclusion at the USDA *Ag. Hum. Val.* 34 631–43, 2016.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Soberania alimentar nas favelas: MPA e Fiocruz realizam aula inaugural do curso de Formação de Agentes Populares de Alimentação e Saúde (APAS).** MPA Brasil, 17 de maio de 2025. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/noticias/soberania-alimentar-nas-favelas-mpa-e-fiocruz-realizam-aula-inaugural-do-curso-de-formacao-de-agentes-populares-de-alimentacao-e-saude-apas/>>. Acesso em: 12 ago. 2025

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. n. Estudos Avançados, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** [S.l.]: EDITORA PAZ E TERRAS/A, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEEPES/FIOCRUZ. **Sistematização de questionários: território de atuação CEM: Conexões entre agroecologia, moradia digna e cuidado na construção de territórios urbanos sustentáveis e saudáveis em tempos de Covid-19: potencialidades para a redução de vulnerabilidades e a promoção emancipatória da saúde no Rio de Janeiro e em Salvador.** Rio de Janeiro, RJ: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), 2022.

NEOGRID; FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Em dezembro, Rio de Janeiro manteve o título de cesta básica mais cara do país e cinco das oito capitais pesquisadas registraram aumento de preço.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan. 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/system/files/2025-01/20250113-cesta-neogrid-ibre_dezembro_2024_revisado-2.pdf?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_id=fgvnoticias-2025-01-27>.

NERY, Marcelo Batista. **Pensar a violência e políticas de segurança como fatores que afetam a saúde pública**. 30 jan. 2025. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/pensar-a-violencia-e-politicas-de-seguranca-como-fatores-que-afetam-a-saude-publica/>>. Acesso em: 26 ago. 2025

NEVES, Gildivan Francisco das; SILVA, Severino Bezerra da. Construção Compartilhada do Conhecimento, Educação Popular e memórias do campo. In: ARAÚJO, Renan Soares de (Org.). **Educação Popular E Construção Compartilhada Do Conhecimento**: João Pessoa, PB: Editora do Ccta/Ufpb, 2021.

NIEMEYER, Carolina Burle de *et al.* ‘O povo cuidando do povo’: Agentes Populares na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 48, n. spe1, p. e8739, ago. 2024.

NIEMEYER, Carolina Burle de; SILVEIRA, Vicente Carvalho Azevedo da. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 377–390, 4 jul. 2022.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

NUTRICIDADES. **Pesquisando (in)segurança alimentar através de uma abordagem de pesquisa-ação nas favelas da Maré, Zona Norte, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Minhocas Urbanas; Programa Cidades e Infraestrutura da Academia Britânica., 2018a. Disponível em: <https://soberania-alimentar-mare.home.blog/wp-content/uploads/2019/01/nutricidades_relatorio_com-2.pdf>.

NUTRICIDADES. **Contextualizando (in)segurança alimentar: urgências nutricionais da periferia urbana. Um estudo de caso no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Minhocas Urbanas; Programa Cidades e Infraestrutura da Academia Britânica., 2018b. Disponível em: <https://soberania-alimentar-mare.home.blog/wp-content/uploads/2019/01/nutricidades_relatorio_comun-1.pdf>.

NUTRICIDADES. **Favela e comida: articulando perspectivas de luta pela soberania alimentar com a luta pelo direito (de estar n)à cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Minhocas Urbanas; Programa Cidades e Infraestrutura da Academia Britânica., 2019. Disponível em: <https://soberania-alimentar-mare.home.blog/wp-content/uploads/2020/01/cr_3_final_version_-pt.pdf>.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; GENI, Grupos de Estudos dos novos ilegalismos. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125–161, abr. 2014.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaration on the Elimination of Violence against Women**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-elimination-violence-against-women>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PACHECO, Maria Emilia. **Maria Emília Pacheco – Sobre agroecologia, soberania alimentar e justiça social.** Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora, 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://cetra.org.br/2013/11/26/maria-emilia-pacheco-sobre-agroecologia-soberania-alimentar-e-justica-social/>>. Acesso em: 8 ago. 2025

PALM, Juliano Luís *et al.* Agroecologia e soberania alimentar: lutas por justiça e alimentação saudável em territórios periféricos urbanos. **Saúde em Debate**, v. 48, p. e8576, 30 set. 2024.

PAREDES, Julieta Paredes. Para descolonizar el feminismo por Julieta Paredes. **Bolivian Studies Journal**, 2019.

PATEL, Raj. Food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 663–706, 1 jul. 2009.

PATRICIO, Marcos. **Famílias do Rio colonial.** Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://siteantigo.faperj.br/?id=11.2.9>>. Acesso em: 2 set. 2025.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377–391, dez. 2014.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **ResearchGate**, v. 57, p. 175–198, 2021.

POOLE, Deborah. Justice and Community in the Margins of the Peruvian State. In: **DAS, Veena. POOLE, Debora. Anthropology in the Margins of the State.** New Delhi: Oxford University Press, 2004. p. 35–65.

PORTO, Marcelo Firpo *et al.* **Caderno Intercultural 1: Promoção Emancipatória da Saúde em periferias urbanas: Lutas conectadas por saúde, “comida de verdade”, moradia digna e proteção ambiental;** Rio de Janeiro: Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe/ENSP/Fiocruz). 2024a. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo *et al.* **Caderno Intercultural 2: Agroecologia e soberania alimentar: produção e distribuição de alimentos saudáveis nas cidades como direito.** Rio de Janeiro: Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe/ENSP/Fiocruz), 2024b. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo *et al.* **Caderno Intercultural 3: Saúde e lutas por dignidade nas periferias urbanas: organização comunitária e cuidado.** Rio de Janeiro: Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe/ENSP/Fiocruz), 2024c. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo *et al.* **Caderno Intercultural 4: Por um ecologismo popular contra a injustiça e o racismo ambiental: proteção ambiental, moradia digna e comunidades do bem viver.** Rio de Janeiro: Núcleo Ecologias e Encontros de Saberes para a Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe/ENSP/Fiocruz), 2024d. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza *et al.* Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. **Serviço Social & Sociedade**, p. 523–543, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Rio de Janeiro - RJ**, 2024. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 7 out. 2025

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **Edgardo Lander (org.) A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Biblioteca virtual CLACSO, 2008.

QUINTELA, Débora Françolin; BIROLI, Flávia. Activism, justice and the centrality of care: Brazilian’s ‘mother’s against police violence’ movements. **Contemporary Social Science**, v. 17, n. 3, p. 276–289, 27 maio 2022.

RABELO, Maria Mercedes. **Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias**. Porto Alegre: Fee, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RECINE, Elisabetta *et al.* Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of COVID-19 in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. e200176, 2020.

REDE PENSSAN. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [S.l.]: Rede Brasileira de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. [S.l.: S.n.]. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.

REIS, Marcio Carneiro dos. **Ampliação dos espaços sociais e desenvolvimento local: estratégias e processos com pessoas e grupos sociais**. 22. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

REYNOLDS, K. Disparity despite diversity: social injustice in New York City’s urban agriculture system *Antipode* 47 240–59, 2015.

ROCHA, Lia de Mattos. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, p. 475–494, dez. 2018.

ROCHA, Rodrigo da Silva. “Nem bala, nem fome, nem covid”: Relatos situados do Movimento Negro Unificado sobre as estratégias de enfrentamento da tripla crise política, econômica e sanitária. **Revista Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 163–189, 2023.

ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In: Circuitos Curtos De Comercialização, Agroecologia E Inovação Social*. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19–44.

SABOURIN, Eric *et al.* Le démantèlement des politiques publiques rurales et Environnementales au Brésil. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 1969.

SALLES-COSTA, Rosana (ORG.). **I Inquérito Sobre a Insegurança Alimentar no Município do Rio de Janeiro 2024**. Frente Parlamentar contra a Fome e a Miséria no Município do Rio de Janeiro; Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Segurança Alimentar e Nutricional (GISAN); Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) – UFF Instituto de Nutrição – UERJ, , 2024. Disponível em: <<https://injc.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/05/IA-Rio-rev-V5.pdf>>

SALVADOR, Ricardo; TORRES, Braulio. Justicia, Soberanía y Política Alimentaria. *In: Justicia y soberanía alimentaria en las Américas: desigualdades, alimentación y agricultura / Delphine Prunier, Julie Le Gall*. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México: El Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos; Lyon: École Urbaine de Lyon, Université de Lyon; Fundación Heinrich Böll, 2020. p. 61–66.

SANTOS, Ana Paula da Cruz. **Autogestão na pandemia: a resistência agroecológica e comunitária do Centro de Integração na Serra da Misericórdia**., 19 jul. 2021. Disponível em: <<https://pacs.org.br/noticia/autogestao-na-pandemia-a-resistencia-agroecologica-e-comunitaria-do-centro-de-integracao-na-serra-da-misericordia/>>. Acesso em: 26 ago. 2025

SANTOS, Ana Paula da Cruz. Pesquisa popular na favela, mulheres negras e a promoção de saúde e justiça alimentar: leituras interseccionais na cidade do Rio de Janeiro. *In: Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz*, 21 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bgQsfqYpIEQ>>

SANTOS, Ana Paula da Cruz; FERREIRA, Anna Carla. **Boletim “Leildes e família: agroecologia nas favelas, redes locais promovendo saúde”**. CEM, AS-PTA, AAFA, Agrovarger, Fundação Angélica Goular, RedeCAU, Verdejar, Amigos da Horta da Brisa, 2025.

SANTOS, Ana Paula da Cruz; MAIA, Rafael Cevitanes; BORGES, Patrícia da Veiga. **A trajetória da chaya na Serra da Misericórdia**. AS-PTA, 2019. Disponível em: <<https://aspta.org.br/article/a-trajetoria-da-chaya-na-serra-da-misericordia/>>. Acesso em: 30 set. 2025

SANTOS, Antonio Bispo dos Santos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB e outras, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: OSAL: OBSERVATORIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA. **OSAL: Observatório Social de América Latina**; CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511–531, set. 2010.

SCHOTTZ, Vanessa. Comida de verdade no campo e na cidade: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. *In*: **Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis. - Rio de Janeiro**. [S.l.]: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. p. 15–31.

SCHUELER, Paulo. **No Complexo da Penha, o exemplo da agroecologia urbana**. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/no-complexo-da-penha-o-exemplo-da-agroecologia-urbana>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. [S.l.]: Companhia de Bolso, 2010.

SHELBY, Tommie. **Dark ghettos: Injustice, dissent and reform**. Cambridge-Mass: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

SILVA, José Graziano da. (PDF) Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. 2008.

SILVA, Debora. Pesquisa popular na favela, mulheres negras e a promoção de saúde e justiça alimentar: leituras interseccionais na cidade do Rio de Janeiro. *In*: Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 21 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bgQsfqYpIEQ>>

SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território. Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. p. 10, 2008.

SLOCUM, Rachel. Whiteness, space, and alternative food practice. v. 38, n. Geoforum, p. 520–533, 2007.

SMITH, B. J. Food justice, intersectional agriculture, and the triple food movement. v. 36(4), n. Agriculture and Human Values, p. 825–835, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. [S.l.]: Mauad Editora Ltda, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro. **Revista mexicana de sociología**, v. 66, n. 1, p. 141–192, mar. 2004.

SOUTO, Renata Lúcia *et al.* Cesta cuidar-se: práticas populares, agroecológicas e solidárias de cuidado protagonizadas pelo GT Mulheres da AARJ. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 26 nov. 2024.

SOUZA, Paulo Marcelo de *et al.* Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar: Regional analysis of agricultural production of Rio de Janeiro, considering the family and non-family sectors. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 645–670, 1 out. 2019.

TAVARES, Inara do Nascimento. Terra, água e sementes: Do corpo território das mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar. *In: Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis. [S.l.]: PACS, 2019. p. 57–65.*

TELLES, Vera da Silva. Apresentação: Figurações Da "guerra urbana": perspectivas Rio de Janeiro-São Paulo. *In: Dossiê “crimes”, territórios e sociabilidade: comparações entre Rio de Janeiro e São Paulo “Crimes. São Paulo: NOVOS ESTUDOS: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)., 2019.*

TRABUCO, Gismalia Luiza Passos. **Comida importa? A política dos alimentos na trajetória de conformação do Estado do Rio de Janeiro como importador de alimentos.** Doutorado—Rio de Janeiro, RJ: Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

TSING, Anna Lownhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno.** Brasília, DF: IEB/Mil Folhas, 2019.

VALLA, Victor V. (org). **Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985 | UrbanData - Brasil.** Petrópolis Vozes/ABRASCO: Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VELOSO, Vinícius. **MC Poze do Rodo lembra prisão: “Não é uma marca maneira para mim” | Metrôpoles.** Portal de Notícias. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/celebridades/mc-poze-do-rodo-relembra-prisao-nao-e-uma-marca-maneira-para-mim>>. Acesso em: 2 set. 2025.

VRADIS, Antonis; BARTHOLL, Timo. Food (in)security in urban peripheries: the case of Maré, Rio de Janeiro. **Journal of the British Academy**, v. 7 (s2), 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2009.

WEKERLE, Gerda. Food Justice Movements: Policy, Planning, and Networks. 2004.

XAVIER, Maria das Graças de Jesus. **Mulheres e lutas urbanas: Movimentos populares e o direito à cidade no cotidiano – IBDU.** Disponível em: <<https://ibdu.org.br/col-democracia/mulheres-e-lutas-urbanas-movimentos-populares-e-o-direito-a-cidade-no-cotidiano/>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ZALUAR, Alba. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, 2007.